

8º Encontro Nacional de História:

Ensino, Metodologias e Práticas Pedagógicas em História na Sociedade Contemporânea
28 a 30 de setembro de 2016



Anais Eletrônicos
ISSN 2176-784X

Comissão Organizadora

Antonio Filipe Pereira Caetano
Arrisete Cleide de Lemos Costa
Irineia Maria Franco dos Santos
Michele Reis de Macedo

2

Comissão Científica

Ana Paula Palamartchuk (UFAL)
André Luan Nunes Macedo (UFAL)
Andréia Giordanna Araújo da Silva (UFAL-CEDU)
Antonio Alves Bezerra (UFAL)
Antonio Filipe Pereira Caetano (UFAL)
Circe Bithencourt (USP/PUC-SP)
Clara Suassuna (UFAL)
Danielle de Oliveira Cavalcante (UFAL)
Dilton Cândido Maynard (UFS)
Flávia Maria de Carvalho (UFAL)
Gabriela Torres Dias (UFAL)
Gian Carlo de Melo Silva (UFAL)
Gustavo Bezerra Barbosa (UFAL)
Gustavo Manoel da Silva Gomes (UFAL-Sertão)
Irineia Maria Franco dos Santos (UFAL)
José Roberto Lima Santos (UFAL)
Maria de Lourdes Lima (UFAL)
Michele Reis de Macedo (UFAL)
Oswaldo Batista Acioly Maciel (UFAL)
Pedro Vasconcelos (UFAL-ARAPIRACA)
Rafael Silva (UFAL-ARAPIRACA)
Raquel de Fátima Parmegiani (UFAL)
Roberta Miquelanti (UFAL)

Editoração

Antonio Filipe Pereira Caetano

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Pesquisa e Documentação Histórica – CPDHIS

Encontro de História: (8: 2016: Maceió, AL).
Anais do VIII Encontro de História: Ensino, Metodologias e Práticas Pedagógicas em História na Sociedade Contemporânea, 28 a 30 de setembro de 2016 [recurso eletrônico], Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Curso de História, Maceió: Ufal, 2016, 275p.
ISSN: 2176-784X
1.. História; 2. Encontro; 4. Ensino; 5. Metodologia; 6. Práticas Pedagógicas
CDU: 981(063)

Apresentação _____	06
Programação _____	07
Resumos _____	08
ST01 – Os Paradoxos do Século XX e XXI: História e Historiografia _____	09
ST02 – Sociedades Escravistas e Práticas Sociais nos Séculos XV-XIX _____	16
ST03 – História das Religiões e Religiosidades: Perspectivas de Pesquisa e Ensino _____	25
ST04 – Cultura na Antiguidade e Medievalidade _____	29
ST05 – Teorias, Métodos e Fontes Históricas _____	33
ST06 – “Educação Histórica: Didática, Currículo e Linguagens” _____	40
ST07 – Relações Étnicorraciais e Ensino de História _____	45
Textos Completos _____	48
(Em Ordem Alfabética por autor)	
DA MEMÓRIA ÉTNICA ÀS NARRATIVAS DE FILHOS-DE-SANTO <i>Adriana Luzia Lima</i> _____	49
A FÉ ATRAVÉS DO MEDO: O USO DO BESTIÁRIO COMO INSTRUMENTO DOUTRINÁRIO E PEDAGÓGICO NA OBRA DE SÃO JERÔNIMO (SÉCULO IV) <i>Allan Cristian de A. Felix</i> _____	58
O ROMANCE E A CONSTRUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO FEMININO NO BRASIL DO SÉCULO XIX <i>Amanda Mafra & Bruna Pereira</i> _____	63
A POLIGAMIA VISTA COMO UM METODO DE PODER E IDENTIDADE DAS SOCIEDADES ESCRAVISTAS SÉCULO XVII -XIX <i>Cecília Gomes da Silva</i> _____	73
“PELO DIREITO DE EDUCAR A JUVENTUDE CRISTÃ”: A QUESTÃO DO ENSINO PÚBLICO NO DISCURSO DO EPISCOPADO BRASILEIRO (1890-1901) <i>César Leandro Santos Gomes</i> _____	81
OS POVOS INDÍGENAS – A SOCIEDADE BRASILEIRA E O PAPEL DO ENSINO DE HISTÓRIA <i>Cintia Gomes da Silva & Roseane Maria de Amorim</i> _____	89

CASAMENTO E DIVÓRCIO NO EGITO ANTIGO: DIREITOS E PROTEÇÃO DA MULHER <i>Danilo Brasil Pinto</i> _____	97
“AGENTES DA SEDIÇÃO PREMEDITADA”: CULTURA ESCRAVA, MALÊS E RESISTÊNCIA NA COMARCA DE ALAGOAS, 1815 <i>Danilo Luiz Marques</i> _____	105
O COTIDIANO DO MUSEU THÉO BRANDÃO COM O OLHAR HISTÓRICO DE JOSÉ CARLOS, SEU FUNCIONÁRIO PIONEIRO <i>Ennia Carolina da Silva Freitas</i> _____	113
CARTOGRAFIA COMO FONTE: O SUL DE ALAGOAS NO SÉCULO XIX <i>Fábio Barbosa da Silva</i> _____	120
DO ALTAR AS PORTAS A DENTRO: AS MÃES SOLTEIRAS E SEUS COMPADRES VILA DA IMPERATRIZ (1859-1861) <i>Felipe dos Santos Silva</i> _____	128
A EDUCAÇÃO E O HIGIENISMO EM ARTHUR RAMOS: ANÁLISE DO LIVRO SAÚDE DO ESPÍRITO (1958) <i>Fernanda Lays da Silva Santos & Roseane Maria de Amorim</i> _____	136
RENDA IRLANDESA DE DIVINA PASTORA (SE) COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: HISTORICIZANDO O PROCESSO (2000-2015) <i>Heyse Souza de Oliveira</i> _____	150
A PERSISTENCIA DO RACISMO EM MEIO SOCIAL <i>Iago Alexsander Soares da Silva</i> _____	158
RISE A KNIGHT: A IDEALIZAÇÃO DA INVESTIDURA CAVALHEIRESCA NO FILME CRUZADA (RIDLEY SCOTT, 2005) <i>Ives Leocelso Silva Costa</i> _____	166
ENTRE SENHORES E ESCRAVOS: HOMENS LIVRES POBRES NA SOCIEDADE ESCRAVISTA <i>Jaine Oliveira Silva Santos</i> _____	172
NA ARTE DA BARGANHA: JOÃO VILLELA DO AMARAL NA PRAÇA MERCANTIL DAS ALAGOAS (1717-1727) <i>Jorge Lopes dos Santos</i> _____	178
POPULAÇÕES, ESCRAVIDÃO E RELAÇÕES DE PODER NA VILA DE SANTA MARIA MADALENA DAS ALAGOAS DO SUL (1825-1830) <i>José Fernando Barbosa dos Santos</i> _____	197

GRACILIANO, LITERATURA E POLÍTICA <i>Karolyne Cibelly Pimentel Macêdo</i> _____	197
EM DEFESA DA IGREJA DE PEDRO? CONTROVÉRSIAS DOGMÁTICAS E POLÍTICAS NA IGREJA (SÉCULO VIII) <i>Luanna Klíscia de Amorim Mendes</i> _____	203
A INCORPORAÇÃO DO CATOLICISMO NO ANTIGO CONGO NOS GOVERNOS DE D. JOÃO I E D. AFONSO I (1483 – 1543) <i>Luiz Alberto Leite da Silva</i> _____	212
O OBJETIVO DA PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR E SUA ATUAÇÃO EM ALAGOAS <i>Luiza Sahara da Silva Santos</i> _____	219
PROJETOS EM DISPUTA: NACIONAL ESTATISMO E LIBERALISMO CONSERVADOR NA EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA EM ALAGOAS (1947-1964) <i>Paulo Vitor Barbosa dos Santos</i> _____	227
A PESQUISA HISTÓRICA E A COMPREENSÃO DO ESPAÇO NO TEMPO PRESENTE <i>Rodolfo José Oliveira Lima</i> _____	237
A POLOP E O GOLPE MILITAR (1964-1967) <i>Rodrigo dos Santos Borges</i> _____	243
<i>QUE HORAS ELA VOLTA?</i> E O LULISMO (2003-2011) A FONTE AUDIOVISUAL COMO MEIO DO OBSERVAR A SOCIEDADE <i>Roseane Monteiro Virginio & José Fabio Cassiano dos Santos</i> _____	251
MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 NAS CIDADES DELMIRO GOUVEIA E MACEIÓ: UM FENÔMENO MULTICÊNTRICO <i>Sara Angélica Bezerra Gomes</i> _____	259
ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ: “EFERVESCÊNCIA NA BASE” (1957-1971) <i>Wellington da Silva Medeiros</i> _____	267

APRESENTAÇÃO

As atividades de debate e reflexão sobre a produção historiográfica em temáticas específicas têm sido uma das preocupações dos Cursos de História (Bacharelado e Licenciatura) da UFAL. Tal preocupação significa, entre outros, proporcionar eventos que favoreçam a troca de ideias e informações, como também uma avaliação de diferentes teorias e métodos na História. Além disso, propõe-se também a ser um espaço que favoreça a criação de consciência social crítica, voltada para a atuação cidadã de seus estudantes e professores.

Um esforço conjunto de reflexão deu-se na articulação dos grupos de pesquisa em torno da Centro de Pesquisa e Documentação Histórica (CPDHis) para a congregação de uma temática vertical, atual e que se proporciona uma reflexão sobre os problemas contemporâneos na prática de pesquisa e ensino dos egressos e ingressos nos cursos de história da Universidade Federal de Alagoas e das demais instituições que ofertam as modalidades presencial e à distância da formação em História.

Assim, o 8º Encontro Nacional de História: Ensino, Metodologias e Práticas Pedagógicas em História na Sociedade Contemporânea ocorrerá entre os dias 28 a 30 de setembro de 2016 no Campus A.C. Simões da Universidade Federal de Alagoas. A relevância da proposta define-se pela possibilidade de articular investigações diversas e convergentes, de historiadores oriundos de diferentes universidades públicas brasileiras, gerando resultados comparativos e, alargados, no tempo e no espaço, capazes de construir uma compreensão mais ampla a respeito do perfil dos professores de história da educação básica mediante aos problemas sociais, políticos e econômicos impostos na contemporaneidade. O projeto proposto é uma iniciativa que eleva qualitativamente as pesquisas individuais, ao inter-relacioná-las, possibilitando o início da construção de uma rede de pesquisa sobre o ensino de história no Estado de Alagoas.

Maceió, setembro/2016
Comissão Organizadora

28 de setembro de 2016

14h – Credenciamento

Local: Auditório da Reitoria A.C. Simões

18h – Lançamento de Livros

Local: Auditório da Reitoria A.C. Simões

19h30 – Conferência de Abertura: Profa. Dra. Circe Bithencourt (USP)

Local: Auditório da Reitoria A.C. Simões

29 de setembro de 2016

14h – Simpósios Temáticos

19h30 – Mesa Redonda: “Metodologia do Ensino de História, Estágio Supervisionado e Práticas Pedagógicas Docentes”

Prof. Dr. Dilton Maynard (UFS), Prof. Dr. Antonio Alves Bezerra (UFAL) e Profa. Ms. Andréia Giordanna Araújo da Silva (UFAL-CEDU)

30 de setembro de 2016

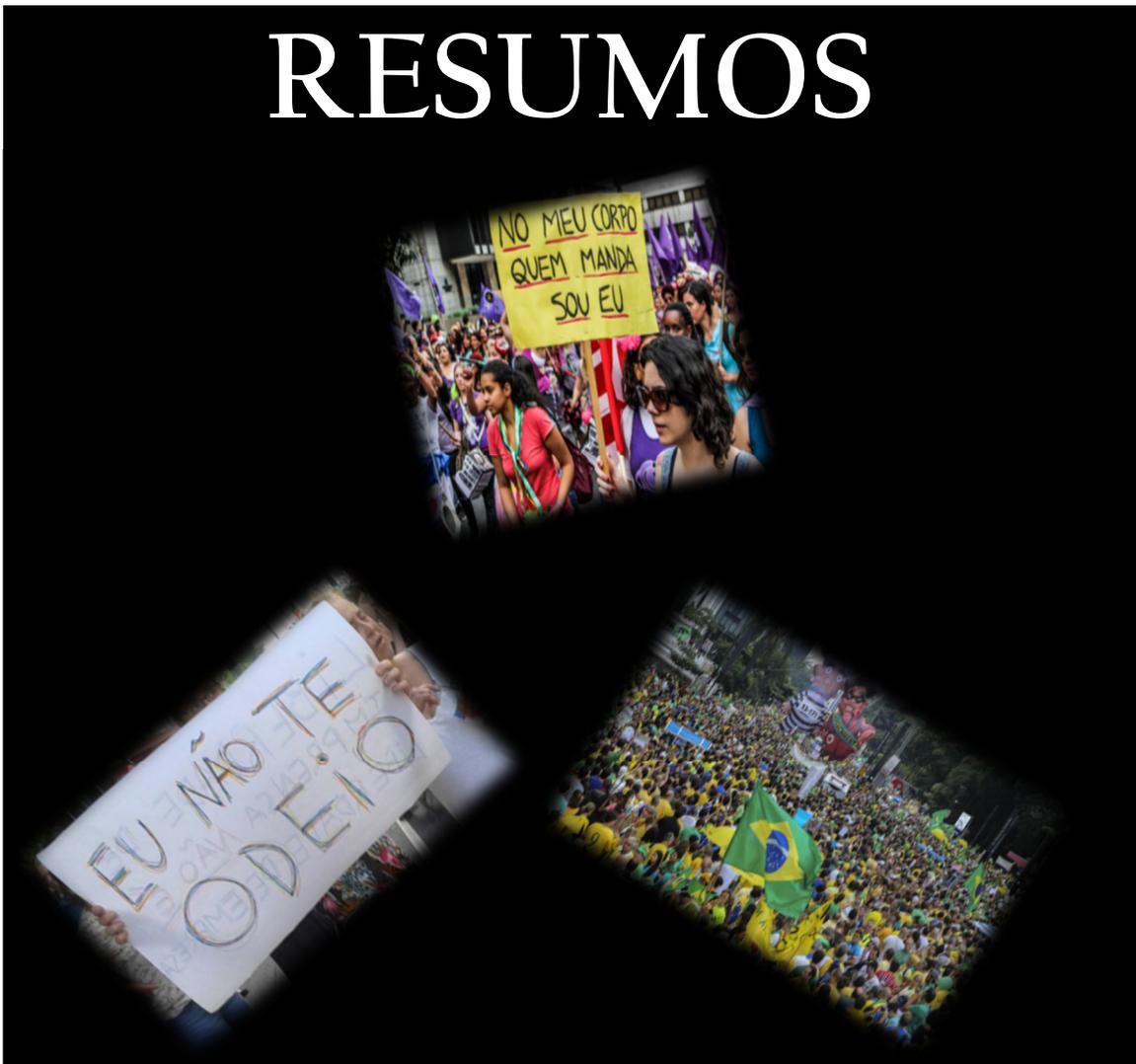
14h – Simpósios Temáticos

Local: Salas do ICHCA/A.C. Simões

19h30 – Conferência de Encerramento: Prof. Ms. Gustavo Manoel da Silva Gomes (UFAL-Sertão)

Local: Auditório da Reitoria A.C. Simões

RESUMOS



*Metamorfose da Liberdade:
Cultura, democracia e Guerra Fria no Brasil (1945 - 1960)*
Ana Paula Palamartchuk

O advento da Guerra Fria marcou a construção da ordem internacional bipolar que atingiu os mais diferentes níveis e graus das relações sociais. Marcou também, como causa e consequência, formas de participação dos intelectuais no âmbito da política internacional e que, quase como paradoxo, diferenciam-se do período anterior, mas que, ao mesmo tempo, lançam mão da tradição construída ainda nos anos trinta. Nos anos 1950, a vertente chamada de nacionalismo econômico, esboçado por grandes pensadores da esquerda brasileira, não formava um bloco homogêneo quanto as suas perspectivas. Porém, a preocupação central que os unia era o fato de associar o desenvolvimento nacional às camadas populares da sociedade e entender que os interesses do capitalismo internacional eram totalmente contrários aos interesses do capital nacional. Nesse ambiente dos anos 1950, ao que parece, o campo intelectual sofrerá uma reconfiguração como consequência direta da Guerra Fria cultural no cenário político internacional, das novas demandas do nacionalismo, do desenvolvimentismo e do populismo no âmbito da política doméstica e da consolidação da reprodutibilidade técnica da arte, ampliando a ideia de cultura no âmbito dos centros urbanos do Brasil. Desta forma, este projeto de pesquisa propõe explicar não o engajamento político dos intelectuais brasileiros fossem de esquerda, de direita ou ainda liberais, dentro da lógica da Guerra Fria dos anos de 1950, mas a formação das redes nos campos intelectual, institucional e político que geraram projetos significantes para o Brasil moderno, porém conservador.

*Organização Política dos Trabalhadores Rurais para o Acesso à Terra, Assentamento
Lameirão, 1989-2014*

Aline Oliveira da Silva

A Luta pelo direito ao acesso à terra no Sertão Alagoano, revela as estratégias de organização dos trabalhadores rurais para aquisição de terras. Estudar o Assentamento Lameirão, uma das primeiras ocupações do Estado, consiste em compreender o processo de organização social e política que esses militantes traçaram para a democratização do acesso à terra. Estudar o assentamento por meio da metodologia da história oral e a compilação de outras fontes é um meio de entender o processo de Reforma Agrária e a organização política na região. O recorte temporal desta pesquisa encontra-se em 1989, quando teve início a ocupação, e 2014, quando, após 25 anos da ocupação, os assentamentos do Assentamento Lameirão avaliam a partir de suas memórias e demais registros o processo de organização as experiências políticas construídas há quase três décadas de luta.

Neste artigo pretende-se abordar o anarquismo e a sua correlação nas mobilizações de 2013 no Brasil. A análise parte da revisão de pautas e notas de movimentos sociais em três cidades do Brasil: Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com os princípios e a atuação prática dos referidos movimentos no Brasil, foi possível notar a presença de princípios historicamente reivindicados pelo anarquismo, tais quais a independência de classe, horizontalidade, rotatividade e auto-gestão. Identificou-se com isso relevante inserção dos princípios anarquistas no contexto histórico abordado, podendo atrelar tal ideologização aos ganhos políticos do movimento.

Tropicália: E o Período das Revoluções Culturais no Cenário Nacional Sessantista

Eudes Ferreira de Lima Neto

Este trabalho narra o período de construção e identificação daquilo que se definiu como Tropicália, ou Movimento Tropicalista, embora as desavenças com o termo. Sendo a principal intenção trazer à tona as preocupações acerca da sobrevivência do movimento, suas controvérsias, estrutura e de como cada área de manifestação artística se desenvolveu através das propostas 'antropofágicas' do movimento. Através de relatos, críticas e fontes acadêmicas, é possível criar um plano mais amplificado do que se constitui – ou não – como movimento tropicalista, bem como de traçar um comparativo entre a fervilhante década de 60 com os tempos atuais, de onde os elementos definidores da tropicália surgiram? Quem eram seus protagonistas /antagonistas? Os elementos definidores se perderam? É o que tentaremos responder, junto a outras indagações pertinentes ao longo do corpo deste trabalho.

O governo de Luiz Cavalcante (1961 - 1966)

Herbson Cavalcante de Melo

Os anos no período pré-ditadura foram agitados na política alagoana. No início da década de 1960, o Major Luiz Cavalcante ascendeu ao governo do estado e ganhou rápida notoriedade ao vencer disputada eleição. No seu governo, fora o governo que atacava seus adversários políticos, principalmente os comunistas, enquanto se divertia com crianças na praça em frente à sede do governo. Reuniu vários intelectuais para formular seu plano trienal para o desenvolvimento de Alagoas, afirmava ser um dos principais articuladores do golpe civil-militar de 1964, exaltando-se como primeiro governador do Nordeste a apoiar os militares. Governou até 1966. Portanto, o objetivo é compreender a rápida trajetória política de Luiz Cavalcante e seu discurso orgulhoso de reivindicar para si o status de ser o primeiro governador a apoiar o golpe civil-militar de 1964.

*O Exército Zapatista de Libertação Nacional:
A repercussão em periódicos brasileiros (Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil)*
Hermes Rodrigues de Lima

O Exército Zapatista de Libertação Nacional, EZLN, surpreendeu o mundo no dia 1º de janeiro de 1994, ao declarar guerra contra o Estado mexicano, contra o Acordo de Livre-Comércio das Américas, NAFTA, e contra a exploração sofrida pelos índios e camponeses do estado de Chiapas, o mais pobre do país. Esta guerrilha não almejava conquistar o poder, mas sim alterar a ordem social e política do México em harmonia com toda a sociedade civil. A importância de estudar este movimento reside em entender como alguns poucos homens e mulheres precariamente armados alteraram a estrutura de poder de seu país, fazendo política fora das eleições, frisando que a descrença no sistema eleitoral é um fenômeno global e podendo-se tirar dessas experiências lições valiosas para a realidade brasileira. Além disso esse trabalho se debruça também em analisar a recepção do levante zapatista na imprensa brasileira mediante pesquisa em dois periódicos, Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil.

*Futuro do Pretérito da Prisão e a Razão Crítica:
Três momentos distintos de emergência de discursos, expectativas sociais e experiências
acumuladas em torno do conceito de pena de prisão.*

Hugo Leonardo Rodrigues Santos

No campo histórico, especialmente a partir da renovação metodológica ocasionada pela Nova História e da emergência dos novos objetos historiográficos, a preocupação epistemológica com o entendimento da pena de prisão resultou na publicação de vários trabalhos que esquadrinharam o tema, sob o viés histórico. Essa tradição historiográfica se ocupou dos fatores que contribuíram para o surgimento dessa modalidade de punição, no intuito de contextualizar o fenômeno da rápida sedimentação da prisão como sanção criminal par excellence. Nesse sentido, observou-se como o discurso legitimador da prisão, revestido de ideais humanistas iluministas, serviu como uma tecnologia de poder, possibilitando o disciplinamento social. Assim, o foco de análise desses autores – dentre os quais Michel Foucault, Michele Perrot e Pieter Spirenborg – foi o da ruptura histórica, correspondente à superação das velhas formas de castigo aflitivas, transmutadas em práticas encarceradoras. Não obstante a importância dessa série de estudos, ainda é possível historicizar a prisão adotando-se hipóteses diversas, numa tentativa de dar continuidade aos estudos sobre o tema. Com esse objetivo, o presente trabalho assumiu as ferramentas heurísticas desenvolvidas por Reinhart Koselleck em sua historiografia conceitual, aplicando ao conceito de prisão as categorias meta-históricas de espaço de experiências e horizonte de expectativas. Observou-se como essa ideia foi catalisadora de práticas sociais punitivas, em três momentos temporais distintos. Assim, pode-se perceber como a prisão, hodiernamente, apesar de estar inteiramente desacreditada – com a crença generalizada de que não é possível atingir as suas finalidades declaradas – e de possuir uma experiência secular de fracassos reiterados, ainda é uma sanção amplamente utilizada, com as taxas de aprisionamento crescendo aceleradamente no mundo inteiro. Desse modo, pretende-se demonstrar a utilização de uma razão cínica, no que diz respeito à prisão, consistente na deliberada ocultação da sua experiência de inegável falência e a manutenção do discurso, sabidamente naïve, de um futuro de concretização de fins úteis.

*O Jornal de Alagoas e as Eleições Presidenciais de 1989 -
Uma interpretação sobre a figura de Fernando Collor de Melo*

José Cláudio Lopes dos Santos Junior

12

O presente trabalho pretende ser uma contribuição para a produção historiográfica a respeito da conjuntura política que desencadeou a vitória de Fernando Collor de Melo nas eleições de 1989. O foco destina-se a um dos maiores jornais em circulação na época em Alagoas – Jornal de Alagoas em ampla disposição nos arquivos no APA (Arquivo Público). Esse veículo não tinha propriamente a mesma tiragem que seus concorrentes mais famosos no resto do Brasil, mas a observação se dá justamente em Alagoas. Observar a literatura jornalística desse veículo de comunicação incide sobre quais os discursos e interdiscursos pairavam sobre a co-formação da opinião pública alagoana.

*A História Ambiental e os Limites do Desenvolvimento Sustentável dentro do
Capitalismo*

José Márcio da Silva Paixão

A década de 70 do século XX marca o surgimento de discussões mais intensas envolvendo a temática ambiental. Neste sentido o período compreendido entre 1972-1987 é caracterizado por sucessivas conferências políticas ao redor do planeta voltadas para o tema em questão. Sabendo que toda ação antrópica reside num impacto direto sobre o meio ambiente, cabe ao Historiador se ocupar da análise dessas ações e investigá-las de maneira meticulosa. O modo de produção vigente, bem como a proposta do desenvolvimento sustentável, é incompatível com as diversas formas de vida existentes no planeta. A pesquisa busca apontar os limites existentes no discurso ambientalista contemporâneo. Por fim, procura-se apresentar a possibilidade de uma economia mais compatível com as necessidades humanas e que ofereça seguridade ao meio natural.

A Elite Patrulheira da Patrulha Nacional Cristã

Jonatha da Silva Ferreira

O presente trabalho visa a realizar um estudo sobre a PNC (Patrulha Nacional Cristã) e principalmente a elite juramentados, como essa organização e todo seu contingente humano se relacionava com a sociedade alagoana, como o corpo de juramentado (CJ) se comportava e quais eram suas atribuições, levando em conta todo o processo e pressão conjuntural e como seu caráter cristão colaborou nos seus objetivos anticomunistas. Sem esquecer de todos os ritos e segredos que pairam sobre os patrulheiros juramentados.

Partindo da ideia de que um autor é indissociável do seu tempo, ou seja, o lugar social do qual esse indivíduo se insere, é parte indispensável para que se possa compreender a obra produzida pelo mesmo. No caso de Graciliano Ramos é necessário que se faça uma análise da primeira metade do século XX, incluindo, assim, toda a complexidade da república recém-proclamada, principalmente a chamada Era Vargas - que interfere diretamente na vida o escritor - nacionalmente e a Revolução Russa, a Segunda guerra mundial e o início da guerra fria na esfera internacional. Através de bibliografias e fontes este trabalho tenta entender essa influência externa nas obras e na vida de Graciliano Ramos de 1936 a 1950.

*O Filme Enquanto Fonte Histórica:
Uma Análise do Filme Circus (1936) de Grigori Aleksandrov*

Krystila Andressa Costa da Silva

O cinema retrata uma linguagem simbólica na narração de suas histórias, as imagens ao passar das décadas foram ganhando cor e som, e envolvendo cada vez mais seus expectadores. Diante da potencialidade dessa arte, os historiadores voltaram seus olhos para uma nova fonte, analisar os filmes está além de assisti-lo, mas exige que possamos entender as “entrelinhas” da película, como cita Marc Ferro. A proposta do artigo está na análise do filme Circus (1936) do diretor Grigori Aleksandrov, entendendo o contexto no qual a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) estava imersa, tendo foco nas questões raciais e geopolíticas.

Patrulha Nacional Cristã: religião e política em Alagoas (anos 1950 e 1960)

Michelle Reis de Macedo

No século XX, a realidade ocidental, apesar de secularizada, ainda continha o cristianismo como fator social importante, tentando lidar com os desafios da modernidade. Neste contexto, a religião participou ativamente dos jogos de força nas disputas políticas, pregando uma moral para a sociedade e definindo um conjunto de valores que se pretendia ideal. A interferência da religião nos embates políticos da conjuntura brasileira dos anos 1950 e 1960 pode ser identificada e analisada a partir da atuação da Patrulha Nacional Cristã (PNC) na sociedade alagoana – uma organização civil criada em 1952, cuja finalidade era, sobretudo, doutrinar jovens dentro dos preceitos do cristianismo conservador, em contraposição ao processo de afirmação do materialismo hodierno, representado, segundo seus integrantes, pelo liberalismo individualista e pelo comunismo ateu. Neste sentido, a proposta é analisar suas doutrinas e ações em conformidade com o projeto da Igreja Católica no Brasil de ressacralizar a sociedade brasileira.

*Projetos em disputa:
Nacional Estatismo e Liberalismo Conservador na experiência democrática em Alagoas
(1947-1964)*

Paulo Vítor Barbosa dos Santos

O período convencionalmente chamado de experiência democrática (1946-1964) marcou uma época de transformações significativas na sociedade brasileira, encerrando o Estado Novo e iniciando um processo de mudanças profundas, alicerçadas na promulgação da constituição de 1946. Em Alagoas este período foi marcado pela disputa de diversos projetos políticos, nosso objetivo é entender dois projetos específicos de modernização do Estado; o Nacional-Estatista, durante o governo de Muniz Falcão (1956-1961) com bases voltadas ao desenvolvimento e planejamento estatal, inaugurando reformas básicas nas áreas sociais; e o Liberalismo Conservador ensejado nos governos de Arnon de Mello (1951-1954) e Luiz Cavalcante (1961-1966), alicerçado nas tradicionais elites agrárias alagoanas, tendo por interesse conduzir a modernização com bases conservadoras.

A POLOP e o golpe militar (1964-1967)

Rodrigo dos Santos Borges

A presente comunicação tem como objetivo discutir a construção de uma alternativa revolucionária contra a ditadura militar no Brasil proposta pela Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM- PO), mais conhecida como POLOP, nos anos de 1964 a 1967. Em 1964, três anos após o surgimento da organização, o Brasil sofre um golpe de Estado, que deu contornos dramáticos a trajetória das organizações de esquerda. A POLOP interpretou e enfrentou a ditadura de maneira peculiar. A intenção é trazer, através da experiência da POLOP, a diversidade da esquerda brasileira e como esta lutou e resistiu contra ditadura militar no Brasil.

Trabalhadores na Primeira República:

Notas sobre o cotidiano dos trabalhadores urbanos em Alagoas

Sandra Catarina de Sena

A ideia desta pesquisa é recuperar o cotidiano dos trabalhadores urbanos, em Alagoas, no período que compreende as duas primeiras décadas do século XX, como lugar de resistência e conflito. A transformação dos marcos legais do fim do trabalho escravo até a conformação do trabalho assalariado é compreendida em um histórico de conflitos e resistência. Entender a “transição” do trabalho escravo para o trabalho “livre” e assalariado, são fundamentais quando se trata de descrever a classe trabalhadora e as mudanças nas relações de trabalho. A partir da identificação bibliográfica e de fontes documentais, notou-se que no debate historiográfico acerca da história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil, há uma tendência a enfatizar a composição, complexidade e as formas de organização dos trabalhadores brasileiros, cujo recorte desta pesquisa, afunila-se para uma abordagem sobre os trabalhadores em Alagoas, nas duas primeiras décadas do século XX.

*Manifestações de junho de 2013: um fenômeno multicêntrico nas mídias e nas ruas***Sara Angélica Bezerra Gomes**

As manifestações ocorridas em junho de 2013 contra o aumento no valor da tarifa do transporte público, nas cidades da região Sudeste, inspiraram a deflagração de manifestações de rua em vários estados brasileiros, inclusive nas cidades de Maceió e de Delmiro Gouveia, localizadas no estado de Alagoas. Naquele período, essas duas cidades alagoanas foram agitadas por manifestações em torno do tema do transporte público, as quais rapidamente se transformaram em um fenômeno multicêntrico e contraditório. Esse fenômeno, provocado por inúmeros fatores e também pela cobertura jornalística da grande mídia e pelo uso das redes sociais, catalisou problemas e reivindicações locais que despontaram a formação de um fenômeno singular e muito distinto em alguns aspectos daquele surgido na região Sudeste em junho de 2013. Neste sentido, este artigo objetiva discutir a respeito de algumas especificidades das manifestações de junho de 2013 nas cidades de Maceió, localizada no Litoral de Alagoas, e em Delmiro Gouveia, localizada no Sertão deste estado.

Um outro Palmares:

Ocupação, Resistência e Colonização da Mata Norte de “Alagoas” (Vila de Porto Calvo, 1685-1710)

Ademir Gomes do Nascimento

Após décadas resistindo aos sucessivos ataques luso-brasileiros, Palmares sucumbiria parcialmente diante do cerco bélico dos bandeirantes. A eminente “derrota”, no entanto, não significaria a extinção total dos mocambos (ainda ocupando aquelas matas incultas) fato este que, em parte, justificaria a permanência dos novos e indesejáveis mamelucos paulistas. Neste sentido, o presente trabalho propõe discutir, mediante uma releitura e interpretação documental, como as conquistas dos Palmares proporcionaram aos bandeirantes, remanescentes quilombolas e outros grupos marginalizados, fincarem raízes na parte “norte alagoana”, e assim causando, conseqüentemente, a insatisfação das elites coloniais. Por conseguinte, como aporte espacial e geográfico, versaremos a região da vila de Porto Calvo ao qual no final do século XVII e início do XVIII fazia parte de uma área extensa de terra fértil palmarina; favorável ao plantio, ao desenvolvimento econômico, a ascensão social dos detestáveis bandeirantes, além da permanência dos persistentes palmarinos.

O Romance e a Construção de um Imaginário Feminino no Brasil do Século XIX

**Amanda Mafra de Escobar
Bruna Pereira**

O presente trabalho visa construir um panorama da forma de atuação do romance literário na construção de um imaginário da moral e honra femininas no século XIX. Para tanto, utilizamos trabalhos historiográficos e a comparação entre romances do período, bem como uma análise específica do romance *Lucíola*, 1862, de José de Alencar.

*Um dos lados invisíveis do “sertão”:
breves considerações acerca dos agregado e camaradas do Pantanal Norte (1870-1930)*
Ana Carolina da Silva Borges

Esta pesquisa tem como principal objetivo fazer discussões relativas a composição agrária da região norte pantaneira entre os anos de 1870 a 1930. O interesse em se deter a esta questão emergiu da observação de uma diversidade de grupos e trajetórias sociais explicitadas nos registros levantados e selecionados para a pesquisa, a saber: processos criminais, relatórios, falas e discursos dos governantes provinciais e estaduais e relatos de viajantes estrangeiros e nacionais. Nesse sentido, em meio a este *corpus documental*, pretendo colocar em visibilidade de que maneira os libertos, ex-escravos, grupos indígenas (Borôro, Guatós e Guanás), refugiados paraguaios e os demais grupos sociais reterritorializaram regiões fronteiriças identificadas nos registros como “sertão”. Para tanto o foco analítico se centrará numa pequena parcela dos moradores rurais ali existentes, chamados de “agregados” e “camaradas”. O interesse por estes grupos justifica-se por serem os mesmos a massa de trabalhadores que através de contratos escritos ou orais, remunerados ou não, entravam com a força bruta de seus braços nos serviços mais desvalorizados das fazendas de gado e usinas de açúcar. Em outros termos, problematizar a variação de trabalhos forçados ocorridos nos períodos da pós-abolição (1888) e da formação da Primeira República (1889) será o intuito deste estudo.

*Jaga de Cassange:
Relações de Poder e Escravidão na África Centro Ocidental (Século XVIII)*
Ana Maria Soares de Araújo

Apesar da presença portuguesa no território do Ndongo (atual Angola), a autonomia dos chefes locais (sobas) era um fator presente no século XVIII. Os sertões do Ndongo representavam potenciais áreas para expansão de rotas comerciais e para o fortalecimento da influência portuguesa sobre as regiões fora de seu domínio, onde não tinha controle sobre as ações desses governadores locais e seu poder político era frágil e instável. Para isso, o sistema de avassalamento foi o principal meio utilizado pela administração portuguesa na aproximação com os sobas do Ndongo. Contudo, os sobas nem sempre estavam dispostos a cumprir os termos estabelecidos e constantemente quebravam o juramento da vassalagem em prol de seus próprios interesses, o que nos mostra como esses personagens eram agentes ativos nesse processo e como o controle português sobre o Ndongo era débil e limitado.

*Territorialização da Justiça nas Capitanias do Norte:
Aspectos da Formação de Comarcas (1654-1821)*

Antonio Filipe Pereira Caetano

A criação das comarcas ultramarinas pode ser considerada um dos principais aspectos para a institucionalização da justiça pelo governo português em suas conquistas americanas. Tal episódio demarca uma diferença clara entre os ouvidores senhoriais e os ouvidores régios, estes últimos já letrados, formados em Direito em Coimbra e nomeados para aplicação da justiça conforme as necessidades régias visando a manutenção da ordem e do controle. Assim, a presente comunicação tem por objetivo apresentar os aspectos, as motivações e as diferenças entre as instituições das comarcas nos espaços das capitanias do Norte.

A Poligamia vista como um Método de Poder e Identidade das Sociedades Escravistas

Cecília Gomes da Silva

O presente trabalho tem por objetivo identificar o que se entende por poligamia e como esta se fortificou a partir do contexto das sociedades escravistas africanas, dando ênfase as sociedades moçambicanas e angolanas, levando em conta os conceitos de tradição, poder, estrutura social e construção família. Como fonte utilizaremos as obras de Joseph Miller em Poder Político e parentesco; Paul Lovejoy em A escravidão na África e a obra Usos e Costumes dos Bantos de Henri Junod. Neste sentido optaremos por uma abordagem histórica que promova o diálogo entre os citados autores numa tentativa de reconstruir o processo de fortificação da prática poligâmica e de sua influência na formação familiar das sociedades escravistas.

“Agentes da Sedição Premeditada”:

Cultura escrava, malês e resistência na Comarca de Alagoas, 1815

Danilo Luiz Marques

O lacônico livro de Abelardo Duarte intitulado Os Negros Mulçumanos em Alagoas, nos traz informações importantes sobre uma “conspiração” de revoltosos malês em 1815, apresentando uma documentação de correspondências entre o Ouvidor da Comarca de Alagoas Antônio Batalha, com o Governador e Capitão Geral de Pernambuco Caetano Pinto de Miranda, as quais relatam os fatos e medidas tomadas a partir da notícia da conspiração. Sua narrativa descreve o Ouvidor Batalha como o grande responsável pelo sufocamento da revolta, colocando em segundo plano o projeto político de resistência escrava. Propomos aqui, ir além da narrativa, que de certa maneira, enaltece os feitos do ouvidor da Comarca das Alagoas em ter sufocado tal revolta e a expõe como “fracassada”, pretendemos, refletir sobre o projeto político de resistência presente neste episódio. Para isto, discutiremos uma documentação de correspondências de autoridades e a Devassa dos revoltosos localizadas no AN.

*Fora do altar e de portas adentro:
As mães solteiras e seus compadres (Vila da Imperatriz, 1859-1861)*

Felipe dos Santos Silva

O presente trabalho busca apresentar questões acerca da escravidão, em especial, as mães escravas solteiras e os laços de solidariedade contraído pelas mesmas na hora dos batismos dos seus filhos. A análise gira em torno de um livro de batismo da Vila da Imperatriz, conhecida atualmente como União dos Palmares, entre os anos de 1859 e 1861. Localizado na Cúria Metropolitana de Maceió, o livro de batismo tabulado foi o de No 5, o mais antigo da Vila. Pensando no método da Demografia Histórica, busca-se mapear a população escrava da Vila, explorar a formação da família espiritual e, por fim, quantificar os agentes históricos explícitos nas fontes eclesiásticas.

As mulheres nos anúncios de jornal da Alagoas Imperial

Geane Gonçalves da Silva

Em 1960 presencia-se uma historiografia carente da história das mulheres, e essa emergência por se fazer uma história não só das mulheres, mas por mulheres acaba dando força as discussões de gênero e fortalecendo o feminismo ligando assim história e "movimentos políticos". A historiografia alagoana no que se diz ter a mulher como objeto de pesquisa ainda é muito carente, o que levantou indícios para essa pesquisa onde podemos estudar de que forma a mulher era vista pela sociedade de Alagoas e a partir disso de que maneira ela mesma se via, como trabalharemos nessa pesquisa, com apenas uma década do século XIX tentar mostra o cotidiano retratados no recortes de jornais sobre a mulher alagoana, a mulher como ser criado por Deus para auxílio do homem, culpada pela entrada do pecado no mundo e ainda assim carregada de doçura, bondade, fidelidade, coragem e amor.

Entre senhores e escravos: homens livres pobres na sociedade escravista

Jaine Oliveira Silva Santos

O presente artigo propõe uma discussão sobre uma camada da sociedade escravocrata que foge da dicotomia "senhor x escravo" presente na maioria das produções científico-acadêmicas. Discute o papel e as funções que os homens livres pobres desempenhavam durante a ordem escravista, destacando personagens como tropeiros, vendeiros, sitiante, agregados e camaradas, levando em consideração os serviços realizados por estes que, na maior parte, não podiam ser realizados por escravos e não interessavam aos homens com patrimônio. E ainda identifica as relações de dominação existentes entre esses e os demais agentes sociais. Para a realização do mesmo são utilizadas pesquisas de cunho bibliográfico de alguns historiadores como Hebe Mattos e Ira Berlin, com destaque para a socióloga Maria Sylvania de Carvalho Franco.

Guerra e Sangue para uma Colônia Pacificada: A Revolta do Bailundo e o projeto imperial português para o Planalto Central do Ndongo (1890-1904)

Jéssica Evelyn Pereira dos Santos

Este trabalho pretende discutir a Revolta do Bailundo, conflito entre grupos heterogêneos de nativos do Planalto Central da região da atual Angola, elites comerciais crioulas e o governo colonial português, que se desdobra em um processo-chave no contexto de “pacificação” comandado pela estrutura colonial portuguesa do fim do século XIX até as décadas iniciais do século XX. Esses acontecimentos estão inseridos em um contexto no qual Portugal tende a promover ações militares e políticas em territórios que, embora a metrópole reclamasse suas tutelas, não estariam sob o domínio colonial efetivo. Essas iniciativas afetariam diretamente camadas significativas dos grupos sociais nativos, que se insurgiriam contra o domínio português, apoiados principalmente, nas lutas contra a ascensão dos comerciantes de rum e aguardente, o comércio de escravos e o enfraquecimento da autoridade de linhagens nativas.

Na arte da barganha:

João Villela do Amaral na praça mercantil das Alagoas (1717-1727)

Jorge Lopes dos Santos

O objetivo desta comunicação é tentar entender o funcionamento administrativo e econômico do território alagoano (Capitania de Pernambuco), onde alguns ouvidores se utilizando do cargo e de informações privilegiadas se embrearam no obscuro mundo mercantil interagindo com moradores locais e oficiais régios. Buscar-se-á a identificação dos principais atores desta teia montada pelo ouvidor João Villela do Amaral dentro do território alagoano imbricada com suas funções régias. O mesmo, se utilizando da facilidade de deslocamentos destes grupos mercantis, procurou montar sua própria rede que era formada estrategicamente por principais da terra e assim confirmando a sua presença em vários lugares. Para manter todo esse aparato, João Villela não mediu esforço para monopolizar o comércio local através de seus devaneios – prisões, devassa -, indo na contramão de quem deveria zelar pela justiça e o bem comum, na parte sul da Capitania de Pernambuco, refutando aquela visão de que ouvidores não se envolvia em atividades mercantis.

*Liberdade é pra ser sentida:
reflexões sobre o período do pós-abolição brasileiro em suas rupturas, continuidades e
ausências.*

Johnny Pereira Gomes

A abolição da escravatura ocorreu, em vários países, temos Portugal, França, Reino Unido, Estados Unidos da América, Chile e no Brasil, com a promulgação da Lei Aurea em 1888. Mas abolir a escravidão legalmente não significa “libertar” em todos os seus significados. Como algo tão pertinente para a ordem escravocrata, o sentido da liberdade, se apresenta no período de pós-abolição? Quais foram suas rupturas e suas continuidades? Foram analisadas obras de Ira Berlin, Hebe Maria Mattos, Iacy Maia Mata, Eric Foner e Kenneth Maxwell. Os negros, a partir de então, homens livres, eram no final do século XIX, os que mais estavam aptos a dar o sentido à liberdade, e era por isso que eles lutavam desde que estavam no cativeiro, infelizmente no Brasil não houve um esforço social nem internacional que se preocupasse com a situação dos recém libertos.

*Populações, Escravidão e Relações de Poder na Vila de Santa Maria das Alagoas do Sul
(1825-1930)*

José Fernando Barbosa dos Santos

Utilizando a metodologia da Demografia Histórica, criada na França, e adaptando-a as particularidades dos estudos em história do Brasil, para poder compreender populações através de dados quantitativos e qualitativos. A presente comunicação tem como objetivo apresentar um panorama da sociedade na Vila de Santa Maria Madalena das Alagoas do Sul, no período de 1825-1830, tendo como enfoque a demografia, a escravidão e as relações de poder nessa sociedade, com base nos registros paroquiais de batismos presentes no acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Podendo assim construir uma análise sobre a sociedade da determinada localidade no dado período, e com isso contribuir para ampliar o debate historiográfico acerca da história de Alagoas.

O Controle Português e o Comércio de Armas de Fogo no Dngongo (Século XVIII)

Leonardo Oliveira Amaral

O comércio de armas e pólvora nos sertões do Ndongo (Angola) sempre foi algo conflituoso, tanto para os chefes locais como para as autoridades portuguesas, pela falta de controle da Coroa Portuguesa. A preocupação da administração portuguesa com relação a facilidade com que os habitantes do sertão obtinham os produtos bélicos em questão, mostra o quanto o uso de armas de fogo por parte desses personagens no Ndongo era um perigo aos portugueses, que por medo de resistência por parte dos naturais do Ndongo tentou de várias formas acabar com este comércio, introduzido pelos estrangeiros europeus (ingleses, holandeses, franceses e dinamarqueses). Entretanto, com o fracasso dessas tentativas, a Coroa Portuguesa tentou controlar este comércio ao seu proveito e lucro, apesar da resistência local ainda ser uma ameaça constante.

*A incorporação do catolicismo no Antigo Congo nos governos de D. João I e D. Afonso I
(1483 – 1543)*

Luiz Alberto Leite da Silva

O objetivo central desse artigo é analisar os desdobramentos catequéticos e políticos no Antigo Congo nos reinados de D. João I entre os períodos de 1483 a 1506 (marcado pela chegada dos portugueses em Mpinda, porto de uma das províncias do Congo) ressaltando as primeiras relações entre portugueses e bacongos, e o reinado de D. Afonso I entre 1506 - 1543 (pontuando a abertura do catolicismo no início do século XVI). O período ficou marcado pela incorporação do catolicismo como formas de alianças políticas e religiosas, assim como também registrou os conflitos com algumas elites dos bacongos gerados pelo projeto de D. Afonso I em trazer sacerdotes, professores, médicos e professores de outros ofícios para difundir a cultura europeia no Antigo Congo.

Considerações acerca de casamentos escravos no alto Sertão Alagoano, 1864-1888.

Marília Lima de Araújo

O interesse pela família escrava desde os anos oitenta do século XX aumentou de forma considerável, com novos enfoques e abordagens na historiografia da escravidão, que enfatizou discussões sobre as formações familiares construídas por escravizados e libertos, e as suas estratégias para sobreviver no tempo. Esta pesquisa traz algumas características de casamentos de escravos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Água Branca, uma localidade rural situada na microrregião serrana de Alagoas. Para tanto, nos utilizamos da História Demográfica nas análises das famílias e população escrava perante o ritual católico, através dos assentos de casamentos que foram digitalizados e quantificados. Construído por agentes sociais múltiplos, a família escrava no alto Sertão Alagoano é inserida nos debates historiográficos e ganha novos olhares sobre o tema.

O Tráfico Ilegal de africanos e a província de Alagoas (1849-51)

Moisés Sebastião da Silva

A presente comunicação é parte de uma pesquisa mais ampla sobre a presença dos africanos livres – aqueles resgatados do tráfico ilegal e postos sob a tutela do Estado –, entre os anos de 1849 e 1864, na província de Alagoas. Esta comunicação trata de um momento específico das trajetórias desses africanos, qual seja, o momento da apreensão e da emancipação, o que fazia com eles passassem a integrar tal categoria. Nesse sentido, busca-se identificar as apreensões que ocorreram no litoral alagoano e os africanos delas provenientes. Ao fazê-lo, incursiona-se, portanto, no problema do funcionamento do tráfico ilegal e sua relação com a província, buscando-se pensar a procedência dos africanos trazidos para ela, sobretudo no período de ilegalidade, e a identificação dos personagens envolvidos no tráfico.

*Trabalhar adoecer morrer:**As doenças de Escravos nos Anúncios de Jornais Maceió-1860-1864***Oseas Batista Figueira Junior**

A comunicação aqui proposta tem como objetivo analisar as doenças dos escravos nos anúncios de jornais alagoanos no período do oitocentos relacionado às enfermidades encontradas nessas fontes a insalubridade na cidade de Maceió no período de 1860 a 1864. Como destaca Manuel Diegues em *O Banguê das Alagoas*, 2002, escravos doentes nos anúncios de jornais neste período era um desfile constantes sendo as doenças mais encontradas: cólera e febres (ligadas a insalubridade). Compreender as doenças que assolavam a população escrava no período aqui citado, que elevavam os índices de mortalidade desses sujeitos históricos representa direcionar o olhar historiográfico para além das expectativas senhoriais e das lógicas econômicas. Os jornais investigados para este trabalho foram: o *Diário das Alagoas* e *Jornal das Alagoas*. A metodologia desta pesquisa centra-se no cruzamento das informações contidas nestes periódicos com dados fornecidos por fontes ligadas a saúde pública tais como: registros de óbito e relatórios de inspetoria de higiene pública.

*Muquém e a Fundação cultural Palmares***Tarssia Clires Sabino dos Santos**

Neste trabalho tentaremos entender os “atores” que juntos e/ou separadamente contribuíram para a construção do novo significado do termo quilombola, e mais ainda, o de remanescente. A partir das transformações sociais da década de 1980, dos questionamentos lançados pelos participantes do MN, junto à população, do surgimento da Fundação Cultural Palmares (FCP) que em seu nome já carrega o legado palmarino. Instituição que tratara da definição oficial das CRQs e será responsável pela certificação e pelo acompanhamento legal dessas comunidades; assim, inserir a comunidade Muquém nessa leva de comunidades autoafirmativas de remanescentes. Por meio dos documentos e dados, tanto da FCP e do INTERAL/INCRA, e de trabalhos de pesquisadores como Douglas A. Tenório, Jairo J. C. da Costa, Z. Araújo, Flávio G. Dos Santos, dentre outros.

*Infância exposta: A prática de abandono na Villa das Alagoas (1801-1817)***Vanieire dos Santos Oliveira**

O presente trabalho pretende analisar a situação das crianças expostas na Villa das Alagoas no período colonial (1801-1817). Por meio desta pesquisa procuramos compreender os laços de parentesco espiritual formado por padrinhos e madrinhas, e entender através dos filtros da documentação a condição dos expostos revelando assim as distinções de classe, gênero e cor, bem como a tutela e a destinação dessas crianças. Para a estudo desses dados recorreu-se à demografia histórica a fim de ressaltar os comportamentos do cotidiano, nomes, dados quantitativos e qualitativos, registrados nas fontes. O estudo é fundamentado nos pressupostos metodológicos da História Social, como base para a construção da narrativa histórica, conduzido a partir da análise das fontes paroquiais, neste caso os registros de batismo da Villa das Alagoas.

Posse escrava no Sertão de Sergipe

Vladimir José Dantas

A posse escrava no sertão de Sergipe nos permite acompanhar a trajetória de homens e mulheres, desconhecidos a luz da historiografia produzida sobre a História de Sergipe. Para perceber as relações entre eles, pesquisamos os inventários post-mortem, da Villa de Nossa Senhora do Porto da Folha, uma das mais antigas que contribuíram para a formação da Capitania de Sergipe Del Rey. A década de 1850 será o marco inicial visto que representa o início do período de desagregação do sistema escravista. Para esta comunicação nos valem dos conceitos estudados por Sidney Chaloub, João José Reis, além dos estudos de Sheyla Farias Silva e Sharyse Amaral.

O regime em transformação: Traipu e os reflexos da lei Rio Branco. 1872-1883.

Wellington José Gomes da Silva

A lei do Rio Branco, juntamente com o fundo de emancipação e o direito a formação de pecúlio concedeu aos escravos as primeiras prerrogativas legais, mecanismos que foram responsáveis por reestruturar o regime escravista. No município de Traipu, agreste alagoano, a lista dos escravos classificados para alforria demonstra alguns reflexos da lei. Na localidade, o pecúlio foi usado por muitos cativos não apenas para contribuir com a liberdade, mas conseguir prioridade na ordem de classificação. Igualmente, os senhores precisaram adaptar suas estratégias de autoridade, as altas indenizações e a alforria condicional se transformaram em ferramentas para preservar o seu poder sobre a propriedade privada. Através do município de Traipu poderemos observar o processo de transformações responsáveis por moldar a escravidão em seu aspecto mais sensível, a relação direta entre senhores e escravos.

Há Filhos/As de Umbanda em Viçosa, nas Alagoas

Adriano Oliveira Trajano Gomes

O presente texto procura identificar a história da Umbanda, seus primórdios, organização e desenvolvimento do culto no município de Viçosa/Alagoas. O município de Viçosa está localizado a 86 quilômetros da capital Maceió, Mesorregião do Leste Alagoano; Microrregião Serrana dos Quilombos dos Palmares, região do Vale do Paraíba. A Umbanda ali é uma realidade cultural penetrante no cotidiano viçosense. Historicamente este município mostrou-se um ambiente bastante propício às práticas afro-brasileiras. Em meados dos anos de 1930 e 1940, já se ouvia falar dos “xangozeiros” de Viçosa. Entre 1959 e 1960, tem-se o culto organizado propriamente dito da religião. Atualmente, existem 33 terreiros de Umbanda presentes nos quatro cantos do município.

A Atuação da Igreja Católica através da Comissão Justiça e Paz na Reabertura Política em Alagoas

Camila Silva de Freitas

Proporcionada pela participação no Programa de Ações Interdisciplinares (PAINTER): Alagoas Histórica Digital, parceria entre a Universidade Federal de Alagoas e a Arquidiocese, realizada no arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, a pesquisa sobre a atuação político-social da Igreja Católica através da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, representante da comissão situada em Roma, busca enxergar esse exercício no estado, diante da criação da comissão regional Alagoas - datada de 1980 e assinada por Dom Miguel Câmara. O trabalho ainda em desenvolvimento tem por objetivo principal preencher lacunas historiográficas ao proporcionar uma nova perspectiva histórica quanto à participação da Igreja no período de reabertura política, especialmente em território alagoano – em detrimento a conhecida corrente conservadora dessa Instituição.

26

“Pelo Direito de Educar a Juventude Cristã”:
A Questão do Ensino Público no Discurso do Episcopado Brasileiro (1980-1901)
César Leandro Santos Gomes

A comunicação tem como objetivo refletir sobre as relações constituídas entre a Igreja Católica e a sociedade por meio dos debates sobre a questão do ensino laico das escolas públicas, embasada na análise dos discursos presentes nas *cartas pastorais do episcopado brasileiro*, entre os anos de 1890 a 1901, e dos decretos do *1º Concílio Plenário Latino-Americano (1899)*. Sabe-se que desde o período colonial e, posteriormente no Império, o monopólio do sistema educacional brasileiro permaneceu nas mãos da Instituição Eclesiástica, através de uma rede de escolas confessionais. No entanto, com o fim do padroado régio, após a Proclamação da República (1889), e a separação das estâncias políticas e eclesiásticas, com o decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, atribuiu-se ao Estado a responsabilidade pelo ensino público, respaldado nos critérios da laicidade. A partir dessa nova ordenação a Igreja Católica passou a utilizar as escolas paroquiais como uma forma de inserir seus preceitos morais e religiosos na sociedade, articulando a prática de ensino ao processo de romanização e na perpetuação das relações de poder com as classes as forças políticas locais.

Colégio Imaculada Conceição: Sacro Berço de São Instrução (1913)
Dilson Gonzaga Sampaio

O presente artigo é resultado de pesquisas que venho desenvolvendo na região do baixo São Francisco brasileiro, precisamente nas cidades de Penedo/AL e Propriá/SE, a fim de analisar duas instituições educativas femininas criadas pela Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. A pesquisa não se trata de um estudo comparado, mas um entendimento por quais circunstâncias históricas surgiram essas instituições educativas femininas, compreender qual modelo de educação foi adotado na educação de meninas. O recorte temporal é o ano de fundação do Colégio (1913). O aporte teórico e metodológico fundamenta-se nos pressupostos da História e História Cultural: Nunes (2008), Magalhães (2004) e Pinsky (2015), Azzi (2008). A pesquisa de cunho histórica documental tem orientação os ensinamentos de Le Goff (2009), quando analisamos o arquivo da própria Instituição, identificamos diários de classe, livros, registro de professores e alunas, relatórios de inspetores de ensino. Essa vasta documentação é importante quando desejamos analisar o Colégio e a História da educação em Penedo.

O Evangelho Restaurado em Maceió:
O estabelecimento da fé e cultura dos mórmons (1966-1982)

Fernando Pinheiro da Silva Filho

Trata-se de uma pesquisa que tem como objetivo mostrar a influência dos costumes, visão de mundo e cultura dos mórmons na sociedade maceioense, por meio do relato dos acontecimentos históricos desde o início do estabelecimento d'A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias em Maceió. Observamos o significado dos lugares, objetos e representações do universo mórmon. A metodologia usada neste estudo é a história oral dos conversos ao mormonismo entre 1966 e 1982 que residem na capital alagoana, obtida por meio de entrevistas semiestruturadas. Realizamos, posteriormente, a análise de conteúdo das entrevistas, evidenciando as apropriações, práticas e representações pela perspectiva teórica da história cultural.

A Fé Christã: aproximações à imprensa católica em Alagoas, 1902-1907

Irinéia Maria Franco dos Santos

O objetivo da comunicação é apresentar alguns elementos sobre a atuação da imprensa católica em Alagoas, a partir do estudo de caso do jornal *A Fé Christã*, publicado na cidade de Penedo entre 1902 e c.1907. A participação do clero no jornalismo alagoano data de meados do século XIX, com intensa atividade durante os anos conturbados da chamada Questão Religiosa (1872-1874). Os desdobramentos das tensões entre Estado e Igreja Católica acompanharam todo o período final do império e início da república, criando novas necessidades de posicionamento católico diante dos “inimigos” advindos com a modernidade. Assim, o estudo de um dos jornais mais combativos ajudaria a problematizar as relações entre religião e política, e entender como se deu a atuação da imprensa católica militante em Alagoas, no reforço de manter os privilégios do catolicismo como religião hegemônica.

O objetivo da Pastoral da Juventude do Meio Popular e sua atuação em Alagoas

Luiza Sahara da Silva Santos

O presente trabalho busca uma análise sobre a atuação da Pastoral da Juventude do Meio Popular no estado de Alagoas, procurando entender como ela atua na vida espiritual dos fiéis e atende determinadas situações ou uma específica realidade. Foram utilizados como base documental relatórios de encontros da PJMP do ano de 1991 a 2001, encontrados no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, assim como relatos dos perfis dos jovens militantes, e sobre os acontecimentos internos por via de uma fonte oral. Para possibilitar um melhor entendimento da ação dessa pastoral, deve-se também tentar entender o objetivo da Teologia da Libertação, anunciando o projeto de Jesus Cristo Libertador com vista a uma prática libertadora na igreja. Por fim, a importância da PJMP na vida dos jovens da classe popular alagoanos.

No final da década de 1950 e início dos anos 1960, ocorreu um redirecionamento na ação religiosa da Arquidiocese de Maceió. Movimentos como a Juventude Operária Católica (JOC), o Movimento de Educação de Base (MEB), o Serviço de Orientação Religiosa em Alagoas (SORAL), e, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) se desenvolveram neste período. Embora a eclesiologia desses movimentos não seja semelhante, paulatinamente foi se desenvolvendo na Arquidiocese uma nova concepção de Igreja, culminando com a eclesiologia das CEBs. Contrapondo-se a concepção hegemônica, tradicional e hierárquica, em determinados setores da Igreja local, passou-se a conceber a Igreja como “Povo de Deus”. Em certa medida impulsionados pela nova conjuntura eclesiástica e sociopolítica dos anos 1960. Entretanto, as transformações processadas no catolicismo alagoano não foram mero reflexo da conjuntura internacional e nacional, mas, também, resultado de especificidades locais. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo compreender as transformações ocorridas na Arquidiocese de Maceió, articulando a conjuntura nacional e internacional com a realidade local.

A Fé Através do Medo:

*Uso dos bestiários como instrumento doutrinário e pedagógico na obra de São Jerônimo
(Século IV)*

Allan Cristian de Almeida Felix

O bestiário, também conhecido como “livro das bestas” durante a Idade Média, tinha como sua função o registro e o estudo das criaturas que habitavam a natureza, sejam elas criaturas naturais ou não, incluindo nesse contexto a descrição de plantas e minerais conhecidos. Essa “tradição bestiária” era muito utilizada na França e principalmente na Inglaterra, como forma de legitimação do texto bíblico (conforme era a própria função da ciência nesse período). Ciência e religião trabalhavam em uníssono num ambiente em que o maravilhoso permeava sobre todas as instâncias das vidas de humana. A partir destes pressupostos, este trabalho tem como objetivo a análise e compreensão de como os estudiosos teológicos se utilizaram desta tradição, como forma de manter seus fiéis dentro da doutrina cristã. Nossa ênfase se dará principalmente sobre o uso feito dos bestiários na obra “Apologia contra Rufino”, escrita por São Jerônimo no século IV.

*Tensões e limites entre a representação da espiritualidade feminina e masculina nas
regras monásticas: Regra de São Bento e Regra de Cesário de Arles.*

Angela Caroline de Lima Silva

As mulheres nunca estiveram ausentes da história, embora a historiografia as tenha esquecido durante muito tempo. Só no início do século XX com o avanço das conquistas feministas que as questões ligadas às mulheres entraram nos debates acadêmicos, tornando-se objeto de estudo e sujeitos históricos. O presente trabalho busca contribuir com este processo historiográfico a partir da análise da primeira regra monástica feminina merovíngia: Regula Ad Virgines, datada de 512, escrita por Cesário de Arles, destinada ao mosteiro feminino de São João, o qual teve sua irmã Cesária como Abadessa. Através da análise da documentação procuramos entender as relações de poder, o papel das mulheres, e se houve distinção de tarefas entre elas e os homens no mosteiro.

Santidade e Gênero na Vita Sancti Radegundis

Benjamim Oliveira da Rocha

O presente trabalho proporciona uma análise de como as relações de gênero fazem parte da hagiografia Vita Sancti Radegundis, escrita pelo poeta Venâncio de Fortunato no final do VI na região da Gália merovíngia. O exame feito do documento se propõe a entender, a partir das ideias da historiadora Joan Scott, como as diferenças sexuais no texto estabelecem um modelo de santidade a ser seguido pelas mulheres. Haja vista que, Scott aponta que o estudo de gênero está associado com o saber sobre a diferença sexual, examinamos no que diferia a vida da Santa Radegunda com as masculinas escritas na região Gália (São Martinho, 395; São Honorato, 430; São Cesário, 542).

A influência do saber oriental sobre o ocidente e a pretensão eurocêntrica de originar a racionalidade na Grécia antiga.

Cleibson Américo da Silva

Desde longínqua tradição o homem ocidental convencionou centralizar o nascimento da racionalidade lógica na Grécia, precisamente, com os pré-socráticos. Entretanto, essa ideia vem sendo questionada, sobretudo pela corrente orientalista, a qual, a exemplo de Edward Said, apresenta uma visão diferente. De acordo com essa vertente, o ocidente é devedor do oriente, e sem ele, jamais teria a potencial produção intelectual que teve. Assim, por meio desse trabalho, pretendemos mostrar que a mentalidade eurocêntrica fez surgir o uso lógico-racional na Grécia, e evidenciar as condições históricas que possibilitaram o surgimento da racionalidade grega, de modo a elucidar as principais influências orientais sobre os pensadores gregos.

Casamento e Divórcio no Egito Antigo: Direitos e Proteção da Mulher

Danilo Brasil Pinto

Durante toda a sua História o Egito Antigo tem demonstrado mudanças e avanços na formação do império e em aspectos que constituíram sua identidade cultural ao longo dos séculos. Essas mudanças que vão desde a indumentária, como o acréscimo de brincos como adereços. Apesar de tantas inovações identificamos um elemento que manteve sua continuidade do protagonismo feminino das egípcias em diferentes setores sociais. Tanto no sagrado, quanto no mundo profano a mulher era dotada de direitos que tanto asseguravam seus interesses como sua própria integridade. A questão da proteção da mulher durante o casamento, os acordos matrimoniais entre os cônjuges, o divórcio e suas causas como adultério, problemas de convivência, vontade de viver com outra pessoa e esterilidade. Quais eram os direitos da mulher no casamento, no divórcio e as obrigações do marido.

O discurso de Santo Agostinho em Confissões contra a Heresia maniqueísta

Francisco Vicente Ferreira

Este trabalho quer refletir, por meio da análise da obra Confissões de Santo Agostinho, sobre as rivalidades, conflitos e adaptações vividas por este doutor da Igreja Cristã Ocidental, em especial os conflitos dogmáticos e heréticos de Maniqueu e de seus seguidores maniqueístas, conflitos estes que marcaram o processo constituinte das práticas culturais da Igreja cristã Ocidental e da sua institucionalização na Antiguidade Tardia. A figura de Santo Agostinho e sua obra são um locus privilegiado para análise deste processo, visto que a Igreja africana, região onde foi bispo, contou com uma grande presença do maniqueísmo e de um dos grandes exegetas donatista da época, Ticônio, e o bispo cristão Ambrósio, que sem dúvidas alguma influenciou vários autores contemporâneos de sua época.

Rise a Knight:
A Idealização da Investidura Cavaleiresca no Filme Cruzada (Ridley Scott, 2005)
Ives Leocelso Silva Costa

Este trabalho tem por objetivo analisar a investidura cavaleiresca representada no filme *Cruzada* (2005), do diretor britânico Ridley Scott, à luz da historiografia medievalística. A película apresenta uma versão ficcionalizada de Balian de Ibelin, retratado como um ferreiro francês, filho bastardo de um nobre cruzado, que é investido cavaleiro por seu pai na jornada para Jerusalém e acaba por tornar-se o defensor da cidade durante o cerco feito por Saladino em 1187. Durante este mesmo cerco, Balian nomeia cavaleiros todos os combatentes da cidade – de soldados de infantaria a cavaleiros. Utilizando como fonte o *Livro da Ordem de Cavalaria* (c. 1274-1276) de Ramon Lull, além de revisão bibliográfica, pretende-se demonstrar a forte idealização da investidura e, por conseguinte, da cavalaria, no filme e no próprio imaginário medieval.

Bula “Quo Elongati”: Uma porta de escape para a difícil herança franciscana
José Carlos Santos do Carmo

A ordem Franciscana surgida no século XIII, foi um grupo de grande importância para a renovação espiritual que com a ideia de pobreza voluntária tornaram-se rapidamente um polo de atração de homens e mulheres que desejavam melhor viver sua fé. A grandeza deste grupo levou estes a manterem relações com os pontífices. Esta ligação tornou-se frequente após a morte de São Francisco de Assis que deixou para seus irmãos uma difícil herança sintetizada nas *Regula non bullata* e *bullata*, que causavam dúvidas e conflitos entre os frades, logo foi necessário com a ajuda dos papas uma releitura das ideias originais dos frades minoritários. Portanto este trabalho possui como objetivo analisar a Bula “Quo Elongati” de Gregório IX que devido embates ideológicos, decidiu esclarecer as dúvidas levantadas pelos frades em relação à identidade franciscana.

Em Defesa da Igreja de Pedro?
Controvérsias Dogmáticas e Políticas na Igreja (Século VIII)
Luanna Klíscia de Amorim Mendes

Nesta comunicação procuraremos refletir sobre o debate a respeito da heresia que repercutiu na Igreja cristã hispânica no século VIII, a partir dos diálogos travados em relação as ideias adocionistas, entre Elipando, bispo de Toledo, Felix, bispo de Urgel e o Beato de Liébana, monge asturiano. Nosso objetivo é a análise do próprio conceito de heresia, da forma como ele se constitui até o discurso destes autores, e num segundo plano, como essa disputa dogmática foram constitutivas dos conflitos entre a Igreja local e sua relação com o Império Carolíngio e com o papado romano. Na península Hispânica, a Igreja estava sob a autoridade de Toledo, as diversas regiões que compunham essa diocese estavam submetidas a realidades políticas muito diferentes. Ao sul reinavam os muçulmanos, ao norte os reinos cristãos e na região que hoje está a Catalunha, os francos exerciam uma forte influência. Neste sentido, queremos refletir sobre o papel que a definição e legitimação dos discursos dogmáticos se prestaram frente ao processo de afirmação política desses diversos grupos cristãos.

No presente trabalho busca-se analisar traços dos valores e do cotidiano das pessoas do período medieval a partir das características de sua expressão musical. Segundo Harnoncourt (1988, 1993) e Grout e Palisca (1994), o crescimento da Igreja Cristã exerceu forte influência na forma e uso das artes, em especial na música, por ela recepcionada de maneira criteriosa e restrita. Por um lado, o canto gregoriano possibilitava a comoção das multidões e o conforto emocional para a reflexão sobre as mensagens bíblicas. Ao mesmo tempo, buscava-se afastar os convertidos de qualquer atividade, costume ou ideia de seu passado pagão. Mas os trovadores, com suas cantigas, igualmente invocavam a carga emocional da música para relatar as batalhas, contar histórias de paixões e dramas, além de trazer reflexões sobre valores humanos. Assim, as duas vertentes da música medieval – sacra e profana – proporcionavam, a seu modo, a interiorização e a reflexão das mensagens por elas transmitidas.

Cartas e traduções na Antiguidade Tardia

Raquel de Fátima Parmegiani

O estudo tratará da tradição de leitura e do processo de tradução e canonização que se impôs, ainda durante da antiguidade tardia, aos livros que hoje compõe Bíblia. Escritos em línguas grega e hebraica, a tradução dessas obras para a língua latina foi essencial para que eles pudessem passar de uma cultura a outra e se tornassem um arquivo, o que os defendeu da imprevisibilidade e percalços da história. Nos dirigiremos até esta problemática pelo epistolário de um dos mais importantes pais da igreja latina, Jeronimo.

Rediscutindo os estatutos parisienses de 1339-1340.

Roberta Magalhães

Este trabalho tem como objeto os estatutos promulgados na Faculdade de Artes da Universidade de Paris nos anos 1339 e 1340. Estes estatutos - também conhecidos como estatutos anti-ockhamianos - tinham como objetivo principal disciplinar as práticas de leitura e disputas nessa Universidade, mas também envolvem questões doutrinárias, relacionadas à leitura de proposições de virtute sermonis. Discutiremos as motivações que levaram à promulgação desses estatutos, bem como o teor das proibições contidas nos mesmos.

Fontes eclesiásticas:

*Processos de banhos matrimoniais e assentos de casamentos da cidade das Alagoas
(1880-1900)*

Altina Maria Rodrigues de Farias

Os documentos produzidos pela Igreja Católica constituem uma das séries documentais mais importantes para o estudo da História Social e Cultural no Brasil; a partir dos estudos da Demografia Histórica, que os utiliza a partir da década de 60 para os estudos da população, percebe-se as possibilidades de seu uso no estudo da família e sociedade, bem como em temas específicos como a infância, a mulher, relações de poder e mesmo a escravidão. O trabalho propõe expor a documentação custodiada pelo arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió que tem como origem a freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Alagoas (atual município de Marechal Deodoro), especialmente a série documental de processos de banhos matrimoniais e assentos de casamentos produzidos no período de 1880 a 1900, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, tornando-os conhecidos, bem como discutir as possibilidades de sua utilização no campo da pesquisa histórica em Alagoas.

Cultura da pesca, narrativas e identidade

**Arrisete C. L. Costa
Josemary P. O. Ferrare**

Na relação humano-natureza, o trabalho é condição de produção da vida e se manifesta numa variedade de indicadores socioculturais e situações concretas dos *ofícios e modos de fazer*. Dentre eles, demonstraremos como na pesca artesanal se articulam diversas ocorrências culturais (expressões, celebrações, lugares e edificações) partilhando de um mesmo princípio estruturante da cultura: a identidade narrativa. A investigação do território histórico-geográfico e cultural dos ecossistemas oceânicos e salubres da região Metropolitana de Maceió nos anos de 2015/16 foi realizada por intermédio do Inventário Nacional de Referências Culturais: INRC – AL, operacionalizado pelo Convênio IPHAN – SECULT.

*Ensino de História:**O livro didático no ensino médio da escola pública em Palmeira dos Índios - AL***Dehon da Silva Cavalcante**

Este artigo pretende colocar como objeto de discussão e reflexão o ensino de história e o emprego do livro didático na escola pública de Palmeira dos Índios AL; partindo do questionamento do que é a história, suas complexidades e especificidades, buscar-se-á desconstruir alguns conceitos que ainda persistem no imaginário sobre o ensino desta temática; como também, através da análise do livro didático utilizado no ensino médio desta cidade pretende-se refletir sobre o uso concreto deste material didático por professores e alunos. O ensino de história e seu correspondente livro didático precisam ser explorados desde a sua concepção até as escolhas que se fazem presentes no seu cotidiano, de forma que se favoreça o desenvolvimento de consciência histórica e do saber histórico escolar na atualidade. A Metodologia utilizada neste trabalho consiste na aplicação de questionários e entrevistas, direcionadas aos discentes de história e docentes do ensino médio, assim como através de observações às aulas, contemplando a dinâmica escolar referente ao ensino de história e ao livro didático. Como referencial teórico será utilizado os estudos de Jorn Rüsen e Circe Bittencourt.

*A Narrativa como Fonte:**Refletindo sobre os Usos da História Oral na Pesquisa sobre o Movimento dos Atingidos por Barragem no Estado da Paraíba***Ellen Layanna de Lima**

O processo de rememoração, a fala, a história, a representação não está descolada do sujeito, mas mantém relação com o entrevistado e o lugar que este ocupa, por isto a narrativa se constitui um elemento significativo e tem sido cada vez mais explorado pela ciência. Neste sentido, este trabalho pretende pensar como a metodologia da história oral favorece a pesquisa histórica, em especial a pesquisa que tematiza o movimento dos atingidos por barragem. A fonte oral nos oportunizou conhecer traços da memória daqueles que viveram determinada época, testemunhando/participando de fatos e situações que são (re)significadas pelo tempo e pelo ato de lembrar. Este trabalho apresenta como o ato de lembrar e narrar dar suporte a formação deste movimento social, de modo que os acontecimentos vivenciados quando relatados possuem em se experiências que são compartilhadas pelos membros da comunidade atingida. Desta forma, através da narrativa da história de vida dos atingidos por barragens, conseguimos delinear as relações vivenciadas individualmente e pelo grupo, contemplando assim traços da sua camada social, da sociedade global e compreendendo melhor suas perspectivas de luta.

*O cotidiano do Museu Théo Brandão com o olhar histórico de José Carlos, seu
funcionário pioneiro*

Ennia Carolina da Silva Freitas

O trabalho tem como principal intuito transformar a memória em História, tendo como principal personagem, José Carlos (funcionário do Museu Théo Brandão: desde a sua fundação aos dias atuais) e suas recordações. Trazendo à tona a História testemunho. Essa nova perspectiva, *nova História*, considera as experiências de pessoas comuns. O artigo explora o mundo intelectual do entrevistado e cruza informações com o cotidiano das atividades do museu e do próprio Théo Brandão, de maneira que possa fazer uma reflexão em torno de uma construção de detalhes, que dizem muito a respeito do ambiente do Museu Théo Brandão.

Cartografia como fonte: O Sul de Alagoas no século XIX

Fábio Barbosa da Silva

Este trabalho pretende apresentar uma leitura do Sul de Alagoas no século XIX com base na cartografia da época. O desenvolvimento espacial do território alagoano ocorreu de forma desigual. Enquanto o Norte, a partir da região em torno das Lagoas, se identificou logo cedo com a cana-de-açúcar, o Sul permaneceu parcialmente desabitado e vinculado a criação de gado durante os primeiros séculos da colonização. A Emancipação política de Alagoas, em 1817, permitiu o desenvolvimento de um discurso historiográfico unilateral do território alagoano, onde a cana-de-açúcar aparece como agente predominante em todo espaço. A Cartografia do século XIX permite certa flexibilidade deste discurso, ao apresentar a possibilidade de leitura do Sul da então Capitania ou Província ainda marcado fortemente pela pecuária, e por um modelo de ocupação espacial ainda em desenvolvimento.

Tópos, coordenadas lugar: Instituto Archeologico e Geographico Alagoano - IAGAL

Felipe da Silva Barbosa

Este trabalho expõe as atividades inerentes a produção institucional do conhecimento histórico em Alagoas, durante os anos 1869 a 1884. Descrevendo, analisando e instituindo, criticamente, uma topografia: o espaço, (o Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas – IAGAL) produtor e reproduzidor de uma escrita específica acerca da história local; o produto (a Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano - RIAGAL), meio de circulação desse discurso histórico; e os agentes (os Associados), autores e representantes de uma escrita. Não necessariamente “reconstruindo”, dia após dia, o passado da Instituição, mas apresentando-a em seus aspectos. Utilizando artigos, documentos e atas de sessões produzidos pela instituição como fontes privilegiadas para se pensar as atividades internas da Instituição.

*A Educação e o Higienismo em Arthur Ramos:
Análise do Livro Saúde do Espírito (1958)*

**Fernanda Lays da Silva Santos
Roseane Maria de Amorim**

Este artigo tem por objetivo trazer a discussão sobre o higienismo através da análise de uma das obras do intelectual alagoano Arthur Ramos, intitulada “Saúde do Espírito”, de 1939, reeditado em 1958, fruto de sua atuação no Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (1934 a 1939), e assim associá-lo ao movimento higienista no início do século XX. Neste trabalho utilizamos como metodologia a análise documental e estudos bibliográficos. O livro analisado traz em suas páginas princípios de uma época em que higienizar a população foi necessário dentro do contexto histórico da busca incessante de civilizar o Brasil. A ordem, o progresso, a racionalidade científica e a industrialização fermentaram os pensamentos dos intelectuais que viam a educação como uma arma poderosa para o constructo de uma sociedade moderna.

*Renda Irlandesa de Divina Pastora (SE) como Patrimônio Cultural Imaterial:
Historicizando o Processo (2000-2015)*

Heyse Souza de Oliveira

A pesquisa centra-se no trabalho manual de mulheres de idades variadas, através da memória, do saber fazer, identidade, tradição e cultura enraizada no cotidiano comunitário. Surge assim a Renda Irlandesa no município de Divina Pastora (SE), artesanato cujo modo de fazer é considerado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) um “Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro”. O município, apontado como “o maior pólo de produção de renda irlandesa do Brasil”, em 2013 obteve do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) a Indicação Geográfica (IG), dando ao produto destaque e *status* de qualidade. Enquanto “fonte”, na perspectiva da História Cultural de Peter Burke e Sandra Pesavento, a renda contém em seus bordados o imaginário das artesãs que também ressignifica sua visão de mundo.

*Imprensa Alagoana: Selecionando temas com foco no discurso de modernização do setor
sucroalcooleiro proferido pelos jornais do estado de Alagoas*

João Paulo Rodrigues da Costa Silva

O presente trabalho a ser apresentado no VIII Encontro Nacional de História da UFAL traz um apanhado do percurso trilhado nos primeiros 2 (dois) meses de pesquisa, levando em consideração os periódicos trabalhados até o presente momento (Jornal de Alagoas – 1980) e seus usos como fontes historiográficas, além da bibliografia lida no intento de aprimorar as deliberações sobre a temática da história social do estado de Alagoas. Não deixando de observar a posição política assumida pela imprensa alagoana diante das situações tabuladas no decorrer da pesquisa, buscando compreender os discursos circunscritos por esta mesma imprensa.

Os registros de um Diário: Representações e o imaginário da cidade de Campina Grande - PB (1957-1965) por meio de um veículo de comunicação impresso.

Laysa Cristina de Barros Silva

37

Campina Grande nos fins dos anos 1950 e na primeira metade dos anos 1960 é representada nas páginas do Diário da Borborema, nossa fonte primária, um órgão integrante dos Diários Associados. Ao tomá-lo como uma categoria documental este nos fornece, através de suas matérias, o acesso aos mais diversos aspectos dessa cidade que passava naquelas circunstâncias por importantes transformações materiais e simbólicas. Com isso, pretende-se utilizar o paradigma indiciário, proposto por Carlo Ginzburg, como recurso metodológico no tratamento das fontes, afim de buscar as representações e o significado do passado a partir dos indícios, das pistas e dos vestígios que podem ser encontrados na documentação. No referido estudo busca-se fundamentos teóricos dentro das possibilidades de interpretação histórica fornecida pelos aportes da História Cultural, assim como também dar conta desse olhar que se lança para a História de Campina Grande, a partir da vertente da historiografia sobre cidades.

Os julgamentos de Calabar nas produções do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

Marília Teles Cavalcante

O objetivo desse trabalho é apreciar as fontes encontradas no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas sobre Domingos Fernandes Calabar, no sentido de entender como os que escrevem a história nessa entidade de memória o apresentam. Encontramos três principais momentos que gostaríamos de apresentar sobre: no início da criação do Instituto; na década de 1930 com os livros *A Reabilitação Histórica de Calabar* (1933), de Assis Cintra e *O Julgamento de Calabar* (1934), de Alberto Rego Lins; e na década de 1970. Queremos expor essas fontes e as possibilidades que elas nos trazem, de forma aberta ao diálogo, propondo mais questões que respostas nesse momento inicial.

Construindo uma abordagem para a história da Justiça do Trabalho em Alagoas

Oswaldo Batista Acioly Maciel

A comunicação levanta algumas questões de fundo relacionadas com a possibilidade de elaboração de uma história da Justiça do Trabalho em Alagoas. Mas particularmente, a partir da experiência de análise da história da Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió entre seu surgimento e o início dos anos 1990, identificamos algumas dimensões importantes para realizar esta tarefa, tais como o limite de acesso às fontes administrativas, a tensão entre uma justiça federalizada que sofre pressões de forças regionais, ou mesmo a forma como a sociedade alagoana lida com os direitos em geral e os direitos sociais/trabalhistas em particular.

O uso da geografia como ciência auxiliar ao trabalho do historiador não é algo novo à historiografia, de fato, há praticamente um século que a aproximação entre essas duas ciências foi consolidada pelo movimento dos Annales. Contudo, entender as novas formas como a sociedade lida com o Espaço é algo necessário para orientar as pesquisas em diversas áreas da História. É nesse sentido que o presente trabalho almeja contribuir. O artigo surgiu a partir das indagações levantadas no andamento de um trabalho monográfico (ainda em curso) acerca do processo de especulação imobiliária em uma área do Agreste alagoano, onde foi necessário um diálogo com o campo da Geografia Crítica para entender a atual dinâmica de apropriação do Espaço pelo capital, de forma a melhor enxergar o panorama da história local face às conjunturas externas.

Fontes para História do PCB em Alagoas (1980-1991)

Rodrigo José da Costa

O objetivo desta comunicação é discutir de forma crítica as fontes utilizadas na pesquisa de doutoramento que venho desenvolvendo junto a Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Estabelecendo uma taxonomia do material utilizado procuro apontar a contribuição e os limites dos *corpus* utilizados, a saber o jornal Voz da Unidade editado pelo Partido a partir de março de 1980; o livro O PCB em Alagoas: Documentos (1982-1990), compilado pelo ex-militante do PCB em Alagoas Geraldo de Majella; os documentos Projeto Memórias Reveladas depositados no Arquivo Público de Alagoas e; as obras memorialísticas sobre o PCB no período recortado.

A história na perspectiva dos jornalistas-escritores: memória, sociedade, política e literatura

Rossana Viana Gaia
Maria de Lourdes Lima

Desde o século XIX, as fontes periódicas passam a ter uma validade enquanto registro historiográfico, sendo parte dos métodos investigativos de vários campos do conhecimento. Este estudo faz um levantamento inicial de jornalistas-escritores alagoanos que atuaram na imprensa e se destacaram na produção de uma escrita que culminou em um formato de narrativa híbrida que articula memória, sociedade, política e literatura. O objetivo desta pesquisa, ainda em andamento, é mapear a escrita jornalística de cinco profissionais que se destacaram, a partir do século XIX, a saber: José Alexandre de Mello Moraes, Tavares Bastos, Luiz Lavenère, Costa Rego e Graciliano Ramos. Internacionalmente, verifica-se, no mesmo período, a presença de escritores de ficção e da literatura científica como responsáveis por novas abordagens que culminaram em narrativas originais, cujos conteúdos são hoje objetos da história.

*Que Horas Ela Volta? e o Lulismo (2003-2011):
O cinema como meio de investigação da sociedade.*

**Roseane Monteiro Virgínio
José Fábio Cassiano dos Santos**

Este trabalho tem como proposta apropriar-se das concepções do historiador francês Marc Ferro (1924-) acerca da percepção do filme como uma fonte histórica, um objeto e um agente da história. Ferro segue a tradição da Escola dos Annales que defende o estudo de tudo que é produzido pelo homem como meio para observá-los. Nesse sentido, compreendemos o filme brasileiro *Que Horas Ela Volta?* (2015) de Anna Muylaert como meio de analisar a sociedade que o produziu; logo assim, visamos perceber as mudanças políticas e sociais no contexto que o filme reverbera: o Lulismo (2003-2011).

Da Pré-História à História: o Problema do Tempo Histórico na História do Brasil
Alberto Vivar Flores

A descoberta, invasão, conquista e colonização do Continente Americano, tanto a partir do 12 de outubro de 1492 como, no caso do Brasil, a partir do 22 de abril de 1500, significou, entre muitas outras coisas, um dramático encontro entre grupos humanos de diversos tempos e culturas. Pelo lado americano, houve uma interrupção violenta de seu natural processo histórico. Pelo lado europeu, houve uma progressiva expansão e continuidade do seu vitorioso processo histórico. Assim, a formação social colonial dos futuros povos americanos –integrados por índios americanos surpreendidos na Pré-História ou no início de sua História, por negros africanos trazidos à América na qualidade de escravos e por europeus que inauguravam a Época Moderna– acarretará um radical problema para a História Universal eurocêntrica, quando se trate de interpretá-los, estudá-los e/ou explicá-los desde o ponto de vista dessa clássica periodização cronológica. Esclarecer esse problema desde o privilegiado contexto da História do Brasil é o objetivo desta nossa Comunicação.

Entre as normas e a vida:

A experiência do curso História Licenciatura da UFAL (2012-2016)

Ana Paula Palamartchuk

De acordo com o educador Paulo Freire: “E[st] no respeito as diferenças entre mim e eles ou elas, na coerência entre o que faço e o que digo, que me encontro com eles ou com elas. E[st] na minha disponibilidade a[nt] realidade que construo a minha segurança, indispensável a[nt] própria disponibilidade” (FREIRE, 1996, p. 152). Imbuídos dessa ideia geral, diante de um curso de licenciatura que nos anos anteriores, em especial, entre 2010 e 2015, apresentou índices baixíssimos de aproveitamento do seu corpo discente e viu alterado substancialmente o seu corpo docente, iniciou-se uma série de debates de reorganização do curso. Em 2012, o INEP-MEC, diante da falta de informações sistêmicas do curso, realizou uma visita in loco e diante da situação precária de funcionamento do curso, estabeleceu um protocolo de compromisso (PC) institucional, segundo o qual teríamos menos de dois anos para cumprir. O PC identificou e apresentou questões em três dimensões: dimensão 1 (organização didático-pedagógica; dimensão 2 (corpo social); e dimensão 3 (infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação), as quais, além das questões diretamente ligadas ao próprio funcionamento do curso, incorporou normas de funcionamento das quais o curso estava alheio. Assim, a presente comunicação apresentará essa relação entre as normas e o funcionamento do curso História Licenciatura nos últimos anos.

O Estudo aborda a estreita relação existente entre a biografia profissional e a atuação política-social (participação em movimentos sociais, sindicais e grupos de pesquisa) dos professores de História e a criação de práticas pedagógicas (disciplinares e não disciplinares) de perspectiva analítico-crítica no interior das escolas do ensino médio. Analisa-se as propostas pedagógicas (projetos, disciplinas complementares, clubes e grupos de estudo) desenvolvidas pelos professores de História, em 4 escolas de ensino de tempo integral de Pernambuco (Escolas de Referência em Ensino Médio – EREMS). Para tanto, tomam-se as discussões de José Carlos Morgado (2005) e Ivor Goodson (2013) sobre as divergências entre as perspectivas políticas-profissionais dos professores no exercício da docência e dos programas curriculares prescritos como fundamento teórico para análise das produções docentes.

Ensino de História, Estágio Supervisionado e Projeto-Aula.

Antonio Bezerra

O texto discute algumas experiências pedagógicas desenvolvidas nas disciplinas de Prática de Ensino de História e Estágio Supervisionado II e III do curso de licenciatura em História da UFAL. O objetivo das atividades pautava-se pela motivação de estudantes universitários à docência para o ensino de história na educação básica. Notadamente, evidenciou-se a conexão entre escola e universidade numa tentativa de revitalizar o interesse dos licenciandos pela profissão docente. Em face disso, o uso de projetos com eixos temáticos no ensino de história potencializou a interdisciplinaridade do ensino dessa disciplina nas escolas de educação básica e fez notar o uso de “novas” técnicas e linguagens na problematização das aulas. Por esse prisma, as atividades realizadas no âmbito das escolas atenderam os objetivos iniciais da proposta, levando os estudantes a testarem os conhecimentos adquiridos na universidade nos espaços escolares, levando-os à socialização desses saberes e a experimentarem os primeiros momentos da docência.

Sergipe em Baixelas: Um estudo sobre a contribuição do acervo Rosa Faria para o Ensino da História sergipana (1977-1997)

Danielle de Oliveira Cavalcante

A possibilidade de trabalhar com os bens culturais e históricos inseridos nas obras de arte, nos ajuda a ter um acesso interdisciplinar no ensino-aprendizagem da História, criando estímulos aos alunos num senso de preservação da memória social coletiva e na construção de identidades. Rosa Moreia Faria, foi uma professora, que depois da sua aposentadoria, não se refugiou ao anonimato e decidiu continuar ensinando através de obras de arte, montando um acervo com pinturas de sua própria autoria, onde fundou o que anos mais tarde foi tido como Museu de Arte e História “Rosa Faria”, retratando a história sergipana em azulejos e porcelanas. Este trabalho tem como objetivo analisar a formação do acervo “Rosa Faria”, como contribuição para uma nova linguagem no ensino-aprendizagem da História de Sergipe. Encontrando como fontes para este trabalho, um acervo que retrata fatos históricos em mais de 1000 obras, além de fotografias e documentos que demonstram as visitas e parcerias com escolas, na divulgação do seu acervo.

*Projeto-aula e linguagens diferenciadas no ensino de história:
Algumas interfaces da ditadura civil e militar no Brasil – 1964*

Diego Lucena de Castro

A ideia do trabalho nasceu a partir de minha inserção nas disciplinas de Prática de Ensino de História e Estágio Supervisionado II e III que culminou com o desenvolvimento e implementação do então projeto-aula em uma escola da rede regular de ensino de Maceió. O referido projeto tratou da temática “Manifestações Sociais Contra a Ditadura Civil e Militar no Brasil a Partir de 1964”. Para abordar e problematizar algumas questões condizentes ao projeto em questão “conectado” ao currículo escolar, contou-se com a utilização de linguagens diferenciadas no ensino de história favorecendo o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Assim, fez-se uso da linguagem fílmica; canções de protestos e charges de jornais no sentido de promover debates, dinamizar as aulas de história e inovar metodologias no ensino de história promovendo o repensar das aulas de história.

*Conhecendo a História local: Fernão Velho – Experiências de Ensino no PIBID-
História/Ufal*

**Everaldo Santos
Gian Carlo de Melo Melo
Higor Soares Melo
Luane Gomes
Thaynan Santos Almeida
Vanusa Constância Nunes**

Nossas experiências no PIBIB-HISTÓRIA da UFAL, foram bastante variadas e com rendimento positivo para todos os envolvidos no projeto, junto com os alunos podemos explorar os patrimônios culturais materiais e imateriais, de um bairro que ainda conserva características de vila operária podendo ser estudada e avaliada. Com as entrevistas os alunos analisaram as contradições existentes no bairro de Fernão Velho, de um lado a prosperidade e de outro, as ameaças diretas e indiretas dos patrões aos operários, para que o trabalho na fábrica Carmem fosse realizado de forma mais ágil. Relatos de ex-operários recolhidos por nós do PIBIB-HISTÓRIA da UFAL, a supervisora e pelos alunos da Escola, mostraram-nos e levaram-nos a pensar que todas as regalias “dadas” pelos diferentes donos da fábrica, foram cobradas em forma de trabalho direta ou indiretamente. Através da visita ao patrimônio as contestações e indagações foram feitas de forma mais intensas que em sala de aula, a curiosidade ficou bem maior e melhor para explicar e dialogar sobre o assunto justamente onde tudo aconteceu. A produção de tecidos, a rotina e cotidiano dos operários, as festas, os famosos blocos de carnaval e as marcas da prosperidade e decadência do local. Saímos deste projeto com mais experiência didática e conhecimento. Conhecendo a importância da conservação e exploração do patrimônio material e imaterial na construção do saber e educação, assim como na construção da identidade local dos alunos do PIBIB e alunos da rede pública de ensino. Tiramos os alunos de salas elevando-os para um bairro de importância social, econômica e cultural para a história e memória de Alagoas, ajudando-lhes na compreensão da construção da alfabetização patrimonial. Tal experiência foi realizada junto aos alunos da Escola Estadual Benedita de Castro Lima, no conjunto do Clima bom I, no bairro do Tabuleiro dos Martins, Maceió- Alagoas.

Em 2015 a Cidade de Maceió completou 200 anos, e diante disto, a Escola Estadual Benedita de Castro Lima cria o Projeto “Maceió 200 anos”. Como consequência, surgiram questionamentos sobre o que sabemos, pensamos e como aprendemos a História Local no Ensino Médio. Por meio de análise do livro didático adotado pela escola e de autores que discutem História Local, como José Ricardo Oriá Fernandes e Leda Almeida, este trabalho tem por objetivo refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem de História de Alagoas e de que forma o PIBID, através do uso de imagens, debates e aula de campo, desenvolveu atividades que tivessem como consequência reflexões sobre a cidade para que assim a História de Alagoas deixe de ser pensada apenas nas datas comemorativas.

O “Sistema de Ensino Positivo”:

Proposta de Formação nas Aulas de História do 4º Ano do Ensino Fundamental

Martone dos Santos Moura

O estudo discorre sobre a base historiográfica que dá sustentação ao Sistema de Ensino Positivo – SEP e sobre a influência dos documentos oficiais na definição dos conteúdos e práticas que estruturam os módulos didáticos de história do 4º Ano do Ensino Fundamental I: Parâmetros Curriculares Nacionais (História), Temas Transversais, Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação, incluindo a de Relações Étnico Racial e Cultura Afro-brasileira e a Africana e Plano Nacional do Livro Didático. Neste Processo, utiliza-se como referências teóricas os estudos de Selva Fonseca (2003) e Crislane Barbosa e Maria Inês (2010) para análise dos objetivos, metodologias e saberes e práticas (sentidos e significados) postos em circulação nas aulas de histórias por meio do sistema de ensino. Essa análise culminou na visualização de uma influência positivista na concepção historiográfica do referido sistema de ensino, ligada por sua vez ao contexto econômico neoliberal.

O ensino de História de Alagoas em turmas do Ensino Fundamental II por meio do Audiovisual online: contextos, desafios e caminhos.

Paulo Davi Cardoso Alcântara

O presente trabalho se originou de reflexões que vieram unir algumas ideias sobre ensinar e aprender tópicos da História de Alagoas, tendo como suporte pedagógico as tecnologia e mídias Audiovisuais numa tentativa de aproximar os estudantes do Ciclo Fundamental II com a História do estado onde moram, (re)conhecer o acervo existente na rede (YouTube, Vimeo.com), suas potencialidades didáticas para a atual geração de nativos digitais, assim como fomentar a produção autoral de pequenos documentários sobre História local, do bairro, da comunidade, sua edição de áudio e imagem e compartilhamento online do produto final. A valorização e produção de conhecimento sobre a História local, na atualidade, é imprescindível para a formação de identidades num mundo cada vez mais globalizado e conectado, servindo de norte, também, para pensarmos no contexto dos 200 anos de Emancipação Política do Estado de Alagoas, sua formação oficial e underground.

*Métodos de Investigação Histórica e Métodos de Ensino de História na Legislação
Escolar de Portugal (1880-1920)*

Taysa Kawanny Ferreira Santos

Este texto trata das potencialidades heurísticas de dispositivos legais para o estudo da história do ensino de história em Portugal. Como parte do projeto “Teorias da história e didáticas da história em perspectiva comparada – 1880/1920”. Descrevemos as representações que os elaboradores dos programas de história para o ensino primário e o ensino secundário construíram sobre a relação entre os métodos “científicos” da história e os métodos de ensino de história, no período contemplado pelo projeto. A análise de conteúdo, principal estratégia de tratamento da documentação, incidirá sobre a legislação específica, encomendada e publicada pelo Ministério da Instrução Pública de Portugal e assemelhados, produzida no período contemplado pelo referido projeto.

Da memória étnica às narrativas de filhos-de-santo

Adriana Lima

A memória étnica, conceituada por Jacques Le Goff, é uma das características das populações sem escrita. As sociedades tradicionais da África são exemplos. Sob este aspecto, o artigo propõe dar ênfase à tradição oral africana e seu legado religioso para a sociedade brasileira. A história dos mitos e a utilização dos ritos darão sustentação para o aporte historiográfico da África tradicional, do mesmo modo que garante à sociedade brasileira a sobrevivência e resistência das religiões afro-brasileiras. O estudo apresenta-se em sua íntegra, na dissertação intitulada Filhos-de-santo, história e candomblé: narrativa e experiência do xangô em Alagoas. Aqui trata-se de apontar uma teoria metodológica que faz uso da História Oral: as cápsulas narrativas, a qual prioriza a livre construção textual do narrador, permitindo uma relação imediata com o presente e uma valorização da palavra, do discurso construído espontaneamente e assim a compreensão sobre as percepções dos narradores.

Negros Flagrados na Rua

Alcides Borges dos Santos

Esta proposta pretende-se se debruçar nas duas primeiras décadas do século XX. Deseja-se falar de duas figuras que se cruzaram no espaço urbano do centro da cidade nas regiões de comércio de Jaraguá e Maceió. O negro e o fotógrafo. Tomar-se-á como exemplo o fotógrafo alagoano Luiz Lavenère (1868 – 1966). As imagens que fez do espaço urbano e do trabalhador negro captado por sua câmera. Flagrado ou posicionado? Até que ponto sua presença na imagem foi usada para compor o registro?

Negro em foco: registros fotográficos da militância negra na década de 1980

Bernardo Ferraz Pinheiro

A década de 1980 é marcada pela intensa movimentação de vários setores da sociedade civil organizada, inclusive a militância negra. O acervo fotográfico encontrado no Núcleo de Estudos Afro-brasileiro (NEAB) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) fornece ao historiador uma gama de fontes matérias que possibilitam a interpretação aprofundada desse movimento social, visto que as imagens fundamentam as fontes orais de militantes que vivenciaram o período, minimizando assim dificuldades metodológicas para construção da história de movimentos sociais.

Este artigo aborda uma discussão sobre os povos indígenas na sociedade brasileira, isto é, a concepção que ela tem sobre os índios. Retratamos também como o ensino de História vem trabalhando a diversidade cultural na sala de aula, apesar de já ter leis que tratem sobre essa temática (n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2003), no cotidiano escolar, nem sempre essas questões são levadas em consideração. Discutimos também como a História vem trabalhando a formação da consciência histórico-crítica do alunado, ora tão invisibilizada nos espaços escolares, principalmente no ensino de História. Chegamos à conclusão de que os diversos povos indígenas continuam sendo visto como “preguiçosos e selvagens”, que andam nus e seminus e habitam nos matos e nas florestas, e pior, vivendo na cidade, não são considerados indígenas, sofrendo todo tipo de discriminação.

A Persistência do Racismo em Meio Social

Iago Alexsander Soares da Silva

Mesmo com uma imensa quantidade de propagandas que condenam os ideais racistas o mesmo ainda permanece vivo em meio social. As ideias que são expostas não são colocadas em prática, visto que os parâmetros do sistema de educação capitalista que está vigorando agem contra esses ideais. O negro ainda continua não se reconhecendo enquanto negro, rejeitando a sua cultura, dessa forma o mesmo ainda está sendo preconceituoso consigo. É necessário que seja pensado um modo de se colocar em prática ideais que ao serem trabalhadas evitem que o racismo persista, extinguindo essa cultura de opressão aos negros.

Os Negros na História de Alagoas: representações e conflito (1930-1950)

Gabriela Torres Dias

Grande parte da produção sobre o negro em Alagoas ficou restrita à historiografia escrita pelas elites econômicas e políticas do estado. Tendo em mente esta questão querer-se-á, a partir do livro de Alfredo Brandão, “ Os negros na História de Alagoas”, identificar as imagens representativas do negro e da cultura negra em Alagoas, construídas dentro desta historiografia estamental. Busca-se com isto uma reflexão sobre o lugar social do negro no Estado, uma reflexão sobre a cultura local e se possível abrir cada vez mais caminhos para rupturas com as tendências conservadoras.

O presente trabalho visa demonstrar os desafios da Lei 10.639/2003, referente ao ensino de história e cultura da África em sua efetivação em sala de aula que completou um pouco mais de uma década que a lei foi promulgada. Ressaltamos as resistências a aplicação da disciplina devido a uma herança histórica hegemônica da cultura eurocêntrica do colonizador branco que marginalizou e inferiorizou a herança cultural dos afrodescendentes, contribuindo para a não formação de identidades culturais que respeitem o processo de formação histórica do povo brasileiro. Percebemos que apenas uma lei não irá mudar nossa realidade de uma pseudo-democracia racial, visto que os principais desafios são: resistência a novas práticas pedagógicas, além de uma formação excludente das universidades que formam docentes com um alto grau de preconceitos silenciosos, a falta de formação continuada. Fatores que contribuem negativamente para o êxito do ensino de história e cultura da África, realidade está inserida no espaço da cidade de União dos Palmares/AL que tem por slogan "Terra da Liberdade", mas que na verdade não condiz com a realidade.

TEXTOS COMPLETOS



Introdução

O tema deste artigo surge a partir da compreensão que se dá entre a memória étnica e as narrativas apresentadas em meu trabalho dissertativo: *Filhos-de-santo, história e candomblé: narrativa e experiência do xangô em Alagoas*, no qual apresento como fonte e teoria metodológica as cápsulas narrativas. Aqui, proponho um recorte teórico da trajetória da palavra e seu significado para os povos de tradições africanas, a religiosidade afro-brasileira e a ciência.

O conceito de memória étnica tratado por Jacques Le Goff é considerado como uma característica das populações sem escrita. Busco um entendimento dessas populações na construção dos mitos e da utilização dos ritos, apontados por Mircea Eliade. Com a obra de Ki-Zerbo enfatizo a importância da tradição oral africana, tendo como característica principal a utilização da história dos mitos, que dá o embasamento para o aporte historiográfico da África tradicional. Em seguida faço uma abordagem sobre a História Oral e as cápsulas narrativas, uma teoria metodológica cujos parâmetros utilizados foram definidos por José Carlos Sebe B. Mehy e Alberto Lins Caldas, procedimentos estes que foram utilizados na dissertação supracitada. A ideia foi enfatizar e dar significado às questões da oralidade no contexto religioso do Candomblé.

Palavra: agente mágico

É inegável a contribuição da oralidade para o estudo da África e de suas religiões tradicionais. Igualmente, a história do Candomblé vai ser construída dessa forma, tanto em seu território de origem, como em terras brasileiras: através da palavra, que nas culturas africanas de tradições orais tem um alto nível de significação. “A proibição da mentira deve-se ao fato de que a principal condição para a realização dos atos rituais é oficiante estar em harmonia antes de manipular as forças da vida, e a mentira corrompe o rito” (SILVÉRIO, 2013, p. 58).

Nas tradições africanas, “a palavra falada tinha caráter sagrado, vinculado a sua origem divina e as forças ocultas nela depositadas. Agente

¹ Graduada e pós-graduada em História, pela Universidade Federal de Alagoas. Email: multiadriana@hotmail.com

mágico por excelência, [a palavra]² era utilizada com prudência” (Idem, p. 56).

Le Goff (2003) trata desses aspectos em suas elucidações sobre memória e para isso, diferencia-a de acordo com as sociedades: “sociedades de memória essencialmente oral e sociedades de memória essencialmente escrita” (Idem, p. 423). No que cabe às sociedades de tradição oral, ele a define como memória étnica, predominante nas sociedades sem escrita, ditas “selvagens”, fundamentalmente baseadas na existência das etnias ou das famílias, construídas em torno dos mitos de origem, que têm nas figuras dos seus homens-memória, a guarda de suas tradições históricas, muito embora, funcione com eficiência, a memória coletiva.

A palavra é ou faz parte de um contexto social, religioso e mágico. É preferível a morte que o descumprimento dela. “Aquele que falta a palavra mata sua pessoa civil, religiosa e oculta” (SILVÉRIO, 2013, p. 57). A herança ancestral e as pessoas idosas é o que há de mais valoroso nas tradições africanas.

Para o homem africano as coisas do mundo possuem um aspecto religioso e mágico, e, portanto, são leis sagradas invioláveis. A relação da religiosidade com a magia, não foi, nem entendida, nem aceita pelo colonizador europeu, visto a palavra “magia” ter, para o povo europeu, uma conotação negativa.

A compreensão do sagrado

Na África de tradições orais, tudo é narrado de forma mágica, mitológica e está relacionado com a religião. Até mesmo as guerras estão relacionadas, “por ser a arte da guerra, em parte, um exercício de magia” (SILVÉRIO, 2013, p. 58):

Os mitos que sobreviveram retratam de modo uníssono uma variação religiosa, que possivelmente não retrata, em sua gênese, a riqueza religiosa de todos os reinos existentes no continente africano. O mundo tradicional africano deriva de um grande número de mitos, ritos e crenças. Para essas sociedades, o mito designa uma história verdadeira, além de possuir um caráter sagrado, exemplar e significativo. Essa visão entrou em conflito com o mundo judeu-cristão, pois nele, o mito foi relegado ao campo da falsidade e desacreditado, passando a ser verdade apenas o que estava contido no velho e no novo testamento (ELIADE, 1994).

Eliade (1994) defende a compreensão das estruturas mitológicas das diversas sociedades arcaicas, as quais tinham no mito uma forma de conduta similar, que por sua vez, elucidava os fenômenos culturais existentes nessas sociedades.

² Grifo meu.

Existe toda uma complexidade em torno da compreensão do mito em Eliade (1994). O autor atribui funções ao mito, como as de contar uma história sagrada ou de relatar um acontecimento primordial, a gênese, o princípio, mas de maneira fabulosa. Portanto, o mito trata de uma história sagrada, religiosa e verdadeira. Refere-se ao real, ao Cosmos, à origem do mundo e da morte, fatos sagrados e sobrenaturais. No mito, os personagens não são seres humanos. São deuses ou heróis civilizadores. As realidades são sagradas e reais por excelência.

Enquanto Eliade (1992) diz que é preciso celebrar o mito, demonstrar o conhecimento sobre ele, Silvério (2013) aponta as formas como ele é celebrado: por meio de epopeias ou crônicas, cantadas pelos grupos sociais, ao som dos tambores, numa celebração que une canto, música e dança. Há toda uma interpretação lúdica envolvendo a história, a botânica, a psicologia, fisiologia, religião etc. das tradições africanas.

Através dos mitos e dos entes sobrenaturais foram desenvolvidos comportamentos que mais tarde serão adotados pelo homem, ou seja, o mito é verdadeiro, porque ele é sagrado, e sendo sagrado não pode ser falso, e porquanto nosso comportamento existe, porque primeiro existiu os entes sagrados e sobrenaturais, os quais apenas os imitamos (ELIADE, 1992).

Tanto mais distante o homem for do Ser sagrado, mais distante do real ele se coloca. O homem profano escreve sua história utilizando-se da história humana. O homem sagrado utiliza-se da história sagrada revelada pelos mitos. Por isso, estão na esfera do mito, os modelos de todos os ritos pertencentes ao reino, de representações significativas, como: “alimentação, sexualidade, trabalho, educação, etc.” (ELIADE, 1992, p. 51).

Há uma relação da natureza com o sagrado, que é facilmente compreensível e identificável num mundo em que a criação divina é responsável por todo o Cosmo sacralizado, imbuído de organicidade real, viva e sagrada. Os deuses são representados por elementos naturais, seja o Céu, a Terra, ou uma Pedra. “Para o homem religioso, o ‘sobrenatural’ está indissolúvelmente ligado ao ‘natural’” (ELIADE, 1992, p. 59).

A tradição oral africana chega ao Brasil

A tradição oral africana não trata apenas de um relato mitológico ou histórico, ou lendas, mas de aspectos que fazem parte de uma grande escala da vida, onde espiritual e material não se dissociam. A tradição oral é ao mesmo tempo: “religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação” (KI-ZERBO, 2010, p. 169).

Conforme Ki-Zerbo (2010) a história de todos os povos tem como base as questões mitológicas, devido ao seu cunho sagrado. O homem africano se relaciona e evoca seu antepassado, seus ancestrais, os quais estão vinculados à história dos seus orixás, repassadas oralmente de geração a geração.

A história dos mitos trata das questões das forças da natureza e dos fenômenos naturais, aceitando todas as imagens e lendas legadas pela tradição oral, que explica a origem do povo iorubá, trazidas para o Brasil nos navios negreiros e, que, mesmo com as preces latinas e o batismo com o Espírito Santo, os ritos africanos perduraram até nossos dias (BASTIDE, 2001).

Dessa maneira, a mitologia foi reproduzida na América e só a partir do século XIX, é que os pesquisadores e estudiosos estrangeiros, passaram a estudar e escrever sobre os aspectos dessa cultura.

Entender a mitologia dos orixás é uma forma de compreender a estrutura ritualística do Candomblé. No Brasil apresentou particularidades atribuídas às diversas nações. De acordo com Berkenbrock (2012), os terreiros são representações da realidade que viviam os africanos em seu continente, embora existam diferenças entre os terreiros brasileiros e os terreiros africanos. Vários elementos religiosos se perderam, porém, as perdas fazem parte das ligações da memória coletiva com o conjunto das imagens mentais. Isso significa dizer que os ritos são lembrados, na medida em que o grupo ou a comunidade se reúne e retoma sua estrutura.

A organização dos cultos afros, de acordo com Santos (2008), se deu, inicialmente na Bahia, pela motivação das tradições orais dos nagôs baianos, com a construção do primeiro terreiro em centro urbano e fora do âmbito doméstico.

Os cultos não irão sobreviver no Brasil do mesmo modo que na África, mas eles se reinventam, se adaptam e introduzem elementos indígenas e cristãos. Exemplo é a unidade do clã, seu sentido comunitário e a participação do indivíduo em comunhão com o universo.

As perdas sofridas acarretaram um processo de adaptação ao longo da história do Brasil colonial, principalmente por conta de que os descendentes dos primeiros homens escravizados que aqui chegaram passaram a fazer parte de uma nova realidade. A realidade de origem não fazia parte da memória desses descendentes. Mesmo que as tradições orais fossem repassadas, com o tempo, as perdas sofridas e os elementos sincréticos do catolicismo vão transformar as religiões africanas em religiões afro-brasileiras. Vão se amalgamar umas com as outras e se conservarem de maneira desigual (RAMOS, 2013).

História Oral: um valor científico à oralidade

A História Oral surge, com mais propriedade e valoração científica na Europa, após a Segunda Grande Guerra, como contraponto à História Positivista. Uma tentativa de ampliar o espaço historiográfico e as perspectivas histórico-metodológicas. A partir de então, a tendência no alargamento de sua utilização só aumentou. No período da Guerra Fria, por

exemplo, a “coleta de depoimentos” foi estimulada consideravelmente (JANOTTI; ROSA, 1992/1993).

A História Oral voltou-se para a História Social, registrando, inicialmente, a memória coletiva, ou individual, de personagens importantes da História e em seguida preocupou-se em resgatar a memória dos excluídos, dos que estavam à margem da sociedade. Aqui no Brasil são dadas várias abordagens a ela e propõem-se seu uso de várias formas, seja como fonte, seja como metodologia de pesquisa, que começou a ser difundida e desenvolvida livremente após o período da ditadura militar.

A utilização das fontes orais possibilita investigar o incerto, o irreal, o inacreditável, o saber da memória que está escondido, algumas vezes silenciado, que precisa ser exposto. A fonte oral possibilita a reconstrução do que já foi escrito, inclusive.

Por meio dos registros orais, vivifica-se a existência de possíveis silêncios, lágrimas, risos, tons de voz, pausas, rejeições, exclamações, dúvidas, enfim, detalhes que podem ser utilizados como recursos para dar o dimensionamento do texto a ser escrito posteriormente (MEIHY; HOLANDA, 2014).

Meihy (2006; 2014) propõe uma História Oral como uma forma de remodelar os saberes acadêmicos, de tal modo que isso possa modificar a maneira de pensar a sociedade, que possa contribuir em políticas públicas instruídas, que se possa pensar a sociedade e em projetos que viabilizem melhorias coletivas, sendo a **transformação** o objetivo principal.

Na História oral, a História gera o documento, que gerará o fato. O que, originalmente existe, é a História em si, e que dela nasce o documento, para depois se gerar o fato. Se não houver documento, não existe fato, tão pouco existe a História em si.

As narrativas: construção das cápsulas

Todas as entrelinhas do narrador, seus silêncios e suas vozes devem ser analisadas, ouvidas, questionadas, mas não antecipadamente. Esse direcionamento de História Oral é denominado de cápsulas narrativas: “a cápsula narrativa é o ‘texto’ dum narrador no imediato do presente correndo livre pela sua ‘formação’ (CALDAS, 2013, p. 85)”.

Na cápsula narrativa, a fala do narrador é livre, suprema, não deve ser interrompida pelos interesses do pesquisador, pois ali é o momento do narrador. É preciso respeitar sua história, seus direcionamentos, sua individualidade, sua temporalidade, suas relações e entendimentos. Nas reflexões de Caldas sobre Foucault, a subjetividade moderna ocupa um lugar crucial que devem ser levadas em consideração no campo da História Oral (CALDAS, 31 out. 2014).

Caldas (1998) utiliza-se do conceito de “origem voluntária”, relacionado ao início da fala, e que em decorrência dela surge a cápsula narrativa, sem intrusões do oralista e sem as perguntas, podendo gerar outras cápsulas do interesse do oralista, mas sempre na perspectiva estrutural do narrador. A origem voluntária: “É o nascimento voluntário que dará sentido ao antes e não o contrário” (CALDAS, 1998, p. 40).

Na História Oral, a História é interna, pertence ao eu, ao imaginário, ao desejo de cada narrador. É com a memória do narrador que o historiador passa a trabalhar com algo que nunca existiu e que, a partir de suas pesquisas, passa a existir. Não existe nada pronto. Nós, historiadores que impomos os limites das coisas, dizemos a partir de onde queremos seguir e até onde queremos chegar. O principal fundamento da História é, justamente, o enquadramento das coisas. Essa é a função básica do historiador: organizar a multiplicidade de linguagens que existe e enquadrá-las a partir da articulação da documentação. O ponto zero da fala é que vai iniciar o enquadramento, esse que será a narrativa, o documento, e o narrador é quem define de onde deve começar, e não o oralista, o historiador ou o projeto: uma ciência, principalmente humana, não cria, não dispõe, não configura o outro: o que ela deseja é entender como o outro se configura, como o outro vê, como o outro vive e crer.

A proposta é fugir das “fontes históricas tradicionais” e da História Oral que tem como base a entrevista do jogo de perguntas e respostas, onde limita o narrador a dizer apenas o que nós queremos. A narrativa de que dispomos é ficcional, criativa, fruto da imaginação do eu. É apaixonada e tem como base as paixões, a memória, a estrutura do narrador. A intervenção do historiador só se dá num segundo momento, e se houver necessidade, se houver vontade. Cabe apresentar, o ponto zero da fala do narrador, do qual dispomos como História, que gerou um documento e que gerará o fato da construção dessa narrativa.

Dessa forma, dá-se liberdade para os narradores falarem suas experiências, suas histórias de vida, sem intervenção do(a) pesquisador(a). A partir dos discursos, direciona-se a pesquisa. A “Leitura” cumpre o papel da interpretação do(a) historiador(a), oralista, pesquisador(a). Nesse momento, é o(a) pesquisador(a) quem exige a liberdade, quem configura o discurso, não antes enquanto o narrador constrói sua experiência.

A partir do que é identificado de significativo para a pesquisa, parte-se para um momento posterior que é o da busca pelas respostas dos silêncios, das pausas, entonações diferentes da voz... em seguida, aferem-se as narrativas e constrói-se a interpretação, o segundo momento para Caldas (1998): o momento da transcrição.

Os textos que foram produzidos pelos narradores irão possibilitar, através dessa proposta de História Oral, um momento narrativo simbólico de suas vidas, de suas experiências, ao qual o narrador pode modificar, dependendo das condições em que ele se encontrar. Trata-se de um relato de

memória, de criação, que, a partir deles, surgem outros textos recriados. É o que Caldas chama de “transcrição hermenêutica”: “[...] concepção e visão de mundo, não somente de como se produz um texto, mas sobre o fundamento da própria realidade e de como podemos compreendê-la e modificá-la” (CALDAS, 1999b, p. 74).

A transcrição é o momento pelo qual a fala do interlocutor passa por procedimentos de transformação da fala (CALDAS, 1998). É a fase final do trabalho dos discursos, a recriação do texto (MEIHY, 1991 apud CALDAS, 2001).

No momento de transcrição faz-se uma identificação numérica no texto narrativo para que o leitor identifique de onde os textos das falas citadas foram extraídos, facilitando o processo de reconhecimento das falas.

Considerações Finais

A discussão aqui realizada levou em consideração, principalmente, a ênfase da oralidade para a preservação das tradições culturais dos povos africanos, sob o aspecto religioso, e sua trajetória do continente africano ao Brasil através dos indivíduos escravizados que eram trazidos da metrópole portuguesa e que neste processo traziam consigo sua história e a de seus orixás através da mitologia. Para aqueles reinos, o mito, sagrado por excelência, mantinha-se resistente, apesar de sofrer perdas e adaptar-se a uma realidade totalmente diferente da de sua origem. Aqui, os povos africanos conseguiram, de certa maneira, preservar sua história, igualmente como na África, através da oralidade.

O caminho que percorro revela a importância dada as tradições orais e à memória defendidas desde Le Goff na discussão sobre memória étnica das culturas tradicionais até o surgimento da História Oral e, por fim, a construção das cápsulas narrativas apresentadas. A expectativa é que o artigo desperte e valorize uma História, que vá além da História Tradicional presa aos documentos oficiais.

Referências

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações*. São Paulo: Pioneira, 1971.

_____. *O candomblé da Bahia*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BERKENBROCK, Volney J. *A experiência dos orixás: um estudo sobre a experiência religiosa no candomblé*. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CALDAS, Alberto Lins. A noção de cápsula narrativa: a entrevista, o texto e o outro na hermenêutica do presente. In: **Caderno de Criação**, Porto Velho, Ano VI, n. 20, Out. 1999a. Disponível em: <<http://www.albertolinscaldas.unir.br/capsula.html>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

_____. **Experiência e narrativa: uma introdução à História Oral**. Maceió: Edufal, 2013.

_____. **Nas águas do texto: palavra, experiência e leitura em história oral**. Porto Velho: EDUFRO, 2001.

_____. Seis ensaios sobre história oral. In: **Caderno de Criação**, 38/60, Porto Velho: UFRO/Centro de Hermenêutica do Presente, n.15, ano V, Porto Velho, jun., 1998.

_____. Transcrição em história oral. In: **Neo-História**, Revista do Núcleo de Estudos em História Oral. São Paulo: USP/FFLCH/DH, n. 1, nov. 1999b, p. 71-79.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

_____. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GAARDER, Jostein; HELLERN, Victor; NOTAKER, Henry. **O livro das religiões**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco; ROSA, Zita de Paula. História oral: uma utopia? In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo: USP, v. 13, n. 25/26, set.1992/ago.1993, p. 7-16.

KI-ZERBO, Joseph. **História geral da África: metodologia e história da África**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. v. 1. (História Geral da África da UNESCO).

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5.ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

MEIHY, José Carlos Sebe B. Os novos rumos da história oral: o caso brasileiro. In: **Revista de História**, v. 2, n. 155, 2006, p. 191-203.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

PRANDI, Reginaldo. Conceitos de vida e morte no ritual do axexê: tradição e tendências recentes dos ritos funerários no candomblé. In: MARTINS, Cleo; LODY, Raul (Orgs.). **Faraimará: o caçador traz alegria**. Rio de Janeiro: Pallas, 2000b, p. 174-184.

RAMOS, Arthur. **As culturas negras no novo mundo**. 4.ed. Maceió: EDUFAL, 2013.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **O animismo fetichista dos negros bahianos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.

SANTOS, Nágila Oliveira dos. Do calundu colonial aos primeiros terreiros de candomblé no Brasil: de culto doméstico à organização político-social-religiosa. In: **Revista África e Africanidades**. Ano I – n. 1. Maio, 2008.

SILVÉRIO, Valter Roberto (Ed.). **Síntese da coleção história geral da África: pré-história ao século XVI**. Brasília: UNESCO, 2013.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Cultura escrita e escravidão: reflexões em torno das práticas e usos da escrita entre escravos no Brasil**. 25^a Reunião Anual da ANPED, Bragança-SP: Universidade São Francisco, Caxambu, 29 set./02 out. 2002.

A FÉ ATRAVÉS DO MEDO: O USO DO BESTIÁRIO COMO INSTRUMENTO DOUTRINÁRIO E PEDAGÓGICO NA OBRA DE SÃO JERÔNIMO (SÉCULO IV).

Allan Cristian de A. Felix³

O bestiário, também conhecido como “livro das bestas”, tinha como sua função o registro e o estudo das criaturas que habitavam a natureza durante o período medieval, sejam elas criaturas naturais ou não, incluindo nesse contexto a descrição de plantas e minerais conhecidos. Segundo Franca e Fonseca, essa “tradição bestiária” era muito utilizada na França e principalmente na Inglaterra, como forma de legitimação do texto bíblico (conforme era a própria função da ciência nesse período). Ciência e religião trabalhavam em uníssono num ambiente em que o maravilhoso permeava sobre todas as instâncias da vida de um homem.

Porém, há de se pensar no conceito de maravilhoso para a vida dessas pessoas. Jacques Le Goff divide a ideia de maravilhoso no mundo medieval em três categorias. *Mirabilis*, que seria o nosso conceito contemporâneo de maravilhoso (entretanto, conforme comenta o autor, para os clérigos medievais esse significado estaria mais ligado à ideia de um maravilhoso como o todo, uma vez que para eles Deus seria o criador de tudo no fim das contas, ao contrário de nosso conceito que abrange algo muito mais “plural”). Em seguida temos o *Miraculosus* que representa os milagres e as ações divinas, ligadas diretamente às intervenções de Deus na vida do homem.

Por fim, temos o *Magicus*, que podia representar tanto a magia negra (ligada à figura do diabo, a essência do mal), quanto à magia branca (inicialmente vista como algo bom mesmo não estando ligada a Deus, mas posteriormente foi interpretada apenas como mais uma artimanha para o mal). Todo esse mundo fantástico gerou muitos frutos no imaginário da população, criando desde as imagens dos demônios do inferno, passando por monstros marinhos e bestas antropomórficas.

Segundo Hitner, é nesse contexto que vemos a origem de toda uma mitologia assustadora e aberrante, indo desde os bestiários até as iluminuras e pinturas da época. Toda essa atmosfera de medo tinha um propósito muito específico, o uso como instrumento didático para a população dentro e fora das escolas. Le Goff⁴ afirma que “os principais instrumentos de dominação da Igreja foram a consolidação da teologia e a prática dos sacramentos”, de forma que a única forma de chegar à vida eterna seria através dos ensinamentos da mesma. Sendo assim, era através desse medo do que o pós-

³ Graduando de História Licenciatura – UFAL. Vivarium - Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo (Núcleo Nordeste). Orientadora: Raquel de Fátima Parmegiani.

vida lhes guardava que a Igreja apoiava o seu poder e mantinha seus fiéis seguindo a doutrina cristã, se utilizando desse pavor por criaturas legitimadas pelo próprio texto bíblico. Porém, conforme veremos adiante, não somente essas criaturas sobrenaturais nutriam medo entre os cristãos, percebemos também como esta tradição funcionou inclusive com figuras mais simples como os animais do dia a dia.

Esse trabalho busca analisar tal processo dentro da obra de Sofrônio Eusébio Jerônimo (São Jerônimo), mais especificamente no texto “Apologia contra os livros de Rufino”. Por conta de sua aproximação com a ciência, recebendo educação desde sua infância (pois veio de família abastada), Jerônimo detinha um senso crítico bem incomum para a época e o ambiente no qual viveu. Durante sua juventude conheceu Rufino, sendo seu discípulo e amigo até o momento em que Jerônimo segue para Jerusalém (ficando em Antioquia por conta de uma doença). A partir daí ambos seguiram vidas paralelas dentro do clero, mas a antiga amizade não poupou as críticas ácidas que Jerônimo atribuiria às obras de Rufino.

Jerônimo via nas heresias, e nos hereges, inimigos peçonhentos contra a doutrina cristã. Ele se opunha a toda e qualquer perversão do texto e do saber sagrado, tratando com a mesma tenacidade inclusive falhas cometidas por tradutores. Seus desagradados acerca das obras de Rufino se iniciam com as primeiras obras publicadas por ele com base nos ensinamentos de Orígenes, os quais Jerônimo afirmavam estarem seriamente equivocados. Dessa forma, segundo Carpinetti⁵, temos no bestiário a ferramenta perfeita utilizada pelo nosso autor como forma de combater tais desvios.

Em sua apologia contra Rufino, Jerônimo se utiliza por diversas vezes das figuras de animais para justificar falhas do caráter humano, tratando características desses animais como aspectos da heresia. Angélica Varandas, em seu texto “A Idade Média e o Bestiário”, nos apresenta como o bestiário descreve as várias criaturas com propósitos morais e didáticos, subdividindo essa narrativa em dois pontos distintos: *Proprietas* ou *Naturas*, a qual se encarrega da descrição literal de cada criatura; e o *Moralitas* ou *Figuras*, que nos traz a moralização delas e sua interpretação teológica de sentido simbólico-alegórico. Ou seja, os animais utilizados por Jerônimo em suas críticas estavam intimamente ligados ao sentido de *Moralitas* a eles atribuídos.

De acordo com Carpinetti, podemos observar alguns exemplos do uso desse sentido na Apologia. Observamos logo no início da obra, a forma como Jerônimo se refere a seus inimigos hereges, chamando-os de “meus cães”. Aqui vemos uma referência à passagem da Bíblia (Salmos 68) na qual temos a figura do cão lambendo o sangue derramado. Logo adiante, vemos Jerônimo utilizar a figura do corvo. Pois além de tomar como um significado de longevidade, astúcia, entre outros, nosso autor evidencia uma característica ruim desta criatura que seria a tagarelice e o proferir de palavras vazias. Jerônimo ainda se utiliza das figuras do asno (como uma criatura incapaz de

compreender a leitura), da raposa (como a fonte de uma virtude maligna, acompanhada de fraudes e decepções) e até da tartaruga (que por seu andar lento personificaria a forma de caminhar do herege, “carregado” de pecados, vale observar que Jerônimo encaixa o próprio Rufino nessa categoria).

De acordo com Pedro Carlos Louzada Fonseca: “No conjunto das intrincadas formações mentais elucubradas pela imaginação medieval, os livros bestiários representaram, sem dúvida alguma, um dos mais significativos repositórios da hermenêutica cristã relativa à explicação e finalidade dos seres da natureza”. Ou seja, não vemos nas referências a essas criaturas aspectos de sua fisiologia, aparência ou hábitos, mas sim a utilização delas como elemento alegórico, mais especificamente como aspectos pejorativos da natureza humana. Esta finalidade dos seres da natureza estava ligada não somente à ideia biológica do ser, mas também do que ela poderia trazer como ensinamento a partir da tradição escrita cristã.

Essa forma de referenciar tais defeitos humanos com criaturas do texto sagrado conciliava então a busca pelo entendimento da doutrina cristã ao mesmo tempo em que o sujeito evitava ao máximo cair nas “armadilhas” que estas figuras representavam. Para Angélica Varandas é: “Por este motivo, embora muitos críticos tenham defendido o carácter científico do Bestiário, a descrição dos animais nele apresentada não pretende ser factual. Na verdade, ele afasta-se, em larga medida, dos Tratados de História Natural e até dos seus congêneres mais próximos: os herbários e os lapidários, estes últimos fornecendo, respectivamente, uma descrição detalhada de plantas e pedras, não com propósitos didáticos e moralistas, mas com o objetivo de veicular a sua utilidade prática para fins medicinais. O que nele se procura transmitir, pelo contrário, é uma verdade espiritual de ordem cristã, preocupação para a qual terá contribuído o facto de ter sido produzido nos mosteiros e destinado a um público religioso – noviços e conversos (sendo as últimas pessoas que se haviam convertido à vida monástica numa fase mais tardia das suas vidas e que, por isso, não podiam celebrar o ritual religioso) - para o qual funcionava como manual de estudo”.

Visto dessa forma, o bestiário não se propunha exatamente a explicar cientificamente (não necessariamente no nosso conceito moderno de ciência) cada uma das criaturas ali especificadas. Como observamos antes, cada criatura detinha o seu papel na natureza, sua finalidade. Mas esta finalidade estava diretamente ligada às atribuições morais ligadas à figura daquela criatura tratada. Sendo assim, a principal função deste livro seria a de não só compreender o lugar da criatura na natureza, mas também as falhas de carácter por se assemelhar demais a ela.

Jerônimo viu nas obras de Rufino sérias transgressões do que ele considerava dogma dentro da doutrina cristã, utilizando os animais como forma de legitimar as suas críticas. Assim, Carpinetti afirma que: “as figuras de animais têm a função de simbolizar os piores aspectos da heresia, tornar a todos atentos aos riscos que poderiam os homens correr de perderem suas

características de seres humanos, de cristãos seguidores de uma crença marcada pela retidão das concepções dogmáticas e da doutrina da Igreja, para se reduzirem ao estágio de feras e seres irracionais. Assim, pelo seu discurso carregado dessas imagens de animais, São Jerônimo torna público seu apelo à consciência moral de seus contemporâneos para que tenham toda precaução com a heresia que faz ronda às consciências”. Pecar por heresia seria perder a consciência do homem e se aparentar à do animal, sendo essas falhas morais expressas das mais variadas formas através dos mais variados animais encontrados pela natureza.

Ou seja, conforme vimos antes, essa forma de estudo estava ligada geralmente a uma didática que se baseava no medo proporcionado quando não pelas criaturas, mas também pelas consequências de se assemelhar a elas. Percebemos então que não só as bestas de cunho sobrenatural se aplicavam a esta didática. O temor não provinha somente de dragões, mantícoras e bestas marinhas, mas os animais comuns e mundanos da natureza também representavam vários aspectos que deveriam ser temidos pela população, carregavam sua carga de significados dos quais o bom cristão deveria se afastar. O medo não funcionava somente como um receio de se cruzar com tais criaturas durante a rotina do indivíduo, mas sim no ato de herdar suas várias características negativas e dessa forma trilhar o caminho do pecado. Legitimando o medo de se aparentar a estes animais acabava-se por impulsionar o fiel dentro dos caminhos coerentes do cristianismo, afastando-o dos maneirismos proporcionados pelas falhas de caráter e mantendo assim o indivíduo seguidor dos dogmas e doutrinas cristãs.

Referências

FRANCA, Vanessa Gomes et al. *A Tradição Medieval Bestiária na França*. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/63ra/conpeex/doutorado/trabalhos-doutorado/doutorado-vanessa-gomes.pdf>. Acesso em: 03 de out. 2016.

LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1975.

HITNER, Sandra Daige Antunes Corrêa. *O Bestiário nas escolas do Norte Europeu*. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao12/materia01/texto01.pdf>. Acesso em: 17 de mar. 2016

LE GOFF, Jacques. *O Deus da Idade Média: conversas com Jean-Luc Pouthier*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

CARPINETTI, Luís Carlos Lima. *O Bestiário na Apologia de Jerônimo contra Rufino*. Disponível em: http://http://www.filologia.org.br/ixcnlf/13/08.htm#_ftn1. Acesso em: 27 de jul. 2016.

VARANDAS, Angélica. *A Idade Média e o Bestiário*. Disponível em: <http://http://www2.fcsb.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA2/medievalista-bestiario.htm>. Acesso em 13 de nov. 2016.

JERÔNIMO, Santo. *Apologia contra os livros de Rufino* – São Paulo: Paulus, 2013. – (Coleção Patrística).

O ROMANCE E A CONSTRUÇÃO DE UM IMAGINÁRIO FEMININO NO BRASIL DO SÉCULO XIX

*Amanda Mafra
Bruna Pereira*

Introdução

Este trabalho visa construir um breve panorama sobre a forma de atuação dos romances literários no imaginário feminino, ou seja, no ideal de comportamento das mulheres no século XIX no Brasil, utilizando-se, para isso, do romance *Lucíola*, 1862, de José de Alencar.

Para introduzir a temática do imaginário feminino no Brasil, especificamente no século XIX, é preciso primeiro estabelecer as diferenças que haviam entre o imaginário feminino para as mulheres brancas e para as mulheres negras. Socialmente eram esperadas condutas específicas para cada um desses grupos. É importante ressaltar, de início, também, que o conceito de “negro” e “branco” está atrelado a muitos fatores para além do simples fenotípico e que, portanto, trata-se de uma identificação cultural. A origem, o comportamento e a condição material de um sujeito eram, basicamente, os que definiam a “cor” dele.

Desenvolvimento

Segundo Maciel Henrique Silva, em seu livro *Pretas de Honra*, 2011⁴, no século XIX a mulher branca nascia com uma honra que poderia perder caso não seguisse uma determinada conduta moral que se esperava dela. Já a mulher negra, nascia desprovida de honra, podendo apenas tentar alcançá-la o suficiente para merecer a convivência e proteção dos brancos, encaixando-se da melhor maneira possível nos modelos de conduta moral dominante. Essa honra, muitas vezes, poderia vir a ser adquirida para essas mulheres negras não pela boa conduta sexual, como acontecia em primeiro lugar no universo feminino branco, mas, por exemplo, pela fidelidade da palavra empenhada, o fato de serem estimadas publicamente, etc. Nem esse comportamento, no entanto, garantia um reconhecimento pleno da honra por parte da população livre, pois eram apropriações do senso-comum ocidental, por parte dos negros, que não penetravam facilmente a aceitabilidade da rígida moral religiosa e ideológica – ao menos na teoria – dos brancos.

⁴ SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de Honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Recife: Editora universitária da UFPE, 2011, p. 21.

A ideia de mulher honrada nas sociedades ocidentais – ou ocidentalizadas – nesse caso, do Brasil, estava fundamentalmente relacionada com princípios da Igreja Católica e com a ideologia burguesa europeia. Em seu livro *Ao sul do corpo*, 2008⁵, Mary del Priore afirma que o discurso sobre o amor conjugal disseminado pela Igreja tornou-se um dos instrumentos de ação para a normatização das populações femininas. Ora, para ser considerada uma mulher honrada e bem-sucedida, era preciso casar-se, e, para casar-se, era preciso agir como mulher honrada, caso contrário, não teria pretendentes. Após o casamento, a conduta de mulher casada calcificava-se ainda mais. Para não desonrar além de si mesma também ao seu marido e ao seu lar, era necessário que a mulher se mantivesse dentro de casa a maior parte do tempo, e só saísse acompanhada de um homem de sua família ou uma mulher mais velha. Antes do casamento, deveria se manter virgem e pura de olhos e ouvidos, e, depois do casamento, deveria tornar-se a santa mãezinha, encarnando o protótipo da Virgem Maria, tendo relações sexuais estritamente voltadas para a reprodução e vestindo-se de maneira simples e recatada, sem deixar à mostra nenhum centímetro de pele a mais do que o necessário.

Na literatura há diversos exemplos de boas mulheres e de más mulheres. É interessante perceber que no século XIX durante muito tempo o gênero literário predominante foi o romântico, que tem como uma das principais características a adjetivação sempre entre sublime e grotesco, sem meios termos. Dessa forma, fica claro quando o autor considera a conduta de um personagem boa ou má, moral ou imoral. Obras como *Helena*, 1876, de Machado de Assis, *Senhora*, 1874, de José de Alencar; o já citado *A escrava Isaura*, 1875, de Bernardo Guimarães e, um exemplar de oitocentista de Alagoas, *A Filha do Barão*, 1886, de Pedro Nolasco Maciel, são alguns dos livros de gênero romântico da segunda metade do século XIX que retratam, em suas protagonistas, o ideal de mulher virtuosa e honrada, sempre com desfechos felizes. No caso de *Helena*, 1876, a protagonista de mesmo nome morre ao final, mas sua morte tem muito mais o teor de beatificação ou santificação através de sua eternização enquanto virgem e bela, ou seja, aquela que morre intacta e plena de virtudes, antes de ser corrompida por qualquer pecado, e vai diretamente para os braços de Deus no Paraíso, de forma que não se pode considerar seu desfecho como trágico mas antes o melhor de todos, segundo a perspectiva religiosa.

Já para as mulheres negras, africanas, ou descendentes de africanas, a ideia de honra se constituía de forma diferente. Sabe-se que a África é um vasto continente com inúmeras peculiaridades culturais sem que seja possível definir apenas uma forma de imaginário feminino africano. Em seu livro *Xangô Rezado Baixo*, 2012⁶, Ulisses Rafael Neves afirma que a maioria

⁵ PRIORE, Mary del. *Ao sul do corpo*: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 112.

⁶ NEVES, Ulisses Rafael. *Xangô rezado baixo*. São Cristóvão: Editora UFS; Maceió: Edufal, 2012. p. 153.

dos escravos desembarcados em Alagoas eram da etnia Banto, mas até mesmo essa informação é insuficiente para identificar quais eram os referenciais de honra e como funcionava a moral feminina das mulheres africanas aqui desembarcadas, pois essa etnia é delimitada por uma matriz linguística que é utilizada por culturas as mais diversas, sem, portanto, significar um mesmo povo ou uma mesma visão de mundo religiosa ou ideológica. No entanto, sabemos que há tribos africanas em que é papel da mulher escolher seu parceiro, outras de cultura matrilinear, outras influenciadas pelo islamismo, o que significa que, em comum, tinham apenas a diferença de tudo aquilo apresentado como norma pela cultura dos brancos.

Deveria, portanto, ser difícil para uma mulher africana ou descendente de africanos, se habituar a utilizar roupas pesadas e fechadas quando vinha de povos onde era normal andar seminua. As que se empenhavam na adaptação à essas novas normas eram consideradas escravas apropriadas para o trabalho doméstico, visto que não era de bom tom manter más influências para as sinhazinhas no seio do lar, vide o romance *Vítimas Algozes*, 1869, de Joaquim Manoel de Macedo. Aquelas que não tinham interesse ou “vocação” para esse tipo de comportamento – o que muitas vezes se deduzia pela boa aparência que apresentavam – terminavam por vestirem-se de maneira bastante exposta, em total contraste com a moralidade feminina branca.

A legislação também era utilizada como instrumento de normatização do comportamento feminino. No Império, a religião oficial brasileira era a Católica, o que já garantia influência da Igreja sobre o Estado. Mas, para além disso, era proibido às mulheres a entrada em determinados ambientes políticos, sendo a própria princesa Isabel proibida de frequentar uma reunião do parlamento, mesmo na ausência do seu pai, o então imperador D. Pedro II, quando se tornava sua representante oficial, tendo que ser representada por seu marido, o conde d’Eu.

Além da Igreja e da legislação, já começamos a demonstrar ao longo desse texto que a literatura também era um instrumento importante no trabalho de normatização do comportamento feminino. Era através dela que os autores – quase em sua totalidade homens – apresentavam o que se esperava de uma boa mulher, davam a essas os melhores desfechos, ao mesmo tempo que deixavam claro quem era a mulher má, dando a essas os piores desfechos, num processo de moralização através da obra literária. Mas, além de moralizar, o romance tinha também a função de espelhar a sociedade em que estava inserido. Tendo em vista que os autores publicavam esse gênero grande parte das vezes em folhetins para depois publicá-los em formato de livros, tinham como público alvo mulheres, donas de casa. É comum que os autores se dirijam “à leitora” durante a narrativa, o que indica esse fato, além de esse ser um dos hábitos tradicionais de mulheres que passavam a maior parte do tempo no interior dos seus lares e encontravam na leitura dos

romances uma forma de adentrar outros espaços, ainda que imaginariamente – quando eram alfabetizadas. Os romances, principalmente os que vinham em formato de folhetim, tratavam de questões que tinham uma boa recepção nos lares de respeito, caso contrário, não passavam pela aprovação dos jornais e, principalmente, não encontravam público, chegando mesmo a serem censurados.

Esboçado o imaginário do que seria a mulher honrada, é chegada a hora de tratar daquela que estava no extremo oposto desse protótipo, à margem da sociedade honrada e moral; as cortesãs. Na corte do Rio de Janeiro durante o século XIX, as cortesãs tinham uma função social, apesar de estarem à margem. Segundo Mary del Priore em seu livro *Histórias Íntimas*, 2013⁷, numa sociedade em que a mulher honrada e casada era furtada dos prazeres da carne, os homens buscavam aquelas que supririam exatamente essa “falta”, as chamadas cortesãs. Mas, além de possibilitarem aos homens a realização dos prazeres luxuriosos negados aos lares de respeito, essas mulheres também serviam de adorno, de objeto de luxo aos ricos senhores da corte. Uma cortesã bem vestida e enfeitada era sinônimo de status para o seu cortejador. Entre as cortesãs existiam as de luxo, chamadas comumente de francesas – apesar de poucas vezes serem de fato francesas – e as frequentadas pelas camadas mais pobres, chamadas de polacas – que também muito raramente eram dessa nacionalidade. Além de possuir uma função social, essas mulheres também possuíam um lugar social, que, como dito anteriormente, ficava à margem da circulação das famílias de honradas. Lugares como igrejas, bailes, festas santas ou feiras, eram reservados a todos, menos a essas criaturas, que tinham o total desprezo do restante da sociedade, a não ser nas horas tardias da noite, nos lugares errados, nos braços de homens sedentos, fossem eles “de bem” ou não.

Passemos, então, à uma análise sobre o livro *Lucíola* de José de Alencar⁸ para melhor compreender o papel do romance na construção do imaginário feminino no século XIX. A obra teve sua primeira publicação em forma de folhetim em 1862. Tendo este último sido criado na França, com o intuito de civilizar e dividir a classe média que se formava, a partir de publicações que ocorriam de maneira periódica em capítulos de jornais. Vale ressaltar que o público alvo de boa parte dessas produções eram as mulheres. Essa forma pela qual o folhetim era difundido gerava um diálogo entre autor e seu público, uma vez que cada um era publicado, o autor poderia acompanhar a reação à sua obra e as queixas poderiam interferir no desfecho da estória.

Em *Lucíola*, 1862, que é classificado como um romance urbano, temos como estrutura um narrador-personagem. Em seu primeiro capítulo já é possível perceber o direcionamento do texto ao público feminino a partir do

⁷ PRIORE, Mary del. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2011. p. 83.

⁸ ALENCAR, José de. *Lucíola*. São Paulo: Ática, Série Bom Livro, 1988.

seguinte trecho: “Desculpa, se alguma vez a fizer corar sob os seus cabelos brancos, pura e santa coroa de uma virtude que eu respeito...” (ALENCAR, 1862).

Era essa reação esperada das mulheres que leriam esse romance. Tinha como público mulheres incluídas na “boa” sociedade e que não seriam iguais à protagonista da estória, portanto ficariam em choque com estilo de vida de Lucíola. O narrador personagem é Paulo, que no começo da estória era um moço da província, que ao ser apresentado à corte do Rio de Janeiro, narra todos seus conflitos por causa da paixão pela cortesã. Esses conflitos internos do narrador se encontram em todo decorrer do drama por conta da forma pela qual fica estabelecido o binarismo que encontramos no romance, essa dualidade é representada pelos seguintes aspectos: amor/prazer, vício/virtude, família /prostituição e ingenuidade/malícia. Esse Binarismo, que também é encontrado na construção das personagens femininas do romance, retrata os papéis definidos para a mulher nesta sociedade que seriam a senhora de família, dona do lar com virtudes ou então a mulher fatal, perversa ligada ao prazer. No primeiro encontro de Paulo e Lúcia já podemos identificar a diversidade de discurso sobre a mesma imagem:

Ressumbrava na sua muda contemplação doce melancolia e não sei que laivos de tão ingênua castidade, que o meu olhar repousou calmo e sereno na mimosa aparição.

— Já vi esta moça! disse comigo. Mas onde?...

Ela pouco demorou-se na sua graciosa imobilidade e continuou lentamente o passeio interrompido. Meu companheiro cumprimentou-a com um gesto familiar; eu, com respeitosa cortesia, que me foi retribuída por uma imperceptível inclinação da fronte.

— Quem é esta senhora? perguntei a Sá.

A resposta foi o sorriso inexprimível, mistura de sarcasmo, de bonomia e fatuidade, que desperta nos elegantes da corte a ignorância de um amigo, profano na difícil ciência das banalidades sociais.

— Não é uma senhora, Paulo! É uma mulher bonita. Queres conhecê-la? Compreendi e corei de minha simplicidade provinciana, que confundira a máscara hipócrita do vício com o modesto recato da inocência. Só então notei que aquela moça estava só, e que a ausência de um pai, de um marido, ou de um irmão, devia me ter feito suspeitar a verdade (ALENCAR, 1862)⁹.

A primeira descrição de Paulo sobre Lucíola é a de uma pessoa que acabou de chegar à corte e que ainda não conhece os hábitos do Rio de Janeiro, portanto, a descreve como ingênua e pura, até essa visão entrar em conflito com o comentário de Sá, que é um morador da corte há bastante tempo e faz comentários indicando que Lucíola não é uma senhora. Paulo

⁹ ALENCAR, José de. *Lucíola*. São Paulo: Ática, Série Bom Livro, 1988. p. 9.

analisa novamente a moça e nos apresenta as evidências de que Lucíola, de fato, não era uma senhora ingênua, já que não estava acompanhada de um homem da família em um local público.

O segundo encontro de Lúcia e Paulo acontece depois da inserção dele na corte, quando moço já está habituado aos seus costumes. Paulo procura Lúcia, não mais com um olhar romântico sobre ela, mas sim com desejos luxuriosos. Quando ele satisfaz tal prazer, é possível notar uma transformação na imagem da Lúcia:

O rosto cândido e diáfano, que tanto me impressionou à doce claridade da lua, se transformara completamente: tinha agora uns toques ardentes e um fulgor estranho que o iluminava. Os lábios finos e delicados pareciam tímidos dos desejos que incubavam. Havia um abismo de sensualidade nas asas transparentes da narina que tremiam com o anélito do respiro curto e sibilante, e também nos fogos surdos que incendiavam a pupila negra. (ALENCAR, 1862)¹⁰

O olhar romântico e casto da primeira impressão de Paulo agora se transformava em um desejo ardente e voluptuoso. Essas divergências a respeito da imagem de Lucíola aumentam com os discursos externos. Quando Paulo encontra Lucíola pela segunda vez, em local público, é totalmente diferente do seu primeiro encontro, passado na festa religiosa, pois, agora Lucíola está em um teatro com roupas mais compostas do que as que vestia na festa da Glória. Paulo estava no camarote, com Cunha, um ex-amante de Lúcia, quando ele escuta a versão de Cunha sobre Lúcia. Paulo, então, refere os seus sentimentos por ela como um prazer que vem do vício:

[...] Quanto a mim, todas as excentricidades e defeitos que atribuíam a Lúcia, ao passo que a faziam descer na minha estima, davam-lhe um sainete de originalidade e um picante sabor que me excitava. O vício também tem sua beleza e sua atração, como a virtude; a diferença é que no âmago do fruto os lábios encontram terra e cinza em vez de polpa deliciosa. (ALENCAR, 1862)¹¹

O dualismo presente em toda sociedade burguesa pode ser visto novamente aqui, onde o papel da cortesã está ligado ao prazer, e este não pode ser encontrado no amor, já que o amor é exclusivo do casamento e de uma relação pura e casta onde só as mulheres de família teriam acesso. A cortesã tinha o papel de ceder aos vícios dos homens que procuravam uma relação carnal.

Outro momento crucial do livro é a orgia na casa de Sá. O autor inicia o capítulo preparando a leitora para o que viria a acontecer, alertando-a de que

¹⁰ ALENCAR, José de. *Lucíola*. São Paulo: Ática, Série Bom Livro, 1988. p. 23.

¹¹ ALENCAR, José de. *Lucíola*. São Paulo: Ática, Série Bom Livro, 1988. p.30.

isso chocaria sua casta imaginação, mas, afirmando que se a leitora admirasse algumas obras clássicas poderia ler com maior tranquilidade. Depois é narrado o ambiente em que se encontra a chácara de Sá: um local isolado com uma vegetação que esconde a casa dos curiosos olhos e dentro dela um ambiente com cores e quadros que sugerem a luxúria e a voluptuosidade.

Passando para a análise dos personagens que se encontram nesta cena, são típicos burgueses. Sá é um senhor de fortuna, solteiro, já bem adaptado à boemia da corte; Couto um velho homem galanteador; Cunha, um chefe de família respeitado nessa sociedade; Paulo, um bacharel em Direito; e Rochinha, que desfrutava precocemente da vida boêmia. Outras duas damas que se encontravam ali além de Lucíola também eram cortesãs. Lúcia se despe na frente de todos da chácara. Nesta cena podemos ver a importância do corpo exposto, a objetificação sobre a Cortesã e o moralismo com que Paulo julga-a, como afeta-se sua imagem sobre Lucíola, pois passa a descrevê-la a partir daí com traços satânicos, destruindo o que restava do olhar romântico que tinha sobre ela:

Quando a mulher se desnuda para o prazer, os olhos do amante a vestem de um fluido que cega; quando a mulher se desnuda para a arte, a inspiração a transporta a mundos ideais, onde a matéria se depara ao hálito de Deus; quando, porém a mulher se desnuda para cevar, mesmo com a vista, a concupiscência de muitos, há nisto uma profanação da beleza e da criatura humana, que não tem nome (ALENCAR, 1862)¹².

Porém, mesmo depois do choque que Paulo levou ao se deparar com o comportamento típico de uma cortesã, ele e Lúcia fizeram as pazes quando ela jurou fidelidade ao rapaz. Viveram um período de paz na semana que passaram isolados na casa de Lucíola. Ele presenciou vários momentos que demonstravam existir virtude na cortesã, mas, no momento em que Paulo volta para sua rotina fora da casa de Lúcia, sente a pressão social:

— Mas tens reputação a ganhar. És amante de Lúcia, há um mês; e eu te conheço, sei que estás te sacrificando. Entretanto, como Lúcia não aparece mais no teatro, não roda no carro mais rico, e já não esmaga as outras com o seu luxo; como a Rua do Ouvidor não lhe envia diariamente o vestido de melhor gosto, a jóia mais custosa, e as últimas novidades da moda; sabes o que se pensa e o que se diz? Que estás sacrificando Lúcia... que estás vivendo à sua custa. (ALENCAR, 1862)¹³

Depois de ter o orgulho ferido pelo que Sá lhe contou, Paulo sentiu a impossibilidade de ter uma relação às claras com Lúcia, pois, ainda que ela

¹² ALENCAR, José de. Lucíola. São Paulo: Ática, Série Bom Livro, 1988. p. 49.

¹³ ALENCAR, José de. Lucíola. São Paulo: Ática, Série Bom Livro, 1988. p. 52

negasse seus amantes e abdicasse dos espaços públicos, a corte não permitiria que Paulo vivesse mais do que uma aventura com uma cortesã. Esse episódio mostra a força das pressões sociais que envolvem os personagens. Lúcia se vê obrigada a voltar para sua rotina de cortesã e Paulo a recuperar sua reputação.

Depois de vários encontros e desencontros de Lúcia e Paulo, começa uma nova etapa no relacionamento dos dois, que leva Lúcia à sua redenção. Primeiro Lúcia renuncia totalmente à sua sexualidade, tirando o sentindo carnal de sua relação com Paulo e substituindo-o por conversas. Cria com ele uma ligação de alma. Lúcia abre mão do luxo, troca suas vestes de seda pôr panos simples, conta a história dos abusos que sofreu ainda criança Cunha, como entrou na prostituição e qual seu verdadeiro nome. Muda-se da Corte e entrega-se a hábitos de uma dona de casa.

A partir de agora é criado um novo momento no romance: a tensão das várias perspectivas desaparece, a nossa mocinha abre mão da sua identidade como Lúcia para assumir-se Maria da Glória, seu verdadeiro nome.

Era estranha para mim a expressão de calma e serena dignidade que se difundia pelo seu rosto e por toda a sua pessoa; alguma vez já vira passar-lhe na frente um reflexo de nobre altivez, mas de relance, como a eletricidade que lambe a face da nuvem. Naquele momento, porém a luz irradiava de um foco íntimo; e na feição, como na atitude de Lúcia, aparecia profundamente impresso o pudor de uma alma ressentida.

Pela primeira vez a mulher submissa, que temia ofender-me, mostrando-se ofendida de minhas injustiças, conservava contra mim uma queixa, e assumia o direito de perdoar. Admirado, aceitava todas as graduações por que passara a sua existência depois que nos conhecíamos.

— *Duvidou de mim! disse Lúcia fitando-me com os seus grandes olhos límpidos. Ia balbuciar uma desculpa; ela atalhou-me.*

— *Não! A mulher de quem duvidou já não existe, morreu! É uma história bem triste! (ALENCAR, 1862)¹⁴*

A transformação de Lúcia torna-se explícita quando a personagem assume a identidade de Maria da Glória: não aceita mais as desconfianças de Paulo, acreditava que tinha renascido e purificado sua alma, e, como Maria da Glória, ela recuperava sua honra. Esta honra só é conquistada porque Lúcia havia abandonado a esfera pública, rasgou suas vestes luxuosas, mudou a ironia de sua voz, abandonou sua sexualidade e passa agora a dedicar-se a tarefas adequadas a seu sexo.

A transformação de Lúcia foi necessária para que ela pudesse ser digna do amor de Paulo e da compaixão do público. Mas qual seria a possibilidade

¹⁴ ALENCAR, José de. Lucíola. São Paulo: Ática, Série Bom Livro, 1988. p. 127.

de Lúcia ter um final feliz na corte do Rio de Janeiro? Pela sua experiência com a peça *Asas de um anjo*¹⁵, José de Alencar percebe que a estória de uma prostituta que se regenera e por isso consegue um final feliz, tem como repercussão um escândalo, a ponto de ser censurada. Talvez essa experiência tenha mostrado ao autor a impossibilidade da reintegração de uma cortesã ao meio social e familiar no Rio de Janeiro do século XIX. Por conseguinte, o destino de Lúcia foi infeliz. Mesmo depois de sua transformação e depois de ter conseguido recuperar a honra de sua alma, Lucíola jamais conseguiu recuperar a honra do seu corpo. Um corpo que não poderia segurar a vida do seu filho com Paulo, um corpo que carregava todo o peso da prostituição.

Lúcia termina definhando em cima de uma cama e só neste momento acha que tem direito de dizer a Paulo de seu amor por ele, e explica que foi ele quem a purificou:

— Tu me purificaste ungiendo-me com os teus lábios. Tu me santificaste com o teu primeiro olhar! Nesse momento Deus sorriu e o consórcio de nossas almas se fez no seio do Criador. Fui tua esposa no céu! E contudo, essa palavra divina do amor, minha boca não a devia profanar, enquanto viva. Ela será meu último suspiro (ALENCAR, 1862)¹⁶

Dessa maneira, o romance de José de Alencar completa seu intuito moralizador, mostrando que uma mulher não deve ultrapassar certas barreiras da convenção e, caso o faça, não encontra salvação. Esse discurso moralizante não tem como fim apenas servir de guia de conduta para as leitoras, mas também é o espelho de um imaginário do tempo vivido pelo autor. Caso tivesse escrito uma estória que fugisse do convencional pela sociedade em que estava inserido - dado que a obra foi publicada no formato de folhetim - teria que lidar com a rejeição do público e, provavelmente, dificuldades para receber um outro contrato em jornais da cidade.

Referências

ALENCAR, José de. **Lucíola**. São Paulo: Ática, Série Bom Livro, 1988.

ASSIS, Machado de. **Helena**. Moóca: Formar, 1907.

DE MARCO, Valéria. **O império da cortesã: Lucíola, um perfil de Alencar**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

¹⁵ DE MARCO, Valéria. *O império da cortesã: Lucíola, um perfil de Alencar*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

¹⁶ ALENCAR, José de. *Lucíola*. São Paulo: Ática, Série Bom Livro, 1988. p. 150.

GUIMARÃES, Bernardo. *A Escrava Isaura*. São Paulo: Ática, 1998.

MACEDO, Joaquim Manuel. *As Vítimas Algozes*. São Paulo: Zouk, 2005.

NEVES, Ulisses Rafael. *Xangô rezado baixo*. São Cristóvão: Editora UFS; Maceió: Edufal, 2012

TELLES, Norma. *Escritoras, escritas e escrituras*. São Paulo: Contexto, 2015.

PRIORE, Mary del. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta Brasil, 2011.

PRIORE, Mary del. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SILVA, Maciel Henrique. *Pretas de Honra: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870)*. Recife: Editora universitária da UFPE, 2011.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

A POLIGAMIA VISTA COMO UM METODO DE PODER E IDENTIDADE DAS SOCIEDADES ESCRAVISTAS SÉCULO XVII - XIX.

*Cecília Gomes da Silva*¹⁷

Introdução

O continente africano é composto por uma vasta rede de tradições e culturas que interferem diretamente na vida social dos que o povoam. Dentre essas práticas destacamos a poligamia, que é um forte atrativo de discussão quando se pensa em trabalhar e pesquisar a vida e a cultura dos povos angolanos e moçambicanos no decorrer dos séculos XVII-XIX. Nesse sentido faz-se necessário entender que para essas sociedades a pratica da poligamia, na maioria dos casos, perpassa a questão da tradição relaciona-se aos mecanismos destinados à obtenção de poder e ao domínio no meio social e familiar.

Os casamentos poligâmicos são uma pratica cuja origem provavelmente esteja ligada à um antigo sistema de casamento por grupos praticado por diferentes tribos de etnia bantu, onde segundo Junod 1996, “[...]Em dada época todos os homens dum grupo teriam considerado como suas todas as mulheres doutro grupo, e vice-versa. Seria um estado de poligamia e poliandria ao mesmo tempo[...]”.

Entende-se, portanto, que a poligamia é uma tradição ancestral que tem relação direta com as linhagens e com o parentesco dessas sociedades, portanto pré-existentes nos grupos étnicos com compõem esse continente.

A contextualização histórica apresentada pelo autor mostra que a poligamia sempre existiu nas sociedades de Angola e Moçambique, e que as diferentes práticas de escravidão podem ser consideradas como uma das principais responsáveis pela fortificação desse costume, considerado em nossa pesquisa como um método de dominação feminina e de obtenção de poder. Os grupos étnicos que formavam essas sociedades diante das guerras costumavam vender ou trocar os homens escravizados, principalmente a partir da inserção da escravidão para as Américas, e da apropriação das mulheres escravizadas inserido-as nas suas tribos e fazendo delas parte de sua propriedade, muitas vezes ficando um homem proprietário de várias mulheres.

Nossa proposta é, portanto, levantar os elementos que fortalecem a pratica da poligamia durante o processo de escravização nos séculos XVII –

¹⁷ Universidade Federal de Alagoas. Orientadora: Prof.: Dr. Flávia Maria de Carvalho

XIX e observar em que medida ela representa as historicidades das relações de poder e pertencimento nessas sociedades.

Poligamia: Estrutura e Definição

Poligamia é o que se entende pela junção matrimonial de mais de um indivíduo da mesma espécie, ou de um homem com mais de uma mulher (JUNOD, 1996). É uma prática que teve seu aparecimento ainda na época dos primórdios da organização social dos grupos entre as tribos africanas e que está ligada a etnicidade e a linhagem dessas tribos.

O casamento com mais de uma mulher passou a significar obtenção de riquezas, status social e abundância de procriação para os homens que compõem a família, assim como sinônimo de economia e demografia para essas sociedades. Viver em um lar polígamo, para alguns africanos, pode ser melhor do que outras alternativas postas para as mulheres como a prostituição, a escravidão, e a fome.

[...] A prosperidade mede-se pelo número de propriedades. A virilidade pelo número de mulheres e filhos. Um grande patriarca deve ter várias cabeças sob o seu comando. Quando se tem poder é preciso ter onde exercê-lo, não é assim? Abraão, Isac, Jacob, foram polígamos não foram? Na bíblia, só Adão não foi polígamo[...]. (CHIZIANE, 2004. p. 27)

Assim, devemos entender que a poligamia é um elemento aceito em muitos lugares, mas também rejeitada em tantos outros, dependendo de cada povo, pois existem muitos homens dentro de uma mesma etnia que sempre optaram pela prática da monogamia, a utilização da poligamia, ou não, é uma escolha. (JUNOD, 1996)

É uma prática que existe não somente nas sociedades patriarcais, onde seguem-se as regras ditadas por uma pessoa mais velha do sexo masculino, podendo ser o pai, mas também as sociedades matriarcais, nas quais o papel de liderança e poder é exercido pela pessoa mais velha do sexo feminino, podendo ser a mãe. Em ambas, imperam razões sociais ou religiosas que aceitam ou negam a prática da poligamia.

Por isso, as sociedades que aceitam acabam impondo algumas restrições que remetem desde ao número de casamentos até as regras de comportamento para o desenvolvimento dessa prática, pois um homem polígamo só poderá ter tantas esposas quanto puder sustentar. Nessa estrutura a primeira mulher passa então a ser considerada a esposa oficial e as demais como concubinas, ou mulheres pequenas, tendo estas menos privilégios rituais em relação a primeira.

Em especial a primeira mulher possui um grau de responsabilidade e direitos maiores que as demais, pois é ela quem deve zelar pela harmonia do

lar, assim como também é ela quem irá decidir sobre as próximas mulheres para o seu marido e é ela quem possui tratamento diferenciado na família quando da sua morte ou da morte de seu marido.

[...] Quando perguntei a Magingi, velho pagão de Rikatla, porque havia uma tal diferença entre a primeira mulher e as outras, respondeu-me: « A primeira é a verdadeira e as outras não são mais que ladras. É esta a razão porque se diz, quando da morte da primeira mulher: a palhota do marido ficou destruída (atrhovekelwi hi yindlu yakwe). Quando é uma das outras mulheres que morre, dizem apenas: perdeu uma mulher (afeliwi hi nsati). (JUNOD, 1996. p. 261)

Seu aparecimento faz referência à diferentes motivos, ou necessidades, entre eles as leis de sucessão que regulam a família, onde estabelece como legítimo o direito de um irmão herdar a mulher viúva de seu irmão mais velho, seja ele casado ou não; Outra justificativa aceita é a que afirma a existência de mais mulheres do que homens no mundo isso devido às sociedades patriarcais, onde era praticamente impossível que uma mulher solteira ficasse independente de seus pais, irmãos, e marido; e atribuição à escassez de homens devido à partida para as guerras, onde para não ficarem solteiras as mulheres eram tomadas por esposas por homens casados ou não.

Segundo Kabengele Munanga, a poligamia “não se fundamenta no prazer sexual. A poligamia tem funções econômicas, políticas e religiosas importantíssimas” (1984, p.14). A poligamia tem um dever com a cultura, a tradição, os indivíduos e a sociedade. E um sistema que precisa de cooperação das esposas e do marido, afinal toda a sociedade estará envolvida e será implicada.

Poligamia como Instrumento de Poder nas Sociedades Escravistas

A dominação sofrida pelos povos angolanos e moçambicanos em estado de guerra no século XVII, através dos árabes, asiáticos e europeus que se lançaram ao continente africano em busca de riquezas e escravos justificados por uns discursos pautados na prática de resgate e de missões civilizadoras que contribuíram para as alterações dos sistemas de organização hierárquica que possuía essas sociedades em relação a prática poligâmica, no âmbito cultural, social e econômico.

Pois no continente africano a escravidão quase sempre se iniciava através de uma forma de violência que tinha a capacidade de reduzir a condição social de uma pessoa livre a escravo; o tipo mais comum eram as guerras nas quais os prisioneiros eram escravizados.

Para esses povos a escravidão era o resultado das guerras entre as tribos, estas realizadas como uma forma de obtenção de terras e demais

propriedades, como animais, mulheres e homens, uma vez que estes se faziam de fundamental importância e meio de obtenção de riquezas para esses povos. (JUNOD, 1996)

Os escravos capturados nessas guerras eram, portanto, utilizados para o trabalho interno no manejo das terras, produções agrícolas ou mineração a depender da necessidade de cada tribo, passando a ser um quesito para mensurar o poder de cada um dos chefes africanos das regiões analisadas. A escravidão na maioria das vezes era o subproduto das guerras e não a causa delas. A escravidão estava fundamentalmente ligada ao trabalho, incluindo a servidão vinculada ao trabalho na terra, fator de fundamental importância para. Dessa forma ela não alterava as formações social destes.

Somente depois com a inserção do árabe e do europeu nesse processo é que a escravidão vai tomar diferentes proporções, adquirindo características negativas que a torna parte fundamental de um modo de produção onde os escravos passaram a ser vistos como bens móveis que podiam ser comprados ou vendidos, e, portanto, tratados como mercadorias, como uma propriedade (LOVEJOY, 2002).

A princípio estas sociedades eram baseadas no parentesco com um modo de produção de linhagem, onde os membros mais novos se subordinavam aos membros mais velhos. O trabalho era distribuído entre os membros da sociedade, os mais velhos eram quem controlavam os meios de produção, distribuição dos trabalhos e o acesso às mulheres que eram na maioria das vezes, para as sociedades tradicionais, as principais trabalhadoras agrícolas, responsáveis tanto pela produção como pela fertilidade e crescimento desses povos.

A importância dessa mulher era o que as diferenciavam das demais sociedades, e talvez por isso seja este o fator de grande importância que vai fazer da escravidão um forte atrativo para o fortalecimento da prática poligâmica, uma vez que essa mulher além de um fator determinante para o desenvolvimento econômico e demográfico desses povos representavam também um elemento de dominação, poder e controle político para aqueles que se diziam seus proprietários.

*Sou rico por ter seis mulheres" é a afirmação de um agricultor moçambicano residente na vila Municipal de Gorongosa a norte da província de Sofala, em entrevista recente ao matutino nacional?? Notícias? Parece mito mas é mais rito e até certo ponto poema milagroso do viver dos homens desde há séculos, do sul ao norte desta criatura do sol, nossa terra querida e inestimável. Ter muitas mulheres é garantia de obediência da mulher em relação ao homem e via de se obter uma produção agrícola abastada? [...]*¹⁸

¹⁸ A poligamia na realidade sócio jurídica moçambicana: Poligamia: Mitos, ritos e implicações legais. Publicado em 22 out. 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-poligamia-na-realidade-socio-juridica-mocambicana/50120/>

A captura de escravos para os africanos e para os árabes nos mostra, portanto, alguns aspectos importantes desse comércio em relação a captura de escravas do sexo feminino. Pois, diante destas as mulheres sempre se fizeram preferidas em maior número do que os homens. Isto porque elas possuíam múltiplas funções, além de trabalhadoras agrícolas e procriadoras as mulheres também se tornavam boas domésticas, e para os árabes aquelas consideradas mais belas eram colocadas em haréns, o que demonstrava o grau de seu poderio e era um fator que influenciava fortemente no preço de escravos. Sendo, portanto, muitas vezes uma escrava mulher vendida ou custeada a preços muito mais altos que os homens nas rotas transaarianas. (SILVA, 2002)

Os senhores proprietários de escravos, fossem eles africanos ou árabes possuíam totais direitos sexuais sobre as mulheres capturadas e tornadas escravas, muitas vezes casando-se com elas obedecendo a ordem hierárquica da primeira esposa, ou outras vezes tornando-as suas concubinas, dependendo do costume de cada sociedade. Dificilmente alguns desses senhores se desfaziam de suas escravas pelo processo de venda, pois estas eram as principais representantes do tamanho de seu poder e riquezas.

Essa dimensão sexual era a principal razão pela qual o preço das mulheres escravas era muitas vezes mais alto do que o dos homens. Aos escravos do sexo masculino podia ser negado o acesso as mulheres, e tal dimensão da escravidão era uma forma essencial de exploração e controle.
(LOVEJOY, p.35)

Já na tradição islâmica existiam leis que regulamentavam o acesso desses senhores em relação a obtenção de mulheres, ainda assim esses homens tomavam a maioria de suas escravas por concubinas não podendo estas serem vendidas, o que acontecia com frequência principalmente diante da geração de filhos do seu senhor. (LOVEJOY, 2002)

Nessas condições as crianças eram tidas como livres e normalmente eram reconhecidas pelo senhor, uma vez que a quantidade de filhos, principalmente, também designava o grau de riquezas desses homens, pois quanto mais filhos tivessem mais poderio demonstravam diante da sociedade. As mulheres, mães das geradas crianças, porém só seriam tornadas livres diante da morte de seu proprietário, ou a depender do caso e do senhor no momento em que dessem à luz; o que não determinava que estas estivessem livres da dominação e do pertencimento de seus ditos esposos, mas tão somente da condição de escravas, permanecendo assim ainda como concubinas.

A visão islâmica das mulheres escravas também era diferente daquela baseada no parentesco. A lei islâmica limitava o número de esposas a quatro, embora apenas as considerações materiais e os caprichos pessoais limitassem

o número de concubinas. Tanto em contexto islâmico como não-islâmico, os homens podiam ter quantas mulheres pudessem sustentar (LOVEJOY, p.49).

Nas sociedades escravistas africanas angolanas e moçambicanas tradicionais um homem poderia possuir domínio e poder sobre muitas mulheres fossem elas escravas ou livres. Porém, o casamento com mulheres livres tinha como exigência o pagamento do lobolo¹⁹ a família da noiva, que era uma determinada quantia estabelecida diante da proposta de casamento e que poderia ser paga de diversas formas e em parcelas, foi através do lobolo que muitas famílias e homens melhoraram suas condições de vida e ascenderam socialmente.

Nessas condições casar-se com uma mulher penhorada ou uma escrava evitava que esses homens tivessem que arcar com os pagamentos do lobolo, o que serviu de forte atrativo para a captura ou muitas vezes para o sequestro de mulheres de diferentes tribos na condição de escravas, o que as tornava dependentes do seu senhor e esposo. Esta prática explica porque havia tanta procura por mulheres em condições servis.

As regras polígamas dessas sociedades em geral não delimitavam a quantidade de mulheres que cada homem poderia possuir, desde que estes as pudessem manter, porém a própria organização social e as classes indiretamente determinavam esses números. Os homens mais importantes normalmente eram os que possuíam mais mulheres, muitas sendo escravas, e os menos importantes possuíam um número inferior de mulheres.

Nas sociedades escravas a duração da vida de muitos homens era relativamente curta caracterizando-se um dos motivos para o desequilíbrio demográfico entre os sexos, pois o número de mulheres numa população era determinante para se saber se ela iria estabilizar-se, expandir-se ou contrair-se. A concepção de um comércio de escravos inserido por outros povos passou então a representar um sério dano para essas sociedades.

A retirada maciça de escravos do sexo masculino teve fortes impactos para essa sociedade principalmente em relação às práticas sexuais e divisão de trabalho, pois as mulheres passaram a ser utilizadas em larga escala como força de trabalho nas propriedades dos grandes chefes ou senhores.

Muitos africanos retinham as mulheres capturadas nas emboscadas e vendiam os homens, porque o comércio atlântico solicitava com frequência mais homens do que mulheres, O povo de Bissagos aprisionou muitas escravas

¹⁹ Pagamento de uma determinada quantia a família da noiva como restituição pela perda de um membro importante do grupo, visto que esta é a principal produtora na agricultura. Este pagamento podendo ser realizado através de bois, terras, enxadas ou libras esterlinas. Onde parte do pagamento deve ser feito antes do ritual de casamento e o restante depois do casamento efetuado ou durante a convivência. (JUNOD, 1996)

O controle e dominação sobre essas mulheres era o que determinava o número de terras, produção e procriação de cada homem, sendo esses fatores encarados como obtenção de riquezas. A escravidão passou a ser vista como uma forma barata de aumentar as riquezas e o poder dos grandes chefes, pois a obtenção de escravos como subprodutos das guerras acabava fortalecendo a centralização interna desses povos.

Conclusão

Enquanto para as sociedades escravistas africanas a captura de mulheres era algo essencial para a escravidão, pois estas segundo a cultura e os costumes africanos eram as responsáveis pelos trabalhos agrícolas, base fundamental da economia e riquezas desses povos, da procriação e dos trabalhos domésticos. Para os europeus, porém, fazia-se essencial a captura de homens a serem vendidos para emprego no trabalho braçal nas colônias, estes ao contrário dos africanos desprezavam em parte a mão de obra feminina, pois para eles poucas mulheres poderiam ser utilizadas e apenas no trabalho doméstico.

Esta característica é um dos fatores que pode ter resultado para o alargamento da prática poligâmica nessas sociedades, pois pela cultura e costumes dos povos africanos a poligamia já era praticada dentro de tribos que se utilizavam da escravidão para obtenção de riquezas e propriedades; e com o crescimento da saída de escravos do sexo masculino para escravidão fora dos espaços africanos, as mulheres capturadas passaram a ser cada vez mais incluídas dentro das comunidades utilizadas para a captura, alargando, portanto o espaço familiar e a prática da poligamia.

Referências

JUNOD, Henri. *Usos Costumes dos Bantu*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1996.

CHIZIANE, Paulina. *Niketche: Uma história de poligamia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas transformações*; tradução Regina A. R. Bhering e Luiz Guilherme B. Chaves. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

THRNTON, John Kelly. *A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800*; tradução de Marisa Rocha Mota. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

MUNANGA, Kanbegeje. *O universo cultural africano*. In: Revista Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 1984.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

SITHOE, Yolanda. *Poligamia: tudo em nome da “tradição”*, n. 26, p. 2, 2009. Outras Vozes. Disponível em: <<http://www.wlsa.org.mz/?target=txepoligamiaYolanda>>. Acesso em: 29 de maio 2012, 21:32:46

MALUNGA, Didier. *A poligamia na realidade sócio-jurídica moçambicana: Poligamia: Mitos, ritos e implicações legais*. Publicado em 22 out. 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/a-poligamia-na-realidade-socio-juridica-mocambicana/50120/>>. Acesso em: 29 maio 2016, 21:32:46.

**“PELO DIREITO DE EDUCAR A JUVENTUDE CRISTÃ”:
A QUESTÃO DO ENSINO PÚBLICO NO DISCURSO DO
EPISCOPADO BRASILEIRO
(1890-1901)**

*César Leandro Santos Gomes*²⁰

Introdução

As relações entre Igreja Católica e o processo de educação, mas especificamente o uso da escolarização como um meio da Instituição eclesiástica difundir seus preceitos religiosos e morais na sociedade, pode ser considerado como um elemento histórico e socialmente determinado (ALVES, 2005). Essas relações tiveram início ainda no século XVI, por meio das missões conduzidas pela Companhia de Jesus com a finalidade cumprir as determinações do Estado português, como parte das articulações do Padroado Régio (SÁ; COELHO, p.2). Essas relações se perpetuaram durante o período Imperial e após a Proclamação da República foi ao direto de regulamentar as escolas públicas que a Igreja se apegou ao defender sua posição hegemônica na sociedade diante da separação entre Igreja e Estado (BOSCHILIA, 2000, p. 1).

Dessa forma, essa comunicação, fruto dos resultados da bolsa de *Desenvolvimento acadêmicos e Institucional (BDAI)*, sob o título: *População e relações de poder na documentação histórica do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, séculos XIX e XX*, tem como objetivo refletir, mesmo de forma bastante ampla, acerca dessas relações constituídas entre a Igreja Católica e a sociedade por meio dos debates sobre a questão do ensino laico das escolas públicas, tendo como respaldo a análise dos discursos presentes nas *cartas pastorais do episcopado brasileiro*, entre os anos de 1890 a 1901, e dos decretos do *1º Concílio Plenário Latino-Americano (1899)*.

Destacando quais foram os discursos elaborados pela Igreja Católica após a Proclamação da República (1889), e a separação entre as esferas políticas e eclesiásticas, com o decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, sobre o novo caráter laico do ensino público. E como a partir dessa nova ordenação a Igreja Católica passou a utilizar as escolas paroquiais como uma forma de inserir seus preceitos morais e religiosos na sociedade, articulando a prática de ensino ao processo de romanização e na perpetuação das relações de poder com as classes as forças políticas locais. Esse texto encontra-se dividido duas partes. A primeira pretende sistematizar historicamente das

²⁰ Graduando em História Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos das Religiões – LIER/UFAL, coordenado pela Prof.^ª Dr.^ª Irinéia Maria Franco dos Santos, atuando nas linhas de pesquisa de História da Igreja Católica e História Social das Religiões. E-mail: cesarl.gomes@hotmail.com.

relações entre ensino e a religião católica, destacando a utilização do processo de escolarização como parte da catequização. A segunda parte debruça-se nos discursos do episcopado brasileiro e latino-americano.

Introdução e Catequização:

Uma Breve Abordagem Histórica da Relação entre o Catolicismo e Ensino Educacional

Desde o começo do processo de colonização do território brasileiro a Igreja Católica deteve o monopólio dos mecanismos ensino. As primeiras instituições escolares que surgiram entre os meados do século XVI e início do XVII e teve como o propósito a “alfabetização” dos filhos dos colonos e nativos da terra (indígenas). Esses estabelecimentos foram criados por padres jesuítas, fazendo que nesse caso, a utilização do processo de escolarização estaria articulada a prática da catequização (RANQUETAT, 2008, p. 3) (OLIVEIRA, 2004). Os jesuítas utilizavam textos bíblicos como auxílio pedagógicos. Por meio desses escritos as crianças eram ensinadas ler. E na medida em que eram instruídos os colonos também recebiam esclarecimentos sobre as doutrinas e a fé católica. Mesmo com a execução das reformas pombalinas, século XVIII, e a expulsão dos jesuítas da colônia, em 1760, a Igreja católica, que já contava com algumas poucas escolas, conseguiu assegurar o privilegio sobre a educação em algumas partes do território brasileiro.

Posteriormente, durante o período imperial, no século XIX, foi marcado pela chega de Ordens religiosas ao território brasileiro. Muitos desses religiosos chegaram com a missão de atuarem como professores dos seminários diocesanos e colégios paróquias. Nesse período constituíram-se as instituições escolares de “Primeiras Letras” e a conhecida “Educação secundária”, que se encontravam restritas aos domínios da Igreja (OLIVEIRA, 2004). Eram Instituições privadas, que mais pareciam a internatos, muitas vezes, financiadas por famílias abastadas, que associavam a educação fornecida pelos colégios diocesanos como uma educação de qualidade. No entanto, mesmo assim, o caráter que mesclava a união do ensino e a “evangelização” ainda persistia (RANQUETAT, 2008, p.4). Os professores, e padres buscavam entre seus alunos aqueles pudessem seguir o caminho da vida eclesiástica (VIEIRA, 2007). Muitos alunos, provavelmente vindos de famílias humildes ou órfãos, via no sacerdócio a possibilidade de mudar de vida. E após terminar o ensino secundarista eram enviados aos seminários diocesanos para darem continuidade aos seus estudos e futuramente serem consagrados aos sacerdotes. Após a proclamação da República, em 1889, mas, especificamente com a promulgação do decreto 119-A no ano seguinte, a Instituição religiosa começou a sentir o seu controle

sobre a educação brasileira esfarela-se (DALLABRIDA, 2005). O referido decreto suprimiu do padroado Régio, separado a Igreja e o Estado. No processo, setores da sociedade outrora debaixo da mão da Igreja, como hospitais, orfanatos, cemitérios, começaram a ser secularizados (MICELI, 2009) (AZZI, 2008). As escolas públicas assumiram um caráter laico (RANQUETAT, 2008, p. 6) (BOSCHILIA, p. 2). A disciplina de ensino religioso, pilar da catequização e influência da Igreja sociedade, já que por meio dele seus preceitos morais e doutrinas eram sempre reforçados, foi eliminada nos currículos estudantis (DALLABRIDA, 2005).

A Igreja católica não recebeu essa situação de bom grado e utilizou de instrumentos que tinham em mãos, a imprensa, para opor-se a laicidade do ensino. Nas cartas pastorais que se seguiram durante as duas primeiras décadas do século XX as críticas e reivindicações sobre o predomínio da educação brasileira sempre apareciam nas falas do episcopado brasileiro (MARCHI, 1989). A situação mudou um pouco quando em 1926 quando o ensino religioso voltou a ser ofertado nos colégios públicos (VIEIRA, 2007). Ressalta-se que essa postura crítica sobre a laicidade do ensino foi uns dos elementos que embasaram e fortaleceram o projeto institucional da romanização²¹ da Igreja. Onde as relações entre a Instituição religiosa brasileira e a Sé Romana foram estreitadas. Possibilitando o envio de ordens religiosas ao território brasileiro com o objetivo de criar e fortalecer de redes de escolas paróquias, dessa forma ampliando os instrumentos de difusão dos seus preceitos na sociedade (DALLABRIDA, p. 84).

“Contra as Escolhas sem Deus”:

O Discurso Episcopado Brasileiro e a Secularização do Sistema Educacional

Os discursos desenvolvidos pelos bispos em contraposição a separação entre a Igreja e o Estado consistiam basicamente na crítica a três elementos: (1) *A secularização das instituições sobre sua tutela*; (2) *A liberdade de crença – que ofereceu a possibilidade de outros credos de organizar-se em forma de culto*; (3) *Por fim, a institucionalização do casamento civil*.

A primeira reação da Igreja foi apoiar-se em escritos pontifícios publicados na segunda metade do século XIX, como por exemplo, *Syllabus errorum*²² e a *Quanta Cura*²³, para dar suporte as suas críticas. Conforme alguns autores, a primeira publicação oficial da hierarquia católica no Brasil foi a

²¹ O “Processo de Romanização” da Igreja brasileira pode-se ser entendido como parte de uma estratégia religiosa, elaborada desde meados do século XIX, vinculado ao modelo eclesiológico do Ultramontanismo, como uma forma de “barrar” o processo de modernização sofrida pela sociedade contemporânea. Cf. AZZI, Riolando. *A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira*. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.

²² PIO IX, Papa. *O Syllabus dos Principais erros de nossa época*. Roma, 1861.

²³ PIO IX, Papa. *Quanta Cura: Sobre os principais erros da época*. Roma, 1864.

*Pastoral Coletiva de 1890*²⁴e, alguns meses depois no mesmo ano, a *Reclamação do Episcopado Brasileiro dirigida ao Excelentíssimo Sr. Chefe do Governo Provisório de 1890*²⁵. Aonde a questão da laicidade do ensino público constituiu uma das bases de seus discursos. Na visão do episcopado brasileiro: A Igreja possuiria o direito de desempenhar a função de base educativa na sociedade. Assim como teria a missão de reproduzir seus preceitos nas escolas públicas, por meio do ensino religioso, já que a Instituição se compreendia como uma espécie de “*baluarte da civilização*”. O aspecto da “parcialidade” do ensino exigido pelo Estado republicano é interpretado como uma forma e “excluir Deus” e a Igreja das escolas, uma formar calar os professores, que pelo documento seriam leigos católicos e os impedir de anunciarem a sua fé.

(...) Reclamamos, Sr. Marechal, contra a exclusão de todo ensino religioso nas escolas públicas.

É doloroso para os nossos corações de Bispos que a lei civil force professores catholicos a calar diante dos seus alumnos o santo nome de Deus, e lhes imponha o triste dever de não mais fallar dos sublimes e commoventes ensinamentos de nossa fé, tão aptos por sua natureza a inculpir naquellas tenras almas os principios eternos do bem e a excitar nellas o sentimento de tudo é justo, decoroso, nobre, elevado e santo. Não é sem o mais vivo horror que repercute nas profundezas de nossa alma o anathema evangrlico, fuminado contra os que escandalisão os pequeninos! Que maior pedra de encandalo do que a irreligião na escola? Eduque-se no atheismo a geração que desponta, e bem depressa, diante dos nossos olhos contristados, apparecerão estiolados pelo vicios esses corações juvenis, em que a religião e a patria depositavão as suas mais fagueiras esperanças! Que tremendas maldições cachirão sobre o nosso caro Brasil, se elle se torna réo de tão enorme crime! A perspectiva do futuro que nos aguarda, com semelhante methodo de educação que supprime elas base todo o elemento de moralidade, enche de inquietação os corações dos pais de familia verdadeiramente dignos de tão bello nome. Que ha de ser, dentro em poucos annos, desta nobre e generosa Nação, quando as funestas doutrinas do atheismo, que circulão livremente por toda parte e são obrigatórias nas escolas públicas, houverem produzidos entre nos os deploráveis frutos de dissolução e de imoralidade que a experiência de outros paizes já deixou tristemente evidenciados?

*E os nossos soldados, Sr. Marechal? ... sem o mínimo ensino religioso! ... Basta.*²⁶

É perceptível, também, uma associação da laicidade a presença do “ateísmo” e o apelo aos “pais de família” para que possa impedir as crianças

²⁴ PASTORAL COLETIVA. O episcopado brasileiro ao clero e aos fieis da Igreja no Brazil. São Paulo:1890.

²⁵ PASTORAL COLETIVA. Reclamação do episcopado brasileiro dirigida ai excelentissimo sr. Chefe do Governo Provisório. Rio de Janeiro, 1890.

²⁶ RECLAMAÇÃO DO EPISCOPADO BRASILEIRO, p. 15.

de entrarem em contato com essas doutrinas e correntes de pensamentos que a Igreja católica considerava subversivos. Segundo André Caes, a utilização de discursos voltados a proteção da “família brasileira” foi um dos elementos usados pela Instituição religiosas para reforçar sua posição diante do Regime Republicano e como um meio de assegurar sua influência no campo social (CAES, 2002). Evidencia-se que nas suas falas, os Bispos brasileiros afirmam que se pronunciavam “em nome do povo brasileiro”, já que a nação era católica e a Igreja não poderia ser afastada da sociedade.

Nas cartas pastorais posteriores e na imprensa, as críticas a laicidade do ensino tornam-se um elemento constantes. Porém, no ano de 1899, com a realização do *Concílio Plenário Latino-Americano*, em Roma, as críticas contra a separação entre Igreja e Estado, a laicidade do ensino, ganharam um reforço. O documento que foi promulgado, frutos dos debates episcopais, traz um teor combativo.²⁷ As estratégias da Igreja Católica Romana para opor-se ao processo contínuo de modernização da sociedade, conseqüentemente de secularização, são traçados em suas entrelinhas.

Daqui por diante, se deduz claramente que a Igreja, não só tem pela sua natureza, mas direito, independente de qualquer poder humano, de erguer e regulamentar as escolas para a formação e educação da juventude católica cristã, mas ela protege a igualdade de direito de exigir que todas as escolas, públicas e privadas, a formação e educação dos jovens sujeitos Católica à sua jurisdição, e que, em todos e qualquer ramos de educação não se ensinem coisa alguma que seja contrária à religião católica e a saudável moral²⁸.

Destaca-se, ainda, que as diretrizes e encaminhamentos propostos pelo Concílio Plenário respaldaram a forma de atuação da Igreja Católica no território latino-americano até a proximidade a década de 1960, quando foi convocado e realizado o Concílio Ecumênico Vaticano II. Um dos principais alvos propostos pelo Concílio Plenário de 1899 foi o combate as “*apostasias e aos erros modernos*”, como por exemplo: Socialismo, liberalismo, protestantismo, ateísmo e a maçonaria. Contribuindo, dessa forma, para elaboração de arcabouços defensivos contra doutrinas que eram vistas como contrárias a fé católica.

Considerações Finais

Após essa breve explanação sobre bases dos discursos da Igreja Católica sobre a questão do ensino fica-se o questionamento relacionado a àquilo que a hierarquia católica entende como a difusão de “*ideias errôneas*” na

²⁷ CONCÍLIO PLENÁRIO LATINO-AMERICANO. Atas e decretos. Roma: 1899.

²⁸ CONCÍLIO PLENÁRIO LATINO-AMERICANO § 674.

sociedade. O discurso relacionado à questão do ensino não foi algo pertinente apenas durante o processo de reorganização institucional do catolicismo no Brasil, no final do século XIX. Pelo contrário, têm-se observado uma característica de certa forma constante. Durante o processo histórico é perceptível a reutilização e resignificação desses discursos, dando uma percepção de longa duração. Se no final do século XIX os “*inimigos da Igreja*” pretendiam utilizar o sistema educacional para difundir as ideias ligadas ao ateísmo e liberalismo, em alguns casos o protestantismo. Nas décadas de 1930 e 1960 o inimigo queria expandir os preceitos comunistas nas escolas e na sociedade.

Nos dias atuais a questão tem-se debatido com uma crítica de setores da Igreja ao que a mídia tem denominado como a difusão de uma “*Ideologia de gênero*” nas escolas, ou seja, abordagem de estudos de gêneros dentro dos estabelecimentos educacionais. Esses aspectos, em parte, servem para perceber um pouco a extensão das ideias de cunho conservador e tradicionais intrínsecas na sociedade brasileira. Fica-se aberta a viabilidade de estudos acadêmicos que incluam essas análises em suas discussões. Possibilitando a elaboração de um esboço teórico que permita compreender as formas de práticas religiosas e as relações entre Igreja e educação.

Referências

Documentação:

PASTORAL COLETIVA. Reclamação do episcopado brasileiro dirigida ai excelentissimo sr. Chefe do Governo Provisório. Rio de Janeiro, 1890.

PASTORAL COLETIVA. O episcopado brasileiro ao clero e aos fieis da Igreja no Brazil. São Paulo: 1890.

PASTORAL COLLECTIVA DO EPISCOPADO BRASILEIRO. Ao clero e aos fieis das duas Províncias Ecclesiasticas do Brasil. Rio de Janeiro: 1900.

PRIMEIRA PASTORAL COLETIVA DO EPISCOPADO DA PROVÍNCIA SETTENTRIONAL DO BRAZIL. Ao Clero e aos fieis da mesma província: Salvador/BA: 1901.

CONCÍLIO PLENÁRIO LATINO-AMÉRICANO. Atas e decretos. Roma: 1899.

Bibliográfica:

ALVES, Manoel. Sistema Católico de Educação e Ensino no Brasil: Uma nova perspectiva organizacional e de Gestão Educacional. In: Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 5, n.16, p. 209-228, set./dez. 2005.

AZZI, Riolando. A Igreja Católica na Formação da Sociedade Brasileira. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.

BOSCHILIA, Roseli. Igreja e educação: Estratégias em resistência. In: Anais do I Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação, Rio de Janeiro: UFRJ, 06 a 09 de novembro de 2000.

_____. Juventude, Ultramontanismo e educação católica. In: História: Questões & Debates. Curitiba, v.43, n.2, p. 87-102, jun-dez, 1989. p. 231.

CAES, André Luiz. As Portas do Inferno não prevalecerão: A espiritualidade Católica como estratégica Política (1872-1916). Tese (Doutorado em História) – UNICAMP, Campinas, 2002.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: UnB, 2001.

KLAUCK, Samuel. A Igreja e a educação a partir do Concílio Plenário Latino Americano de 1899. In: UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ., Londrina, v. 14, n. 1, p. 15-21, jan. 2013.

MARCHI, Euclides. Uma Igreja no Estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República. In: História: Questões & Debates. Curitiba, v.10, n. 18-19, p. 213-259, jun-dez, 1989.

MICELI, Sérgio. A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930). São Paulo: Cia.das Letras, 2009.

OLIVEIRA, Marcos Marques de. As Origens da Educação no Brasil da hegemonia católica às primeiras tentativas de organização do ensino. In: Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 945-958, out./dez. 2004.

OTTO, Clarícia; KRETZER, Altamiro Antônio. Educação e Instituições Religiosas. In: Revista Brasileira de História das Religiões – Ano I, n. 3, Jan. 2009.

SÁ, Bruno Vivas; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. A influência da igreja católica na educação brasileira: da companhia de Jesus ao ensino

superior. 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/9252>>. Acessado em: 04 de maio de 2016.



SILVA, Francisco Oliveira. **O Concílio Plenário Latino-Americano (1899): Primeiras aplicações na Diocese de Diamantina.** In: Revista de Cultura teológica - v. 16 - n. 64 - Jul/set 2008

SOUZA, Rogério Luiz de; OTTO, Clarícia (orgs.). **Faces do catolicismo.** Florianópolis: Insular, 2008.

STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). **História e memórias da educação no Brasil - vol. III - século XX.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.

RANQUETAT, Cesar. A. Jr. **Laicidade, Laicismo e secularização: Definindo e esclarecendo conceitos.** In: Revista Sociais e Humana, V.21, n. 1, pp. 67-75, 2008.

_____. **A Igreja Católica e o Ensino Religioso nas Escolas Públicas: Hegemonia e Pluralismo no Campo Religioso Brasileiro.** In: *Anais do III Seminário Internacional Organizações e Sociedade: Inovações e transformações contemporâneas.* Porto Alegre/RS, 11 a 14 de novembro de 2008.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926).** Aparecida/SP: Editora Santuário, 2007.

*Cintia Gomes da Silva*²⁹
*Roseane Maria de Amorim*³⁰

Introdução

O conhecimento que se tem dos povos indígenas no Brasil é distorcido em nossa sociedade. Também, a forma como o índio aparece no ensino de História, desde o período da colonização, não corresponde ao que se espera nas aulas de História. Isto é, esse desconhecimento já vem desde muito tempo com as contradições trazidas e impostas pela “sociedade”. As discussões dessa temática não podem mais ser limitadas e descontínuas, sendo abordadas de forma insignificante. É necessário estudo e reflexão sobre o modo como a história e o ensino de História foram e estão sendo abordados nos espaços escolares, sobretudo, nos livros didáticos.

Este artigo faz parte do primeiro capítulo do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em maio de 2016, ou seja, foi um recorte que fizemos do referido trabalho. A monografia foi estruturada em três capítulos e teve como problemática: Como as imagens que circulam nos livros didáticos de História do segundo e terceiro ano do Ensino Fundamental apresentam os diversos povos indígenas? Os objetivos do trabalho (TCC) foram: analisar as concepções que se tem de ser índio na sociedade brasileira; apontar o papel do Ensino de História na Contemporaneidade; analisar o uso das imagens no Ensino de História; analisar os livros didáticos de História do segundo e terceiro ano do Ensino Fundamental em relação à imagem dos diversos povos indígenas. Contudo, neste artigo, discutiremos apenas o primeiro capítulo.

O trabalho faz parte de uma pesquisa qualitativa, de análise documental (análise de livros didáticos de História) e bibliográfica. Alinhando-se à história cultural, relacionando o cotidiano das pessoas como sujeitos históricos e a sua cultura como centro de reflexão para compreender os diferentes tipos de sociedade.

Assim, neste artigo vamos apontar algumas reflexões sobre os povos indígenas e como são pensados no ensino de História. Com efeito, é necessário o entendimento do que é ser indígena na sociedade brasileira e

²⁹ Graduanda do curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

³⁰ Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Licenciada em História pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professora do Centro de Educação (CEDU) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Grupo de Pesquisa Educação & Ciências Sociais, Currículo, Atividade docente e Subjetividades (UFAL/CNPQ).

como este se apresenta em nossa sociedade contemporânea, para que possamos, então, melhor compreender tais questões.

Os Povos Indígenas e o Ensino de História: o que podemos dizer?

A questão indígena é uma temática bastante complexa que já vem repercutindo ao longo dos anos. Apesar de haver um “desconhecimento” dos povos indígenas, muitos ignoram o verdadeiro lado da moeda, ou seja, a verdadeira história que está por trás das lutas desses povos, que ainda reflete negativamente na atualidade de nosso país; a figura distorcida que foi criada do índio é vista em todo contexto histórico, principalmente no meio escolar. Segundo Silva (2002, p. 46):

O desconhecimento sobre a situação atual dos povos indígenas está associado basicamente à imagem do índio que é tradicionalmente veiculada pela mídia: um índio genérico com um biótipo formado por características correspondentes aos indivíduos de povos nativos habitantes na Região Amazônica e no Xingu, com cabelos lisos, pinturas corporais e abundantes adereços de penas, nus, moradores das florestas, de culturas exóticas etc.

Nesse sentido, vemos que não apenas a imagem do índio está malvista, mas também a desinformação e os equívocos trazem como consequência o preconceito e a violência cultural. De um ponto de vista histórico, tudo isso se iniciou no século XV (1500), quando os colonizadores portugueses chegaram ao Brasil, com o intuito de adquirir riquezas e, para isso, exploraram os índios. Podemos ver que, a partir disso, a exploração ocorreu, tanto física quanto territorialmente, perdurando até os dias de hoje na sociedade. Por outro lado, essa exploração continua aberta e oculta. Muitas são as lutas e as perseguições que os povos indígenas sofreram e continuam sofrendo. Como Silva (2002, p. 47) frisou:

A Colonização deixou de ser vista como um movimento único, linear, de puro e simplesmente extermínio dos povos considerados passivos, submissos, impotentes, mas sim como um complexo jogo de relações, embates, negociações e conflitos, desde a chegada dos primeiros europeus no século XVI até os dias atuais, onde povos foram exterminados brutalmente, e outros elaboraram diferentes estratégias para sobreviverem até os dias de hoje.

Nesse contexto, os índios ainda continuam sendo desrespeitados, até mesmo pelas autoridades que dizem “defender” seus direitos, mas, na realidade, estão usando a força e a violência para com esses povos. Mesmo com seus direitos regulados e assegurados pela Constituição Federal 1988 (BRASIL, 2012), que reconheceu o direito de manter a própria cultura, tradição, demarcação, identidade e a garantia de suas terras, esses povos são

alvo de conflitos, violências e mortes provocados por agressores das terras indígenas. Dizendo de outra forma, o contato com o homem branco contribuiu para que muitos indígenas perdessem a sua identidade cultural.

Nesse ínterim, fatos antigos e recentes demonstram como se tornou “banal” tratarmos os povos indígenas como um povo à parte, preso ao passado. Índios, negros e pobres são, invariavelmente, discriminados pela sociedade e sofrem um processo de exclusão social de uma sociedade que se denomina “democrática”. A justificativa imperante, por vezes, é estabelecida pela mídia que, sempre a serviço de grupos dominantes, robustece a imagem dos indígenas como seres violentos, preguiçosos e improdutivos, o que leva a sociedade, cada vez mais, a voltar seu olhar preconceituoso para esses povos.

Sobretudo, o histórico tradicional é reproduzido e refletido nos espaços escolares, inclusive, na sala de aula. É nesse sentido que o ensino de História tem sido marcado por uma superficialidade a respeito do índio brasileiro e pela disseminação de informações incorretas, e não condizentes com a realidade.

A possibilidade de que os sujeitos em formação conheçam elementos das culturas de si e ‘do outro’, realizem reflexões e trocas culturais, independentemente da ação do professor, do livro didático e da escola, traz à tona a preocupação com formas de construção de conhecimento que se modificaram e se transformaram, passando a se reconfigurar, por parte da educação escolar, na necessidade de mediação e organização do conhecimento adquirido previamente e não apenas na explicação de conteúdos propostos. (POTIER; POTIER, 2014, p. 281).

Porquanto, a escola se constitui um espaço de reflexão que acompanha as transformações da sociedade e, em tese, deveria permitir aos alunos uma aprendizagem significativa, sem barreiras, por meio do ensino de História, contribuindo para uma consciência crítica dos educandos(as) e levando-os a ser agentes de transformação social com a autonomia de intervir na sociedade. Para tal fim, apresentaremos (Quadro 1) como o índio é visto no ensino de História e como deveria ele ser estudado nessa disciplina.

Destarte, refletir sobre a multiplicidade, a pluralidade e a diversidade nos diversos contextos históricos das etnias indígenas é fundamental. Não deveríamos esquecer que o ensino de História tem o intuito de levar os alunos à reflexão crítica a partir da realidade que o cerca, ou seja, despertando sua consciência histórica, trabalhando o passado com o presente, nunca separados um do outro, e levando-os, assim, a refletir sobre sua vida prática.

Ora, se pensarmos que um historiador pleno em suas potencialidades profissionais deve estar familiarizado com os pressupostos teóricos e

metodológicos da ciência histórica, tanto para produzir pesquisas quanto para produzir ensinamentos, em qualquer que seja o nível educacional, essa distinção que separa o ensino e a pesquisa em história pode levar a problemas no momento em que o profissional historiador necessite embasar-se pelos pressupostos da ciência histórica para pensar e conduzir sua atuação como professor de história. (POTIER; POTIER, 2014, p. 283).

Quadro 1 – A questão indígena no Brasil

O índio visto no ensino de História	Como deveria ser estudado no ensino de História
<p>Infelizmente, a imagem e o conceito que a sociedade brasileira e, principalmente, a escola têm do índio é deficiente e precário, visto que ele continua sendo visto e tratado como “bárbaro” e não civilizado. Dentre as distorções que vivenciamos, podemos citar:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ São seres violentos e incivilizados. ▪ O índio continua como uma representação folclórica e deturpada nos espaços escolares. ▪ O preconceito de que se o índio está nu, não é civilizado, se está de roupa é um índio que deixou sua cultura e deixou de ser índio. ▪ O índio vive em lugares isolados e está no passado, distante de nossa cultura e da nossa realidade. ▪ São invasores de terras ▪ São preguiçosos e trapaceiros. 	<p>Os índios tiveram um papel e uma participação importante na construção de nossa sociedade, no qual muitos pensam que eles nada representam por ter uma cultura, costumes e língua “diferentes” de nós; por sempre valorizar a cultura do homem branco, discorrem que a cultura indígena só existiu no passado. Com efeito, Silva (2002) apresenta um roteiro para o estudo dos povos indígenas no ensino de História:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Iniciar o estudo pelo conhecimento sobre a atual situação dos povos indígenas existentes no país. Utilizar mapas, quadros com a localização e distribuição pelas regiões dos povos indígenas no Brasil. ▪ A diversidade indígena no Brasil: enfatizar a atual diversidade sociocultural dos povos indígenas no Brasil; estudar enfocando a diversidade histórica do Brasil indígena, nos períodos anteriores e logo após o início da colonização em 1500, superando a tradicional e simplista dicotomia de “tupi x tapuia”. Utilizar fotografias para demonstrar a diversidade dos povos indígenas no Brasil. ▪ Mostrar as diferenças dos indígenas da região Nordeste e Norte do Brasil. ▪ A antiguidade da presença indígena no Brasil: discutir as teorias do povoamento da América e no Brasil, enfatizando as descobertas mais recentes das pesquisas arqueológicas realizadas em São Raimundo Nonato, Piauí. Estudar os diferentes grupos humanos, os antepassados dos atuais povos indígenas no Brasil. ▪ A história indígena no Brasil, uma história de resistência: estudar as permanentes e diferentes estratégias de resistência indígena na História do Brasil, superando as visões da colonização como tragédia histórica com uma suposta assimilação, a integração e o “desaparecimento” dos povos indígenas. Estudar o fenômeno do ressurgimento de povos indígenas nas áreas mais antigas da colonização portuguesa no Brasil. ▪ 500 anos, qual o significado? Discutir o sentido dos 500 anos na História do Brasil, do ponto de vista oficial e do ponto de vista indígena de resistência à colonização, com as reivindicações para o reconhecimento e garantias de seus direitos violados.

Fonte: Elaboração própria com base em Silva (2002).

Pensar o ensino de História requer a reflexão e a compreensão do trabalho do historiador em todas as instâncias do saber histórico. Esse pensar histórico está relacionado com o que diz respeito à consciência histórica do aluno inserido na sociedade, pois a consciência histórica está imbricada à consciência humana, que vivencia o cotidiano mediante a prática de sua vida. O homem tem a liberdade de escolher que ações ou atitudes serão tomadas diante dos outros sujeitos e perante a sociedade que o cerca, e, a partir daí, entende que a história faz parte de sua vida em todos os sentidos. Com efeito, as transformações que ocorrem na sociedade se entrelaçam com o passado e o presente dos homens nas relações que são estabelecidas. Como afirmou Nemi e Martins (1996, p. 25):

O ensino de história que concebemos aqui é aquele que analisa a dimensão temporal da vida social, expressa nas transformações operadas pelo homem no tempo. Acreditamos que a percepção das modificações do passado seja um importante subsídio para a compreensão da realidade presente e para a formação dos educandos para o exercício da cidadania.

Podemos observar que a consciência histórica precisa estar presente tanto na vida particular do sujeito quanto dentro do ambiente escolar, pois as duas ambiências se complementam, levando o(a) educando(a) a refletir de forma mais consciente e crítica. Quanto ao ensino de História, correlaciona-se com a chamada “didática da história”, que apresenta como pressuposto uma ligação entre a teoria da história e o ensino de História. É a partir daí que se dá uma aprendizagem histórica significativa na vida do sujeito. Há uma equivocada informação que ainda perdura na didática da história quanto às regras de reprodução do conhecimento produzido na escola e no meio acadêmico.

Vale ressaltar que a didática da história enquanto subdisciplina que trata da aprendizagem histórica e, assim, do ensino de história, não seria capaz de nos oferecer ferramentas para o exercício prático docente, ou seja, do ‘como devemos ministrar uma aula’. Caso assim fosse, seríamos levados imediatamente a acreditar que a didática da história consistiria em uma forma de transportar o conhecimento histórico produzido nas universidades e aprendido pelos profissionais em formação, futuros professores de história, para o ambiente das escolas da educação básica. (POTIER; POTIER, 2014, p. 291).

Desse ponto de vista, a visão simplista que existe acerca da didática da história intoxica e confunde, impedindo de levar os indivíduos à reflexão, e a didática da história nos traz novas reflexões acerca do conhecimento histórico – este que é aprendido de diversas formas –, abrangendo uma diversidade de funções no ensino da História.

Vendo o lado positivo, sobretudo, a didática da história transparece no ensino de História, o que leva os(as) educandos(as) a refletirem por meio de suas práticas cotidianas, sob o entendimento de que a aprendizagem ocorre de forma significativa e renovadora. Isso leva o aluno de história a fazer novas reflexões, unindo o conhecimento da sua consciência histórica e da ciência histórica, traduzindo, assim, na aprendizagem desse campo do conhecimento. Quanto ao ensino de História e a aprendizagem, nessa concepção:

Compreendemos, portanto, que o ensino de história é uma das atribuições da Didática da Histórica, um de seus interesses, já que esta é uma subdisciplina da ciência histórica que tem por objeto a aprendizagem histórica. As preocupações da didática da história não se reduzem ao ensino da história, pois a aprendizagem histórica não se reduz ao espaço escolar, mas também, à vida pública (e prática) dos sujeitos e aos seus meios de informação, bem como, se preocupa com os usos que são feitos da própria ciência histórica. Essa é, portanto, uma subdisciplina que possibilita a ampliação das pesquisas em ensino de história, o que permite o entendimento do que se tem feito e do que se pode mudar para que se chegue ao desenvolvimento de bons patamares de consciência histórica junto aos sujeitos, fazendo-os se compreenderem, no presente, a partir das experiências adquiridas com o passado e assim terem perspectivas de futuro. (POTIER; POTIER, 2014, p. 293).

Visto que o homem é um sujeito histórico e a história faz parte de seu universo cultural, entendemos que sua consciência histórica vai sendo construída com o tempo e com a convivência em equipe para que o processo de aprendizado ocorra – diferentes formas de aprendizagem transmitidas historicamente e compreendidas ao passar dos anos –, e ambas sustentam sua consciência histórica ao longo do tempo por conhecimentos e práticas cotidianas. Segundo Nemi e Martins (1996, p. 28):

Analisar tanto os conflitos de ordem social que deram origem às transformações quanto os agentes coletivos que participaram desse processo. Para tanto, o professor precisa despertar no aluno, desde as séries iniciais, o interesse em conhecer os grupos com os quais convive em sua comunidade e o desejo de atuar no sentido de transformá-la.

Na visão de Rösen (2010), o professor é um sujeito histórico envolvido no processo de consciência histórica. Apesar disso, o sujeito professor já traz consigo seus conhecimentos, suas experiências, crenças e memórias, que são as vivências práticas que se estabelecem na consciência histórica dele. Igualmente, em tempos um pouco ainda remotos, a formação do professor de História não se referenciava a uma aprendizagem ou a uma formação da consciência histórica, principalmente no que condiz ao ensino de História propriamente dito, pelo fato de que a sua formação já trazia essa deficiência,

levando ao círculo vicioso da transmissão e reprodução de conteúdo em sala de aula.

Essa história, que exclui a realidade do aluno, que despreza qualquer experiência da história por ele vivida, impossibilita-o de chegar a uma interrogação sobre sua própria historicidade, sobre a dimensão histórica de sua realidade individual, de sua família, de sua classe, de seu país, de seu tempo. Essa história torna “natural” o fato de o aluno não se ver como um agente histórico, torna-o incapaz de colocar questões ou de perceber os conhecimentos que, a partir de suas experiências individuais, possam ser base de discussão em sala de aula. (CABRINI, 1986, p. 22).

Nesse contexto, a didática da história reflete na forma como o ensino da História é ministrado dentro e fora do ambiente escolar. Isso é de grande valia na vida do professor e do aluno, visto que traz uma majoração na vida de ambos, em que o conhecimento já adquirido se consolida pelo diálogo, compartilhando entre si suas experiências e estabelecendo novas relações com os saberes históricos por meio da consciência histórica de cada um, pois:

É para fazer com que o aluno produza uma reflexão de natureza histórica; para que pratique um exercício de reflexão, que o encaminhará para outras reflexões, de natureza semelhante, em sua vida e não necessariamente só na escola; pois a história produz um conhecimento que nenhuma outra disciplina produz – e ele nos parece fundamental para a vida do homem, indivíduo eminentemente histórico. (CABRINI, 1986, p. 23).

É nessa perspectiva que a didática da história leva esses sujeitos a refletir sobre a própria vida cotidiana. Por conseguinte, as possibilidades que o objeto de conhecimento com a didática propõe em nossa sociedade atual, particularmente na vida do professor e do educando, permitem o desenvolvimento de uma metodologia que desperta um novo olhar para o ensino e para a aprendizagem significativa no estudo da História. Logo, de um ensino mecânico e reprodutivo para um ensino que leva o educando a reflexão e à criticidade; assim é a didática da história com a teoria da história, e é por meio dessa renovação que a produção do saber histórico ganha interesse em conhecer o passado relacionando-o com o presente.

Considerações Finais

Este artigo buscou apresentar um estudo sobre os povos indígenas na sociedade brasileira, tendo como pressuposto o conhecimento e o desconhecimento que ela apresenta e propaga e que, de fato, é reproduzido no ensino de História. Sabemos que esse desconhecimento não é de agora,

mas antigo, e ainda se perpetua na sala de aula. Assim, o índio continua sendo visto como “vândalos e selvagens” que andam nus e seminus, e habitam nos matos e nas florestas, e pior, está distante, não podendo viver em sociedade.

Procuramos mostrar que o ensino de História, na grande maioria, ainda está no patamar mecânico e reprodutivista, não tratando criticamente dessas questões na formação crítica e reflexiva desses estudantes; mas tratando a História como presente e passado separadamente, não correlacionando ambos na formação da consciência histórica desses sujeitos, mas é preciso compreendê-los como construtores da própria história e também da história coletiva.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. In: **Vade Mecum Saraiva**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 7-75.

CABRINI, Conceição. **O ensino de história: revisão urgente**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

NEMI, Ana L. L.; MARTINS, João C. **Didática de história: O tempo vivido: uma outra história?** São Paulo: FTD, 1996.

POTIER, Leda Virgínia Belarmino Campelo; POTIER, Robson William. Didática da história, espaço escolar e vida prática: implicações para o desenvolvimento da consciência histórica em sociedade. **Revista História Hoje**, v. 3, n. 6, p. 279-298, 2014.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UnB, 2010.

SILVA, Edson. Povos indígenas e ensino de história: subsídios para a abordagem da temática indígena em sala de aula. **História & Ensino**, Londrina, v. 8, p. 45-62, 2002.

CASAMENTO E DIVÓRCIO NO EGITO ANTIGO: DIREITOS E PROTEÇÃO DA MULHER.

*Danilo Brasil Pinto*³¹

Introdução

Com cerca de dois mil e setecentos anos³² o Egito Antigo se classifica como uma das civilizações mais antigas da humanidade, e das mais intrigantes com uma aura de mistério em torno de sua sociedade. Sendo um império monárquico onde o governo estava centrado nas mãos dos Faraós, que detinham tanto o poder político como o poder religioso, uma vez que era o Hórus vivo. Com uma herança divina as dinastias faraônicas compuseram o que foi uma História política de registros de seus feitos. Em comparação com outros povos da mesma época os Egípcios se destacavam por terem algumas particularidades sociais. Na sua construção sacra um aspecto e de grande relevância é a importância do papel feminino. Durante a criação com a apresentação de casais divinos até os atos de divindades femininas no que seria, em não se achando termos melhores, uma política e um tribunal divino.

Metodologicamente utilizamos narrativas míticas para ilustrar o papel feminino no imaginário coletivo da sociedade egípcia, considerando que os mitos são alegorias com funções claras de propagar imagens e conceitos dentro de uma sociedade³³.

Em dois casos Isis se destaca no mito religioso³⁴, um é o ato de recuperar quase por completo o corpo do amado e irmão Osíris, morto e esquartejado pelo também irmão Seth, faltando apenas o sexo na qual ela mesma se transmutou magicamente no intuito de completar o rito mágico que devolveria a vida ao amado Faraó, o segundo caso foi no qual ela ajudou Hórus³⁵ a comparecer ao tribunal divino e agindo como advogada pela causa do filho para reivindicar o trono roubado por Seth.

Os feitos de Isis demonstram uma autonomia feminina tanto na tomada de decisões como credibilidade da mulher na área jurídica. Sendo a vida humana um espelho da vida divina dentro da visão de mundo da sociedade egípcia do período estudado, essa liberdade se fazia presente no mundo profano, dando liberdades e direitos às mulheres que iam desde a escolha de seus maridos, a seguridade do divórcio com proteções, atuarem com ações

³¹ Aluno graduando em História Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas.

³² CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O Egito Antigo*. 8ª ed. Editora Brasiliense. São Paulo. 1982. p. 7.

³³ GINZBURG, Carlos. *Mitos, emblemas e sinais*. Editora Schwarcz Ltda. São Paulo 1989. p. 55.

³⁴ JACQ, Christian. *As Egípcias: Retratos de Mulheres do Egito Faraônico*. 2ª ed. Lisboa 1998. p. 12.

³⁵ NOBLECOURT, Christiane Desroches. *A Mulher no Tempo dos Faraós*. Campinas. PAPIRUS EDITORA. 1994. pp. 44 – 47.

nos tribunais sem precisar de representantes masculinos em petições de justiça a suas causas, gerirem campos de plantio e comércios.

Essa liberdade social passa a direcionar práticas culturais, sendo ela passada por altos e baixos durante a história do Egito Antigo. Por acharem que a mulher era um ser infantil de mentalidade diminuta e fraca, necessitava de uma tutela masculina em primeira presença do pai sendo substituída pelo do marido, marido esse que de acordo com a cultura egípcia era de escolha da mulher e que demonstrando uma liberdade e a seguridade de escolha sem a interferência do Estado Imperial ou da família dando além disso um sistema de proteção que a protegesse se o casamento se demonstrasse insustentável, tendo a possibilidade do divórcio.

Esses serão os temas aqui abordados através de uma rápida explanação de como se davam os casamentos e os divórcios sendo esse segundo discutido sobre suas causas, justificativas e os meios legais em que se davam o processo de separação e de divisão de bens e como ficava a questão da seguridade da mulher.

Casamento

Uma das características da sociedade do Egito Antigo era a forma como se davam às ligações matrimoniais. O casamento era instituído através de um preceito de liberdade social da mulher, que embasava a escolha da mulher em relação ao cônjuge. Com quem se casar era uma questão de escolha, pois não se tinha uma lei que a obrigasse a casar-se com um homem sem ser de sua escolha.

A escolha era feita pela mulher sem ter nenhuma interferência ou influência de familiares. Em teoria era preciso primeiro conversar com os pais, mas mesmo que não fosse de agrado do pai o cônjuge que a filha escolheu e podendo haver algum conflito, prevaleceria à vontade da mulher. Muitas vezes os sábios aconselhavam a respeitar a decisão da jovem e na maioria das vezes o conflito entre a escolha da filha e a opinião do pai não chegava a ser um empecilho³⁶.

O casamento em si era a exemplificação dos termos: estabelecer família, entrar numa família, viver junto (*hensi irem*)³⁷, fundar uma casa (*geregper*)³⁸ e entrar na morada (*aq e per*)³⁹. Uma das peculiaridades da sociedade era a possibilidade de ser casar por um curto período de tempo no intuito de testa

³⁶ Hensi irem cf. JACQ, Christian. *As Egípcias: Retratos de Mulheres do Egito Faraônico*. 2ª ed. Lisboa 1998. p. 99.

³⁷ Hensi irem cf. JACQ, Christian. *As Egípcias: Retratos de Mulheres do Egito Faraônico*. 2ª ed. Lisboa 1998. p. 99.

³⁸ Geregper cf. JACQ. p.99.

³⁹ Aq e per cf. JACQ. p.99.

à relação e a convivência no que era caracterizado como um casamento experimental.

Ainda mais surpreendente, e de um liberalismo que a nossa época ainda não igualou, são os contratos de casamento temporários, ou seja, experimentais por determinado período de tempo. Em certas circunstâncias, julgava-se pôr os sentimentos à prova. (JACQ, 1998. p.99.)

Esse tipo de contrato de casamento por um período de tempo, onde se manteria o casal num relacionamento matrimonial, poderia no termino dele, se enlaçar definitivamente ou não. Em relação à virgindade foram relatados fatos em que o noivo oferecia presentes à jovem pelo dom da virgindade, bens materiais pelo que ficou conhecido de acordo com documentos tardios mencionam o “presente da virgem⁴⁰”. Se tal presente era oferecido como algo a mais dar-se a entender que a não virgindade em si não era algo que fosse desabonador da mulher sendo como critério para o repúdio ou a recusa para se o casamento contanto que o noivo fosse informado uma vez que o relacionamento era firmado na fidelidade.

Uma das questões que caracterizavam o casamento no Egito Antigo em qual área era voltada o rito, descobriu-se que o casamento não era um rito voltado nem para o religioso nem para o Estado (exceto para o caso do Faraó que tinham tanto uma importância política quando se casava com alguma princesa estrangeira para firmar alianças, como no religioso uma vez que ela um deus vivo), sendo resguardado apenas para o privado, já que o ato de casar era apenas a vontade de um casal viver juntos na mesma casa, assumindo os encargos de uma vida a dois a vista de toda a sociedade.

Mesmo sendo um rito do particular podendo contar (não sendo uma constante) com testemunhas e a presença de um escriba que redigiria um documento constatando a união, sendo também encontrados casos onde eram feitos o desfile do “enxoval” pela família e amigos da noiva que carregavam quase todo aparato para uma vida a dois para a casa do casal. Em relação à cerimônia ela poderia ser acompanhada de familiares e amigos convidados que poderiam servir de testemunhas, a onde os nubentes se colocariam e anunciariam mulher e logo depois o homem: “És meu marido, És minha mulher⁴¹”; ou através de uma frase: Entrego-me a ti; para logo após os festejos.

Uma das particularidades era que a mulher não precisava adotar o nome do marido, mudando o dela nem juntava o dela ao marido, preservando o próprio nome dela e sendo identificada pela própria genealogia, sendo sempre reconhecida como filha ou nascida de “alguém”. A poligamia era

⁴⁰ JACQ, Christian. *As Egípcias: Retratos de Mulheres do Egito Faraônico*. 2ª ed. Lisboa 1998. p. 98.

⁴¹ JACQ, Christian. *As Egípcias: Retratos de Mulheres do Egito Faraônico*. 2ª ed. Lisboa 1998. p. 100.

baseada nos mesmo preceitos na atualidade de alguns países de cultura árabe, onde o casamento com mais de uma esposa é permissível contanto que tenha condições de sustentá-las, mas somente uma das esposas seria considerada com o título de “dona de casa”.

Mesmo não sendo um rito administrativo ou religioso tinha uma carga jurídica principalmente em assegurar a subsistência da mulher em questões como viúves ou divórcio. Os que podemos chamar de acordos núpcias eram voltados para a proteção e subsistência da mulher aonde algumas das partes decidisse não mais continuar casados era por obrigação do marido dar um terço de tudo que foi adquirido no dia da assinatura do contrato em diante.

Os motivos que levavam ao divórcio ou repudio são como hoje em dia na maioria dos casos: adultério, o desejo de viver com outra pessoa, desentendimento constante, conflito de interesses e infecundidade. Sendo esse último os sábios recomendavam ao homem em não se separar da mulher por conta da infecundidade.

Divórcio

O termo que remetia ao sentido de divórcio era Khaâ⁴² os motivos que podiam levar ao divórcio em sua maioria eram o adultério, considerado o mais grave dos desvios comportamentais do cônjuge, problemas de convívio derivados de uma grande variedade de possibilidades, o querer estar com outra pessoa e a esterilidade. Esses seriam os motivos mais recorrentes para o fim de um casamento.

Até agora pelo que se constatou foi que para o ato de divórcio, assim como no casamento não era preciso de nenhuma formalidade nem documentação bastando apenas o repudio oral, mas em alguns casos foram descobertos a confecção de uma espécie de carta atestando a disponibilidade da uma mulher divorciada pelo ex-marido.

O divórcio em si tinha encargos que em sua maioria era atribuída ao homem além de um terço dos bens que o casal conseguiu após o casamento, a mulher recebia o valor do dote de volta dependendo da motivação do divórcio em sua totalidade ou parcialidade, além de casos aonde o marido ainda providenciava o capital de alimentação⁴³.

Adultério

⁴² Termo que remetia ao sentido de divorciar era empregada neste sentido significava: uma expulsão.

⁴³ Seria o que hoje em dia é a pensão alimentícia aonde o marido pagaria em grãos e dinheiro a mulher mensalmente. (NOBLECOURT 1994)

Sendo colocado nos textos antigos como o “grande crime” ou a “grande falta” tinha como uma das possíveis punições a morte que utilizariam crocodilos como carrasco. Fontes datando do Novo Império relatam a preservação de tal trato aos adúlteros que vinham desde as épocas tardias. Mas não se existia só uma forma de punição para tal crime, assim como o casamento o divórcio não tinha encargo do Estado, mas era necessário se ter uma supervisão para que a punição não fosse desmedida, nem mesmo passível de arrependimento ou de injustiça, era possível um julgamento aonde um tribunal julgaria o ato e indicaria a punição.

No papiro Westcar⁴⁴ (papiro Berlim 3033) relato o feito de um mago que da vida a um crocodilo de cera para punir tanto a esposa adúltera quanto o homem com que ela traía o marido, dando a ideia de punição através dos crocodilos tenha surgido de conto que remete a épocas entre a terceira e quarta dinastia dando a possível origem da punição.

Ao casal de adúlteros que infligiram tal crime contra os votos de casamento e a fidelidade, era imposta uma punição para cada uma das partes.

O adultério, em contrapartida, é passível de tribunal: o julgamento é seguido de uma pena que, para o homem, considerado “violador”, era a emasculação, e para a mulher que consentiu, o nariz cortado, o que devia desfigurá-la e privá-la, a partir de então, de qualquer encanto. Se o “crime” fora consumado sem violência, o homem recebia apenas cem bastonadas! Mas isso nos é relatado por Diodoro; também se encontram, para o homem, a ameaça de, mutilação do nariz e das orelhas, além de trabalhos forçados; para a mulher, o banimento da Núbia. (NOBLECOURT, 1994).

A forma como era aplicada a punição era de acordo com o sentimento de ofensa do cônjuge, pois tinha sofrido crime contra sua honra. Por ser algo de grande consequência o adultério era algo que refletia no pós-morte sendo necessária a negativa do adultério⁴⁵ para a passagem para as margens Eternas.

Problemas de convívio e querer outra pessoa

Em alguns casos a família da noiva se comprometia em fornecer durante algum tempo alimentos para o casal, era muitas vezes esse comprometimento se estendia por período de 7 anos. A falta desse auxílio ou a implementação de forma parca era às vezes caso de desavença do casal, e da ameaça de repúdio ou divórcio. Houve casos em que o requerente da

⁴⁴ ARAÚJO, Manuel. Escrito para a Eternidade: A Literatura no Egito Faraônico. São Paulo. 2000. p. 64 – 66.

⁴⁵ Décima nona confissão negativa encontrada no Papiro Nebseni “Eu jamais cometi adultério”. (Livro dos Mortos)

separação se queixava que pai, mãe ou irmãos não fazia caso das necessidades do casal em quanto que outras famílias forneciam subsídios diários aos seus a família da esposa nada mandava da alimentação diária que era na maioria das vezes composta de pães, peixes assados e cerveja.

Ocorreram situações em que uma justificativa era utilizada para esconder o real motivo que era apenas de estar casado com outro cônjuge, em especial o caso de uma mulher que era cega de um olho e fora casada durante vinte anos sem cometer nenhuma falta contra o marido, que justificou o divórcio por conta da cegueira da mulher⁴⁶.

Estás na situação da mulher cega de um olho que estivera na casa de um homem durante vinte anos; mas ele encontrou uma outra, assim, disse (à primeira): “Eu me divorcio de ti, pois és cega de um olho”, conta-se. Ela lhe respondeu: “Foi essa a descoberta que fizeste durante esses vinte anos que passei em tua casa?” (NOBLECOURT, 1994.p.255).

Esterilidade

Quanto à esterilidade mesmo sendo umas das mais frequentes justificativas para o divórcio era desaconselhada pelos moralistas e sábios, um dos conselhos dá a entender que na época antiga já se tinha um mecanismo de adoção, possivelmente de crianças órfãos ou até de pais que não tendo condições de criar os filhos o davam para quem quisesse e tivesse meios de cuidar.

A adoção poderia ser tanto ao longo do casamento como já após o falecimento de um dos cônjuges já na velhice, fora encontrado o caso aonde uma mulher já na sua velhice e sem filhos que adotou os filhos de sua serva como herdeiros, ou seja, sua herança agora teria um destinatário, só que para tal ela primeiro alforriou os filhos da serva para depois torna-los seus adotados e herdeiros.

Considerações finais

Até o presente momento, nos estudos aqui abordados, vemos como era a composição de duas ações sociais da sociedade Egípcia Antiga que visavam a manutenção social. Tanto o casamento como o divórcio se mostraram ações sociais com prerrogativas para a proteção e subsistência da mulher.

Mesmo não sendo com atribuições a administração ou religiosa tanto o casamento como o divórcio em especial o segundo necessitava da intervenção de órgãos como os tribunais para se evitar exageros por parte

⁴⁶ NOBLECOURT, 1994.p.255

dos divorciados no intuito de manter a ordem social e evitar casos de vinganças violentas quando era requerido por causa de adultério.

No casamento tinha-se fortes encargos para as duas famílias, mas os divórcios é que tinham sempre grandes custos para o marido. O que percebemos no decorrer dos estudos e materiais pesquisados é a forte autonomia feminina, em tomadas de decisões para o seu futuro em especial se aliança matrimonial, ou no divórcio sem a interferência de nenhuma referência masculina, pai ou irmãos. O poder administrativo poderia não interferir nem impor o casamento à mulher, nem a existência de um contrato matrimonial, mas uma disposição real que argumenta que era necessária toda mulher ter o seu séfer⁴⁷: termo utilizado que da ideia de seguridade à mulher para garantir alguma posse para ela e seus descendentes.

Além das questões de punição para maridos e esposas que transgredissem o pacto matrimonial que era baseado na fidelidade, mesmo que na sociedade houvesse a possibilidade para que se tivesse mais de uma esposa, isso era apenas disponível para quem pudesse manter as duas mulheres, mas somente uma levaria o título bem visto na sociedade de Dona de Casa. Vemos que muitas das características sociais da época antiga egípcia dão certa autonomia social para a mulher que só conseguimos igualar com a atualidade em especial nos temas abordados aqui, como a liberdade de escolha do marido, a não necessidade de virgindade para o casamento, os termos que asseguravam sua subsistência após o divórcio.

Referências

BRISSAUD, Jean-Marc. **O Egito dos Faraós**. Círculo do Livro. Rio de Janeiro: 1978.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. 8º ed. **O Egito antigo**. Editora Brasiliense. São Paulo: 1989.

GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas e sinais**. Editora Schwarcz Ltda. São Paulo: 1989.

JACQ, Christian. 2ª ed. **As Egípcias**. Lisboa, Portugal: EDIÇÕES ASA, 1998.

NEGRAES, Edith de Carvalho. 9ª ed. **O Livro dos mortos do Antigo Egito**. Editora Hermus. 2005.

NOBLECOURT, Christiane Desroches. **A Mulher no Tempo dos Faraós**. Campinas. PAPIRUS EDITORA. 1994.

⁴⁷NOBLECOURT, 1994. p.248.

OLIVEIRA, Haydée. Mãe, Filha, Esposa, Irmã: Um estudo iconográfico acerca da condição da mulher no Antigo Egito durante a XIX dinastia (1307 – 1196 a.C). O caso de Deir El-Medina. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói, 2005.

PRATAS, Gloria Maria D.L. Trabalho e Religião: O Papel da Mulher na Sociedade Faraônica. In: Mandrágora, v.17. n. 17, 2011.

“AGENTES DA SEDIÇÃO PREMEDITADA”:
CULTURA ESCRAVA, MALÊS E RESISTÊNCIA NA COMARCA DE
ALAGOAS, 1815

*Danilo Luiz Marques*⁴⁸

São escassos os estudos acerca da presença de negros muçulmanos na região alagoana, uma das exceções se faz pelo lacônico livro de Abelardo Duarte intitulado *Os Negros Mulçumanos em Alagoas*, fruto de uma memória lida no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia na ocasião do cinquentenário da morte de Nina Rodrigues, em 1956. A obra traz informações importantes sobre uma revolta Malê em 1815 na Cidade de Alagoas, apresentando uma documentação de correspondências entre o Ouvidor da Comarca de Alagoas Antônio Batalha com o Governador e Capitão Geral de Pernambuco Caetano Pinto de Miranda⁴⁹, as quais relatam os fatos e medidas tomadas a partir da notícia da conspiração. A narrativa de Duarte descreve o Ouvidor Batalha como o grande responsável pelo sufocamento da revolta, colocando em segundo plano o projeto político da resistência escrava. Seguindo as palavras de Abelardo Duarte, o “êxito da desarticulação e abortamento da insurreição de 1815 seria do Ouvidor que “venceu a cartada”, aprisionando os emissários dos sediciosos e abafando na “própria gorja a ânsia incontida de revolta dos escravos negros”⁵⁰. Definindo os ocorridos como uma conspiração de revolta que foi reprimida pelas autoridades antes do planejado, um “malogrado movimento”.

Propomos aqui, ir além da narrativa, que de certa maneira, enaltece os feitos do ouvidor da Comarca das Alagoas em ter sufocado a “conspiração malê” de 1815 e a expõe como “fracassada”, pretendemos refletir sobre o projeto político de resistência presente neste episódio, dialogando com a tradição de resistência dos povos da diáspora africana e seus descendentes na região. João José Reis, por exemplo, ao estudar a resistência de negros muçulmanos na Bahia em 1814, atribui a eles algo que não se limitava a um protesto contra a fome, seguido de uma fuga em massa de escravizados, eles teriam em mente a sublevação de toda a escravatura⁵¹. Nas palavras do Ouvidor Batalha, a intenção dos negros com a revolta era: “matar, tomar as terras dos brancos na noite de Natal do ano de 1814”⁵², doravante, circunstâncias maiores teriam levado o adiamento da revolta para 1815. As

⁴⁸ Graduado em História pela UFAL, mestre e doutorando em História Social pela PUC-SP.

⁴⁹ O autor faz referência a uma série de correspondências, entretanto, apenas uma datada de 04 de agosto de 1815 aparece devidamente citada, com a transcrição na íntegra em anexo do livro.

⁵⁰ DUARTE, Abelardo. *Os Negros Mulçumanos nas Alagoas (os malês)*. Edições Caetés: Maceió Alagoas, p. 50.

⁵¹ REIS, João José. *Há Duzentos Anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia*. Topi, Rio de Janeiro, v. 15. N. 28, p. 68-115, jan/jun. 2014.

⁵² Carta do Ouvidor Antônio Batalha a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Arquivo Nacional. IJJ9, 241. Vol. 05 (1815-1817), fls. 113-116v. Porto de Pedras, 22.03.1816.

autoridades locais, de forma corriqueira, acusaram a presença de negros mulçumanos fugidos na região como responsáveis em organizar a revolta, os quais se refugiavam em um quilombo situado nas matas circunvizinhas a Vila de Alagoas. Supostamente, esses Haussás provindos da Bahia encontraram parceiros ideais, os escravizados de pequenos proprietários (denominado pelas autoridades como “gentes pobres”), os quais possuíam uma certa liberdade no que tange a mobilidade, pois eram responsáveis por seus sustentos e de seus senhores. Provavelmente, muitos deviam exercer trabalhos de ganho, o que permitia circular com relativa autonomia, utilizando redes de sociabilidades para manter contato com escravizados e libertos no intuito de articular a revolta. Para Stuart B. Schwartz, o fato de algumas rebeliões escravas do início do século XIX, ter tido uma forte orientação islâmica, muitas das abordagens historiográficas foram para uma explicação religiosa, entretanto, estudos recentes sugerem que “nem todos os rebeldes eram muçulmanos ou tinham objetivos especificamente religiosos”⁵³.

A Comarca de Alagoas parecia constituir num local propício para a eclosão de um levante, pois estava “mal guarnecida militarmente, com uma ampla extensão, sujeita a uma administração parca e com um cativo marcado pela presença de um número significativo de escravos da África Ocidental”.⁵⁴ Os vereadores da Vila de Alagoas, ao serem informados da “sedição premeditada”, solicitaram socorro ao governo de Pernambuco “para fazer repelir semelhante atentado visto se acharem os povos desta comarca sem forças algumas de armas”⁵⁵. O Ouvidor Batalha relatou ter sido informado no dia 12 de julho de 1815, que na Comarca de Alagoas, “os escravos negros seduzidos por alguns que se escaparam da sedição da Cidade da Bahia se pretendiam sublevar”⁵⁶. Ao saber dos planos dessa revolta, as autoridades se articularam e tomaram algumas providências, foi solicitado a colaboração de autoridades civis e militares e o auxílio de tropas formadas por cerca de duzentos indígenas, que se juntaram as ordenanças e milícias. A ideia era sufocar o levante antes que reunisse um maior número de adeptos⁵⁷, explicitando um grande medo da existência de uma revolta na região. Em resposta a uma carta do Ouvidor Batalha datada de 27 de julho, onde informava sobre a suposta conspiração escrava, o Governador e

⁵³ Carta do Ouvidor Antônio Batalha a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Arquivo Nacional. IJJ9, 241. Vol. 05 (1815-1817), fls. 113-116v. Porto de Pedras, 22.03.1816.

⁵⁴ Silva, Luiz Geraldo. *Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817)*. Afro-Ásia [online] 2001, pp. 09-60. Consultado em 15 de julho de 2015.

⁵⁵ Carta dos Vereadores da Vila das Alagoas Gregório Correa da Malta, Narciso Correa Machado de Araújo, Francisco Domingos da Silva e José Joaquim do Espírito Santo a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Arquivo Nacional. IJJ9,241. Vol. 05 (1815-1817), fl. 41. Vila das Alagoas, 18.07.1815.

⁵⁶ Ofício do Ouvidor Antonio Batalha de 4 de agosto de 1815. Apud: DUARTE, Abelardo. *Os Negros Mulçumanos nas Alagoas (os malês)*. Edições Caetés: Maceió Alagoas, p. 59.

⁵⁷ Em 1835, na Bahia, a conspiração Malê também fora denunciada, doravante, a população africana reagiu perante a repressão. Ver: QUIRING-ZOCHE, Rosemarie. *Luta Religiosa ou Luta Política? O levante dos Malês da Bahia segundo uma fonte islâmica*. *Revista Afro-Ásia*, 19/20, 1997, pp. 229-238.

Capitão Geral de Pernambuco Caetano de Melo e Pinto expõe suas providências, dentre elas: o envio do Marechal Inspetor de Corpos Milicianos José Roberto Pereira da Silva a Comarca de Alagoas com o intuito de prender os escravizados fugitivos da Bahia. Ele foi munido “com as ordens precisas, para por em atividade todas as forças da mesma Comarca, e dar as providências, que as circunstâncias exigirem”.⁵⁸

Os “cabeças” da sedição eram considerados perigosos e deveriam ser presos e enviados a cadeia, sendo os que tivessem graves indícios contra si, enviados a ilha de Fernando de Noronha, pois lá não haviam “escravos a quem possam contaminar”⁵⁹. Em ofício datado de 4 de agosto de 1815⁶⁰, endereçado ao Governador e Capitão Geral de Pernambuco, o Ouvidor Antonio Batalha pediu para que todas “as autoridades civis e militares desta Comarca, [...] proverem, pelos meios possíveis, sobre a Segurança Pública, o mesmo aos Diretores dos Índios para os terem armados e prontos”⁶¹ quando solicitados. O Ouvidor Batalha ordenou que a tropa contendo cerca de duzentos indígenas, com o auxílio das ordenanças e milícias, fosse na captura dos “negros indiciados cabeças da sedição premeditada e a intimidar, e a fazer conter o resto da escravatura”⁶². Com essa operação, foi executada a prisão dos suspeitos de planejarem a revolta, e mandado afixar editais solicitando os senhores de escravizados e habitantes da Comarca a comunicarem qualquer tipo de rumor ou movimento suspeito. Como podemos observar nas palavras do Ouvidor:

*Presos felizmente, entre 26, onze dos que se propunham os mais temíveis, procedi na Vila sobredita aos autos de achada de ferros ofensivos, e de perguntas, de onde suficientemente constara a intimação criminosa e como me não era dado prever as consequências das prisões que fizera, e das que teria de fazer, dobrando-se o perigo pela insegurança e pequenez da Cadeia da Vila das Alagoas, distância das outras da Comarca, e necessidade de multiplicar os meios de segurança dos Negros presos, enviei 7 com os autos sobreditos para Pernambuco, removi alguns para a Cadeia desta Vila d'Atalaia, detive outros na das Alagoas, e fiz soltar os que foram presos no tumulto das prisões e contra quem não havia indício algum*⁶³.

As autoridades estavam receosas de que “as prisões efetuadas excitassem o ânimo dos escravos negros e dos libertos e precipitassem os

⁵⁸ AN. Conjunto documental: Ministério do Reino, Pernambuco, Correspondência do presidente da província. IJJ9 241. 02/08/1815.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Publicado na íntegra por Abelardo Duarte em seu livro sobre os Malês em Alagoas.

⁶¹ Ofício do Ouvidor Antonio Batalha de 4 de agosto de 1815. Apud: DUARTE, Abelardo. Os Negros Mulçumanos nas Alagoas (os malês). Edições Caetés: Maceió Alagoas, p. 59.

⁶² Idem.

⁶³ Ofício do Ouvidor Antonio Batalha de 4 de agosto de 1815. Apud: DUARTE, Abelardo. Os Negros Mulçumanos nas Alagoas (os malês). Edições Caetés: Maceió Alagoas, p. 58.

acontecimentos”⁶⁴. Temia-se a rebentação, de um mal no qual o Ouvidor Batalha se dizia pretender evitar, assim, foi prendendo escravizados contra quem ele tinha “prova, ou só graves indícios de serem “Agentes da Sedição premeditada”⁶⁵. Foi montado um sistema de policiamento que visava a fiscalização da população cativa e de libertos, sendo “estabelecida em todos os pontos convenientes uma polícia ativa, cuidando cautelosamente de verificar a existência, nesta Comarca, dos negros fugidos da Bahia”⁶⁶.

Em 18 de agosto de 1815, o Marechal Inspetor José Roberto Pereira da Silva, relatou, ao Governador e Capitão Geral de Pernambuco Caetano de Melo e Pinto, como foram os primeiros dias de sua presença na Vila de Alagoas⁶⁷. Também informou que no dia 01 de agosto havia um grupo de negros armados saqueando casas em Tuquanduba, os quais fugiram pelas matas ao ver a chegada das tropas para combatê-los⁶⁸. A região de Tuquanduba era estratégica, pois ligava a Vila de Alagoas ao Pilar, onde haviam muitas fazendas e casarões de senhores de engenho. Desta maneira, foi ordenada a realização de rondas pela Vila e o estabelecimento de homens da tropa em locais estratégicos com o intuito de proteger as munições de guerra. Ao concluir a carta, o Marechal Inspetor, informa que continuará nesta diligência, ansiando a chegada das tropas de índios para que quilombos e locais onde os negros se refugiaram pudessem ser descobertos⁶⁹.

No dia anterior, o Marechal já havia instituído um toque de recolher, com isso, escravizados e libertos encontrados das 9 horas da noite por diante, com instrumento ofensivo, seriam presos na “Cadeia pública para ser castigado segundo as circunstâncias o pedirem. Encontrando as mesmas rondas de dois para mais pretos juntos praticarão com eles o acima determinado”⁷⁰. Outras medidas tomadas foram: a criação de uma Patrulha de Piquete com o objetivo de realizar rondas no período noturno, aos domingos e dias santos, e a nomeação de um inspetor responsável em, no período das 3 horas da tarde até o anoitecer, evitar batuques e ajuntamentos de negros. Tais medidas adotadas foram comuns em outras regiões do Nordeste, na Bahia (1807), por exemplo, o Conde da Ponte, “adotou uma linha dura de destruição dos quilombos, uma fonte potencial de revolta, e

⁶⁴ DUARTE, Abelardo. *Os Negros Mulçumanos nas Alagoas (os malês)*. Edições Caetés: Maceió Alagoas, p. 49.

⁶⁵ Ofício do Ouvidor Antonio Batalha de 4 de agosto de 1815. Apud: DUARTE, Abelardo. *Os Negros Mulçumanos nas Alagoas (os malês)*. Edições Caetés: Maceió Alagoas, p. 58-59.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ AN. Conjunto documental: Ministério do Reino, Pernambuco, Correspondência do presidente da província. IJJ9 241. 18/08/1815.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ AN. Conjunto documental: Ministério do Reino, Pernambuco, Correspondência do presidente da província. IJJ9 241. 18/08/1815.

⁷⁰ Carta do Inspetor Geral José Roberto Pereira da Silva a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Arquivo Nacional. IJJ9, 241. Vol. 05 (1815-1817), fls. 55-55v. Quartel da Vila das Alagoas, 16.08.1815.

contra quaisquer manifestações da cultura africana, como os batuques, que podiam servir para fomentar a rebelião e unir ainda mais os”⁷¹ escravizados.

Na tarde do dia 17 de agosto, em ocasião do pânico generalizado, muitos senhores de escravizados da região denunciaram alguns proprietários, estes de pequeno porte, que temendo percas econômicas, estavam escondendo alguns cativos revoltosos. Nesta ocasião, foi presa a escravizada Gracia, de uma proprietária que se quer teve direito a sobrenome, denominada como “Florência de Tal”. Gracia figurava como uma das principais personagens do episódio de 1815, tida pelos sediciosos como “Rainha”, recebia homenagens, uma delas “consistia em ter seus pés lavados com vinho pelos insurrectos. Era “voz pública” na Vila das Alagoas que Gracia, e outras negras próximas a ela, presentes à mesma hierarquia”⁷², há muito tempo se preparavam para figurarem de grandes quando o levante ocorresse. Segundo nos aponta João José Reis, foi uma prática comum, de muitos africanos escravizados, buscar acumular pecúlio para investir em roupas custosas para se fazerem nobres, o historiador levanta algumas hipóteses e tenta compreender os significados desta nobreza africana neste lado do atlântico⁷³.

Segundo os estudos de Luiz Geraldo da Silva, um dos principais “cabeças da sedição” seria um escravizado pertencente a Antônio Timóteo, de nome Joaquim, proveniente da Costa da Mina, responsável em articular o levante com a população local, contatando um Quilombo localizado nos arredores da Vila de Alagoas, na gruta do Mija Cachorro, encomendando armas e seduzindo outros negros para aderirem o movimento. Essa articulação com quilombos é recorrente aos revoltosos malês, o mesmo ocorreu na Revolta de 1814 na Bahia, movimento encabeçado por João Malomi⁷⁴. Ao analisar o episódio de 1835 na Bahia, Priscila Leal Mello, coloca os arredores da cidade de Salvador como antessalas do levante⁷⁵, atentando, justamente, para a articulação entre as populações africanas escravizadas e libertos.

Outro nome importante que emerge na documentação das autoridades é o do escravizado Inácio, responsável pela segurança e distribuição das armas, seja as de “pau tostado” ou de ferro.⁷⁶ Ele exercia um papel de destaque no planejamento da revolta, portava de funções especiais, se autodenominava comandante e distribuía títulos honrosos entre os negros.

⁷¹ SCHWARTZ, Stuart B. Cantos e Quilombos Numa Conspiração de Escravos Haussás. Bahia, 1814. In: REIS, João José e Gomes, Flavio dos Santos. (Orgs.) *Liberdade Por um Fio: história dos Quilombos no Brasil*. Companhia das Letras: São Paulo, 1996, pp. 373-406.

⁷² Silva, Luiz Geraldo. *Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817)*. Afro-Ásia [online] 2001, pp. 09-60. Consultado em 15 de julho de 2015.

⁷³ REIS, João José. *Há Duzentos Anos: a revolta escrava de 1814 na Bahia*. Topi, Rio de Janeiro, v. 15. N. 28, p. 68-115, jan/jun. 2014.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ MELLO, Priscila Leal. *Leitura, Encantamento e Religião: o islã negro no Brasil*. Niterói-RJ. Tese de Doutorado. UFF. Departamento de Pós-Graduação em História, p. 185.

⁷⁶ Silva, Luiz Geraldo. *Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817)*. Afro-Ásia [online] 2001, pp. 09-60. Consultado em 15 de julho de 2015.

Essa informação evidencia as formas de organização dos revoltosos, que eram conhecidas das autoridades, por isto, a preocupação em proteger as municiões de guerra. As correspondências entre autoridades era algo corriqueiro, deste modo, o Governador Geral de Pernambuco obteve muitas informações sobre os revoltosos baianos e como se desenvolveram estratégias de combate a eles.

A documentação das correspondências do Capitão Geral de Pernambuco encontradas no Arquivo Nacional, analisada a contrapelo, com o intuito de vislumbrar a resistência escrava, fornece informações que destoam da leitura feita por Abelardo Duarte dos episódios ocorridos em Alagoas no ano de 1815, supostamente protagonizado pelos Malês, mas com a adesão de outras etnias. Os Malês tinham a prática de construir planos militares, desta maneira, o sufocamento da revolta não seria algo simples como descreveu Abelardo Duarte. Em vez de uma revolta reprimida pelas autoridades antes de sua eclosão na data planejada e sem nenhuma espécie de resistência por parte dos revoltosos, ou seja, uma conspiração premedita e sufocada pelo Ouvidor Batalha, percebemos a existência de fortes indícios que nos levam a pensar sobre o quão foi tenso e conflituoso os meses de julho e agosto de 1815 na Comarca de Alagoas. Não à toa, o Marechal Inspetor José Roberto Pereira da Silva, relata em sua correspondência endereçada ao Governador de Pernambuco, a urgência e ansiedade pela chegada das tropas formadas por indígenas com a finalidade de adentrar nas Matas e capturar os revoltosos foragidos. Essa informação somada a ocorrência de assaltos aos casarões dos senhores de engenhos na região de Tuquanduba, mostram que a sedição foi sim premeditada pelas autoridades, mas tal ação levou também a resistência e não seu sufocamento imediato. Eles se estabeleceram nas matas ao redor da Vila de Alagoas com o intuito de se rearticularem, principiavam rever seus planos e ações perante a nova conjuntura que estava posta.

Deste modo, o Ouvidor Batalha, aspirando possíveis cargos políticos, pode ter se utilizado da “sedição premeditada” dos escravizados em Alagoas para fazer uma espécie de autopromoção, seria vantajoso para ele relatar que fora responsável em conter uma revolta escrava antes mesmo que ela acontecesse. Ele buscou construir um relato que demonstrava o sufocamento dos Malês revoltosos, ocasionando na prisão dos “cabeças da sedição”, puxando para si os méritos dos feitos repressores a revolta. Doravante, as informações presentes na correspondência do Marechal Inspetor demonstram uma grande preocupação com os assaltos aos casarões e a presença de revoltosos na mata, o que nos leva a crer, que os meses de julho e agosto de 1815 foram de constantes conflitos entre os revoltosos e as tropas repressoras. Desta maneira, concebemos que tal episódio não se resume apenas em um sufocamento imediato da sedição, houve uma forte resistência por parte dos revoltosos que durara alguns dias. Sobre a revolta ocorrida na Bahia em 1815, por exemplo, João José Reis expõe que ela duraria

cerca de oito a nove horas, não considerando como um tempo curto, pois, o que está na preocupação deste historiador, e em nossa presente pesquisa é o Projeto Político de Resistência. A tentativa de conter a revolta através dos aparatos repressores da hegemonia posta, não aniquilava os horizontes de liberdades dos cativos, uma das características das revoltas malês das primeiras décadas do século XIX foi a capacidade de reorganização e articulação dos revoltosos.

Em correspondência ao Governador de Pernambuco datada de 25 de novembro de 1815, o Ouvidor relata terem sido vistos na região de Capiá e Agua Branca alguns supostos negros fugidos da Bahia e envolvidos com o episódio na Vila de Alagoas⁷⁷. Segundo documenta Luiz Geraldo da Silva: “Conforme a indução do ouvidor, inexistindo negros fugidos de seus proprietários na comarca das Alagoas, os que andavam pela estrada afora só podiam ser os negros fugidos da Bahia”⁷⁸. Entretanto, nenhum quilombo foi efetivamente encontrado. Tanto o Ouvidor Batalha como o Marechal Pereira falam da inexistência de quilombos em Alagoas, procurando, dessa forma, relatar os seus bons serviços prestados. Batalha se põe como responsável de abortar a revolta, doravante, assume não ter sido feliz em prender os negros foragidos da Bahia que se aquilombaram na Comarca de Alagoas⁷⁹, na conhecida Gruta do Mija Cachorro, “no seio das matas de Sabaúna, para onde se descia por uma árvore, atravessando-se depois em um pau, uma légua além da qual só se acharam autênticos vestígios, de que os ditos negros ali tinham estado”⁸⁰. A rota da fuga dos aquilombados teria sido a serra do Cedro, próxima a Palmeira dos Índios, passando pela Serra da Priacá e Marabá ao oeste de Penedo, “como que demandando a da Vila de Garanhuns, ou se dispendo a atravessarem o Rio de S. Francisco, em procura da comarca de Sergipe d’El Rei”⁸¹. Nenhum quilombo foi encontrado, podendo-se especular que: ou os escravizados alagoanos “guardavam cuidadosamente o segredo das relações entre eles e os negros aquilombados, ou a imaginação das autoridades, acerca dos escravizados “guerreiros”, corria solta. Ou ambos”⁸².

⁷⁷ Carta do Ouvidor da Comarca das Alagoas Antônio Batalha a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Arquivo Nacional. IJJ9, 241. Vol. 05 (1815-1817), fls. 66-67v. Vila das Alagoas, 25.11.1815.

⁷⁸ Silva, Luiz Geraldo. *Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817)*. Afro-Ásia [online] 2001, pp. 09-60. Consultado em 15 de julho de 2015.

⁷⁹ Stuart B. Schwartz, nos fala da importância de um Quilombo no planejamento da revolta de 1814 no Bahia, onde a comunicação que intermediava os revoltosos aquilombados e os da cidade era realizada por intermédio de um crioulo que “percorria o mato contactando os quilombolas e mantendo-os a par dos acontecimentos na cidade. Ver: SCHWARTZ, Stuart B. *Cantos e Quilombos Numa Conspiração de Escravos Haussás*. Bahia, 1814. In: REIS, João José. e Gomes, Flavio dos Santos. (Orgs.) *Liberdade Por um Fio: história dos Quilombos no Brasil*. Companhia das Letras: São Paulo, 1996, pp. 373-406.

⁸⁰ Carta do Ouvidor Antônio Batalha a Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Arquivo Nacional. IJJ9, 241. Vol. 05 (1815-1817), fls. 113-116v. Porto de Pedras, 22.03.1816.

⁸¹ Idem.

⁸² Silva, Luiz Geraldo. *Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817)*. Afro-Ásia [online] 2001, pp. 09-60. Consultado em 15 de julho de 2015.

A partir de 1816, ocorreu em Recife o julgamento de 28 pessoas acusadas de participarem da “sedição premeditada”, dentre eles estavam 27 escravizados e Manoel José Guimarães, um homem branco que fora remetido separadamente. Dos 28 presos, 23 foram sentenciados, sendo que “dois foram mortos ainda no cárcere: o próprio Manoel José Guimarães, em 30 de janeiro de 1816, e o escravizado João, de nação haussá, do Capitão Antônio Firmiano, cujo falecimento se dera ao longo das “perguntas judiciais”, em 6 de maio de 1816”⁸³. Joaquim, tido como o líder da sedição foi condenado a que com baraço e pregão fosse pelas ruas de Recife até o lugar da forca onde morreria por morte natural, sendo-lhe depois decepada a cabeça, fixada em um poste aonde ficaria até que o tempo a consumisse, tendo sido a pena executada em 27 de agosto de 1816⁸⁴. Inácio, teve a mesma pena de um escravizado chamado Domingos, foram enviados a Fernando de Noronha, para as galés perpétuas, além de serem obrigados a assistir à execução de Joaquim e açoitados com baraço e pregão pelas ruas. Outros 7 escravizados tiveram como destino a ilha de Fernando de Noronha, só que para cumprirem 10 anos de degredo, findado este período, seriam vendidos em hasta pública para fora da Capitania. 4 cativos cumpriam 5 anos na mesma ilha e depois foram entregues a seus senhores com a condição de também serem vendidos para outras Capitânicas. Por fim, 9 escravizados tiveram como pena 100 açoites e também foram devolvidos a seus senhores, com a igual condição de serem vendidos para fora da Capitania⁸⁵. Deste modo, houve uma preocupação das autoridades em não permitir a presença dos revoltosos na Capitania de Pernambuco.

⁸³ Idem.

⁸⁴ Silva, Luiz Geraldo. *Sementes da sedição: etnia, revolta escrava e controle social na América Portuguesa (1808-1817)*. Afro-Ásia [online] 2001, pp. 09-60. Consultado em 15 de julho de 2015.

⁸⁵ Idem.

*Ennia Carolina da Silva Freitas*⁸⁶

Introdução

O Museu Théo Brandão, de Antropologia e Folclores, associado à Pró-reitora de extensão da Universidade Federal de Alagoas, foi criado em 1975 pelo Médico, Folclorista, antropólogo e escritor Alagoano Theotônio Vilela Brandão.

Théo Brandão, além de pesquisador, foi educador responsável pela criação do centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal de Alagoas, em 1973.

O nosso personagem principal, José Carlos da Silva, faz parte dessa história. Pois está no museu desde a sua fundação, ocupou vários cargos na instituição. É a memória viva do museu, fazendo parte ativa da cultura popular alagoana.

O Primeiro Contato no Museu Théo Brandão e a Vivência do Zé Carlos nesse ambiente

“O museu é a minha casa”.

O primeiro contato do Zé Carlos com o museu, foi no dia da inauguração, o Zé Carlos era aluno do curso de letras, da Universidade Federal de Alagoas, do campus Tamandaré. A primeira sede do museu foi no campo Tamandaré. O aluno de letras passeando na Universidade se depara com o corte da fita inaugural, ele fala com tanta precisão que se imagina o Théo Brandão cortando a fita e a feição do olhar do jovem olhando aquela cerimônia. Nesse momento não imaginava que a criação do Museu Théo Brandão iria mudar definitivamente a sua trajetória acadêmica, profissional e pessoal.

Meses depois, o aluno da UFAL vai procurar o serviço social para conseguir uma bolsa, de ajuda de custo, e a assistente social o direciona para o Museu. Na época enfatiza que não havia funcionários, era apenas ele e o diretor Fernando Lobo (professor de História da Universidade Federal de Alagoas e diretor do museu Théo Brandão). Nesse primeiro momento, o

⁸⁶ Graduanda do Curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: carolinamed2010@hotmail.com

bolsista tinha inúmeras atividades, relata essa cena com bastante alegria, lembrando do frescor da juventude. Suas atividades na função de bolsista era limpeza, secretaria, apresentar o circuito museológico, como ele lembra, fazia de tudo. E, em meio a uma risada, tímida, confessou que como o movimento era pouco no início, no Campus Tamandaré, dava umas fugidas para tomar banho no mar.

Hoje, o Zé Carlos trabalha na Museologia, especificamente na manutenção e catalogação das peças do acervo, possui uma sala bastante aconchegante, que chama atenção por seus inúmeros quadros exóticos.

“O museu é a minha casa” Essa frase é dita com a certeza da mudança da consciência do espaço, uma instituição, que tem toda formalidade, passa a ter esse aconchego de lar. Mas o museu e a sua trajetória também trazem algumas decepções, em que ele comenta com cuidado. Exemplo: O fechamento do museu por dez anos, em 1986, fechamento parcial, pois as atividades do museu ficaram concentradas, em uma salinha da COPEVE, Comissão permanente de vestibular, órgão vinculado a Universidade Federal de Alagoas, na praça Sinimbu.

Ao falar dos projetos, para o futuro do museu, confessa-se que queria refazer o grupo folclórico de tradições Populares de Théo Brandão, que terminou em 1990 (formados por universitários), diz ele que faltou verbas e também os novos reitores não tiveram interesses.

Questionado sobre a distância do Museu da universidade, ele pontualmente declara que “o museu dentro da Universidade, ira distanciar-se do povo”.

Zé Carlos traz à tona recordações que o marcaram, na festa dos 10 anos do Museu. Lembra da cantora Teca Calazans, em 1985, relembra do palco, menciona a presença de todos os reitores, da família do Théo Brandão e de vários grupos folclóricos, além da presença da população admiradora do folclore.

A Relação existente entre o Bolsista Zé Carlos e o Pesquisador, Antropólogo, Professor e Médico Théo Brandão

“Aquele mundo mágico que era a sua biblioteca” (p.17)

José Tenório Maria, na Biografia do
Théo Brandão.

Ao ser perguntado sobre a relação que o Zé Carlos tinha com o Théo Brandão, ele é pragmático ao afirmar, que a relação era apenas professor versus aluno, e recorda que era um simples bolsista tímido, e o professor Théo tinha um grupo de amigos intelectuais (José Maria Tenório, Thereza

Braga, Vera Calheiros e Fernando Lobo). O professor falava e ele apenas ouvia, não questionava, usou essas palavras.

O aluno bolsista começou a ter mais contado com o médico, antropólogo, pesquisador e professor Théo Brandão, depois do convite feito pelo próprio Théo para ajudar na organização da sua biblioteca. Pois bem, o Doutor Théo chama o aluno Zé para colocar em ordem seus livros. Hoje o Zé do Museu descreve a biblioteca: “grande, arrumada e bonita”. E por um triz se desprende da formalidade e diz: “acho que ele gostava de mim, porque sempre me solicitava para ajudar em sua casa”. Descreve não apenas a biblioteca, mas toda a casa, “a casa do Doutor Théo Brandão era linda, primeiro andar, tinha muitas antiguidades, ele como filho de Senhor de engenho”.

A medida que vai adentrando na conversa, argumenta que o professor Théo falava sempre que houvesse preservação do acervo da cultura alagoana, e que o museu se dedicasse a pesquisa e a antropologia, esse discurso afirma o Zé, era parte das indagações do mestre, também diz que eles conversavam apenas com o necessário, referente as atividades do museu. Recorda um momento de descontração, a ida dele com o seu grupo de intelectuais para a Pizzaria Sorriso, na Praça Sinimbu, na década de 80, que era um dos centros sociais da cidade.

Em um tom ensaísta, diz “ele era um pesquisador, onde estava cultura popular, ele estava”. Sem dúvida, há um grande respeito por parte do Zé, perante a personalidade do mestre da cultura alagoana. Suas vidas entrelaçaram, em algum momento, vindas de mundos diferentes, culturas diferentes. O filho de Alfaiate, funcionário da prefeitura e de uma dona de casa, se cruza com a vida de um filho de médico e neto de Senhor de engenho. Mais algo os aproxima, a paixão pela cultura popular. Para o Jovem bolsista seu trabalho virou um lazer, esse convívio com a arte o deixa cada vez mais focado nesse universo, chegando a passar 20 anos sem tirar férias. “Casado com a arte”. Essas são suas palavras quando toca no tema da vida pessoal.

Ainda com um tom e uma cautela de aluno bolsista, apesar de estar no museu deste 1975, “talvez o Théo Brandão, comentasse com Vera Calheiros que gostava de mim...eu acho que ele deve ter comentando, algo assim”.

Zé Carlos, Consegue Ter mais Proximidade com Dona Élide Brandão, Esposa de Théo Brandão

Quando se pergunta sobre a esposa do Théo Brandão, Dona Élide Brandão, ele primeiramente descreve características físicas: vestidos de seda, o anel de brilhante (dá ênfase ao anel de brilhante, comenta que achava lindo) e o salto alto. Depois relembra traços da sua personalidade: Atenciosa,

conversava muito, e termina falando que ele era uma mulher da sociedade dos anos 40.

O bolsista tímido conversava muito com Dona Elide Brandão, ela contava de suas viagens com o marido. O Zé comenta que na época era preciso fazer um trabalho de identificação das fotos do museu, ele era encarregado de ir na casa do Théo Brandão para D. Élide o ajudar na catalogação do acervo fotográfico das viagens.

Em outro momento de descontração ele fala dos lanches que Dona Élide o preparava, em tom de conversa, confessa, que ia mais no interesse nos lanches, até brinca ao falar que prestava atenção nas conversas, mas de olho no lanche.

Em toda entrevista o Zé Carlos tenta mostrar o alto nível de dinamismo de D. Élide, do seu conhecimento e versatilidade. Uma maneira que utilizo para sintetizar sua admiração, pergunto uma palavra para descrevê-la. Ele me pega de surpresa, quando com um simplismo de um cavaleiro, diz de maneira seca, sem ardeio: “Simpática”. Nesse momento tento analisar que apesar de toda aproximação, e porque não dizer intimidade, há resquícios de uma cordialidade.

Zé Carlos e sua Experiência no Museu Théo Brandão com os Intelectuais Alagoanos da Cultura Popular

Fernando Lobo foi o primeiro diretor, hoje são amigos, entre eles havia uma relação apenas profissional na época da ingressão do Zé Carlos, como bolsista. Relembra com euforia o dia da faxina, que diretor e bolsista faziam, e que em uma dessas faxinas colocaram fogo no mato, quase incendiando o coqueiral do Museu. O professor Fernando Lobo sai da direção do Museu para fazer mestrado (tempo de permanência no Museu são apenas dois anos), e quem assume a direção é Vera Calheiros, ao qual tem uma grande aproximação, devido as caronas de carro, que a nova diretora o dava, para ida ao campus Tamandaré. Faz uma descrição da dificuldade para ter acesso ao campo da UFAL, (Universidade Federal de Alagoas) a existência de apenas um ônibus, se perdesse, não havia outro, e incrementa com a análise da existência de poucos carros na cidade. A Vera Calheiros, conseguiu o emprego para professor no Colégio Marista, para ministrar aulas de língua portuguesa, pois a coordenadora do Marista, Dona Luiza, era amiga da Vera Calheiros.

Depois da direção de Vera Calheiros quem assume a direção é a Carmen Lúcia Dantas, o Zé Carlos fala com mais entusiasmo dessa diretora, usa até o termo “vestia a camisa do museu”, parafraseando uma frase da própria Carmen Dantas, relata também que ela tinha muito gosto pela cultura popular.

Nem tudo são flores, o Zé Carlos quase saiu do Museu, nessa época da Direção da Carmen Dantas, a data da sua quase saída é incerto, entre 1978 e 1979. O motivo foi o seu atraso na chegada ao trabalho, relata que saía do Colégio Marista para casa, almoçar, e acabava chegando as 14:30 ao Museu Théo Brandão. Acabou sendo acionado pela Diretora, que perguntou o que ele queria. O Zé Carlos comenta que ficou chateado e falou a Senhora faz o que quiser. Mas teve uma mediação de uma funcionária, Vera Queiroz, que remediou a situação. Hoje o Zé brinca com essa história com a Carmen Dantas.

O Zé Carlos faz uma declaração surpreendente, dessa época, com a visão que ele tem de hoje, me parecendo um certo desconforto, incomodo, ou até cautela, por me achar jovem para colher tais informações, ou até mesmo medo, que eu pudesse distorcer suas palavras. Me olha, como se tivesse analisando o campo de trabalho, apesar de estamos em sua sala. E, declara: “tenho comigo, uma certa inquietação sobre a mestra Terezinha”...fico fascinada pelo desenrolar da conversa, porque nesse ponto saímos da entrevista formal e entramos em conversa de bar. O Zé Carlos relata que, a mestra Terezinha, filha do mestre Alfredo, teve momentos difíceis financeiramente e o Théo Brandão, como secretário de Educação na época, poderia ter ajudado, com um emprego de merendeira, ainda diz que Théo Brandão era consciente das reais condições da família, e fala que a mestra acaba cedendo ao alcoolismo. Lembra que no fim da carreira ela chegava bêbada ao Museu e Carmen Dantas o pedia para entrevistá-la. Para desviar um pouco a atenção dela, o Zé Carlos sorri falando da existência dessas fitas, argumenta que ela foi muito bonita quando jovem, viajou muito e no fim da idade não tinha mais a vivacidade de antes.

Tento percorrer esse campo e ver o olhar da mestra Terezinha para o Théo Brandão, encontro esse verso feito pelo própria Mestra:

*“Senhor Doutor Théo
É um grande Doutor,
Ele tem valor,
No céu, na terra, no mar”*

Mestre das “Baianas” de Maceió, Terezinha.

A mestra Terezinha é homenageada com uma foto na capa de um disco dedicado ao folguedo Baianas de Alagoas-Produção da FUNARTE, encontrado no acervo do Museu.

O protagonista desse texto, não economiza exaltações, para mencionar o quanto foi diferencial, sua introdução no Museu e o quanto o fez, conhecer pessoas interessantes e está mais conectado com a Cultura do estado de Alagoas. Menciona que a sua mãe tinha orgulho, por ele andar entre pessoas importantes no cenário alagoano, também menciona se tivesse ficado em Marechal Deodoro (sua terra de origem), acabaria sendo funcionário da prefeitura ou coisa parecida. O fato é, que o museu abriu portas e janelas, para o jovem bolsista desmembrar seu gosto pelo universo cultural. É fascinante como um Funcionário consegue está presente em todos os momentos de uma instituição museológica, sendo parte viva e fundamental nesse processo de formação do respeito que a comunidade do Estado e a comunidade Acadêmica tem com o Museu.

Sua memória, tem toda evolução, falo evolução no sentido de adaptação, do ambiente, das pessoas e os instrumentos de trabalho, conseguindo desenvolver uma temporalidade e ter sua própria visão, por estar presente em todas fases que compôs até hoje o Museu Théo Brandão, antes como figurante de algumas cenas, hoje como personagem principal não só desse discurso. Mas no auxílio de todo aquele que sinta desejo de desvendar as paredes do Museu e dos seus personagens, todos precisam passar pela sala aconchegante, cheia de quadros exóticos do Zé, funcionário pioneiro do Museu Théo Brandão. Porque apesar de toda formalidade do ambiente de trabalho, ele conseguiu transformar o espaço de trabalho em seu lar.

Conclusão

O artigo apresentado trabalha com a História Oral, como fonte Histórica. Apesar de ser menosprezada por alguns historiadores clássicos, está ocupando grande espaço no campo dos historiadores modernos.

O texto apresentado nos proporciona várias interpretações qualitativas e nos oferece vários momentos históricos sociais, com a visão de construção do Zé Carlos.

Trabalhar com a História do funcionário mais antigo do museu Théo Brandão, não é, apenas relato da História do outro, e sim, um conhecimento histórico, dando ao historiador compreensão para desenvolver sua capacidade de síntese e análise.

Referências

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: Teoria e Método*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

BURKE, Peter (ORG). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. 2ed. São Paulo: ED. UNESP, 1992.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História: Micro-História*. Rio de Janeiro, Campus, 2002.

CARTOGRAFIA COMO FONTE: O SUL DE ALAGOAS NO SÉCULO XIX

Fábio Barbosa da Silva⁸⁷

Introdução

Trabalhos que tratam da ocupação do atual espaço alagoano, como os de Diegues Junior, identificam três centros principais de irradiação dos fluxos populacionais, a saber, Porto Calvo, Alagoas do Norte e Alagoas do Sul, e, Penedo (DIEGUES JUNIOR, 2006). Apenas este último não possui uma historiografia desenvolvida prioritariamente em torno da cana. A presença da cana como atividade econômica nos dois primeiros focos de ocupação levou ao desenvolvimento de um discurso tradicional quase generalizante no qual o processo de ocupação espacial do território alagoano teria se dado pela cana e em função da cana.

Outros trabalhos mais recentes apontam a possibilidade de uma releitura do processo de ocupação do Sul da então Capitania de Pernambuco, atual Estado de Alagoas, onde o povoamento pode ser associado a um modelo de ocupação espacial mais dinâmico e menos acelerado se comparado a região das lagoas por exemplo. Um aspecto relevante na diferenciação entre o Norte e o Sul de Alagoas no século XIX é a presença e predominância da cana e açúcar. O espaço entre as lagoas e o rio São Francisco apresentou, a princípio uma atuação modesta dos canaviais. Segundo Andrade (1959, p. 41), “só no período pós-holandês e, sobretudo, após a destruição dos Quilombos dos Palmares, é que as terras doadas aos Moura, aos Rocha Dantas, e aos Alves Camêlo, puderam entrar para o ciclo da cana”.

No século XIX alguns fatores contribuíram para a intensificação da ocupação espacial das áreas ainda pouco habitadas. Dentre estes fatores é possível destacar o esgotamento das zonas auríferas no Centro Sul do Brasil com a consequente dispersão do contingente empregado nas minas (MOREIRA, 2014), e, a política imperial em torno do acesso à terra, uma vez que, a lacuna entre o fim do sistema sesmarial em 1822 e a aprovação da Lei de Terras em 1850, permitiu que a posse pura e simples se tornasse o único modelo de apropriação territorial vigente em todo o Brasil durante esse período (SILVA, 2008).

O Sul de Alagoas segundo a cartografia

⁸⁷ Graduando em História, Universidade Estadual de Alagoas. Orientador: Aldemir Barros da S. Junior

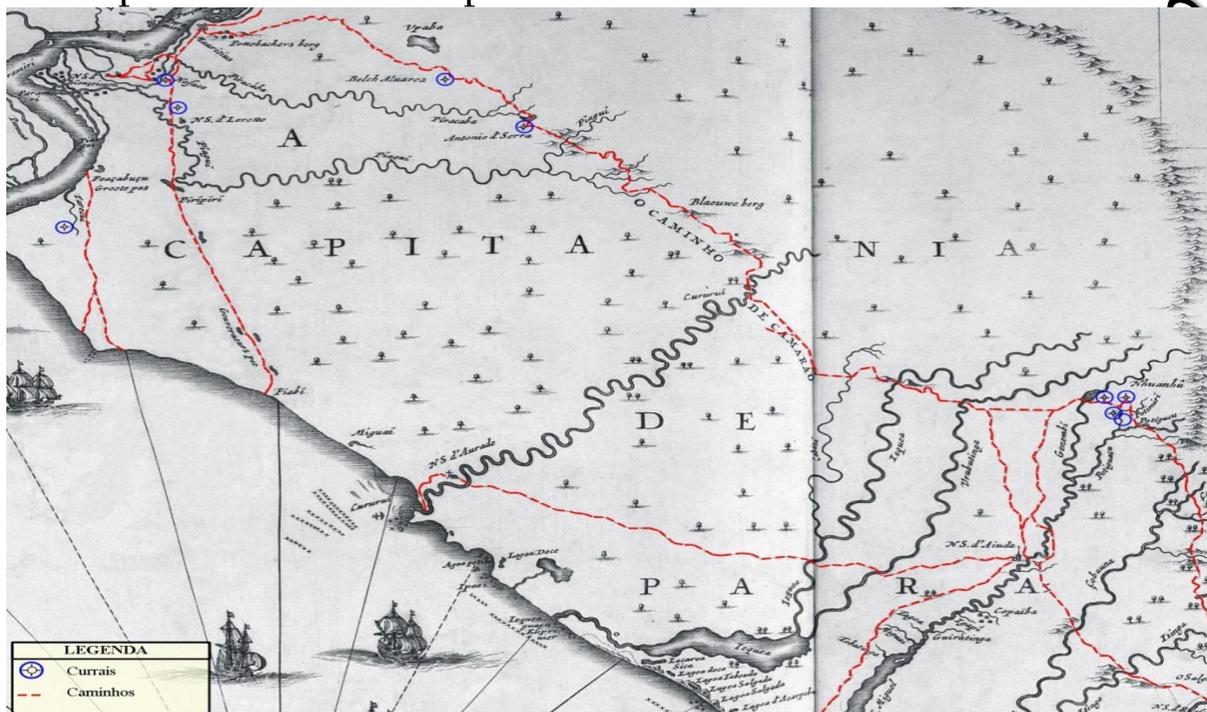
Uma análise da cartografia oriunda do século XIX permite observar que o Sul de Alagoas, neste período, se encontrava bastante povoado, marcado por centros populacionais e cortado por um emaranhado de caminhos. A comparação entre uma carta topográfica da Capitania de Alagoas de 1820 e uma da Província de Alagoas de 1862 permite identificar o século XIX como um período de expansão dos núcleos populacionais, assim como do crescimento do número de caminhos e engenhos no Sul de Alagoas.

A mesma análise permite ainda o desenvolvimento de um discurso sobre o perfil econômico do Sul de Alagoas durante aquele século, onde marcas da pecuária ainda poderiam ser consideradas no processo de desenvolvimento espacial da região. Para fundamentar este papel da pecuária no século XIX é necessário reportar ao século XVII, fazendo uso inclusive da cartografia. Quando a comparação é feita entre os dados cartográficos dos séculos XVII e XIX nota-se que grande parte da área povoada nos oitocentos já era conhecida e frequentada no século XVII, do mesmo modo, parte dos caminhos que cortam a região no século XIX, são extensões daqueles abertos 200 anos antes, sobretudo durante o período holandês.

Durante a ocupação holandesa o espaço compreendido entre o rio São Miguel e o São Francisco foi caracterizado como zona prioritariamente empregada na criação de gado. No mesmo período, as condições naturais do espaço para além do litoral permitiram o surgimento de caminhos distantes do mar, que ao cortar a Capitania de Pernambuco serviam de alternativas àqueles no litoral, mais desprotegidos de ataques por mar e marcados por obstáculos nas travessias das embocaduras dos rios (ABREU, 1996).

A intensificação das aberturas de vias pelo interior no sentido Norte/Sul favoreceu o surgimento de povoados no curso desses caminhos. A finalidade atribuída a esses caminhos permite identificar aspectos da economia da área por eles cortada, assim como das comunidades que se desenvolveram em seus cursos. Os caminhos e centros populacionais registrados na região durante o período holandês estão claramente vinculados à criação de gado. Como mostra o Mapa I, três das cinco principais vias de acesso entre o rio São Miguel e o São Francisco começam em Penedo, região cercada por pastos (CASCUDO, 1956). A ausência de engenhos neste espaço sugere que a ocupação espacial do mesmo até então não esteve associada à cana, no máximo, estaria influenciada pelo trânsito do gado entre os pastos de Inhaús, no alto São Miguel e os do São Francisco, marcados sobretudo pela sesmaria de Belchior Alves Camêlo.

Mapa I – Sul da então Capitania de Pernambuco no século XVII



Intervenção em recorte de “*Praefecturae Paranambucae Pars Meridionalis*” de George Marcgrave, publicado em 1647 por Gaspar Barléus. Fonte: Alagoas Turismo. Disponível em: <http://www.alagoas-turismo.com/mapas/caspar-barlaeus.htm>. Acessado em 07/05/2016. Intervenções do autor do artigo.

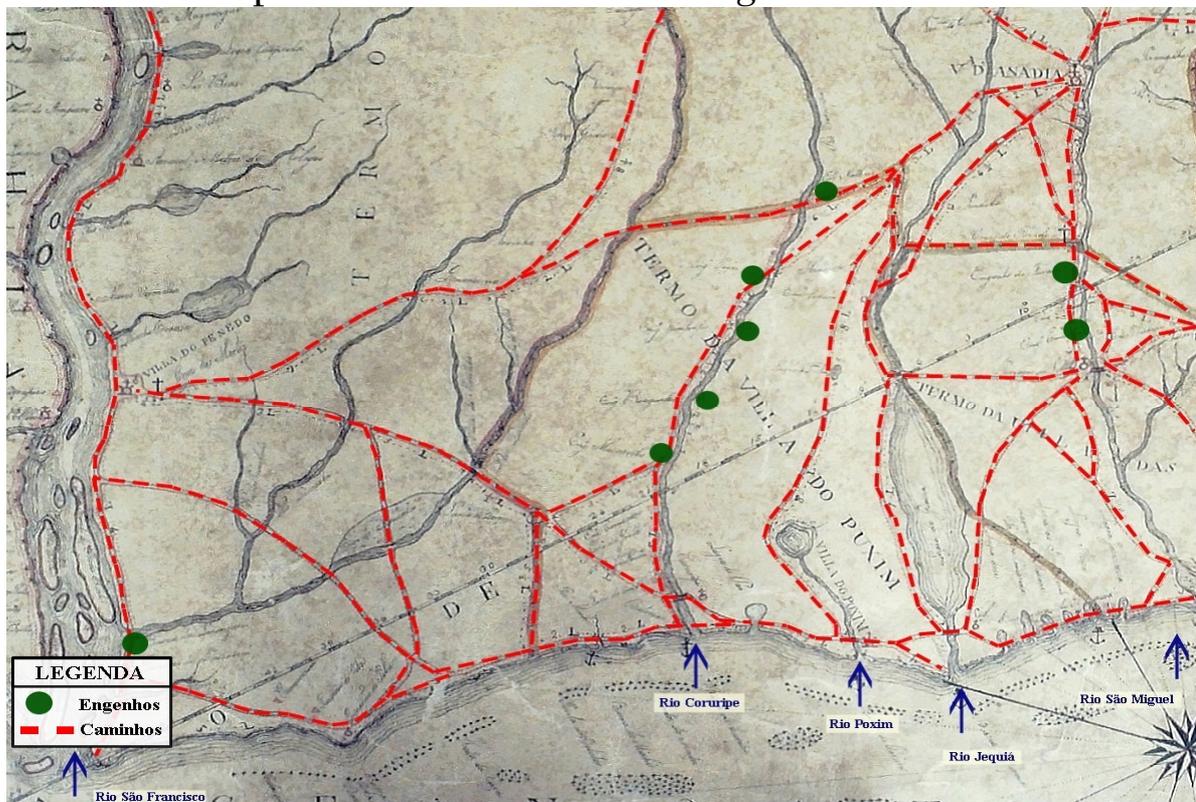
A cartografia do século XIX apresenta pelo menos dois conjuntos principais de caminhos que podem ser divididos pelo sentido do seu curso. O primeiro conjunto liga centros de produção a comércios e se direciona no sentido Norte e Sul, o mesmo padrão acompanhado pelos caminhos do gado do século XVII. O segundo liga o litoral aos centros populacionais no interior, em seu curso, a presença de engenhos sugere que esses caminhos e as povoações ligadas por eles estavam principalmente sob influência da economia açucareira.

O modelo de criação de gado vigente no século XIX exigia espaço amplo onde o gado solto pudesse pastar. Esse modelo de criação pode ter contribuído para a manutenção dos antigos caminhos que ligavam os pastos entre os Campos de Inhaús e os de Penedo. Por sua vez, o açúcar, como produto de exportação, tinha no mar a principal via de escoamento, por isso os engenhos se concentravam nas proximidades dos rios através dos quais o açúcar chegava ao mar (ANDRADE, 1959; FREYRE, 2006). Tais características podem justificar a associação desses caminhos a economias distintas, seja do gado ou do açúcar.

Considerando os caminhos como agentes do desenvolvimento espacial, é possível apontá-los como elementos chaves em torno dos quais aspectos da economia local atuavam no Sul de Alagoas do século XIX. O Mapa 2 apresenta a configuração espacial do Sul da então Capitania das Alagoas em 1820. Cada um dos rios entre o São Miguel e o São Francisco aparece seguido

por caminhos que ligam o litoral ao interior, em seus cursos aparecem povoações, sobretudo engenhos.

Mapa 2 – Caminhos no Sul de Alagoas em 1820



Intervenção em recorte da “Carta topográfica da Capitania das Alagoas que a pedido do illustrissimo senhor coronel Francisco Martins Ramos commandante dos distritos das villas do Penedo e do Poxim trasladou Jozé da Silva Pinto na Villa de Maceyó anno de MDCCCXX”. Intervenções do autor do artigo.

Neste mapa da recém-criada Capitania de Alagoas os principais centros populacionais se encontram interligados por vias de acesso que sugere grande interação entre esses centros. Silva Pinto não notou, ou ignorou núcleos menores que poderiam se encontrar no curso desses caminhos, sobretudo para além do litoral. Portos e engenhos próximos ao mar sugerem que as maiores concentrações populacionais ainda se encontravam no litoral.

A Estrada do Sal

O sentido dos caminhos relacionado à economia não pode ser tido como uma regra, mas apresenta uma possibilidade de leitura do espaço estudado onde mais de um elemento da economia local competem para o reconhecimento e desenvolvimento espacial na região. A antiga Estrada do Sal, por exemplo, é merecedora de considerações particulares. Ela ligava Limoeiro ao litoral de Coruripe através dos tabuleiros ao Norte do rio Coruripe, no entanto, a mesma não parece assistir ao interesse da economia

açucareira. O nome “Estrada do Sal” faz referência a sua utilidade: o transporte do sal comprado em Coruripe e utilizado em Limoeiro e seu arredor.

É necessário pontuar que esse sal não era utilizado exclusivamente nas cozinhas de Limoeiro e região. De acordo com San’tana (1970) parte do sal de uso doméstico nas cozinhas alagoanas era o sal importado de Portugal. O mesmo defendeu que, sendo Limoeiro em 1835 um distrito no qual a principal ocupação era a produção de carne de sol para venda, só o abastecimento com o sal extraído na própria província poderia possibilitar um comércio lucrativo, o que induz a existência ou necessidade de salinas no litoral alagoano já nas primeiras décadas do século XIX. Segundo o autor, em 1844 “já existiam salinas em Poxim” (SANT’ANA, 1970 p. 49). O mesmo atestou a existência de 12 salinas no Poxim, dez anos mais tarde.

Os territórios de Anadia, Penedo, Poxim e São Miguel dos Campos, compreendendo o Sul de Alagoas, são apresentados por Sant’ana (1970, p. 44) dentre “os municípios onde a pecuária se achava em maior desenvolvimento” em 1868. Em 1865 foram aprovadas as Posturas Municipais de São Miguel dos Campos que reservaram um amplo espaço de tabuleiros no interior do município para a criação de gado (GALVÃO, ARAUJO, 1872). Dentro deste espaço estavam os vastos tabuleiros entre os rios Jequiá e Coruripe, o mesmo cortado pela Estrada do Sal, fato que ajuda a entender o consórcio entre esta estrada e a pecuária na região.

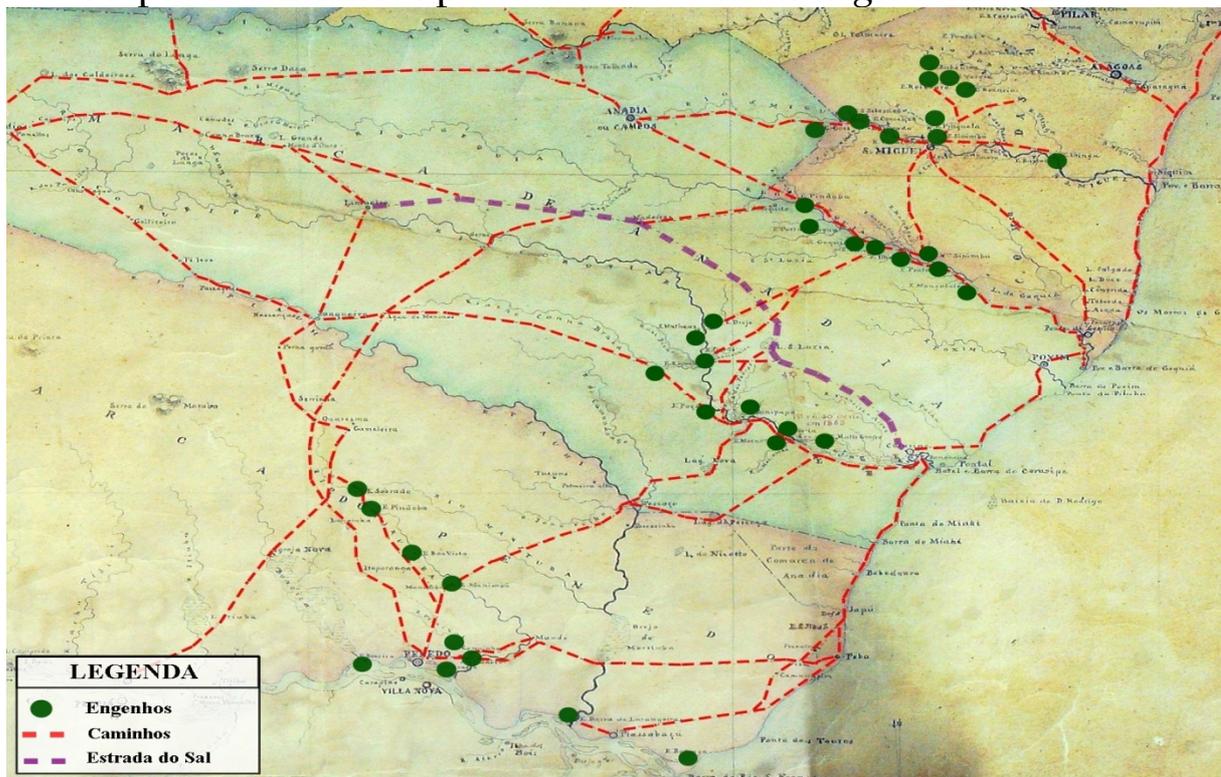
Na cartografia Alagoana esta estrada aparece pelo menos desde 1862, como mostra o mapa 3 que reproduz um dos trabalhos de Carlos de Mornay. O termo “Estrada do Sal” que a designa só foi encontrado em documentos da segunda década do século XX, porém, a soma das evidências apontadas sugere que a referida estrada foi aberta em meados do século XIX para abastecer principalmente de sal o então distrito de Limoeiro cuja economia tinha na pecuária uma importante fonte de recursos. A mesma estrada esteve em pleno uso até meados do século XX, quando o desenvolvimento da cana na região fez surgir novos caminhos, ao mesmo tempo em que cobria de canaviais os antigos, inclusive a Estrada do Sal.

O mapa a seguir permite observar ainda que nos vales dos rios Jequiá e Coruripe o emparelhamento entre os caminhos e os cursos d’água só foi mantido enquanto o espaço às margens do rio era marcado por engenhos. A partir do último engenho representado nas margens dos rios, os caminhos também abandonam o fluxo d’água e segue pelos tabuleiros.

Diferente da maioria dos caminhos presentes na cartografia alagoana do século XIX, a Estrada do Sal não aparece seguida de engenhos, apenas duas povoações, Madeiras e Lagoa de Santa Luzia. Mesmo em mapas posteriores, os tabuleiros cortados por ela sempre aparecem desabitados. Avé-Lallemant (1981) ao atravessar o Sul de Alagoas em 1859 já havia notado a baixa densidade demográfica desses tabuleiros, sobretudo a porção localizada entre os rios Coruripe e Jequiá, onde só encontrou moradores

fixos no entorno da lagoa de Santa Luzia. Dentre as razões prováveis para esta situação compete a geografia do espaço, pouco drenada por riachos, como mostram os mapas, e por isso de difícil uso na agricultura. Para além do exposto, o fato de grande parte do espaço ter sido destinado por lei para a exclusividade da pecuária intimidou o seu povoamento, uma vez que a pecuária sob o modelo vigente naquele período exigia muito espaço e pouca mão de obra, tornando pouco relevante o número de habitações na área de trabalho.

Mapa 3 – Caminhos e povoamento no Sul de Alagoas em 1862



Intervenção em recorte da “Carta Topographica da Provincia das Alagoas que de ordem do Exmo. Sr. Dor. Antonio Alvez de Souza Carvalho Dmo. Presidente da Provincia levantou Carlos de Mornay em 24 de maio de 1862” Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Intervenções do autor do artigo.

Independente de não haver muitas povoações associadas a esta estrada, é possível defender que ela foi uma importante via para o desenvolvimento econômico de Limoeiro enquanto associada à produção da carne de sol. Se considerada as suas particularidades, a representação desta estrada nos mapas possibilita o desenvolvimento de um discurso coerente sobre a importância da pecuária para o Sul de Alagoas no século XIX. Ao mesmo tempo, ao servir de via entre Limoeiro e Coruripe, esta estrada pode ter viabilizado o abastecimento ou escoamento da produção dos povoados localizados nas margens dos dois rios a sua volta por possibilitar o intercâmbio entre esses povoados e os dois centros urbanos situados nos extremos da estrada.

Considerações finais

Os recursos cartográficos como fonte de pesquisa em História dificilmente dirão tudo o que se busca saber sobre determinado tema ou região. Espera-se que os cartógrafos do século XIX aqui trabalhados, como Silva Pinto e Carlos de Mornay, ao representar Alagoas, não tinham interesses claros de que seus trabalhos servissem futuramente como fonte histórica, a confecção das referidas cartas topográficas estava a atender interesses mais imediatos como o reconhecimento das condições geográficas e limites políticos da região representada naquele período. No entanto, a ausência de informações completas, como a finalidade de um caminho ou base econômica dos povoados, pode fustigar no pesquisador o desenvolvimento de interrogações a serem superadas. Por outro lado, o conjunto dos elementos representados nos mapas, como a proximidade entre um caminho e um rio, ou a posição geográfica de um povoado, porto ou curral, pode fornecer respostas plausíveis para perguntas que outras fontes dificilmente se preocupariam em oferecer.

A análise do território alagoano representado na cartografia oitocentista permite que se notem diferenças significativas no âmbito da ocupação espacial entre a porção Norte e a Sul, reflexos de um desenvolvimento desigual da economia e vinculado a atividades distintas, a pecuária ou a agricultura. Permite ainda que elementos geográficos como os rios e os tabuleiros possam ser tomados, em pesquisas históricas, como base de discussões sobre o perfil do Sul de Alagoas no século XIX.

Referências

ABREU, João Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. São Paulo: Xerox do Brasil: Câmara Brasileira do Livro, 1996. Ed. Fac-similar de Fortaleza: Livraria Briguiet, 1930.

ALAGOAS-TURISMO. *Mapa de Alagoas por Gaspar Barlaeus - 1647*. Disponível em: <<http://www.alagoas-turismo.com/mapas/caspar-barlaeus.htm>>. Acessado em: 28 fev. 2016.

ANDRADE, Manoel Correia de. *Os Rios-do-açúcar do Nordeste Oriental: Os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel*. Recife: Imprensa Oficial, 1959.

_____. *A terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe*. Ed. Itatiaia, 1981.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1956.

DIEGUES JUNIOR, Manoel. **O banguê das Alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª edição. São Paulo: Global Editora, 2006.

GALVÃO, Olympio Euzébio de A.; ARAUJO, Tiburcio Valeriano. **Compilação das Leis Provinciais de Alagoas de 1835 a 1872**. Tomo IV. Maceió: Tipografia Comercial de A. J. da Costa, 1872.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira**: Contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SANT'ANNA, Moacir Medeiros de. **Contribuição à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1970.

SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndios**: Efeitos da Lei de 1850. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

DO ALTAR AS PORTAS A DENTRO: AS MÃES SOLTEIRAS E SEUS COMPADRES VILA DA IMPERATRIZ (1859-1861)

*Felipe dos Santos Silva*⁸⁸

Introdução

A Vila da Imperatriz está localizada na região da Zona da Mata alagoana. Atualmente a antiga Vila é conhecida como União dos Palmares. Junto da Vila de Atalaia formava a maior parte do norte da Província das Alagoas. No caso da Imperatriz, ela englobava termos que hoje são municípios independentes: Murici, Santana do Mundaú, Ibateguara, Viçosa, entre outros.

É sobre a Vila, em específico, e seus termos, que a documentação dará suporte para analisar, tanto os seus regimes demográficos, como o teor qualitativo das fontes. O livro de batismo que será usado é o livro de Nº 5, localizado no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió (ACMM). Datado de 1859 e 1861, o livro abrange aspectos socioculturais e econômicos de uma parte norte da Província das Alagoas. Culturais porque o sacramento religioso está sustentado pela normatização da crença e, respectivamente, criam-se códigos de comportamento⁸⁹. Sociais porque se constata, no seio de uma sociedade na qual a mão de obra é escravizada, relações familiares. E, por fim, econômicos, que nesse sentido, através da problemática demográfica pode-se aproximar-se das relações econômicas do passado.⁹⁰ No que tange à economia não se adentrará profundamente, limitando-se, aqui, só aos aspectos socioculturais, afinando mais ainda: as relações de poder através do compadrio. Não que isso não esteja ligado à economia, muito pelo contrário, os segmentos de produção econômica é fator condicionante nas relações sociais de certo modo, mas observar a economia em amplo sentido faz parte de uma análise maior das relações sociais da Vila da Imperatriz durante a primeira metade e início da segunda do século XIX.

Documentação e metodologia

⁸⁸ Graduando em História Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Grupo de Estudos de América Colonial (GEAC) coordenado pelo Prof^o Dr^o Antônio Filipe Caetano. Membro do Laboratório de História da África e Afro-brasileira (LAHAFRO) coordenado pela prof^a Dr^a Flávia Maria Carvalho. Pesquisador no Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. E-mail: silva_felipes@outlook.com.

⁸⁹GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: companhia das Letras, 2006.p.12.

⁹⁰Robert Slenes e José Flávio Motta deixam explícito nos seus trabalhos, a ligação demográfica com a economia. Haja vista que isto é uma particularidade do método da Demografia Histórica.

Até a proclamação da república do Brasil, onde houve teoricamente a separação da Igreja e Estado, toda a documentação dos sacramentos foi responsável por dar conta das instâncias sociais no que diz respeito ao casamento, óbito e o batismo, que se pode considerar como nascimento. Em outras palavras, antes de 1889, os registros eram todos feitos pela Igreja Católica⁹¹.

O caráter dos livros de batismo, que, nesse sentido, é a documentação que servirá de base para fornecer as informações sobre a demografia da Vila, é de teor quantitativo e qualitativo. Quantitativo porque oferece referências demográficas, sendo assim numéricas; e qualitativas porque se tem a possibilidade de constatar e mapear as famílias espirituais, por isso, usando o que o SLENES chama de família extensa⁹². Contudo, a documentação eclesiástica, na sua fabricação *strictu sensu*, não existe teor de contabilidade populacional, mas de certo modo, de demarcar e registrar a entrada dos indivíduos no mundo religioso cristão. Para DAISSON; tal registro “(...) foi produzido para demarcar a entrada da pessoa na cristandade. Pode ser um momento interpretado como rito de iniciação, como formação de redes de relacionamentos, como evento vital, como aceitação bastardia⁹³.” Ou seja, demarcando-o e repensando-o pela temporalidade expressa no documento e a produção do mesmo, percebe-se que o método aplicado para perceber estruturas de poder embutidas na narrativa documental, não segue o mesmo viés do princípio de fabricação.

A perspectiva da função dessas fontes altera em 1872 quando é realizado o primeiro censo populacional do Império, e, nesse sentido, foi onde os registros paroquiais mostraram potencial como fornecedor de resultados aproximados da realidade. Para LOTT:

Em 1872, realiza-se no Brasil o primeiro censo geral, que pretende traçar o perfil populacional e familiar do império. Os párocos foram de suma importância neste processo, pois as unidades de registros eram as freguesias e, na ausência do juiz da paz, o responsável pelas informações era o próprio vigário. Além de lançar os batismos, casamentos e óbitos nos livros de assentos, deveriam preencher quadros (mapas), e encaminhá-los semestralmente para o presidente da província, onde constavam o número

⁹¹MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos vontades livres: posse de escravos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Fapesp, 1999.p. 210.

⁹²Para SLENES a família nuclear, intergeracional e extensa (incluindo parentes fictícios, ou seja, “compadres”) era uma instituição valorizada pelos escravos. SLENES, Robert. *Na senzala uma Flor: Esperança e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste século XIX)* 2 ed Campinas, SP: Editora da Unicamp

⁹³XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *Escravidão e Liberdade: Temas problemas e perspectivas de análise*. São Paulo. SP: Alameda 2012.p.105

*destes batismos, casamentos e óbitos, além de outras informações como a condição social, a idade e cor dos desenvolvidos*⁹⁴.

A partir da afirmativa da autora, percebe-se que antes de 1872, a função social dos registros batismais tinha outra finalidade, a partir da década de setenta do século XIX se tem outras perspectivas de usos dos livros como conteúdos informativos. É possível a partir da documentação, contemplar outros aspectos da sociedade como: cor e gênero. Com embargo, o livro de batismo da Vila da Imperatriz datado de 1859-1861 não informa com mais riqueza tais aspectos. Como não tem a descrição da cor ou etnia, preza assim chamar de *gentes de cor*⁹⁵, determinação usada por CHALHOUB no livro a força da escravidão, quando o autor analisa os motins contra a lei popularmente conhecida como lei do cativo. Pessoas pardas e negras conseguiram derrubar a lei de 1851 que obrigava ter o registro civil de nascimento para batizar os filhos e óbitos para enterrar, denominadas pelo autor de *gentes de cor*.

Entre as nuances, particularidades documentais e as possibilidades de análise, o método da demografia histórica consiste em entender a população expressa nos registros batismais, a partir do contexto da produção da fonte, ou seja, o contexto histórico em que a população está inserida⁹⁶. É válido afirmar que o método demográfico está sendo usado de forma inicial, mas não se segue ao pé da letra o que propõe os estudos demográficos e estatísticos do campo de saber autônomo da Demografia Histórica, mas em um sentido mais amplo fornece em si um amplo quadro populacional que tem como suporte primeiro a demografia. A princípio as fontes que servem de sustentáculo para abordagem historiográfica, oferece a concretude de atestar o ponto mais importante para o objeto deste estudo, que é o sacramento do casamento e a partir dele as redes de solidariedade formada através do ritual religioso que, diga-se de passagem, numa sociedade católica tem grande influência.

Batismo e laços de solidariedade

⁹⁴LOTT, Miarian Moura. *Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças: século XIX*. Comunicação apresentada no II simpósio Internacional Sobre Religião, Religiosidades e Culturas. Organizado pela Universidade Federal de Grande Dourados. Dourados-MS: 2006. p, 1.

⁹⁵CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista -1ª ed-* São Paulo companhia das letras ,2012.

⁹⁶Em um debate sobre Demografia Histórica Iraci del Nero da Costa busca exemplificar sobre o que é Demografia Histórica. Para Costa Del Nero, a Demografia Histórica consiste em técnicas de levantamento do período pré-estatístico, salientando que a Demografia Histórica utiliza fontes primárias e não convencionais, que submetendo a análises e tratamentos chega-se a valores imprescindíveis. COSTA, Iraci del Nero. *Demografia Histórica: algumas observações*, p.1. *In* Revista Saeculum – Revista de História [24]; João Pessoa Jan./Jun. 2011.

O batismo no período imperial teve diversas artimanhas intrínsecas nas relações interpessoais e de interesses mútuos, que não deve ser descartado em nenhum estrato social. Observar a população que está inserida nos livros batismais, requer atenção e sutileza ao analisar um contexto histórico no qual o quadro populacional está contido e as possíveis variáveis que o campo de saber histórico proporciona. Nesse caso, o livro de batismo situa no tempo histórico, possibilidades que *a priori* seriam descartadas e não percebidas ao longo da história. A constatação da formação da família escrava, ou melhor, escravizada, nos livros de batismo serve para demonstrar que um grupo de pessoas que foram vítimas sistemáticas de uma política socioeconômica de exploração, se articulou e criou subterfúgios para driblar manobras de dominação. Não obstante, não é um impedimento que agentes desfavorecidos se articulassem em outras relações que não fossem consanguíneas. Outras estratégias fizeram parte ativa do cenário da escravidão no Brasil e o compadrio foi uma delas. Sem embargo, o escopo da análise são as relações de compadrio das mães solteiras escravizadas e a tipificação dos compadres, para ser mais direto, condição social. Nessa perspectiva, o sacramento oferece um mecanismo sem precedentes, de articulação que partindo de normas eclesiásticas ecoam até o cotidiano. Entretanto se faz necessário expor, por mais que sejam de forma sucinta, algumas exigências eclesiásticas para realização do sacramento que foram estabelecidas pelas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707*, a saber:

(...) sendo pessoas já batizadas, e o padrinho não será menor do que quatorze anos, e a madrinha menor de doze, salvo especial licença. E não poderá ser padrinho infiéis, hereges ou públicos excomungados, os interditos, os surdos, os mudos, os que ignora os princípios da nossa Santa Fé, nem Frade, nem Freyra, nem Cônego Regrante, ou outro qualquer Religioso professo da Religião aprovada (excertos das ordens militares) per si[sic], nem por procurados⁹⁷.

Ao observar as normas das constituições, fica evidente alguns tramites para prosseguir o ritual e assegurar, de certo modo, aspectos religiosos e materiais do batizado. Para Almeida: “o papel da madrinha era auxiliar na criação da criança, substituindo a mãe caso esta viesse a falecer, diferentemente do padrinho, que era protetor e benfeitor do afilhado⁹⁸.” Ora, será que de fato os compadres de *gentes de cor* cumpriam as normas religiosas? Ou será um equívoco pensar que a família escrava extensa através da experiência do cativo usou normas religiosas ao seu favor? As problemáticas acerca das trajetórias de vida dos agentes sociais da Vila da

⁹⁷XAVIER, Célia Regina Lima (Org.). *Escravidão e Liberdade: temas problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda. 2012, p. 104.

⁹⁸ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforria em Rio de Contas-Bahia: (século XIX)*. Salvador: EDUFBA, 2012.p 158.

Imperatriz ficam limitadas no sentido da documentação ser rude no que diz respeito a uma abrangência maior, mas, o que não se pode negar é que, minimamente, há interesses na formação da família e que através do compadrio algumas perspectivas mudassem.

Pensar em reconstruir as famílias escravas em Alagoas como um todo é um trabalho minucioso por conta de uma historiografia escassa. Quando se fala em família e escravidão, e com isso há, importação de modelos onde há similitudes de população e atividades econômicas parece ser o caminho mais coerente para análises iniciais. A exemplo, a dissertação, que posteriormente se tornou livro, de Kátia Lorena Almeida que discorre sobre o processo de alforrias em Rio de Contas- Bahia⁹⁹, durante a primeira parte do século XIX, aponta casos de escravos que percorreram vários caminhos em busca da liberdade. Algumas dessas alforrias foram pagas de diversas formas, e que a autora categoriza como alforrias de pia, são elas: alforrias pagas pelas famílias cativas ou então as alforrias concedidas pelos *proprietários*. Para Almeida: “(...) os registros de batismo também nos dão elementos para discutir outras questões não diretamente relacionadas ao batismo, como assento de crianças escravas como forras, a chamada alforria de pia¹⁰⁰.” Almeida discorre mais adiante que algumas das alforrias que não constavam nos registros de batismo estavam alocadas no cartório. Os senhores não queriam expressões no registro do sacramento, por outro lado deixaram registradas em cartórios reconhecendo a liberdade do párvulo, ainda que no mínimo se possa imaginar apenas como condição jurídica, negada à condição prática pelo fato dos pais estarem em condição de cativos. Para Vila da Imperatriz pode-se haver a possibilidade de alforrias cartoriais, mas para os livros de batismo só consta uma criança alforriada. Isso não quer dizer que não tenha havido casos. Em comparação com outras regiões poder ser em menor escala, mas as manobras para liberdade foram encontradas em todas as localidades geográficas do Brasil Oitocentista.

Entre as mães solteiras quantificadas no mesmo livro, das oitenta e cinco mães solteiras da Vila, vinte e seis eram cativas, ou seja, menos da metade do quadro geral das mães solteiras. Isso não quer dizer que essas mulheres não tenham companheiros. Existem variáveis acerca do casamento que na dissecação populacional tem que ser levadas a cabo.

A respeito das mães solteiras, ou homem, mas, nesse caso, analisa-se as mulheres, a expressão do nome dos cônjuges só pode estar nos assentamentos de batismo se houver união reconhecida pela Igreja. Não sendo, o relacionamento é reconhecido socialmente, mas fica inibido para Igreja. Para complementar, a burocracia era uma das barreiras que, de certo modo, dificultava o casamento. Para Motta:

⁹⁹Rio das Contas está localizada no sertão da Bahia, onde os segmentos da produção econômica estão bem próximos ao que se hipotetizam para Vila da Imperatriz no mesmo século.

¹⁰⁰ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforria em Rio de Contas-Bahia: (século XIX)*. Salvador: EDUFBA, 2012.p 154.

Não era simples, porém, a superação dos entraves burocráticos que dificultavam a consecução do matrimônio religioso. O custeio monetário das provisões de casamento, a necessidade de apresentação – às vezes relaxada – das certidões de batismo dos cônjuges e a publicação dos proclamas conformavam sem dúvida um óbice importante à realização da “vontade divina”¹⁰¹.

Segundo a afirmativa de Motta sobre a burocracia como um elemento de embargo para contrair o matrimônio, deve-se levar em consideração o número de mães solteiras da Vila e deixar evidente que os números dessas mães não são absolutos e verdadeiros. Mas, nesse sentido e como já foi dito, isso não era impedimento para haver relacionamentos estáveis.

No quesito do quadro de padrinhos e madrinhas da Vila da Imperatriz, dentre as vinte e seis mães solteiras encontradas, apenas quatro casos os compadres e comadres são cativos, todo o resto dos apadrinhamentos são compostos por pessoas de condição *livre*. Para Luiz Augusto Farinati sobre a predominância de padrinhos livres:

A predominância de padrinhos livres tem sido tradicionalmente relacionada com o baixo percentual de população escrava e com sociedades caracterizadas por pequenas escravarias, enquanto que a maior presença de padrinhos escravos seria características das áreas de grandes contingentes populacionais de escravos e grandes posses de escravos, como as regiões da grande lavoura¹⁰².

Para o que o autor propõe, pode-se perceber similitudes na demografia e na economia da localidade geográfica do alvo desta análise, haja vista a Vila da Imperatriz ter, nesse sentido, fortes proporções de produção de subsistência, o que não demanda mão de obra escravizada de forma avolumada.

Outra perspectiva de relevância para o compadrio seria os padrinhos pagarem as alforrias dos afilhados. Necessariamente, não é só os padrinhos de condição social “elevada”. Não se descarta a possibilidade da família escravizada pagar alforrias, pelo contrário, a historiografia aponta diversos casos onde a família escravizada pagou pela liberdade de membros da família, porém, deve-se perceber que pessoas livres tinham possibilidades melhores do que quem vivia em condição de cativo. Com isso, deve-se levar em conta, acrescentando a abordagem de Farinati, de que a demografia

¹⁰¹MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos vontades livres: posse de escravos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: Fapesp, 1999.p, 190.

¹⁰²XAVIER, Célia Regina Lima (Org.). *Escravidão e Liberdade: temas problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012. Pp. 147-8.

pode ser um fator determinante, mas também é de suma importância pensar na consciência do apadrinhamento como redes de articulação e que, de longe, tais padrinhos poderiam tirar da condição de escravo, fazendo valer os valores da fé pública e a reverberação do sacramento no cotidiano da sociedade escravista. Para além disso, é necessário apontar a historiografia que se debruça sobre a família e compadrio. MOREIRA e GARCIA ao abordar a família e o sistema de compadrio dos cativos no sul do Brasil indicam os percentuais de alforrias. MOREIRA e GARCIA apontam:

(...) que das 158 alforrias pagas levantadas com recursos advindos dos familiares 68,3% se referiam aos pais dos manumitidos 14% de amásios e 8,9% de padrinhos, indicando a importância da família escrava nos projetos de obtenção da liberdade¹⁰³.

Ou seja, as famílias extensas, a partir da formação dos laços de solidariedade, obtinham de certo modo, êxito nas possibilidades de obtenção da liberdade como mostra os autores citados, que partindo dos objetos culturais e sociais da sociedade cristão-escravista, sendo a família um palco de relações de poder.

Considerações finais

Contudo, não se deve confundir, ou *achar*, que a situação de subalternidade levasse a pessoas privadas da liberdade a não ter a mínima noção das relações sociais de origem europeias, ou seja, aspectos culturais do colonizador. Pelo contrário, acredita-se que no cotidiano essas relações são ressignificadas de acordo com interesses de estratos sociais diversos, onde para o cativo, o maior passo a ser dado era o da liberdade, chegando até a ser subjugados pelo jogo dos senhores proprietários de terras.

Referências

Fontes Primárias:

Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. Livro de batismo N°5 da Vila da Imperatriz (1859-1861)

Fontes Bibliográficas:

ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. *Alforria em Rio de Contas-Bahia: (século XIX)*. Salvador: EDUFBA, 2012.

¹⁰³SCOTT, Ana Silva Volpi. *et al* (Org.). *História da família no Brasil meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo-RS: Unisinos, 2014. p 48.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista* -1ªed- São Paulo companhia das letras ,2012.

COSTA, Iraci del Nero. *Demografia Histórica: algumas observações*. In Revista Saeculum – Revista de História [24]; João Pessoa Jan./ Jun. 2011.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: companhia das Letras, 2006.

LOTT, Miarian Moura. *Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças: século XIX*. Comunicação apresentada no II simpósio Internacional Sobre Religião, Religiosidades e Culturas. Organizado pela Universidade Federal de Grande Dourados. Dourados-MS: 2006.

MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos vontades livres: posse de escravos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: fapesp, 1999.

SCOTT, Ana Silva Volpi. *et al* (org). *História da família no Brasil meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo-RS: Unisinos, 2014.

SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: Esperança e recordações na formação da família escrava (Brasil Sudeste século XIX)* 2ªed Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

XAVIER, Célia Regina Lima (org). *Escravidão e Liberdade: temas problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

A EDUCAÇÃO E O HIGIENISMO EM ARTHUR RAMOS: ANÁLISE DO LIVRO SAÚDE DO ESPÍRITO (1958)

*Fernanda Lays da Silva Santos*¹⁰⁴

*Roseane Maria de Amorim*¹⁰⁵

Introdução

Este trabalho tem por objetivo traçar uma análise sob uma das obras do intelectual alagoano Arthur Ramos, intitulada “Saúde do Espírito: Higiene Mental (1958)”. O objetivo é identificar o pensamento do médico acerca da Higiene Mental e sua proposta pedagógica, e desta forma associar as ações do movimento higienista à educação no início do século XX. O livro analisado se encontrava na sétima edição quando fora publicado em 1958 pelo Serviço Nacional de Educação Sanitária do Ministério de Saúde. Ao que podemos deduzir que este circulou por todo o país por ser de iniciativa de um órgão público federal como uma cartilha de guia para higiene mental da população.

O movimento higienista tem suas primeiras vistas ainda no século XIX, seus adeptos seguiam o que se tinha de mais inovação na área das ciências no período. Entre algumas teorias consideradas científica podemos destacar as variações do evolucionismo de Charles Darwin (1809-1882) que fundamentou as teorias raciais, entre elas a Eugenia de Francis Galton (1822-1911) e o darwinismo social de Herbert Spencer (1820-1903). O grupo de higienistas que nos interessa é o dos médicos, pois este trabalho será desenvolvido sob a ótica do intelectual e psiquiatra Arthur Ramos. Desse modo, o escolhemos por dois motivos: o primeiro está associado à importância dos estudos históricos que resgatam a memória local por meio do levantamento dos intelectuais alagoanos com a intenção de contribuir para formação identitária dos alagoanos; e segundo porque as pesquisas e trabalhos deste médico na área da higiene mental e na antropologia foram numerosas e valorosas para o Brasil, sendo considerado por muitos historiadores biográficos, como um homem além do seu tempo, vejamos!

Arthur Ramos (1903 a 1949), médico psiquiátrico, se destacou desde à infância por sua notória dedicação aos estudos e atuação na cidade de Pilar como escritor do jornal local, orador, dentre outros. Arthur Ramos em 1926 ingressou na faculdade de medicina na Bahia o qual desenvolveu várias pesquisas relacionadas à medicina legal, psiquiatria, educação, antropologia,

¹⁰⁴ Autora. Graduada em Pedagogia (UFAL). Psicopedagoga (FERA). Mestranda em Educação (PPGE-UFAL), integrante do grupo Currículo, Atividade Docente e Subjetividades vinculado ao CNPq.

¹⁰⁵ Coautora. Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco, professora de graduação e pós-graduação no Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas e membro do grupo de pesquisa Currículo, Atividade Docente e Subjetividades, vinculado ao CNPq.

sociologia, etnografia, cerca de 458 estudos. Ramos destacou-se com seus estudos sobre psicanálise, trocando correspondências com o próprio fundador da Psicanálise, Sigmund Freud, sendo reconhecido por este. Após publicar várias pesquisas sobre educação e psicanálise e de ser adepto ao movimento higienista, que veio a se propagar no Brasil no início do século XX. Ramos foi convidado por Anísio Teixeira para chefiar o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental, no Distrito Federal, que atuou no período de 1934 a 1939, resultando nas obras *a Criança Problema (1939)* e *Saúde do Espírito (1958)*.

O objeto de análise deste artigo tem como fonte o livro *Saúde de Espírito* e para tanto, com base em Bloch (2001), buscamos entender que a vida humana é rica em múltiplos aspectos e as fontes históricas por si só não falam, são as perguntas elaboradas pelos pesquisadores/as que dão vida aos documentos sejam orais ou escritos. Corroborando com essa mesma ideia, Farge (2009) afirma que os documentos impressionam pela posição ambígua em que se apresentam; é preciso desvendar dramas cujos homens e mulheres não estão pintados por inteiro, são breves vestígios de fragmentos que contam partes do que aconteceu. Por isso escolhemos como estratégia de pesquisa a análise documental e bibliográfica que teve como parâmetro dos estudos de Veiga (2007), Gondra (2005), Vidal (2008), entre outros.

Essa metodologia busca responder as seguintes problemáticas: o que diz no livro *Saúde do Espírito (1958)*? A quem se destinava a proposta higiênica de Arthur Ramos? Tendo como concepção que o homem está imerso em seu tempo, qual a finalidade da proposta pedagógica do psiquiatra alagoano para a formação do indivíduo e da sociedade? Há relações de poder presente na proposta higienista apresentada na obra? Além disso, como se destaca as limitações e contribuições do pensamento do intelectual para a educação na referida obra? Como estão presentes as propostas de Ramos na atualidade?

Desse modo, temos como intuito analisar o pensamento do alagoano Arthur Ramos; identificar as limitações e contribuições da proposta do intelectual para a educação; problematizar o tratamento dado à infância e suas implicações para a formação humana e da sociedade.

Para tal propósito, o nosso trabalho apresenta ao leitor quem foi Arthur Ramos, a princípio, que em linhas gerais, foi um médico alagoano, de notável atuação no campo da medicina, antropologia, educação, dentre outros, desse modo, indo além de seu campo de atuação, intervindo no meio social, buscando se legitimar socialmente através do saber médico. Cabe uma questão: por que o saber médico se mostra como um saber privilegiado, intervindo na educação?

Veremos a seguir, com mais detalhes, o quanto esse saber esteve imerso em um projeto de sociedade moderna. Ao fim desta discussão primeira, iremos nos deter a análise da obra *Saúde do Espírito (1958)* que foi fruto da

atuação de Arthur Ramos no Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (1934 a 1939) o qual analisou o comportamento de mais de 2000 crianças de escolas públicas do Rio de Janeiro, na gestão educacional do escolanovista Anísio Teixeira. Contudo, o intelectual em foco, em resposta a análise das crianças problemáticas, ou seja, Ramos estudava o comportamento tido como anormal de crianças com comportamentos “desajustados”, foi lançado em 1939, reeditado em 1959, o manual destinado à população e professores a lidar com estes, de forma eficaz, mostrando-se como a salvação para os problemas que impediam a ordem e o progresso da sociedade moderna.

Saúde de Espírito (1958): Higiene Mental e educação

O saber médico veio a ocupar um saber privilegiado no contexto social no início do século XX, no Brasil, perpassando de seu campo de atuação, intervindo no campo educacional e social. Nesse sentido, os médicos ao justificar que as alterações no comportamento foram originadas no cérebro, isto é, questão orgânica, objeto de estudo da medicina, assim, ficou delegada à psiquiatria intervir no tecido social, nos problemas sociais, conforme Caponi (2012). Mas o que o livro “Saúde do Espírito” vem a nos dizer sobre a intervenção médica no campo pedagógico? A que ponto o pensamento do psiquiatra Arthur Ramos se aproxima e se separa das propostas higienistas e eugênicas? Quais as limitações e contribuições do intelectual para entender a educação no campo da história da educação e para problemáticas atuais?

Arthur Ramos, médico alagoano, chefou o Serviço de Ortofrenia e Higiene Mental (1934 a 1939), a convite de Anísio Teixeira. Este último buscava uma reforma educacional, e buscou colaboradores para auxiliá-lo a alcançar seus objetivos, entre eles o intelectual Arthur Ramos. O psiquiatra alagoano propôs aplicar a psicanálise à escola, conhecer o inconsciente e evitar projeções do professor nos alunos, além de conhecer os círculos sociais da criança, em um caráter científico, isso pareceu a salvação da nação para a classe dirigente, pois acreditava-se que a higiene mental colocaria fim na desordem social e contribuiria para a construção e progresso de uma sociedade moderna.

Após a investigação do comportamento tido como desajustado de mais de 2000 crianças, de escolas públicas do Rio de Janeiro, resultou na publicação do livro “Saúde do Espírito” em 1939, reeditado em 1958, nele há a defesa do estudo das causas do comportamento, o qual ele vai além da genética considerando o meio social como fator preponderante para o comportamento humano, isso fica claro nas primeiras páginas da obra supracitada. Desse modo, o pensamento do intelectual se afasta da concepção do puramente genético, no entanto, é influenciado pelo higienismo, não mais de cor, mas de cultura, embora que a população negra

fazia parte dessa cultura da classe popular a ser, logo, higienizada. O autor veio a investigar crianças rotuladas como “anormais” trazendo contribuições para investigar as causas do comportamento, contribuindo para se pensar na não medicalização do comportamento, questão essa muito atual.

A época que a obra foi elaborada e publicada estava permeada por transformações sociais importadas da Europa com conceitos sobre infância, pedagogia nova, economia capitalista, além de todo o contexto da herança escravocrata. Anseios da elite por tempos modernos, melhor dizendo, modernidade europeia, sendo necessário um novo projeto de nação, pois com a abolição da escravatura (1888) e o número grande da classe popular surgiu a necessidade de um novo mecanismo de controle para evitar a desordem, rebeliões e prejuízos ao Estado. Educação e Medicina como instrumentos de poder para a formação da nação moderna, ocupando um dos lugares centrais nas políticas educacionais e de governo.

Com isso, para garantir o controle da massa popular que representava uma ameaça à elite econômica, surge uma nova forma de dominação, a ciência, esta iria justificar a “inferioridade” reportando-se ao evolucionismo, darwinismo social como havendo a evolução das raças, sendo a brancura a “perfeição”, e a miscigenação a “degradação”, sendo um tipo de retrocesso, e logo, inferior, trazendo argumentos biológicos e científicos para justificar o preconceito por meio dessa ideologia. Ramos vai além dos argumentos biológicos, mas a ciência é argumento principal de sua proposta de formação de hábitos. Hábitos estes, de conduta, de pensar, de ser, de agir. Havia relações de poder?

[...] Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas -todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação de --novas forças que se anunciam. São as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares [...] (DELEUZE, 1992, p. 220).

Observa-se que podem ser mudados os mecanismos de dominação e controle, mas que sempre há relações de poder, “liberdades e sujeições” nas relações sociais e no regime em vigor. No entanto, não podemos cair na armadilha do determinismo, pois com a revelação das ideologias e o protagonismo dos atores sociais, pode haver sim uma mudança social e efetivação de direitos, pois todos são detentores de poder no lugar em que se encontram (CORAZZA, 2001).

Mesmo trazendo contribuições, sendo contrário ao ensino tradicional, ou seja, castigos físicos causadores de traumas e neuroses, Ramos (1939) a favor do ideário escolanovista, busca a formação de hábitos, tendo em vista determinada cultura, saber e poder. Nesse sentido, o intelectual está engajado em um regime social e político que não é o de transformação social.

Se não fosse assim, por que seria necessária a formação de hábitos para a população? Hábitos para quê?

Nesse momento havia um crescente movimento fascista e nazista no mundo, que pretendia aplicar o conceito de raça pura (ariana) a políticas de governo, pois haviam partidos nazistas criados no Sul do Brasil com o advento da imigração. A higienização da mente tem haver com medicalização, branqueamento, ou seja, a Eugenia¹⁰⁶. Sendo esta destacada por Gondra (2005) como a vontade de intelectuais da época, a exemplo, Afrânio Peixoto, de produzir um homem novo, assim formando “um tipo humano mais perfeito que o existente”.

Desse modo, o higienismo de Arthur Ramos se adequava a esse pensamento científico, que foi um desdobramento do eugenismo, buscava legitimar através de uma ideologia um determinado grupo social como ideal, buscando ajustar outros através de hábitos saudáveis relacionados a questão moral, social e comportamental, com isso apresentando um caráter fascista, um tipo de racismo, não mais de cor, mas cultural ampliado a todos da camada popular. Assim, destaca Domingues (1994): “o aumento do número dos tipos normais e a diminuição e o desaparecimento final dos subnormais [...]”. (p.43). Sendo, a eugenia um desdobramento do projeto de higienização. De algum modo Arthur Ramos colaborou para esses processos profundamente racistas, mas que eram entendidos como necessário para tornar a sociedade brasileira civilizada, semelhante ao europeu. Assim vários cientistas estavam engajados nesta luta, desde o médico, o psiquiatra, o psicólogo, o pedagogo e o antropólogo. De algum modo o intelectual alagoano era uma síntese desse propósito. Nesse momento, as propostas higienistas e eugênicas ganham maior espaço, no cenário brasileiro, com o intuito de prevenir o comportamento indesejável tendo como foco de atuação a família dos ditos anormais.

Retomando o livro Saúde do Espírito que foi fruto da atuação do psiquiatra alagoano durante cinco anos no Serviço de Otrofenia Higiene Mental, na gestão educacional de Anísio Teixeira, como já mencionado, Arthur Ramos aborda sobre seu trabalho em escolas experimentais analisando mais de 2000 crianças ao todo, desse modo, buscava identificar às possíveis causas psicossociais de comportamentos “desajustados” de escolares com problemas. Arthur Ramos tinha o intuito de investigar os círculos de vida da criança através de métodos científicos, a fim de constatar as origens do comportamento de crianças “indisciplinadas” e com dificuldades de aprendizagem, indo além de testes simplistas e rotuladores como ele destaca. O propósito era conhecer as raízes dos comportamentos tidos como indesejáveis para formar uma sociedade ideal, buscando o

¹⁰⁶Francis Galton cientista evolucionista britânico e primo de Charles Darwin, criou o termo Eugenia derivada da junção de dois vocábulos gregos: eu (bem) + genos (raça, linhagem, espécie), que significa então bem nascido ou boa espécie.

ajustamento aos novos padrões conduzidos pelo liberalismo burguês, a indústria e a Ciência. Assim nos afirma que:

Foi organizada a Ficha do Serviço, onde se colhem os dados da família (pais, irmãos, outros parentes...), ambiente familiar (condições materiais e psicológicas da habitação...), história obstétrica materna, desenvolvimento e formação de hábitos (crescimento, saúde geral, alimentação, marcha e linguagem, ritmos fisiológicos, disciplina e vida na escola), fachada temperamental e caracterológica, funções psicológicas, súmula do exame psicométrico e antropométrico, fornecidos pelos Serviços correspondentes, exame médico, diagnóstico da personalidade [...] (RAMOS, 1939, p. 28).

O intelectual em questão via nos princípios da Psicanálise a oportunidade de introduzir a higiene mental na escola como intuito de através dela prevenir e/ou corrigir a conduta humana rumo à formação de indivíduos considerados sadios. Observa-se que o saber médico seria um instrumento de regulação social, pois o castigo físico seria substituído por um controle internalizado pelo próprio indivíduo através dos hábitos, sendo mais eficaz, conforme Vidal (2008), pois estaria naturalizado. Assim, conforme Ramos (1939) seria interessante para evitar que: “[...] Muitas vezes, os conflitos calados da infância vão explodir mais tarde, na vida adulta, ao mais pequenino pretexto” (p.54). Logo, haveria o controle social, evitando a desordem e rebeliões. É interessante destacar que os psiquiatras higienistas e eugenistas da época tinham a visão de prevenir, e não de curar, por isso a idade de “ouro” para atuação da higiene mental seria desde a mais tenra idade, ou seja, o foco maior seria a criança.

A higiene mental é centro da discussão da obra *Saúde do Espírito* onde Arthur Ramos apresenta regras dirigidas a pais e educadores de como conduzir a criança. Assim: “Procura dar regras práticas e gerais para a correção dos desajustamentos e conflitos psíquicos, que geram a angústia, a incapacidade e a dor” (p.7), e para evitar esses desajustamentos psicossociais, o psiquiatra defende a importância de aplicar as ideias da higiene mental na infância através da educação, a fim de evitar o “adoecimento” dos adultos.

O livro em questão se apresenta como uma receita pronta e acabada, um manual, de linguagem simples, com orientações direcionadas à família, educadores e população, o qual não considera variáveis que possam influenciar no comportamento e formação humana. A obra *Saúde do Espírito* (1958) tornou-se um instrumento para divulgar as constatações e descobertas de Ramos em sua atuação no SOHM, que por sua vez, envolve uma intencionalidade, para a população de um modo geral. A enunciada é dividida em dez capítulos em que são retratados sobre a história da

psiquiatria (brevemente), herança e meio, infância, sexualidade, família, professor e escola. Um ponto que destaca a finalidade da obra:

[...] adaptar o indivíduo ao seu meio, tornando-se um auxiliar precioso da administração pública, formando seres harmônicos, sem conflitos de adaptação, ajudando a comunidade, em vez de perturbar o ritmo coletivo e pesar nos orçamentos públicos. Cuidando da infância, a higiene mental quer pôr um termo na onda do crime, da neurose, da loucura, dos conflitos de ajustamento de toda natureza, ou dos inúteis e desocupados que atravancam as avenidas das grandes cidades [Grifo nosso] (RAMOS, 1958, p.22).

Quem seria o “desajustado ou anormal” para Ramos? Quem perturbaria o ritmo coletivo e poderia gerar conflitos? Nesse sentido, podemos observar o que Foucault (1999) menciona a “medicina do não patológico” que envolve uma estratégia biopolítica, assim envolve o poder dos médicos sobre o não patológico. Podemos observar também na citação acima um forte interesse e empenho em formar indivíduos produtivos, enquadrando-se na lógica mercantilista do liberalismo. Mesmo envolvendo, um discurso “bonito” em “prol da comunidade”, em Ramos (1939), a intenção, do higienismo, conforme Caponi (2012) era:

[...] controlar a hereditariedade da grande família dos degenerados e, ao mesmo tempo, controlar as populações e as raças consideradas perigosas: as estratégias higiênicas e eugênicas dos séculos XIX e XX. O alvo prioritário dessas estratégias era o controle das famílias dos anormais. (p.27).

Indo por essa lógica, o desajustado e quem perturbaria o ritmo da sociedade seria o que estivesse desviado da norma, assim: “[...] é preciso definir e redefinir o normal em relação àquilo que lhe é oposto, a figura dos ‘anormais’ [...] A exceção tem uma função estratégica, que é a de auxiliar na conformação da identidade de um grupo [...]”. (CAPONI, 2012, p.24). Assim, a cultura diferente, dos grupos que representassem ameaças aos interesses da elite deveria ser alvo do campo do higienismo, como já mencionado, a obra foi destinada ao povo. Desse modo, é imprescindível formar, principalmente, os pais e professores para evitar ou corrigir comportamentos considerados inadequados, que por sua vez, podem trazer prejuízos para a sociedade e Estado, conforme aborda Arthur Ramos, assim família e professores são vistos como despreparados, bem como é fortalecida a legitimação da intervenção médica no campo social.

Nesse sentido, educar e civilizar são representados em Ramos como atos “solidários”, mas com o mesmo fim de eliminar aspectos adversos e produzir um futuro novo, sem vícios, sem delinquência, sem ociosidade para a sociedade e Estado, garantindo o progresso da nação, conforme Gondra

(2005). Observa-se também nessa obra que ela ultrapassa o discurso meramente teórico, pois é o resultado da experiência do alagoano Arthur Ramos, isto significa que foram constatações de sua atuação no Serviço de Higiene Mental, ou seja, este artigo envolve a análise de uma teoria e de uma prática ocorrida no início do século XX.

A proposta de educação higienista proposta por Ramos está baseada no tenocratismo¹⁰⁷ sendo esta uma ideológica baseada exclusivamente na ciência para explicar os fenômenos, o qual se afasta da gênese social.

O trabalho nas clínicas seria interdisciplinar: trabalhariam lado a lado o professor, o médico-clínico, o psicopedagogo, o psiquiatra. Como as crianças bem formadas, o trabalho seria 'manter normal a criança normal'; se surgissem casos-problemas, então a higiene mental deveria intervir procurando resolver e ajustar as dificuldades. Os métodos seriam combinados ou especiais, conforme o caso: observação incidental, fragmentos biográficos, observação sistemática, questionário, história de casos, testes e medidas, experimentação etc. É porém, o método do clínico, que reúne a maior soma de processos de investigação da personalidade, o mais comumente empregado por nós [...]. [Grifo nosso] (RAMOS, 1958, p. 336).

Podemos observar que o pensamento de Arthur Ramos não saía dessa leitura médico psiquiátrica, pois a dimensão sociológica era subordinada a psicologia ou ao comportamento humano. Portanto uma de suas limitações seria não ver o humano do ponto de vista filosófico, sociológico e histórico – as condições reais de vida.

Mesmo com a infância tratada de outra maneira, que por sua vez, havia um investimento no potencial da criança, considerando suas necessidades e interesses, no entanto, a ideia que se tinha da criança era: [...] a família e a ciência classificam de 'sem razão'. Os 'despossuídos de juízo' [...]. (VIDAL, 2008, p.9). Assim, fazia-se necessário conduzir a criança.

Assim, podemos observar uma visão negativa da infância, como o próprio termo derivado do latim *infantia* que significa sem fala, sem voz, sem pensamento, como diz Arroyo (2011) uma criança que é vista com uma carga de preconceito sob o olhar do adulto, desvalorizando esse tempo humano, seus saberes, sua identidade. Desse modo, nos contrapomos ao trabalho de Menezes (2002) intitulado *A Psicanálise na Bahia (1926-1937): os estudos de Arthur Ramos sobre a loucura, educação infantil e cultura*, o qual a autora destaca:

¹⁰⁷ Tecnocratismo⁵ é a ideologia que representa o conhecimento científico como a única forma de conhecimento verdadeiro, universal, objetivo, e neutro, apto a reger a existência social dos homens, assegurando sua felicidade através dos instrumentos técnico científicos que legitima, conforme aponta Severino (1986).

[...] que o ponto comum entre as correntes da pedagogia, a escola nova, e a psicanálise era o respeito à personalidade da criança. A noção fundamental da nova pedagogia, que a atividade lógica que lhe é própria, é colocada também pela psicanálise. A pedagogia moderna descobriu a criança. [Grifo nosso] (MENEZES, 2002, p.82).

Mas como haveria respeito à personalidade da criança, se ela precisaria ser conduzida? Deste modo: “[...] estava na infância o principal campo de ação da higiene mental [...]”. (RAMOS, 1958, p.22). Se houvesse respeito a essa personalidade e a cultura da criança, seria necessário um manual para formar hábitos? Esses hábitos seriam baseados em que comportamentos, cultura, valores, e de qual classe? Por isso, fica difícil pensar em respeito às culturas e as personalidades na perspectiva apontada por Arthur Ramos em sua proposta de educação higienista. Assim, a criança de Ramos seria produto de seu meio social e cultural:

O comportamento e o próprio pensamento humano variam no tempo e no espaço. Não há, nunca houve uma maneira rígida e imutável de pensar e julgar. A lógica humana varia nas idades e na geografia, como é relativa a várias condições de ‘normalidade’ ou ‘anormalidade’, neurose, psicose, sonho, distração, emoções [...] O homem é produto de sua sociedade e da sua cultura, nesse sentido que estas são responsáveis pelas suas ações [...]. [Grifo nosso] (RAMOS, 1958, p. 32-33).

Nessa perspectiva, se a criança é produto de sua sociedade e cultura, ela estaria “condenada”, nessa perspectiva da obra *Saúde do Espírito* (1958) à passividade, à reprodução, desse modo, apenas a absorver a formação que seria dada pela sua sociedade, que no caso, seria a sociedade capitalista, mas não de transformá-la, pois não era vista como um ser ativo, que poderia ser diferente do que é transmitido por sua sociedade e cultura, e sim passivo. Ou dito de outra forma, deveria ser, nessa perspectiva liberalista, ativo para o trabalho, para produzir, mas não para transformar a realidade injusta da classe popular, ou melhor dizendo, nem poderiam ter acesso ao estar ciente de tal realidade.

Na visão do psiquiatra alagoano, podemos observar que a criança é entendida como um ser sem autonomia de pensar e agir, que por sua vez, necessita de uma condução do adulto para a formação de sua personalidade, isto é, ser modelada desde a infância para se ajustar à sociedade. Assim, são inculcadas ideias em longo prazo por meio da educação em que os pequenos são passivos, e não ativos. Nesse sentido, se para Arthur Ramos “o homem é produto de sua sociedade e da sua cultura”, e estas são responsáveis pelas suas atitudes, a criança não seria um ser livre nem estimulado a desenvolver sua capacidade de pensamento. Assim, nos contrapomos ao trabalho de Garcia (2010):

Longe da visão da criança como ser pacífico e domesticado que deveria receber doses regulares de conhecimentos e reproduzi-los fielmente por meio de memorizações, agora os pequenos eram apresentados como seres em intensa atividade cognitiva que deveriam ser estimulados a se desenvolverem sem os excessos dos cuidados adultos que acabavam sufocando a espontaneidade infantil [...] a defesa da ideia de um novo modelo de educação que levasse a criança a pensar, a desenvolver livremente sua capacidade e criatividade [...].(GARCIA, 2010, p. 124-125).

Ao contrário, a referida seria modelada pelo adulto, sobretudo, o educador ilustrado e civilizado, a seu modo e de acordo com seus propósitos. Desse modo, entendemos que a criança necessita de mediações, mas que deve ser proporcionadas experiências que estimulem sua capacidade, expressão de sua cultura, identidades, saberes, realidade, e de um fazer político. Desse modo, convém concordar com Gallo (2013):

A criança, infans, sem palavra, é introduzida no universo da linguagem. Mas não para experimentar sua própria voz, mas para ser enquadrada num sistema semiótico já definido, no qual ela dirá aquilo que se espera que seja dito. Eis o que é aprendido na escola (GALLO, 2003, p.116).

Além do mais, podemos conjecturar que a criança de Ramos (1958) não é um ser isolado, e, portanto, não deve ser culpabilizado de fracassos escolares ou indisciplina, sem estudar a origem desses problemas, sendo uma contribuição do intelectual para a educação. Assim, buscando através disso dar orientação à família e professores, sendo estes vistos como despreparados, e principais responsáveis pelo comportamento ajustado ou não das crianças e possíveis adultos. Então, aconselha:

Examina a criança em todas as discórdias domésticas, o problema da incompatibilidade matrimonial. Entra no estudo do trabalho humano, dando normas para a orientação vocacional, para a adaptação do homem à sua profissão. Resolve os problemas do sexo. Funda clínicas de hábito e direção da infância e centros de conselhos aos pais. Penetra em todas as atividades humanas da comunidade, prevenindo e resolvendo conflitos, zelando pela saúde psíquica da personalidade humana (RAMOS, 1958, p.20).

Em linhas gerais, traz a concepção de infância baseada na condução da criança, no entanto, considerando seu desenvolvimento físico baseando em estudos biológicos e psicológicos através de novas teorias sobre o educar e lidar com o aluno, sendo difundida na educação brasileira, não apenas por educadores, mas também por médicos, e neste caso, Arthur Ramos. Vale mencionar que a visão de infância que estava sendo apregoada era: “[...] como um estado positivo e não mais como uma fase transitória e inferior” (MENEZES, 2002, p.77).

Contudo, o estado positivo elencado em *Saúde do Espírito* (1958), estava embasado no liberalismo representados nos moldes do positivismo, em busca da formação do futuro trabalhador, e não mais inferior, pois a infância tornou-se o elemento central da higiene mental, pois conforme Ramos para a criança tudo é novo, tendo mais facilidade para “aceitar”, internalizar e aprender, sendo a “idade de ouro” para aplicar os preceitos da higiene mental, até por que a psicanálise aplicada à escola e à família seria uma forma de investigar os processos do inconsciente que poderiam interferir na formação da criança, e assim torná-la uma criança “normal”. A higiene mental não foi um movimento intelectual isolado, ela esteve atrelada ao contexto social, político, econômico do liberalismo, positivismo, da racionalidade científica, e principalmente ao avanço do capitalismo industrial no início do século XX.

Uma educação higienista seria de grande relevância na gestão de Anísio Teixeira, escolanovista propagador das ideias de Dewey no Brasil, pois estaria engajada de critério psicológico e científico, de observação, experimentação e controle do comportamento, pois mesmo fora do olhar do fiscalizador, conforme Vidal (2008), o indivíduo agiria de acordo com os interesses da classe dominante, pois foram inculcadas ideias, internalizadas, naturalizadas, ou seja, seriam formados hábitos de conduta, de pensar, agir e sentir, seriam criadas subjetividades autogovernáveis (de si e do outro), conforme a perspectiva Foucault (1992). Desse modo, o saber médico sobrepuja o saber pedagógico, buscando a formação de uma cultura comum, nacional e de formação de sujeitos que governam a si e ao outro, de forma sutil e naturalizada, normalizada e eficiente.

Considerações Finais

Deixemos claro que aqui são apontamentos sem buscar finalizar a discussão, mas propiciar contribuições e mais reflexões sobre o higienismo e a educação. O propósito não foi dizer qual o melhor modelo de educação, mas que no campo das ideias a análise de teorias contribuem para pensar as limitações e contribuições de intelectuais de uma época que nos possibilitem refletir sobre o presente prejudicado e a pensar sobre nós mesmos e a sociedade, em prol de transformações sociais.

Entendemos que o pensamento de Arthur Ramos expressado na obra *Saúde do Espírito* (1958) estava imbricado das ideias higienistas por envolver uma proposta de formação de hábitos de ser, agir, sentir entrelaçados aos anseios de formação de uma sociedade ideal, elegendo uma cultura como a melhor, ocultando outras, destinando-se a condução da criança da classe popular. Com isso, pudemos perceber o quão grande foi a preocupação em controlar a classe tida como “perigosa”, e o grande

investimento na higienização da mente, demonstrado na articulação do saber médico com a gestão educacional e nacional.

Assim, ao mesmo tempo em que o psiquiatra alagoano colaborou com o processo de escolarização e investia no potencial da infância, havia também uma carga de preconceitos que foram migrados para o campo da mente. A ideia de higienizar a mente é uma atitude profundamente racista, pois sai do campo do determinismo biológico ou genético, indo destes para o racismo cultural, assim impondo um modelo de “cultura” tida como superior, isto é, a “cultura comum” defendida por Teixeira nos moldes do pragmatismo de Dewey.

Nesse sentido, entende-se que o problema social se resolve somente com a higienização da mente em que aspectos econômicos, políticos, filosóficos e sociais não são evidenciados como elementos essenciais que envolvem os problemas sociais. Assim desconsidera tais aspectos como elementos necessários para compreender os fenômenos, bem como não há uma preocupação com políticas sociais. Sendo essa realidade desde o período colonial perpassando toda a história brasileira até à atualidade em que o alto investimento econômico através da aliança do Estado com as oligarquias rurais, deixando em total abandono as políticas sociais, visto em índices altos de analfabetismo, criminalidade, violência dos mais diversos aspectos contra a população. Assim, predominava e/ou predomina a busca pelo controle social dessa classe popular representando uma ameaça à elite com sua cultura e suas rebeliões.

Desse modo, tornaria necessário investir numa educação que possibilitasse o acesso ao trabalho, mas que não formasse indivíduos críticos, nesse sentido, o investimento no ensino primário, por isso, a educação apresentada por Ramos (1958) é destinada à classe popular. Com isso, a infância de outrora abandonada, tornou-se o centro dos olhares das classes dirigentes para o controle do futuro adulto, do trabalhador, do cidadão são.

Vale ressaltar que além dessa proposta de “salvação da nação” pelos higienistas sendo algo de cunho fascista, o pensamento de Arthur Ramos abordada na obra Saúde do Espírito (1958) trouxe algumas contribuições positivas a se pensar sobre educação. Uma delas é a questão da rotulação da criança como “anormal” em que o alagoano apresenta a importância de investigar as causas do comportamento antes de patologizar a criança. É interessante que essa questão é tão atual, pois ultimamente se fala muito em TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), o qual muitos professores se sentem despreparados para lidar com comportamentos tidos como inadequados, e não buscam investigar as causas desses fenômenos. Nesse contexto, ocorre à intervenção médica, e assim, logo são diagnosticados promovendo a emergência da medicalização na infância. É o fato da intervenção médica sobre questões não patológicas, pois o

comportamento, conforme Ramos (1958), é mais uma questão social do que orgânica.

Desse modo, mais uma vez o saber médico se mostra presente na escola e a falta de preparo dos professores a tratar a criança escolar. Desse modo, a situação não é nova e as soluções também não. Por isso, a importância da análise crítica tendo em vista a historicização como metodologia necessária para dar sentido e revelar o passado, bem como mostrar como se chegou a esse presente prejudicado, sendo isso necessário para construir um novo futuro. Desse modo, compreender o passado como um constituinte para a nossa identidade tanto individual quanto coletiva, bem como revelar os meios de reprodução geradores das mais perversas exclusões sociais, torna-se imprescindível conhecer para modificar, a fim de lutar por uma transformação social.

Contudo, o porquê da necessidade de medicalizar sem refletir sobre a realidade, sobre o contexto sociohistórico e cultural do indivíduo? Será que há uma tentativa de impedir o acesso e pensamento sobre a realidade? Além disso, quando deixamos de considerar culturas, identidades, saberes, e elegemos ou caímos na armadilha de não fazer política em sala de aula, será que não promovemos o higienismo? Afinal o higienismo, nada mais seria que impedir um ato profundamente político da classe tida como “perigosa” ao excluir e reduzir os saberes, silenciar identidades, e formar subjetividades pela lógica mercantilista?

Podemos observar que ainda hoje são vendidos “manuais”, ou a busca por receitas prontas sem considerar o contexto sociohistórico, condições reais de vida dos educandos, tanto demonstradas em práticas docentes como em discursos. O higienismo traz marcas de uma época que se mostra enraizado ainda hoje em discursos e práticas no meio educacional e social fortemente entrelaçado em relações de poder em que a classe popular sofre as mais perversas injustiças. Cabe a nós, enquanto, educadores políticos, revelar os discursos ideológicos para conhecer o opressor social, descobrindo suas armas e fragilidades, e propor e utilizar estratégias de enfrentamento para uma possível transformação social a começar por cada um de nós, juntos, em prol do bem comum.

Referências

BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAPONI, Sandra. *Loucos e degenerados: uma genealogia da psiquiatria ampliada*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

DOMINGUES, V. R. B. **A medicalização da raça: Médicos, educadores e discurso eugênico.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo.** Tradução Fátima Murad. São Paulo: USP, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992.

GALLO, Silvio. **Infância e poder: algumas interrogações à escola.** In: **Devir criança da Filosofia.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2009.

GARCIA, Ronaldo Aurélio Gimenes. **A educação na trajetória intelectual de Arthur Ramos: higiene mental e criança problema (Rio de Janeiro 1934-1949).** São Paulo: 2010.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de Civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial.** Londrina: ANPUH: XXIII Simpósio de História, 2005.

MENEZES, Maria Odete. **A psicanálise na Bahia (1926-1937): os estudos de Arthur Ramos sobre a loucura, educação infantil e cultura.** Salvador: 2002.

RAMOS, A. **A Criança Problema: a hygiene mental na Escola primária.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939.

_____. **Saúde do espírito.** 7. ed. Rio de Janeiro: edições do SNES, 1958.

VIDAL, D.G. (Org.). **Educação e reforma: o Rio de Janeiro nos anos 1920-1930.** Belo Horizonte, MG: Argumentom: São Paulo: CNPQ: USP, Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação, 2008.

VEIGA, C. G. **História da educação.** São Paulo: Ática, 2007.

RENDA IRLANDESA DE DIVINA PASTORA (SE) COMO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL: HISTORICIZANDO O PROCESSO (2000-2015)

Heyse Souza de Oliveira¹⁰⁸

Bordando o Passado, Tradição da Renda no Município

Dois mil e dezesseis, século XXI. Divina Pastora, cidade localizada no interior do estado Sergipano identificado como o menor estado da federação brasileira. Lá se encontra o foco desta pesquisa, abordando mulheres, algumas já adultas, outras com a vista mais cansada, mãos enrugadas devido à idade mais avançada, mas há também meninas, adolescentes que em meio aos encantos desse novo século, do domínio da tecnologia, onde quase tudo parece estar na ponta do dedo, há um “click” e a juventude se entrega a fascinação do “WhatsApp” e outras redes sociais. Então é nessas mãos que essas jovens tem a oportunidade de escolha: decidir qual dos dois elementos merece mais atenção o lacê (tradição) ou tecnologia (inovação)? Em meio às seduções surgidas ao longo dos séculos, a renda irlandesa produzida no município de Divina Pastora foi se tornando um dos artesanatos mais importantes do estado de Sergipe, e esses artesões, “pessoas que tem o dom de fazer arte com as mãos” tiveram nas suas mãos a oportunidade de “escrever sua história”. E essa história não começou a ser escrita com lápis e papel, lá no Primeiro quartel do século XX, com linha, agulha e o lacê, transmitindo uma técnica vinda da Europa.

Várias possibilidades são colocadas em pauta quando o assunto é a origem da técnica na região e Dantas, antropóloga e pesquisadora da Renda Irlandesa, traz as variadas versões no Livro “Renda Irlandesa: Instrução técnica do processo de registro do modo de fazer renda irlandesa”, tendo como referência o ofício das rendeiras de Divina Pastora/SE, sendo a primeira delas – conforme Dantas (2009) *apud* Cedran (1979) – a de que D. Violeta Sayão Dantas ensinou a Ana Rollemberg (senhora da aristocracia Sergipana) e treinou Julia Franco, que compartilhou esse conhecimento com Marocas, Êrcila e Sinhá. A versão de Cedran não traz detalhes do parentesco dessas mulheres. Já na segunda versão Dantas (2009) *Apud* Barreto (1995):

Ana Dias Rolemberg (Donana), tia avó da minha informante, trouxe da Europa um pano que achou muito bonito. Chegando em Aracaju, mostrou a

¹⁰⁸ Bacharel em Museologia (UFS) e Mestranda em História. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Orientadora: Profa. Dra. Janaina Cardoso de Mello. Email: heysesouza@hotmail.com

uma contraparente negra chamada Juli Franco Maior. Era muito habilidosa e juntas tentaram ver se descobriam a técnica. Para isso tiveram que desmanchar um pedacinho. Juli morava em Divina Pastora e para lá levou a idéia, que passou para Marocas, mulata também habilidosa, tornando-se está a primeira professora de Renda Irlandesa. Ensinou a toda família, constituída de sobrinhas, cunhadas e uma irmã mais moça chamada Ernestina Santos (Sinhá) que ainda é viva (IPHAN, 2009, p.34).

Uma outra versão mais aceita, por pesquisadores e pela comunidade, é a de Souza (1996) a qual mais se assemelha da pesquisadora Lourdes Cedran em que três irmãs – Marocas (Maria Engrácia), Sinha (Ércilia) e Dina (Berenice) –, mulheres simples que não faziam parte da sociedade, nem tinha acesso ao estudo comum às jovens da sociedade, nativas de Divina Pastora, transmitiram o conhecimento para seus pares, que de mão em mão se tornou tradição naquela região. No início algumas mulheres viam naquela atividade a oportunidade de “fugir” do trabalho árduo da roça e custear seus estudos (DANTAS, 2009, p.32):

As rendeiras, mulheres de poucas letras, mais preocupadas com o fazer e vender a sua renda do que pensar nas suas origens remotas, quando a ela se referem em geral, contentam-se em buscar na memória e na tradição, que vai ao poucos se cristalizando, os nomes das pessoas que a teriam introduzido na cidade e espalhado a técnica entre as mulheres. Algumas, porém, já começam a incorporar as explicações dos eruditos sobre o papel das freiras na introdução da renda da cidade. Como se vê, não há uma única versão, mas dentre elas uma é mais difundida. Está registrada por Lourdes Cedran, num catálogo de exposição que se constitui talvez no mais antigo registro bibliográfico sobre a renda irlandesa em Divina Pastora, atingindo público mais amplo. Com base em depoimentos das rendeiras colhidos no final da década de 70.

A partir do ano dois mil, desse novo século, as rendeiras começaram a trilhar uma “nova história”, criaram a Associação para Desenvolvimento de Renda Irlandesa (Asderen) e com a associação elas puderam se organizar e batalhar por novas conquistas que foram acontecendo gradativamente. Assim, em 2009 o modo de fazer a Renda Irlandesa recebeu o título de Patrimônio Imaterial Brasileiro e em 2013 as rendeiras através da ASDEREN conquistaram a Indicação Geográfica nº 201107, na categoria de Indicação de Procedência (IP), concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) que no Brasil é o órgão responsável para a concessão das indicações geográficas.

A memória sempre foi o “carro chefe” dessas mulheres, pois aprenderam uma técnica vinda da Europa, que tinha como elemento básico um produto, elaborado através do trabalho manual, confeccionado com linha, agulha e

fita, mas tendo as artesãs dado um novo significado ao trocar a fita por um cordão brilhoso, entre elas denominado lacê. IPHAN (*apud* Oliva, 2014, p.06):

Como é um tipo de renda de agulha a renda irlandesa apresenta semelhança de pontos com a renda Renascença. Entretanto seu distintivo é o uso do cordão do lacê, que forma um rendado em relevo, resultando numa renda mais encorpada. Embora mantendo a tradição, as rendeiras acrescentaram ao seu fazer características próprias, identificadas com a história de Divina Pastora e com o cotidiano daquela Comunidade, numa Paisagem marcada pela decadência da economia açucareira e pela emergência dos sinais da exploração do petróleo descoberto em terras do município.

Desta forma a renda Irlandesa, assemelha-se à Renda Renascença, muito produzida em outros estados do Nordeste, mas em Sergipe os pontos que se entrelaçam com as linhas abraçam o “cordão”, e não a fita, elemento característico nos primórdios da técnica difundida pelo Brasil. Assim, esse detalhe expressa a identidade local, amarrando a memória daquelas mulheres em um produto que confere destaque ao município, quando a cidade de Divina Pastora, foi considerada o maior pólo de renda irlandesa do Brasil. A cultura expressa o saber e a história de um povo, e a renda irlandesa é um produto que expressa a história e cultura daquela comunidade, distante à 39 km da capital Aracaju.

Construindo Memórias: Patrimônio Imaterial e Indicação Geográfica

O termo “patrimônio” passou a ser utilizado no campo da história, para indicar que algo é importante para a localidade na qual o mesmo está inserido. Por muito tempo os historiadores consideravam como patrimônio os elementos “construídos com” pedra e cal”, ou seja, aquilo que era tangível, palpável. De acordo com Chuva (2005):

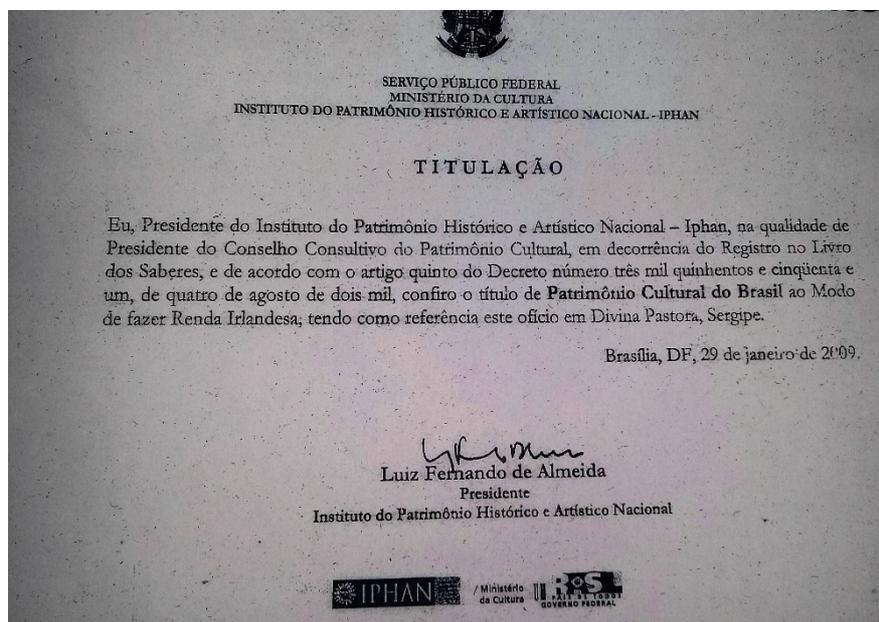
A noção de patrimônio está imersa na História – é uma construção humana. Ela surgiu associada a práticas voltadas para o fortalecimento dos laços de identidade de determinados grupos e de sua afirmação enquanto tais. Remetemos o surgimento da idéia de patrimônio no mundo ocidental aos primórdios do cristianismo, como a primeira forma de valorização do vestígio material, ao originar a preocupação em guardar, testemunhar sinais e traços de reconhecimento desse novo grupo de identidade – os cristãos. Em seguida, apareceriam as relíquias, os santos, os tesouros nas igrejas e nos mosteiros.

Em 2003 o conceito de patrimônio cultural amplia sua abrangência e passam a ser considerados como patrimônios também os bens intangíveis,

sendo reconhecidos como “Patrimônio Imaterial” todos aqueles bens, costumes e tradições que estejam atrelados ao conceito de representação de um povo ou nação. Segundo definição do IPHAN, são considerados patrimônio Imaterial:

Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial. Nesses artigos da Constituição, reconhece-se a inclusão, no patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade, dos bens culturais que sejam referências dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. O patrimônio imaterial é transmitido de geração a geração, constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.¹⁰⁹

Figura 1: Certificado de Título de Patrimônio Cultural do Brasil, 2009.



Fonte: Documentação inserida no Relatório de solicitação de Indicação Geográfica (INPI).

O registro da Indicação Geográfica no Brasil é conferido pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial, órgão responsável pela avaliação das

¹⁰⁹ Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>, acesso em: 01/10/2016.

solicitações e concessão das Indicações Geográficas (IG's). As mesmas servem para “indicar a origem de produtos ou serviços que possuem destaque e se tornaram conhecidos pela sua qualidade” (INPI, 2014), desse modo, as Indicações Geográficas possuem duas categorias: 1º) Indicação de Procedência (IP) que reconhece a valorização dada a tradição de uma determinada localidade ao produzir um produto de uma qualidade diferenciada; 2º) Denominação de Origem (DO) que reconhece que as características de um território agregam um valor diferenciado ao produto. Concluindo que os produtos sofrem influência “exclusiva ou essencialmente” por causa das características daquele lugar, incluindo fatores naturais e humanos, afetando nos resultados finais do produto (HULDA *et al*, 2014. p.18)¹¹⁰.

Sendo a Renda Irlandesa um dos primeiros produtos do Nordeste a receber o selo de Indicação Geográfica, agregando ao produto um destaque ainda maior que outros artesanatos produzidos na região. Outros dois artesanatos na categoria rendas e bordados obtiveram posteriormente suas IG's: a Renda Renascença, com o nome geográfico “Cariri Paraibano”, em 24/09/2013 e recentemente o Bordado Filé, com o nome geográfico “Região das Lagoas Mandaú-Manguaba”, em 19/04/2016. Todavia, tendo sido a renda Irlandesa a pioneira com o nome geográfico: “Divina Pastora”, e datada de 26/12/2012 nessa região.

Relembrando pontos: Sandra Pensaveto e Peter Burke na Historiografia das Artesãs de Divina Pastora

Dois grandes historiadores, Peter Burke e Sandra Pensaveto em suas abordagens discutem temas associados aos paradigmas relacionados à nova maneira de escrever a história, conhecida como a “Nova História”. Dentro deste conceito de “novo” os historiadores passaram a discutir as mudanças epistemológicas decorrentes da “História Cultural” que estavam atreladas ao papel do historiador e também rupturas a partir do momento que a história começa a dialogar com outras áreas e a discutir conceitos como: representação, imaginário, narrativa, dentre outros. Conforme Langer (2012):

No final dos anos 1980, o historiador britânico Peter Burke realizou uma conferência no Brasil, onde procurava determinar os mais recentes paradigmas da historiografia, especialmente os advindos da França e relacionados aos Annales. Sob o epíteto de “a nova história”, caracterizou esta tendência como algo situado entre a história total e a estrutural. Esse movimento seria basicamente ocasionado por uma crise geral dos

¹¹⁰ Indicação Geográfica (IG). Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/indicacao-geografica-no-brasil>, acesso em: 23/08/2016.

paradigmas, especialmente concentrados em algumas críticas: a política pensada além das instituições e a história pensada além da política; uma preocupação maior com as estruturas do que com a narrativa dos acontecimentos; deslocamento do interesse pela vida e obra dos grandes homens e grandes datas para as pessoas e acontecimentos comuns; a necessidade de se ir além dos documentos escritos e registros oficiais; a história não seria objetiva, mas sujeita a referenciais sociais e culturais de um período.

Já Sandra Pensavento, assim Como Peter Burke, buscou discutir o que era a nova história a partir de seu olhar sobre os objetos de pesquisa brasileiros. Interessava-lhe saber quando esse viés surgiu e quais eram seus percursos. Em uma busca da resposta para essas inquietações discutia-se o papel do historiador e da nova história para a construção do mundo. Riz (2008, p.39) delimita a questão quando expõe:

As principais mudanças epistemológicas decorrentes da História Cultural estiveram ligadas à reorientação da postura do historiador, a partir dos conceitos de: representação, imaginário, narrativa, ficção e sensibilidades. Para ela as representações “construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”.

Assim, diante destas discursões conclui-se que é nesse conceito de representação que a Renda Irlandesa se encaixa, e o seu “modo de fazer” configura uma identidade a partir do momento em que as mulheres, detentoras de uma tradição que remota ao século XVII na Europa, se apropriam de uma técnica e introduzem características regionais, trocam elementos na confecção, ao substituir o fita pelo cordão, transformando assim o artesanato confeccionado naquela localidade, em um objeto que representa o imaginário coletivo, detentor de uma tradição dinâmica que é transmitida de geração em geração. Registrada como Patrimônio Imaterial Brasileiro desde 28 de janeiro de 2009, o produto que possui uma Certificação (IG) que confere destaque e *status* frente a outros elementos tradicionais oriundos do artesanato do Nordeste, possibilitando ao produto um reconhecimento nacional e internacional.

Referências

CEDRAN, Lourdes (coord.) **Divina Pastora: Renda Irlandesa e Redendê**. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, 1979.

CGE. **Modo de fazer Renda Irlandesa de Divina Pastora (SE) Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil**. Disponível em: <<http://www.cge.se.gov.br/index.php/noticias/836-renda-irlandesa-e-considerada-patrimonio-cultural-do-brasil>>. Acesso em: 16 aug.2016.

CHUVA, Márcia. Patrimônio material e memória da nação. *Jornal UNESP*, ano XIX, N°204, 2005. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/204/supleb.php>>, acesso em: 01 out.2016.

DANTAS, Beatriz Góis. **Renda de Divina Pastora**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.

HULDA, Oliveira Giebrecht *et al.* **Indicações Geográficas Brasileiras**. SEBRAE; INPI, Brasília/DF, 264p, 2014. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/efd536dd061f2a77843198d35a69265d/\\$File/5186.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/efd536dd061f2a77843198d35a69265d/$File/5186.pdf)>, acesso em: 24. aug.2016.

IPHAN. **Renda Irlandesa: Catálogo de produtos da Renda Irlandesa em Sergipe**. Produzido por Marina Sallovitz Zacchi, Marta Maria Chagas e Rosângela Barreto. Aracaju: IPHAN-SE. 2014.

IPHAN. **Renda Irlandesa: Instrução técnica do processo de registro do modo de fazer renda irlandesa, tendo como referência o ofício das rendeiras de Divina pastora/SE**. 2009. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_modos_fazer_renda_irlandesa\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_modos_fazer_renda_irlandesa(1).pdf)>, acesso em: 19/09/2016.

IPHAN. *Verbete “Patrimônio Cultural Imaterial”*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>> Acesso em: 01 out.2016.

INPI. **Indicação Geográfica (IG)**. Disponível em: <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/indicacao-geografica-no-brasil>, acesso em: 23 aug.2016.

LANGER, Johnni. **A Nova História Cultural: Origens, Conceitos e Críticas**. *História e História*. 2012. Disponível em: >

<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=186>.
>Acesso em: 01 out. 2016.

PORTAL BRASIL. **Renda Irlandesa de Divina Pastora (SE)**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2014/11/divina-pastora-se-e-principal-polo-de-renda-irlandesa-no-brasil>> Acesso em: 15 aug. 2016.

ROIZ, Diogo da Silva. A “nova História Cultural”: questões e debates”. **Pensamento Plural**. Pelotas, 2008, pp. 181-186.

A população afro-brasileira vem há muito tempo sofrendo discriminação pela sua cultura e pela sua cor. O racismo chegou a tal ponto que até o próprio negro começa a se achar inferior perante o branco, o sentimento de estranho perdura dentro dele sobre ele mesmo. O negro acaba não se reconhecendo e, alienado pelo explorador, ele não se identifica consigo mesmo, se tornando indiferente a sua cultura, ao seu ser, passando a tratar o seu mesmo como um ser inferior, fazendo de tudo para ser reconhecido como branco, chegando até ao ponto de se negar como negro.

Ao se infiltrar na cultura do negro, o branco, além de já ter o escravizado, obriga-o a aceitar como verdade inquestionável o que não é natural perante a sua vida e sua cultura. O homem branco colocou o negro contra si mesmo, ditando o que eles devem acreditar e quem eles devem venerar. No dia 5 de dezembro de 2012, a jornalista Fátima Oliveira postou uma matéria no site Pragmatismo Político que exemplifica o quanto a alienação, imposta pelo homem branco afetou a aceitação do negro como negro. A jornalista presenciou uma manicure negra, no salão onde ela frequentava, falando “Não gosto de fazer unha de preto. Saí de um salão no Rio porque, lá, só fazia unha de preto”, ao ser questionada pela jornalista por ser negra e repudiar os seus irmãos de cor ela disse “Sim, sou mesmo uma preta racista. Sou mesmo!”. Esse é apenas um exemplo de muitos casos que acontecem no Brasil, onde o negro ainda não se aceita como negro e comete racismo com o seu mesmo. O explorador passa a ter a imagem de civilizador, de portador do progresso, levando ao negro, que se entende como ser inferior, a querer ser igual a ele, não valorizando a sua cultura e sendo racista com os seus mesmos. Assim, não conseguindo enxergar toda a riqueza que possui na cultura trazida pelos seus antepassados da África, desvalorizando-a e conseqüentemente colocando em risco a sua extinção.

O Brasil é o país que recebeu grande maioria dos escravos, e foi o último a se livrar da vergonha da escravidão. Mesmo sendo o país que possui a maior população afrodescendente, fora da África, o negro ainda é vítima de racismo. Segundo o IBGE, o Brasil, em 2014, possuía uma população negra equivalente a 53,6% do seu povo, sendo ela maioria da população é inaceitável que ainda persista o racismo em um país onde mais da metade de sua população é negra.

Mesmo com todo um sistema de educação que condena o racismo, na prática, ele ainda sobrevive até os dias atuais, abrindo lugar para a questão: por qual razão o racismo ainda sobrevive? Mesmo com toda essa “pressão

^{III} Graduando em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL

social” para que o racismo seja extinto, o mesmo ainda é muito constante na sociedade brasileira.

A distinção entre negros e brancos se mantém até hoje não só no campo cultural, mas também no campo econômico. É bem evidente quando observada a quantidade de homens ou mulheres com um maior poder aquisitivo, os brancos ultrapassam, em uma discrepância exorbitante, o número de negros. No sistema de ensino não é muito diferente, grande parte da população negra está concentrada em colégios públicos, enquanto a branca é maioria em colégios particulares. De acordo com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em 2005 apenas 33% dos estudantes de colégios particulares são negros, enquanto em colégios públicos eles são maioria, chegam a atingir 56,4%. Os índices estão apenas para confirmar o que já se nota no dia-a-dia, mesmo com mais de 100 anos do fim da escravidão o racismo ainda se mantém no meio social brasileiro.

O sistema que contribui

Mesmo com leis que protegem homens e mulheres negros e toda uma campanha contra o preconceito racial, o racismo permanece vivo pelo fato da população, mesmo estando ciente que o racismo é errado, fecha os olhos para pequenos, e muitas vezes grandes, atos racistas. É necessário chamar atenção para o fato de que os grandes pensadores da atualidade condenam o racismo, sendo esses pensadores respeitados e reconhecidos, o que torna mais absurda a resistência de ideais racistas na atualidade, já que esses mesmos ideais em questão são publicamente condenados.

Todo esse processo de persistência se dá pelo o que qualifico como *herança de uma realidade passada*. Essa herança consiste no fato de mesmo passando por rupturas a cultura manteve continuidades características da época em que o racismo era aceitável e justificável. O que diferencia é que o racismo passou, em grande parte dos casos, de uma forma explícita para uma forma implícita. Ele está ligado diretamente à hipocrisia, já que em grande maioria os que negam serem racistas são os que praticam atos racistas, sendo essa prática oculta do racismo o meio em que o mesmo encontrou para que pudesse resistir à grande quantidade de ideais contrários aos seus ideais na atualidade. O que leva o senso comum a acreditar que essa forma de racismo é vitimismo da população negra, visto que eles não percebem que a sua cultura está cheia de expressões racistas, o que coloca uma máscara de normalidade sobre esses atos.

No campo teórico a ideia de preconceito racial é mal vista, porém, de um modo comparável aos ideais dos novos hegelianos que Marx critica em

seu livro *Ideologia Alemã*¹¹², os ideais trabalhados no campo teórico são estranhos perante o campo físico. Não desconsiderando os ideais contrários ao racismo que são propagados teoricamente, eles são de grande importância para que não sejam repetidas atrocidades como as feitas na época da escravidão, mas, evidenciando que nada se adianta quando uma teoria não está sendo trabalhada na prática, sendo apenas repetida sem o seu uso na realidade. O que se deve levar em conta é o fato de que em pleno século XXI ainda é propagada a imagem do branco como sinônimo de beleza, poder e riqueza. Esse fato fica claro quando se observa a programação da TV e em suma maioria são pessoas brancas, excluindo a minoria negra de postos de acesso público, o que contribui na marginalização do homem negro. Levando aos telespectadores da mídia em questão a considerarem como sinônimo de beleza o branco, assim, evidenciando o racismo que se esconde diante dos olhos da sociedade brasileira.

Devesse atentar para o fato de que não só basta ser pensado, basta também ser colocado em prática. O que falta é uma reflexão de como se poderia colocar em prática o que está no campo da idéia, a falta desse pensamento é o que está sustentando a sobrevivência do racismo.

Essa sustentação é notada no campo físico quando a mesma pessoa que diz não ser racista é a que trata o homem ou a mulher negra como um ser inferior, excluindo-o, não dando oportunidades, impossibilitando-o de mostrar toda a sua capacidade intelectual. De nada adianta ser contra o racismo no campo teórico, quando no campo da prática não segue os ideais ditos, visto que o racismo no século XXI está, em grande parte, no campo prática não no teórico. É preciso dar um enfoque para o fato de que uma vez que a sociedade está abandonando, a cada dia mais, o estudo crítico, as próximas gerações logo iram herdar apenas o que se convive, o prático, não havendo lugar para o teórico, tornando de certa forma todos os estudos irrelevantes para o progresso da sociedade. O que é importante notar é que cabe a educação cuidar para que esse cenário se modifique, sendo a mesma encarregada de modificar todo o pensamento preconceituoso que se encontra empregado desde a época em que os mesmos eram socialmente justificados.

A educação tem um papel de grande importância, é ela quem pode abrir os olhos das próximas gerações. Porém, a educação brasileira está sendo levada para um caminho capitalista o que a torna apenas uma formadora de mão de obra, não trabalhando questões de grande importância para que seja criada uma sociedade justa e mais igualitária para as próximas gerações. É necessário focar no fato de que a educação é a base da sociedade, sendo a sociedade resultado de ações trabalhadas por ela. O que, de fato, deixa claro que esse sucateamento do ensino é causado pela falta de investimento no

¹¹² Marx faz uma crítica aos novos hegelianos, que não conseguiam adequar os seus pensamentos no campo prático, impossibilitando os seus estudos de sair do campo teórico. Tornando-os quase irrelevantes para a situação social alemã da época.

ensino público, onde se encontra a maioria da população negra do Brasil, é a eliminação de conteúdos julgados como desnecessários para a grade curricular, sendo estes conteúdos os que, quando trabalhados, levam o aluno a perceber que deve lutar pelos seus direitos, o que acaba tornando o seu olhar mais crítico perante a situação. Sendo o sistema de educação atual, que está formando apenas marcadores de x, ineficiente ao se tratar da formação do senso crítico. Assim é de se notar que a criança de hoje não terá capacidade, quando mais velho, de através da realidade notar e tentar combater os erros de uma sociedade capitalista e preconceituosa, já que o mesmo não terá uma formação mínima para visualizar através do processo de alienação que a sociedade transmite.

É evidente o porquê de uma sociedade, que anseia o progresso, ser tão ineficiente, tudo é uma questão de educação, o seu má funcionamento causará o naufrágio de toda a sociedade em questão, podendo chegar a causar verdadeiros genocídios como os que ocorreram com os povos colonizados pelos exploradores europeus e trazendo para um campo mais atual com o nazismo na Alemanha, onde o preconceito levou a um dos maiores genocídios conhecidos da história, é interessante citar, também, as guerras no Oriente Médio, que na atualidade ainda estão causando um genocídio, sendo mascarada como um confronto religioso, porém, não basta se aprofundar muito no assunto para se notar que apenas se trata de uma guerra para obter um domínio econômico.

A mulher negra na sociedade

A mulher negra é em suma a que sofre mais preconceito perante os seres racionais. Ela é vítima por ser mulher em uma sociedade machista e é vítima por ser negra em uma sociedade onde o branco impõe sua superioridade. Neste quesito a mulher negra acaba sofrendo uma dupla marginalização, ficando sem voz em meio à sociedade.

A não aceitação do seu corpo é um fato constante entre a mulher negra, que ao contrário da mulher branca, tem seus belos cabelos encaracolados impostos como feios pela sociedade. A negra quer ter o corpo da branca, sem ao menos perceber todo o processo de alienação que é feita para ela se achar feia. Ela quer ter cabelos lisos, ela quer ter um corpo mais magro do que o seu biótipo. Ela não consegue enxergar toda a beleza que traz consigo, seus cabelos encaracolados, seu corpo desenhado cuidadosamente. A cultura branca está alienando o seu ser, ela não se reconhece mais como negra, ela nega a sua cultura para ser aceita na sociedade dos brancos.

Além de sofrer com a negação da sua beleza a mulher negra também sofre no mercado de trabalho. Ela recebe menos por ser mulher, o que acaba contribuindo para a sua submissão em casa perante o seu marido, também é válido ressaltar que como grande parte das mulheres, sem distinção de cor,

ela tem uma dupla jornada, já que, além do seu trabalho, quando chega a casa ela assume o posto de dona de casa, o que pode acarretar problemas de saúde por falta de tempo para se cuidar.

Ela tem preconceito de si mesma, não aceita as suas características, perdendo a sua identidade, tornando-se apenas uma em meio a tantas outras que se renderam as pressões da sociedade. A mulher negra não se interessa pelo seu passado, de onde veio os seus descendentes, ela apenas se interessa pelos antepassados brancos, excluindo os negros. Ao não se importar com os seus antepassados ela não tem noção do quanto de riqueza cultural ela está perdendo, não percebe o quanto pode fazer o que já tem sem precisar se modificar, onde pode chegar. Tornasse uma mulher sem identidade, uma mulher que negou as suas raízes e segue o que é dito para ser aceita pelos outros.

O negro do Brasil no século XXI

O Brasil foi o país que mais recebeu escravos africanos, mesmo tendo uma bagagem recheada de cultura afro, ainda a uma forte negação dessa cultura, onde também deve ser levado em conta que muitas das vezes o racismo parte de negros contra negros, evidenciando novamente a alienação que ainda resiste desde o Brasil colônia.

O uso do argumento de que o Brasil é um país mestiço, não sendo possível identificar quem seria branco ou negro, é constantemente usado com o intuito de dizer que não existe racismo no Brasil, tendo como intuito a extinção dos movimentos antirracistas e o afastamento de políticas públicas que beneficiem a população negra. Para Kabengele Munanga¹¹³, essa justificativa não se sustenta quando se é analisado com precisão o cotidiano das relações sociais brasileiras e o perfil populacional do país.

“As diferenças fenotípicas são inegáveis. Prova disso: os policiais não têm dúvida para distinguir brancos e negros. A dificuldade de distinguir ambos está somente no olhar ‘mentiroso’ de alguns estudiosos, políticos e midiáticos. Como explicar o racismo à brasileira se as pessoas não sabem distinguir negros e brancos por causa da miscigenação?” - Kabengele Munanga

É impossível falar sobre racismo sem antes distinguir brancos e negros. A falta dessa distinção é o que leva as pessoas a pensarem que não existe racismo, mesmo cometendo-o muita das vezes, devesse trabalhar em uma política educacional que ensine que o racismo existe e que ele deve ser extinto. O branco deve saber desde pequeno que o negro é igual a ele, e não é a cor de pele ou o gênero que faz uma pessoa ser ou não superior aos outros.

¹¹³ Kabengele Munanga é doutor em Antropologia pela USP e professor pesquisador sênior da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e da USP

Devesse também atentar para o fato de que a ideia de que a principal razão da discriminação racial com os negros é causada principalmente pela desigualdade social é falsa. É através da aparência que o negro é julgado, pois, não existe possibilidade de identificar se o negro tem um grande poder aquisitivo ou não, por sua aparência. Independentemente do local onde ele estiver sempre terá alguém desconfiando dele, isso enquanto o racismo continuar permanecendo na cabeça da população.

Sem reconhecermos as nossas raízes é impossível extinguir o racismo, o sistema de educação brasileiro esquece que grande parte da nossa cultura foi herdada da África, enterram ela para impor uma cultura eurocentrista que foi mantida pelos colonizadores. Para que o racismo seja quebrado é indispensável que o brasileiro aceite que é descendente de negros ou é negro e que deve saber de onde veio e qual a cultura dos seus antepassados para não só entender que o racismo é sinônimo de ignorância, como também entender com mais profundidade a sua própria cultura.

Considerações finais

O campo educacional é onde deve ser revolucionado, sendo a única saída para que seja extinto o preconceito racial. É necessário que a metodologia de ensino nas escolas trabalhe o conteúdo de uma forma que seja enfatizada a situação do negro na sociedade atual, deixando claro que o racismo existe e que ele deve ser combatido. Dessa maneira o aluno desde criança iria ter consciência da situação imposta ao negro.

Está abordagem ao ser colocada em prática irá modificar o pensamento preconceituoso que é implantado, propositalmente ou não, nos ideais da população brasileira, onde, a partir dessa abordagem o aluno levaria para si a ideia de que o racismo não é correto e iria passar a mesma ideia para os seus filhos o que levaria a modificar as atitudes racistas no meio físico, tendo assim uma implantação das ideias em meio prático.

O português tem que parar de ser visto como colonizador, as religiões de matrizes africanas devem parar de ser vistas com maus olhos. É de grande importância que o ensino religioso também enfoque, não apenas as religiões cristãs, como é feito normalmente, deve também ter foco religiões de matrizes africanas, e trabalhar de um modo que seja quebrado a ligação, construída pela elite branca, de religiões de matrizes africanas com algo que não cause o bem.

Também é interessante que no dia da abolição da escravatura e no dia da consciência negra, seja dando uma ênfase no assunto, principalmente na educação infantil, onde os ideais dos alunos estão sendo formados, abordando o assunto de uma forma que a criança entenda que não há motivo nenhuma para ser racista, assim, a questão racial não seria mais trabalhada de uma forma tão rasa. Essa forma diferente de propor um novo método de

abordagem do assunto é trabalhar os assuntos citados a cima, de uma maneira que a criança entenda que exista racismo e que ele deve ser combatido.

Implantado esta ideia no meio de ensino, a criança, desde cedo irá entender que o negro não é um ser inferior, e que não há motivo nenhum para que o mesmo seja discriminado por sua cor. Por fim, deve-se lembrar que, ao ser implantado essa situação, apenas com o tempo a situação será resolvida, investir na educação não é um investimento com retorno imediato, porém, é um investimento bem mais lucrativo do que investimentos imediatos. Não é apenas uma pequena mudança de ideia, é um grande avanço para uma sociedade mais sensata e desenvolvida.

Referências

SILVA, VAGNER GONÇALVES. **Religiões afro-brasileiras – Formação e dinâmica.** Disponível

em: <http://www.erudito.fea.usp.br/PortalFEA/Repositorio/1181/Documents/tran_cricao_port_2_1_1.pdf>. Acesso em: 26/07/2016.

SOUSA, RAINER. **As religiões afro-brasileiras e o sincretismo** Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/religiao/as-religioes-afrobrasileiras-sincretismo.htm>> Acesso em: 10/07/2016.

OLIVEIRA, FÁTIMA. **Manicure negra se orgulha de ser racista: “Não faço a unha de preto”.** Disponível: <<http://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/12/manicure-negra-se-orgulha-de-ser-racista-nao-faco-unha-de-preto.html>> Acesso em: 01/09/2016.

CONSTANTINO, LUCIANA. **Negros são apenas 33% na escola privada.** Folha de S.Paulo. São Paulo, 28 de julho de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18838.shtml>>. Acesso em: 18 de junho de 2016.

MARX, KARL E ENGELS, FRIEDRICH. **Ideologia Alemã.** Martin Claret. 5º Ed. Alemanha: 1932.

FANON, FRANTZ. **Pele negra, máscaras brancas.** EDUFBA. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: 2008.

CHAVES, LESLIE. A preponderante geografia dos corpos. Galedes. São Paulo: 28 de novembro de 2015. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/a-preponderante-geografia-dos-corpos/>. Acesso em: 20 de junho de 2016.

Ives Leocelso Silva Costa¹¹⁴

Considerações Iniciais

Toda obra de ficção é fruto de seu tempo. Como lembra Barros (2007), a análise uma película tem muito a revelar sobre o momento em que foi feita; mas pouco ou nada sobre a época que retrata. Tentar compreender o período medieval através do cinema seria, portanto, um desperdício. Não é desta forma, contudo, que este trabalho abordará o filme *Cruzada*.

Nosso intuito é estabelecer um diálogo entre a representação da investidura cavaleiresca no filme e aquela trazida pelas fontes, em especial *O Livro da Ordem da Cavalaria*, e pela historiografia, ressaltando suas divergências e seus pontos em comum.

De acordo com Schneider (2010, p.3), “O cinema tem um papel significativo na construção da memória sobre um período histórico, personagem ou grupos sociais”. Neste contexto, *Cruzada* é um representante de uma memória coletiva de uma cavalaria idealizada, que possui suas raízes no próprio período medieval.

A Investidura de Balian como Cavaleiro e Barão de Ibelin

Cruzada (Ridley Scott, 2005) apresenta uma versão altamente ficcionalizada de Balian II de Ibelin, senhor cruzado de origem francesa. O Balian histórico era de família nobre, figura política atuante no Outremer, casado com a rainha Maria Comnena de Jerusalém e, à altura do Cerco de Jerusalém, guerreiro de meia idade e pai de vários filhos (RUNCIMAN, 2002).

O filme nos traz um Balian (Orlando Bloom) consideravelmente mais jovem e de origem humilde: ferreiro viúvo e (sem seu conhecimento) filho único e bastardo do fictício Godfrey de Ibelin (Liam Neeson). O encontro com seu pai muda o curso de sua vida; após uma altercação em que mata o padre de sua vila, Balian parte para a Terra Santa em busca de redenção.

¹¹⁴ Graduando em História pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Este artigo é fruto das discussões realizadas no grupo de estudos e leitura “História Medieval: Perspectivas Historiográficas”, atividade integrante do projeto de extensão “Para Além da Graduação” – PROEXT – UNEAL, coordenado pelo professor Gladyson Stelio Brito Pereira (Mestre em História pela UFF, Doutorando em História pela UFPE).

No caminho para Jerusalém, Godfrey entra em conflito com o senhor local em defesa de Balian e é ferido com uma seta. O ferimento se agrava e, próximo à morte, o nobre investe seu filho cavaleiro e barão de Ibelin.

Em uma câmara de aparência solene, cercado por cavaleiros hospitalários, Godfrey ordena que seu filho se ajoelhe, entrega-lhe o anel com o sinete de Ibelin e o conduz em juramento - exortando as virtudes de um bom cavaleiro - após o qual o esbofeteia. Em seguida entrega-lhe sua espada, que repousa como que em um altar, e um hospitalário (David Thewlis), que faz as vezes de padre, comanda que Balian se erga como cavaleiro e barão. Balian assiste a tudo bestificado, tendo sido chamado às pressas e sem aviso.

Há nesta cena dois elementos distintos: o investimento de autoridade e poder nobiliárquico e a sagração de cavaleiro.

A entrega das armas, principalmente a espada, como símbolo de poder é testemunhada desde o período Franco. Flori (2005) e Keen (1984) relatavam como Luís, aos três anos de idade, recebeu de seu pai Carlos Magno uma espada adaptada para sua idade como representação de sua herança a um ducado. Entretanto, tal evento deveria ser público, pois o fator essencial era a visibilidade da transmissão de autoridade. Uma cerimônia privada não atenderia tais fins.

Por outro lado, Flori (2005, p. 39) afirma que “A cavalaria não é, nos séculos XI e XII, uma confraria honorífica igualitária na qual se entra por meio de uma investidura promocional que seria a colação de um título ou de um grau honorífico. É a entrada em uma profissão, a corporação dos guerreiros de elite”. Nomear Balian cavaleiro, portanto, não seria necessário para que fosse reconhecido como nobre, apenas para elevá-lo ao nível dos lutadores montados de elite, coisa que não era naquele momento.

Tabela I: Juramento de investidura de *Cruzada* X Benção das armas do *Ordo de Cambrai*.

JURAMENTO DE INVESTIDURA DE <i>CRUZADA</i>	ORDO DE CAMBRAI (SÉC. XI)
<p>Não tenha medo ao encarar os inimigos. Seja corajoso e correto para que Deus te ame. Fale sempre a verdade, mesmo que isso te leve à morte. Proteja os indefesos e não aja injustamente. Esse é o seu juramento. E isto é para que se lembre (golpeia).</p>	<p>Atenda nossas orações, Senhor, e nos conceda a bênção com Tua direita majestosa dessa espada com a qual Teu servidor N. desejou ser cingido, para que ela possa ser defesa e proteção das igrejas, das viúvas, dos órfãos e de todos os servidores de Deus contra as violências de seus adversários e que a todos os outros promotores de tumultos ela inspire medo, terror e pavor.</p>
<p>Fonte: <i>CRUZADA</i>. Direção: Ridley Scott. Produção: Scott Free Productions, Inside Track, Studio Babelsberg Motion e Pictures GmbH. [S.l.]: 20th Century Fox, 2005. 1 DVD (145 min). Título original: Kingdom of Heaven.</p>	<p>Fonte: FLORI, Jean. <i>A Cavalaria</i>. São Paulo: Madras, 2005.</p>

Uma cerimônia de investidura um pouco distinta e de forte teor religioso é descrita por Ramon Llull (2000, p. 73):

O escudeiro, diante do altar, deve ajoelhar-se, e que levante seus olhos a Deus, corporais e espirituais, e suas mãos a Deus. E o cavaleiro deve cingir-lhe a espada, para significar castidade e justiça; e, como significado de caridade deve beijar seu escudeiro e dar-lhe uma bofetada para que se lembre disso que prometeu e do grande cargo a que se obriga e da grande honra que recebe pela ordem de cavalaria.

Há algumas semelhanças com a cena de *Cruzada*, mas elas param por aí. Em *O Livro da Ordem da Cavalaria*, Lull, pensador catalão franciscano do século XIII, determina que o pretendente à cavalaria (escudeiro de família nobre que há anos praticava e se preparava para isso), deve se confessar e fazer vigília antes da investidura, que será precedida por uma missa e concluída com uma festa (LLULL, 2000).

Porém, é necessário frisar que Llull não descreve em sua obra como as investiduras aconteciam, mas como acreditava que *deveriam* acontecer. Trata-se de uma tentativa da Igreja de aproximar-se da cavalaria e de lhe inculcar valores cristãos, numa tentativa de diminuir sua violência e trazê-la para o domínio eclesiástico: “Para tentar inculcar em todos os cavaleiros uma ética que lhes seja própria e geral, a Igreja elaborou para sua investidura rituais que retomam em grande parte a ideologia que ela propunha desde sempre aos reis e que ela tenta ampliar agora para o conjunto da classe guerreira”. (FLORI, 2005, p. 44).

Conforme afirmam Zierer e Messias (2013, p. 151):

O Livro da Ordem de Cavalaria propõe elementos de transformação comportamental dos cavaleiros, pautados nos valores cristãos, visando um modelo possível de convivência com todas as ordens, para que os combatentes cumpram com os seus deveres de utilizar as armas para proteger os construtores da Igreja, o rei e os indefesos de todo mal que possa desestruturar a paz da sociedade feudal.

A Investidura dos Combatentes no Cerco de Jerusalém (1187)

Tendo obtido destaque por suas virtudes de cavaleiro e o favor do povo, Balian assume o comando de Jerusalém após a pesada derrota das forças cristãs na Batalha de Hattin. Antagonizado pelo Patriarca da cidade (John Finch) – com quem na realidade trabalhou em conjunto (RUNCIMAN, 2002), que afirma que não podem defendê-la sem cavaleiros, Balian comanda todos os soldados e homens capazes de carregar armas que se ajoelhem e repete o ritual realizado por seu pai, escolhendo como alvo do tapa o servo

do Patriarca, que assim sai de sua condição de servidão e atinge o novo *status* de cavaleiro.

Runciman (2002, p. 398) afirma que: “Uma vez que havia apenas dois cavaleiros na cidade, Balian consagrou cavaleiros todos os rapazes acima de dezesseis anos nascidos de família nobre, além de trinta membros da burguesia”. De fato uma investidura em massa aconteceu, o que não incomum no Outremer no século XIII. De acordo com Keen (1984, p. 80, tradução nossa):

Na Terra Santa um número de novos cavaleiros foram criados nas vésperas da batalha de Ramleh, em 1101, e Orderic descreve como Cecília, esposa de Trancredo de Antióquia, investiu Gervásio Brito, Haimo, visconde de Dol e ‘um número de outros escudeiros’ nas vésperas de uma batalha em 1119.

Porém, essa investidura não elevava o novo cavaleiro à nobreza, como ressalta Flori (2005, p. 46):

Nos séculos XI e XII, quando “investir” significava “armar um homem para fazer dele um cavaleiro”, investia-se muitas vezes na véspera de uma batalha para se dispor de mais homens a cavalo. Nos séculos XIV e XV, fazia-se isso mais frequentemente depois da batalha que antes dela, recompensando, com a outorga de um título honorífico, os nobres guerreiros a cavalo que combateram bem.

É preciso destacar, portanto, a diferença entre as investiduras do século XII e dos séculos XIV e XV, estas sim equivalentes a um verdadeiro título de enobrecimento:

Por vezes, o rei usava do seu direito para recompensar, no campo de batalha, segundo o antigo hábito, algum acto de bravura: assim fez Filipe, o Belo, em favor de um carnicheiro, na noite de Mons-en-Pevèle. Na maior parte das vezes, porém, era na intenção de reconhecer antigos serviços ou uma situação social proeminente. O acto não permitia apenas criar um novo cavaleiro; como a aptidão para a investidura se transmitia, por sua natureza, de geração em geração, simultaneamente ele fazia surgir uma nova linhagem de cavaleiros. (BLOCH, 1987, p. 358).

É o que afirma também Aguiar (2015, p. 20): “A cerimônia de investidura tinha, portanto, o poder de elevar alguns homens ao estamento aristocrático, desde que estes se tivessem demonstrado valorosos no serviço aos seus senhores: reis, infantes ou grandes aristocratas”. Transformar servos em nobres não estava, portanto, dentre os poderes de um barão do século XII, não importa o quão virtuoso fosse.

Considerações Finais

Como depreendido dos comentários à obra de Ramon Llull, a criação de uma cavalaria idealizada, através da qual se ingressa por uma cerimônia rica de espiritualidade e transformação pessoal, é paralela à existência da própria cavalaria.

De acordo com Flori (2004, p. 47):

O valor moral e religioso da investidura não se reforçou, todavia e podemos até considerar a formação de ordens laicas de cavalaria, no decorrer do século XIV, como uma tentativa de devolver à cavalaria um lustro moral que aos olhos de muitos ela havia perdido. [...] Uma cavalaria mítica, idealizada, sempre foi, segundo a palavra de S. Painter, apenas um “doce sonho”.

Este “doce sonho” continua a povoar o imaginário ocidental, contudo, aparecendo não só em filmes como *Cruzada*, mas em diversos romances, séries de TV e games. Buscando as origens deste fenômeno, Bonet e Styles (2007, p. 73) chegam à conclusão de que:

Parte da atração que contos de cavaleiros de armadura brilhante exercem na imaginação contemporânea é a maneira pela qual eles encarnam valores tradicionalmente associados com a masculinidade, como bravura, espírito de luta, força física e moral, valores que não são tão facilmente expressos em cenários contemporâneos. O cavaleiro também incorpora uma dimensão espiritual, em suas ações individuais e como membro de uma classe, em contraste com o materialismo que frequentemente se vê impregnar todas as ações na sociedade contemporânea.

Neste sentido, o imaginário medieval se faz mais atual do que nunca, como afirma Le Goff (2011), e permanece tocando os anseios e aspirações de homens e mulheres contemporâneos.

Referências

Fontes Fílmicas

CRUZADA. Direção: Ridley Scott. Produção: Scott Free Productions, Inside Track, Studio Babelsberg Motion e Pictures GmbH. [S.l.]: 20th Century Fox, 2005. 1 DVD (145 min). Título original: Kingdom of Heaven.

LLULL, Ramon. *O Livro da Ordem da Cavalaria* (c. 1274-1276). Trad. Ricardo da Costa. São Paulo: Editora Giordano, 2000.

Obras Citadas

AGUIAR, Miguel. “Fazer Cavaleiros”: As Cerimónias de Investidura Cavaleiresca no Portugal Medieval (Séculos XII-XV). *Cuadernos de Estudios Gallegos*, Santiago de Compostela, ano LXII, n. 125, p. 13-46, dez. 2015.

BARROS, José D’Assunção. Cinema e História: As Funções do Cinema como Agente, Fonte e Representação da História. *Ler História*, Lisboa, n. 52, p. 127-159, 2007.

BONET, Maria; STYLE, John. Utopia and the Middle Ages in Popular Culture: A Reading of Ridley Scott’s *Kingdom of Heaven*. *Spaces of Utopia*, Porto, n. 5, p. 55-93, 2007.

BLOCH, Marc. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.

FLORI, Jean. *A Cavalaria*. São Paulo: Madras, 2005.

_____. Cavalaria. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (org.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval vol I*. Bauru: Edusc, 2006. p. 185-199.

KEEN, Maurice. *Chivalry*. New Haven; London: Yale University Press, 1984.

LE GOFF, Jacques. *Heróis e Maravilhas da Idade Média*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

RUNCIMAN, Steven. *História das Cruzadas vol. II: O Reino de Jerusalém e o Oriente Franco, 1000-1187*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

SCHNEIDER, Letícia Ferreira. A Mulher e a Espada: Uma Visão Cinematográfica das Mulheres Medievais. *Revista Tempo de Conquista*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 1-17, jul. 2010.

ZIERER, Adriana; MESSIAS, Bianca. O Mundo da Cavalaria do Século XIII na Concepção de Ramon Llull. *Roda da Fortuna*, Barcelona, v. 2, n. 2, p. 128-154, 2013.

ENTRE SENHORES E ESCRAVOS: HOMENS LIVRES POBRES NA SOCIEDADE ESCRAVISTA

*Jaine Oliveira Silva Santos*¹¹⁵

Considerações Iniciais

O presente artigo é fruto das discussões realizadas na linha de pesquisa sobre o pós-abolição e escravidão Contemporânea, que faz parte do projeto “Trabalhadores em Movimento - TRAMO”, na Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL. Tendo com orientador o professor de História mestre (UFF) e Doutorando (UFPE) Gladyson Stelio Brito Pereira.

Demonstra as mudanças ocorridas na historiografia da escravidão no Brasil, bem como as relações sociais entre as diferentes camadas que compunham a hierarquização da sociedade escravista no século XIX, chamando a atenção para uma cama intermediária pouco explorada nas produções científicas, esquecida em meio às discussões duais entre “senhores e escravos”.

Caracteriza e descreve o papel e as funções que os homens livres e pobres desempenhavam durante esse período, destacando personagens como tropeiros, vendeiros, sitiante, agregados e camaradas, bem como os serviços realizados por estes que, na maior parte, não podiam ser realizados por escravos devido as possíveis fugas e não interessavam aos homens com patrimônio. Sendo também expostas as relações desses homens com os escravos e com os senhores, os graus de dependência, proximidade e convivência.

Tendo em vista que a pesquisa coloca esses personagens no contexto de ascensão da produção do café no Brasil na primeira metade do século XIX, principalmente no Vale do Paraíba, onde se instalou as primeiras fazendas cafeeiras.

Historiografia

Por muito tempo perdurou produções acadêmicas e científicas tendo como base uma historiografia da escravidão no Brasil, preocupando-se em esclarecer se esta teria sido violenta ou não, tratando o escravo como um ser

¹¹⁵ Graduanda do curso de licenciatura plena em História pela Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL. Bolsista do Programa Integrado de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, Trabalhadores em Movimento, com o subprojeto de estudos sobre Pós-Abolição, tendo como coordenador o professor mestre e doutorando Gladyson Stelio Brito Pereira.

passivo com relação às situações de cativo e dominação dos senhores, nos revelando também a mentalidade e o pensamento do homem branco da época. Porém pouco houve mudanças nos discursos e posições acerca das ocupações e funções dos homens livres e pobres.

As discussões em relação à sociedade eram sempre entre a dicotomia senhor e escravo, ao citar os homens livres e pobres que habitavam a sociedade escravocrata era apenas em relação a estratificação e divisão da sociedade escravocrata.

A partir da década de 1960 e 1970 a historiografia trouxe novos enfoques em relação a escravidão brasileira, não apenas em relação ao escravo que agora é visto como agentes históricos e ativos no processo de dominação, manifestando resistência ao cativo, mas também com relação aos homens livres e pobres, seres até então pouco conhecidos que não eram escravos, mas também não eram donos de grandes fazendas.

A historiografia brasileira tem tentado expandir mais as produções sobre essa camada intermediária despossuída, bem como os lugares e cargos que ocupavam na sociedade escravista. Levando em consideração que os homens são fruto de contextos de seu tempo e espaço e suas relações sofrem mudanças.

Desta forma, Maria Sylvia de Carvalho Franco, em sua produção *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, 1969, deixa de lado a dualidade senhor e escravo adentrando no mundo desses homens excluídos da historiografia colonial, destacando como ponto principal o fato destes possuírem o maior bem da época: a liberdade.

Entre Senhores e Escravos: Homens Livres Pobres na Sociedade Escravista

O homem livre e pobre geralmente era encarregado de tarefas que os escravos não podiam realizar e não interessa ao senhor de engenho, mesmo pobres sem condições de ascensão social eram portadores de privilégios que os diferenciavam dos escravos e os aproximavam dos proprietários de terras, tinham liberdade e mobilidade social.

Era comum não haver empregos para todos os homens livres, levando em consideração seu pouco preparo e qualificação para certos cargos. Desta forma, preocupavam-se em realizar atividades autônomas e independentes, mantendo instabilidade e irregularidade em suas localidades, demonstrando seu papel de sujeição e marginais em meio a grande economia colonial.

Como já foi supracitado, as relações econômicas, culturais e sociais sofrem mudanças com o passar do tempo e com os homens esse processo não é diferente. Por isso, os homens livres e pobres descritos neste texto serão

aqueles que nasceram junto com as condições da época em que viviam, em meio a um novo sistema de produção que surgia: o café, que se beneficiou da mão de obra escrava através da plantation e cultivando grandes latifúndios.

Além disso, no século XIX, o Brasil deixa de ser uma colônia pertencente à Portugal e tornou-se uma nação independente, tendo seu eixo voltado para as regiões do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

A região que mais indica as dinâmicas desta nova sociedade é o Vale do Paraíba devido sua proximidade com a política administrativa do Império e as primeiras fazendas de café ser nesta localidade tanto em relação ao lado paulista quanto fluminense no Rio de Janeiro.

Tropeiros e Vendeiros

Uma das atividades mais importantes destinadas aos homens livres e pobres era o escoamento das safras do interior para o abastecimento das fazendas por meio de lombos de burros, pois era o transporte mais acessível devido a inadaptabilidade das estradas para os mais modernos. Porém, com o passar do tempo, pelas estradas servirem como rotas de caminhos para muitos aventureiros, para zonas de mineração e a produção cafeeira só aumentara levaram ao início de uma modernização. Houve a construção de ferrovias, aumentando a velocidade do escoamento e interligando várias regiões do Império.

Durante quase todo o século XIX o transporte foi o lombo de burros, os tropeiros percorreram quase todas as regiões e localidades escoando as mercadorias, se utilizando de um instrumento rudimentar para promover um grande negócio dos latifundiários. Entre os tropeiros havia os negociantes de animais, donos de um pequeno pedaço de terra que utilizava para criar os burros e depois vender para os grandes proprietários, seja aqueles que moravam perto ou longe, mantinham uma relação apenas de negociação sem haver relações de dominação, mas de dependência pessoal.

Na fase de abertura das fazendas, o próprio fazendeiro esteve preso ao tropeiro, dependendo de suas decisões em fornecer-lhe os animais, dentro dos prazos e dos preços convenientes. Nesse período, os controles pessoais, ao que parece, foram eficientes para garantir ao fazendeiro a regularidade dos suprimentos e, ao tropeiro, a formação de sua clientela. (FRANCO, 1997, p.68).

O tropeiro tenta prezar pelo seu bom nome para manter seus clientes. Há ainda aqueles que criam seus animais nas terras “abandonadas” dos grandes proprietários pagando um preço alto por isso. Porém, quitando suas dívidas já tem a liberdade novamente e a mobilidade para alçar seus “voos”.

“Embora itinerante e submetido circunstancialmente a proprietários diferentes, haverá sempre um senhor, sob cuja égide se encontrará e de cuja mercê dependerá o êxito de seu trabalho” (Franco, 1997, p.69).

Entre a categoria dos tropeiros havia também os condutores de tropas, os chefes que conduziriam as tropas com as mercadorias e safras. Ficando claro o motivo que estas atividades não poderiam ser realizadas por escravos, pois estes poderiam fugir durante a viagem.

Para realizar essa atividade tinha que ser homens responsáveis e honestos devido ao valor da carga que levariam. Eles também funcionavam como capatazes, supervisionavam os escravos dos senhores e cuidavam dos animais. Eram reconhecidos pelos “conhecimentos dos caminhos e do interior, a sua habilidade de ganhar as serras e rapidamente desaparecer no sertão faziam dele o homem indicado” (Franco, 1997, p.71). Devido essas habilidades alguns conseguiam ascender e integrar-se na sociedade podendo oferecer um estudo melhor para seus filhos.

Os tropeiros também foram muito importantes no diz respeito a abertura de estradas e fundação de vilas e cidades. Influenciaram também as feiras comerciais, pois em suas longas viagens paravam para descansar e reabastecer as tropas de alimentos para subsistência no chamado “rancho”, que muitas vezes era a fazenda, o rancho e a venda num mesmo local.

Surge neste contexto, a figura do vendeiro, dono das vendas e ligados tanto as camadas inferiores quanto aos senhores: “aquele mesmo vendeiro, que se impunha à intimidade do fazendeiro, não hesitava em entreter-se com um escravo”, (Franco, 1997, p. 79), homens inseridos na vida comercial e comunitária ao mesmo tempo. Era sempre aquela pessoa com novidades, bisbilhoteira e querendo colher informações.

Para melhor entendimento também foi utilizada a obra clássica Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil, de José Alipio Goulart, em que o autor faz uma caracterização das tropas detalhadamente, descrevendo os costumes e hábitos, contribuindo para a compreensão social e cultural destes homens que atuaram na sociedade sob o regime vigente da escravidão.

Visitantes, Agregados e Camaradas

Esta camada refere-se aqueles proprietários de sítios próximos aos senhores de terras e escravos, mantendo relações amigáveis de compadrio, ficando a dominação e dependência pessoal ali disfarçada de igualdade entre ambos.

Primeiramente tornam-se compadres e depois, como consequência da assistência do senhor com sitiante, seja com cargos públicos ou bens, este se ver em dívida e retribui dando-lhe apoio e filiação política. Segundo Franco é nestas relações que deve ser procurada a explicação para a “asfixia da consciência política”.

As relações de compadrio de unem numa rede de obrigações recíprocas entre padrinhos e afilhados, em que o primeiro promove e encaminha o segundo nos estudos e este retribui em alianças e fidelidade de toda a família. Por isso, o compadrio é uma relação paradigmática da dominação pessoal porque permite ou mesmo exige uma quebra aparente das hierarquias sociais entre aqueles que, pelo batismo, são unidos ritualmente num “parentesco divino” (Franco, 1997, p.84-6).

Sobre os sitiantes, Hebe Mattos vai apresenta-los como homens que recebiam em suas terras trabalhadores temporários e até desconhecidos, chegando a acolher até mesmo escravos fugidos em épocas que a o número de libertos cresciam e pouco argumentava sua condição de cativo.

Aqueles que não eram proprietários de terras e também não tinham bens como escravos eram admitidos pelos grandes fazendeiros como agregados, com acesso a uma pequena parcela marginal de terra que plantavam para sua subsistência. Para compensar, estes homens desempenhavam diversas funções, seja nas produções, na administração ou na supervisão de animais dos grandes fazendeiros. Estando ambos ligados em relações de favores e proteções, evidenciando a presença de uma dependência.

Agregado não era empregado, embora às vezes pudesse sê-lo; não era vigia de extremas de fazendas, mas empunharia a carabina caso fosse necessário; não era apenas morador, pois mantinha com o fazendeiro uma relação vertical e ritualizada, mesmo que às vezes fosse de curta duração. (RIBEIRO, 2010, p.413).

Ainda, a autora Maria Isaura Pereira de Queiróz (1957, p. 204), situa os agregados na “periferia mal delineada” das grandes famílias latifundiárias, mantendo-se em relações de dependência e veneração destas.

Os designados como camaradas eram trabalhadores independentes, empreiteiros ou diaristas que viviam de acordos de trabalho para prestar serviços para os grandes proprietários tanto em áreas rurais quanto urbanas, garantindo seu sustento e toda a sua família.

Considerações Finais

Mediante todas as considerações é possível compreender uma camada intermediária da sociedade sob o regime escravista que por muito tempo foi excluída ou dada pouca importância ao seu papel desempenhado no contexto econômico, social e cultural da época.

É possível perceber que suas funções e ocupações eram diversas, alguns dos cargos ocupados por esses homens livres e pobres não isenta a presença de cativos naquelas atividades, bem como a supervisão dos animais, da

fazenda e vigilância que poderiam ser realizados por capatazes. Mas, outras atividades só poderiam ser compreendidas junto ao homem livre, como é o caso dos tropeiros, vendeiros, sitiantes, agregados e camaradas.

O que diferenciava esses homens despossuídos e pobres dos escravos eram as condições que a presença da liberdade lhes oferecia, sua mobilidade e transitoriedade espacial, bem como a ausência de castigos físicos. E, sua palavra de honra valia mais que a do escravo em casos de depoimentos judiciais, pois o escravo poderia ser coagido pelo seu proprietário.

As relações sociais com os senhores de engenho eram mantidas sob uma dominação pessoal em meio a troca de favores e dependência mútua que aparecia aos poucos, niveladas com traços de solidariedade recíprocas, uma submissão e subserviência que não estava posta de maneira explícita, mas que se encontrada sob as inter-relações pessoais aparentemente harmoniosas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Aluísio de. *Vida e Morte do Tropeiro*. São Paulo: Martins, 1971.
FRANCO, Maria Sílvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. SP: Fundação Editora da Unesp, 1997.

GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na Formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. 3ª ed. – Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. *Agregados e fazendas no nordeste de Minas Gerais*. *Estud. Soc. e Agric.*, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 2, 2010: 393-433
QUEIRÓZ, Maria Izaura Pereira. *Estudos de Sociologia e História*. São Paulo: Anhembi, 1957.

NA ARTE DA BARGANHA:
JOÃO VILLELA DO AMARAL NA PRAÇA MERCANTIL DAS
ALAGOAS (1717-1727)

Jorge Lopes dos Santos¹¹⁶

Quantos ministros reais e quantos oficiais de Justiça, de Fazenda, de Guerra vos parece que haviam de ser mandados cá para a extração, segurança e remessa deste ouro ou prata? Se um só destes poderosos tendes experimentado tantas vezes, que bastou para assolar o Estado, que fariam tantos?

(...) No mesmo dia hávies de começar a ser feitores, e não senhores de toda a vossa fazenda. Nem havia de ser vosso o vosso escravo, nem vossa a vossa canoa, nem vosso o vosso carro e o vosso boi, senão para o manter e servir com ele¹¹⁷.

(Padre Antonio Vieira - 1656)

Neste cenário, no dia 26 de maio 1712, um dia talvez chuvoso, temperatura amena, “Alagoas” livre já alguns anos dos holandeses, os oficiais da Câmara da Vila das Alagoas todos reunidos entre eles: Cristiano Guterres (escrivão do crime e civil), Diogo, Francisco Lobo Ferreira, Simão Teixeira Serrão, Matheus Serqueira e João de Araujo Barros¹¹⁸ resolveram agradecer a Vossa Majestade, D. João V, e suplicavam que o Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca, se estabelecesse na Vila de Alagoas do Sul. Antes e até as primeiras décadas do século XVIII, tudo o que era relacionado com a administração da justiça¹¹⁹ naquele território emanava do Ouvidor-geral da, então, Comarca de Olinda. Este fato perdurou até a nomeação do primeiro Ouvidor, Dr. Joseph da Cunha Soares¹²⁰. A chegada deste poderia representar a liberdade da Comarca, pois Alagoas estava livre de Olinda, pelo menos no âmbito judicial.

É bom salientar, que a Coroa Portuguesa se valeu de alguns conflitos de jurisdição, nesse caso, uma disputa entre as principais vilas para sediar a sede da comarca, para ampliar seu domínio sobre a parte sul da Capitania de Pernambuco. E ao mesmo tempo, que intencionava intensificar a

¹¹⁶ Graduando do curso História Licenciatura na Universidade Federal de Alagoas. Colaborador PIBIC (2014-2015). Membro do GEAC - Grupo de Estudos da América Colonial.

¹¹⁷ Padre Antônio Vieira, Sermão da Primeira Oitava da Páscoa, 1656 APUD Graça Salgado, 1985.

¹¹⁸ AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento10.

¹¹⁹ Grifo meu, nesse período, em terras alagoanas, a justiça era exercida por Juizes Ordinários ou da terra que atuavam nos termos de Vila de Santa Magdalena Alagoas do Sul. Juizes eleitos trienalmente para servir durante o período de um ano. Salgado, Graça (org.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985 p. 262.

¹²⁰ O primeiro ouvidor era magistrado com formação jurídica na Faculdade de Coimbra. AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento10.

administração da Capitania como um todo, caracterizando, assim, a construção de um governo forte e atuante na região, partindo das intenções centralizadoras da “cabeça da comarca”.

Para o rei, a manutenção de seu poder dependia do rodízio de seus gestores nos domínios ultramarinos e atendimento mínimo das feitas pelos súditos nas conquistas. Evidentemente que o equilíbrio era extremamente difícil, mas, sem dúvida alguma, o maior beneficiário sempre era a Coroa lusa que mantinha seus domínios, aumentava seu poder, estreitava os laços de dependência e fazia funcionar sua máquina administrativa.

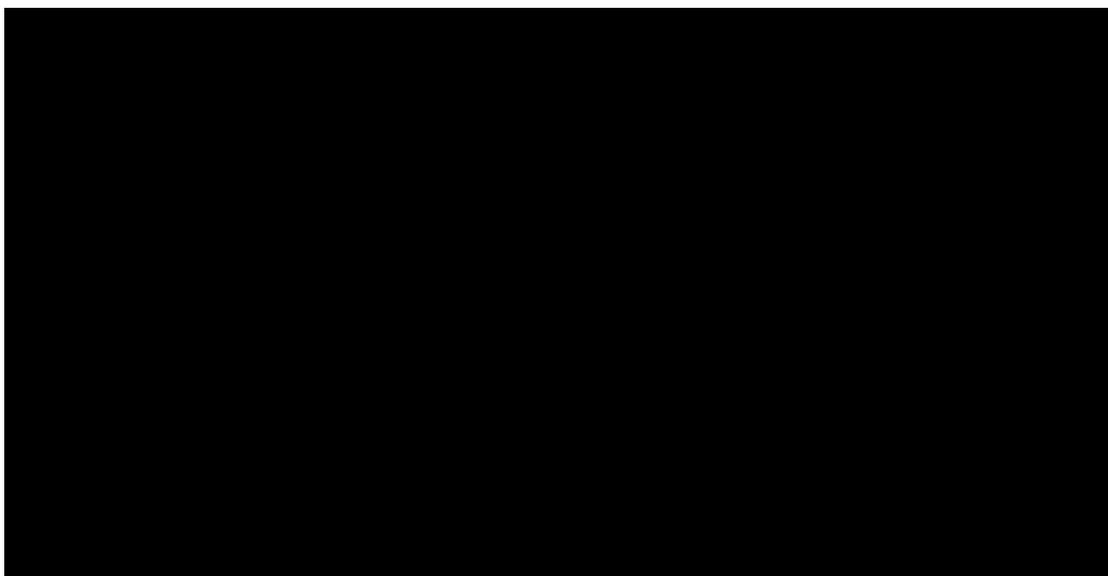
O poder por estas bandas agora estava mais sólido e a tendência seria acentuada cada vez mais. Apesar desta autonomia, a mesma não era completa, tendo em vista que o Ouvidor agora começava a residir naquele território, e estava regulamentado pelo mesmo regimento de 21 capítulos destinados aos ouvidores da Capitania de Pernambuco, datado a 22 de setembro de 1668.

A criação do cargo de ouvidor era mais uma forma que a sociedade colonial tinha para manter um elo de ligação com a Coroa Portuguesa, visto que, a distância entre as Vilas da parte sul da Capitania de Pernambuco e sede administrativa/jurídica podia chegar a mais de 60 léguas – 360 km, em alguns pontos. A população local clamava por justiça e que o Reino enviasse seu representante para dirimir as pendengas existentes, pois para a população como a Vila de Penedo que era linha de fronteira com os sertões, era de essencial importância a presença deste representante conforme carta dos oficiais daquela Vila¹²¹, ali estava se tornando um antro de desordeiros e criminosos. A permanência efetiva de um Ouvidor representava o rei, a justiça e, desta forma, afastaria estes criminosos. Mas, a população gostaria que as conquistas se mantivessem.

Indo na contramão destes desejos, a população da recém criada Comarca das Alagoas entrou em “pé de guerra” com os representantes da Coroa. Os Ouvidores que seria a solução para os problemas desta população, se tornou o problema. Não é novidade para a historiografia atritos entre população e agentes régios, onde estes, para exercer suas funções tomava atitudes não agradáveis para os súditos de Vossa Majestade. Contudo, procuravam na medida do possível estabelecer alguns limites nas suas decisões que corroborassem com os desejos da Coroa e o bem comum. Indo na contramão, destaco um personagem atípico na nossa historiografia, o ouvidor: João Vilela do Amaral. Ele representava para alguns moradores da Comarca das Alagoas, o caos, visto que além exercer sua função régia, se embreou no mundo mercantil montando uma vasta rede de privilégios e monopólio para seus agentes mercantil.

¹²¹Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento10.

João Vilella do Amaral (1717-1727)¹²², segundo ouvidor da Comarca de Alagoas, era natural da Vila de Castelo Branco¹²³, representou para a historiografia alagoana um caso emblemático, visto que conseguiu admiradores e desafetos. Devido as suas atitudes este personagem não exerceu a função de Ouvidor pelo período de 03 anos - como era normalmente praticado. Apesar de suspenso, tentou se manter no ofício, ato esse que gerou atritos com o novo Ouvidor, Manuel de Almeida Mattoso. Entre o período exercido no cargo e a finalização de sua devassa, foram quase 10 anos. Além do cargo régio, João Villela do Amaral, soube aproveitar as oportunidades que a função almejava e conseguiu formar uma rede de representantes mercantis. Constatou-se na documentação que, independente de ocupar cargo régio na ouvidoria das Alagoas, João Villela criou uma teia de agentes que incluía membros da nobreza da terra e da sua criadagem, conforme tabela abaixo:



Com seu grupo, Villela conseguiu está presente, em vários pontos do “território alagoano”, visto que, precisava agir incisivamente. Seus agentes foram incumbidos de manter uma rede de forma que fechasse todo círculo, ou seja, as três vilas – Penedo, Porto Calvo e Santa Maria Madalena de Alagoas do Sul.

Destes, o único que tinha contato direto com o grupo e circulava neste círculo, era o criado de João Villela, o pardo Antonio Sebastiam Nunes. A função deste, era afastar a ligação ouvidor/ atividade mercantil, era um faz tudo. Era responsável em distribuí a mercadoria, receber o tabaco e fazer as devidas cobranças através de intimidação ou não.

¹²² O período em questão, corresponde a passagem do Ouvidor João Villela do Amaral no território, a partir da documentação do AHU, Alagoas Avulsos.

¹²³ AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 16, fl. 2v

Estrategicamente, João Villela do Amaral, se aliou a nobreza da terra, para fortalecer seus objetivos. O escolhido, era membro da importantíssima família seiscentista Álvares Camelo, o Capitão mor Francisco Álvares Camelo. Segundo Dimas Bezerra, a genealogia Alvares Camelo¹²⁴ tinha ascendência com as famílias Mirandas, Araújo, Baiões e Bezerras¹²⁵ e com as famílias Rocha e Pimentel da Vila de Porto Calvo. Os Rochas e Pimentel era responsável pelos contratos de carne e vinho. O capitão mor Francisco Álvares Camelo era o elo de ligação desta empreitada montada por João Villela, além está presente na “cabeça da comarca”, e estender seus negócios além Comarca, visto que tinha residência, em Recife, e mantinha atividade na região da Vila de Penedo. Conforme aponta

(...) muitas testemunhas que o Capitam môr Francisco Alvares Camelo e Antonio da Sylva Cardozo no anno de 1726 comprarao na Freguesia de São Miguel húa grande partida de tabacos para o syndicado e dizem algumas testemunhas que tomavão os ditos tabacos aos lavradores por menor preço do que corrião e pagando a algú a dinheiro; outro além de fazendas dando lhes estas por exorbitantes preços¹²⁶.

Vale lembrar, que a Vila de Penedo por ser área de fronteiras era rota de comércio com a Capitania da Bahia. A distância com a Vila de Olinda, levava a esses moradores frequentemente a negociar além Capitania de Pernambuco. Atitude que levou o Ouvidor João Villela do Amaral agir dentro da Vila, pelos em duas ocasiões, através de correições. Atitude que marcava o desejo principal que era quebrar a espinha dorsal do comércio com a Bahia e minar o monopólio local.

Para dirimir questões que corroborasse com as atividades mercantis do João Villela, aparece nessa teia o Comissário¹²⁷ Pedro da Sylva Caldas, que além de suas atividades comerciais na vila das Alagoas¹²⁸, exercia junto ao ouvidor, a função de seu escrivão. Através da devassa, é detalhado com qual produto e localidade cada agente mercantil exercia seus negócios e de que forma agiam em nome do ouvidor.

¹²⁴ Conforme Dimas Bezerra, os Álvares Camelo eram proprietários de ofícios, comendas e títulos: juiz e escrivão dos órfãos, familiar do Santo Ofício, Escrivão da Câmara, Tabelião do Judicial e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Marques, Dimas Bezerra. “Cargos, prestígios e heranças: a hereditariedade de ofícios e seu papel na manutenção do poder político das elites locais (Capitania de Pernambuco 1689-1761)”. In: Caetano, Antonio Filipe Caetano. *Das partes sul à Comarca das Alagoas, Capitania de Pernambuco: ensaios sobre justiça, economia, poder e defesa (séculos XVII-XVIII)*. Maceió. Viva Editora, 2015.

¹²⁵ Idem, p. 116.

¹²⁶ AHU, Alagoas avulsos, Cx. 1, documento 45, fl. 7v.

¹²⁷ Conforme Graça Salgado, a função de comissário aparece em 1645 (comissário de mostras) e em 1803 (comissário escrivão e comissário tesoureiro). SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. pp. 305 e 396.

¹²⁸ Grifo meu, na documentação aparece Vila das Alagoas em refere ao território (vilas de Penedo, Porto Calvo e Santa Maria Madalena Alagoas do Sul), mas no caso de Pedro da Sylva Caldas pode ser a Vila de Santa Maria Madalena Alagoas do Sul (Cabeça da Comarca).

Em 03 de julho de 1720, a Coroa Portuguesa designou o ex-ouvidor geral de Pernambuco, desembargador José de Lima Castro¹²⁹ para conhecer os capítulos e queixas contra o ouvidor-geral de Alagoas, João Vilela do Amaral. A sua escolha foi estratégica, pois o mesmo conhecia como ninguém o espaço alagoano - a parte sul da Capitania de Pernambuco - na ocasião de ter exercido a função de Ouvidor geral da Capitania de Pernambuco.

Segundo Karolline Campos, os primeiros ouvidores da Comarca das Alagoas causaram uma série de conflitos com os locais, ocasionando várias queixas ao rei sobre os maus procedimentos dos homens letrados¹³⁰. Dos 14 ouvidores que passaram por essas brandas no século XVIII, pelo menos 03 (três) sofreram devassas. Especificamente o ouvidor João Vilela do Amaral causou o caos dentro Comarca, pois além de privar o juiz ordinário de exercer suas funções, multar e prender: ele montou redes de agentes mercantis para, dessa forma, monopolizar as principais atividades mercantis da Comarca, diga-se de passagem, as mais restáveis¹³¹: tabaco e fazendas.

Dos 21 capítulos do regimento, o ouvidor João Vilela infligiu quase todos, entre um deles manter mancebo com uma local¹³². Os excessos do ouvidor para tirar seus concorrentes do caminho chegaram ao ponto de tentar desestabilizá-los financeiramente através de prisões e, até mesmo, posse dos inventários *post mortem*, como podemos exemplificar o caso do comerciante da Vila de Penedo, Dante Gonsalves de Souza. Onde a sua esposa, Ana Gonsalves, foi alvo do ouvidor que visava o testamento do esposo falecido, o mesmo emitiu ordem de prisão, para dar conta das quitações do esposo e das obrigações financeiras dos filhos. As punições eram diferenciadas, avaliada caso a caso. Esta atitude poderia ser uma estratégia do João Vilela, e seus agentes mercantis, já que na Vila de Penedo, tinha o Capitão mor Francisco Álvares Camelo¹³³.

Mesmo com sua saída da ouvidoria, João Vilela continuou agindo como nada tivesse acontecido. Fato requerido pelo substituto Manuel de Almeida

¹²⁹AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 20

¹³⁰ Mendonça, Anne Karolline Campos. “Juizes ordinários na região sul da Capitania de Pernambuco: a justiça do rei e dos súditos portugueses (séculos XVII E XVIII)” In: Caetano, Antonio Filipe Caetano. *Das partes sul à Comarca das Alagoas, Capitania de Pernambuco: ensaios sobre justiça, economia, poder e defesa* (século XVII-XVIII). Maceió. Viva Editora, 2015.

¹³¹ Grifo meu, vale lembrar, o tabaco era umas das moedas de troca na aquisição da escravaria africana naquele continente.

¹³² Grifo meu, segundo o regimento do cargo de ouvidor era vedado o estabelecimento de relações matrimoniais com mulheres da localidade onde foram destinados para servir, sem o consentimento régio. A medida visava abrandar as relações sociais que, porventura, pudessem ocorrer a partir da contração de família e o enraizamento nas localidades de atuação jurídica. Por outro lado, a tolerância com as protegidas e o comportamento com o detentor do cargo poderia causar insatisfações por ferir a natureza do próprio cargo.

¹³³ Conforme Dimas Bezerra, o capitão mor Francisco Álvares Camelo tinha residência em Recife. Marques, Dimas Bezerra. “Cargos, prestígios e heranças: a hereditariedade de ofícios e seu papel na manutenção do poder político das elites locais (Capitania de Pernambuco 1689-1761)” In: Caetano, Antonio Filipe Caetano. *Das partes sul à Comarca das Alagoas, Capitania de Pernambuco: ensaios sobre justiça, economia, poder e defesa* (século XVII-XVIII). Maceió. Viva Editora, 2015.

Matoso em que pede ao juiz do Tombo, desembargador José de Lima Castro ordem para poder suspender João Villela do Amaral.

A imagem construída de João Villela construída pela população da Vila de Penedo reflete na argumentação usada pelo ouvidor de Alagoas, Manuel de Almeida Matoso, para justificar, em carta enviada em 04 de abril de 1724 ao Conselho Ultramarino, acerca da causa que o obrigou a prender o seu antecessor João Vilela do Amaral. Este ouvidor

*(...)he hum grande ignorante, e hum grande malicioso, pois sabendo ou, devendo saber, quenaó tinha jurisdição alguá para conhecer dos erros, e delitos, que seu antecessor [ilegível] na administração do seu Lugar, por este conhecimento por este conhecimento[sic] pertencer por naturalmente[?] no sindicante nomeado por sua magestade; elle se intrometeo a [ilegível] ser dellas, do que mais he manter na cadea ao dito seu antecessorem confessa[?] nesta sua atesta. ternaó diga que o antecessor foi grande santo, e que naó cometeria estes defeitos (...)*¹³⁴

No mundo colonial sempre alguém saia insatisfeito do jogo, cabendo ao rei equilibrar e desequilibrar a balança para sanar conflitos, evitando assim o aumento de queixas e rebeldias planejadas e, evidentemente, tentar impedir os crimes contra Vossa Majestade.

Segundo Isabelle de Matos, o ofício de ouvidor, muitas vezes, possuía um forte caráter centralizador. Na prática, os ouvidores eram indivíduos que se envolviam com a sociedade local, que defendiam interesses particulares e participaram de inúmeros conluios¹³⁵. Claro exemplo desta situação, é quando os oficiais das Câmaras – Vila de Penedo, Vila de Porto Calvo e Vila Santa Maria Madalena Alagoas do Sul - num primeiro momento, escreveram ao rei para que fosse criado o cargo de Ouvidor, e num segundo momento, a mesma instituição os acusavam de práticas exclusas. Para autora, o mesmo teria ocorrido com os juízes de fora, ainda que o ofício tenha sido criado com o intento de gerar uma fiscalização mútua que, na verdade, se reverteu em um alto nível de envolvimento com a sociedade local, ao mesmo tempo em que reforçou um forte embate entre as demais instâncias de poder, presentes no cenário político da administração colonial.

O Ouvidor João Villela de Amaral ficou nove meses preso por ordem do seu desafeto Ouvidor Manuel de Almeida Mattozo, sem direito a visitas ou contato externo. Mesmo com esse controle na sua segurança, acabou fugindo para Bahia onde ficou por quase seis anos, até aparecer a oportunidade de ir para Nova Colônia do Sacramento.

¹³⁴AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 24. fl. 01

¹³⁵ Mello, Isabele de Matos Pereira de. Poder, administração e justiça: os ouvidores gerais no Rio de Janeiro (1624-1696). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010. PDF. Acessado: 01/05/2016, p. 127

Em 12 de maio de 1727, o Conselho Ultramarino consultou o rei D. João V sobre o parecer do Desembargo do Paço acerca do requerimento do bacharel João Vilela do Amaral em que pede ordens para servir de ouvidor-geral na Nova Colônia do Sacramento, visto estar livre por sentenças da devassa e residências que lhe tiraram do tempo que foi ouvidor da Comarca das Alagoas (Capitania de Pernambuco), por queixas dos desafetos, Capitão-mor Bento da Rocha Barbosa Maurício Vanderlei e do seu sucessor bacharel Manuel de Almeida Matoso.

A falta de credibilidade, foi fator determinante para que o Conselho não indicasse o ouvidor nessa nova empreitada, apesar de sua confirmação à Nova Colônia de Sacramento, visto que, no tempo que foi ouvidor na Comarca das Alagoas mostrou-se conflituoso em vários momentos, fomentando várias discórdias para que valesse seus interesses.

O Conselho Ultramarino considerava-o politicamente fraco para dirimir questões pertinentes a aquele espaço português, visto que, além de exercer a função de ouvidor, também seria o responsável na criação de vilas, dando um caráter civil e jurídico ao novo território. Desta forma, fortaleceria a fronteira e consequentemente os domínios de Vossa Majestade. Na sua negativa, o Conselho argumentou que para o cargo de ouvidor de um espaço tão estratégico que era a Nova Colônia de Sacramento que tinha frequente investidas de espanhóis, era necessário indicar um agente régio que

(...) não achem notados os defeitos de Ioão Vilella do Amaral; e Como nas Praça de Sanctos se ache o Bacharel Antonio dos Santos Soares que neste Reyno servio com boa satisfação o Lugar de Iuis de fora de OLivença, e depois em Santos com grande oppinião pella qual merecco que Vossa Magestade o nomea fiel no de Ouvidor geral de Angolla, de Cujá occupação o deve Vossa Magestade absolver, nomeando-o expressamente para hir crear em villas a Nova Colonia do Sacramento, e fazer o mais de que estava encarregado o Ouvidor geral do Rio de Janeyro Paulo de Torres Rijo[?] Vieyra, que por faller antes de ir para a dita parte escolheo Vossa Magestade em seo Lugar ao dito Ioão Vilella do Amaral, com as expressões que estão exprimidadas nas ordens que se lhe passarão, percebendo por este serviço aquella honra que lhe estava permitida, e que o mesmo se deve observara Respeito do dito Antonio dos Santos Soares¹³⁶.

A partir da negativa do Conselho Ultramarino, Villela acaba sumindo na documentação, onde abre espaço para levantamos algumas hipóteses. A primeira, se o mesmo continuou no mundo mercantil na Bahia, visto que, em 1726, o Capitão mor Francisco Álvares Camelo e Antonio da Silva Cardozo adquirirão uma grande partida de tabaco para João Villela. A segunda, se Villela voltou à Portugal.

¹³⁶ AHU, Alagoas Avulsos, Cx. 1, Documento 44, fls. 4v e 5.

Podemos concluir, como efetivos agentes do Estado, estes ministros dispuseram de uma inegável e incontestável parcela de poder de um ofício estratégico na administração colonial, que muitas vezes, entrava em conflito com uma sociedade colonial que estava sustentada em práticas costumeiras. Embora estes ouvidores representassem a Coroa Portuguesa, eles acabavam criando uma disputa, como no caso de Ouvidor João Villela, que centralizou funções jurídicas e mercantis em torno si.

Referências

ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOXER, Charles R. **A Igreja militante e a expansão ibérica: 1440-1770**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). **Alagoas colonial: construindo economias, tecendo redes de poder e fundando administrações (séculos XVII-XVIII)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

CAETANO, Antonio Filipe Pereira Caetano (org.). **Das partes sul à Comarca das Alagoas, Capitania de Pernambuco: ensaios sobre justiça, economia, poder e defesa (século XVII-XVIII)**. Maceió: Viva Editora, 2015

CURVELO, Arthur Almeida Santos de Carvalho. **O senado da câmara de Alagoas do Sul: governança e poder local no Sul de Pernambuco (1654 – 1751)**. Recife: O autor, 2014. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2014.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FRAGOSO, João. FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia: Rio de Janeiro, c.1790-c.1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João. ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. **Conquistadores e negociantes: histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João. GOUVÊA, Maria de Fátima. **Na trama das redes: políticas e negócios no império português, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2010.

FRAGOSO, João. **Nobreza principal da terra nas repúblicas de Antigo Regime nos trópicos de base escravista e açucareira: Rio de Janeiro, século XVII a meados do século XVIII**. In: FRAGOSO, João. *História do Brasil*. vol.03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. pp.159 a 237

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MARQUES, Dimas Bezerra. **Cargos, prestígios e heranças: a hereditariedade de ofícios e seu papel na manutenção do poder político das elites locais (Capitania de Pernambuco 1689-1761)**. In: Caetano, Antonio Filipe Caetano. **Das partes sul à Comarca das Alagoas, Capitania de Pernambuco: ensaios sobre justiça, economia, poder e defesa (século XVII-XVIII)**. Maceió. Viva Editora, 2015.

MELLO, Isabele de Matos Pereira de. **Poder, administração e justiça: os ouvidores gerais no Rio de Janeiro (1624-1696)**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2010. PDF. Acessado: 01/05/2016.

MENDONÇA, Anne Karolline Campos. **Juízes ordinários na região sul da Capitania de Pernambuco: a justiça do rei e dos súditos portugueses (séculos XVII e XVIII)** In: Caetano, Antonio Filipe Caetano. **Das partes sul à Comarca das Alagoas, Capitania de Pernambuco: ensaios sobre justiça, economia, poder e defesa (século XVII-XVIII)**. Maceió. Viva Editora, 2015.

Ordenações Filipinas – Livros: 01, 02, 03, 04 e 05 – PDF

SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SCHWARTZ, Stuart. B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609- 1751**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Laura de Melo e. **O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2000.

POPULAÇÕES, ESCRAVIDÃO E RELAÇÕES DE PODER NA VILA
DE SANTA MARIA MADALENA DAS ALAGOAS DO SUL
(1825-1830)

José Fernando Barbosa dos Santos¹³⁷

Os registros de eventos vitais¹³⁸ trazem em si uma boa quantidade de informações, que podem contribuir em uma vasta possibilidade de pesquisa quando usados como fontes de análise histórica. Pois, por meio deles, pode-se mapear e estudar toda a população de uma determinada localidade. Sendo assim, muitas vezes, tidos como “fontes democráticas” (BASSANEZI, 2009, p.142).

Os Registros paroquiais são uma fonte relevante para o trabalho com populações do século XIX, porque mesmo com a independência, o Brasil continuou a ter o catolicismo com religião oficial do Estado, e com isso a Igreja manteve esse importante papel de registros vitais da sociedade (batismo, matrimônio e óbito), sendo estes feitos a partir dos sacramentos obtidos pela população. Muito embora os registros civis já existissem desde antes do Império, esse só veio a ter uma maior relevância com a proclamação de república em 1889. E com a padronização que estes sofreram depois das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), que já vinha seguindo as ordens do Concílio de Trento (1560-1565), estes registros tornaram-se ainda mais presentes no cotidiano da sociedade brasileira, segundo Bassanezi “deu a esses registros universalidade e representatividade, um caráter serial e cronológico, além de sua qualidade dupla de serem, ao mesmo tempo, uma documentação individual e coletiva”. (BASSANEZI, 2009, P.146).

Universalidade essa que era em muito reforçada pelo Padroado Régio, que ligava a Igreja intimamente ao Estado, e dava aos registros por ela produzidos ao mesmo tempo “um caráter religioso, com força de um ato civil de cada indivíduo” (MARCILIO, 2004, p. 4). Excluindo-se desse registro apenas uma minoria representada por protestantes, indígenas e africanos pagãos¹³⁹.

E é por este fato de conseguir ser tanto uma fonte individual quanto coletiva, torna este tipo de documentação tanto qualitativa quanto

¹³⁷ Graduando em História Licenciatura pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Membro do Grupo de Estudo de América Colonial - GEAC/UFAL, coordenado pelo Prof. Dr. Antônio Filipe Pereira Caetano. Atuando na área de demografia, escravidão, família e relações de poder. E-mail: nando_juacri@hotmail.com.

¹³⁸ São chamados de Registros de Eventos Vitais, os registros de batismo, matrimônio e óbito. Eventos pelos quais todos os indivíduos daquela sociedade teriam que passar, independentemente da camada social a qual pertenciam, salvo a guarda pouquíssimas exceções, e seriam registrados e guardados pela Igreja Católica.

¹³⁹ Estes chamados pagãos eram os indígenas e africanos que ainda não haviam recebido o sacramento do batismo, que abria a porta para a vida cristã, e para que o indivíduo recebesse outros sacramentos, como eucaristia e matrimônio.

quantitativa. Ainda que o caráter quantitativo seja de certo modo mais predominante. Sendo, portanto, base para o trabalho com a história das populações e sociedades. “A história quantitativa faz-se portadora de ambições diferentes, voltadas para a formalização ou a elaboração de novos instrumentos de investigação.” (GRENIER, 2005, p. 183).

Havia uma exclusividade, por parte da Igreja Católica sobre os registros eclesiásticos de toda a vida dos indivíduos, desde seu nascimento, a sua morte, passando por possíveis matrimônios¹⁴⁰, a soberania sobre esses registros “atribuía à Igreja uma importante dimensão de poder naquela relação” (FERREIRA FILHO, OLIVEIRA FILHO, 2013, p.5). Também, conforme afirma Martha Daisson Hameister, esses registros “estão impregnados pelos interesses de quem os construiu, sejam esses agentes individuais ou coletivos.” (HAMEISTER, 2012, p.101). Portanto, um maior ou menor detalhamento do registro, dados omitidos, ou mesmo informações negligenciadas por serem julgadas sem importância podem ocorrer, a depender dos interesses de quem produziu o assento.

Dentre os registros paroquiais, o que se destaca aqui para este estudo são os registros de batismo. Sacramento que inicia a vida cristã tem para esse período um caráter de registro vital dos indivíduos, que só vem a ser substituído pelo registro civil de nascimento, no século XX. Era para a sociedade da época algo muito importante, pois “na mentalidade das pessoas estava arraigada a ideia de salvação da alma pelo batismo.” (BASSANEZI, 2009, p. 149).

Os estudos dos registros de batismo ademais auxiliam a compreender algumas das relações sociais da determinada população, pois ia muito além de apenas o sacramento. A escolha dos padrinhos era uma decisão muito importante, pois com esse laço os padrinhos acabavam “tornando-se pais espirituais do batizando” e, por conseguinte, “irmãos espirituais dos pais desse, com todo o ônus e todas as benesses que podem advir dessa relação voluntária que foi contraída.” (HAMEISTER, 2004, p. 105). Sendo assim, na maioria dos casos, esses laços de compadrio não eram realizados sem pretensões de relações sociais presentes ou futuras.

Para trabalhar com esse tipo de registro foi usado o método da Demografia Histórica, que foi inicialmente usada na França por Louis Henry e Michel Fleury, com a finalidade de descobrir os motivos da baixa taxa de fecundidade francesa em comparação a outras nações europeias, mas que conseqüentemente foi além, como afirma Maria Luiza Marcílio:

(...) acabou por montar uma técnica para transformar os registros paroquiais em dados de base que para análises sofisticadas de Demografia do passado, e que desse conta de estabelecer taxas diferenciadas de fecundidade, natalidade, de nupcialidade e de

¹⁴⁰ Sendo esse controle, facilmente observado através dos três principais livros de registros vitais da vida cristã: Batismo, Matrimônio e Óbito. Que acompanhavam os momentos cruciais da vida cristã.

mortalidade. Surgia um novo método de reconstituição de família, e com ele estava criada uma nova ciência: a Demografia Histórica. (MARCILIO, 2004, p. 7).

O que abriu em muito as opções de fontes para pesquisas, principalmente referentes a populações. E a partir do que foi desenvolvido por Henry e Fleury na França, a Demografia Histórica foi se expandindo e sendo aplicada a outras localidades, cada uma com sua peculiaridade, mas mantendo boa parte das técnicas iniciais, apenas as aprimorando, cada vez mais. Um exemplo dessas aplicações é o chamado Grupo de Cambridge (*Cambridge Group for the History of Population and Social Structure*) que em seus estudos “desenvolveu metodologia específica, basicamente quantitativa e abrangendo um número maior de regiões, com intuito de standardizar as informações e torná-las comparáveis entre si, contemplando largos períodos de tempo e localidades diferentes.” (FARIA, 2011, p.232)

As aplicações desse tipo de metodologia de estudo no Brasil foram amplamente aceitas e adaptadas a realidade brasileira. Podendo analisar elementos como a história da família, da mulher, da infância, temas que costumeiramente são menos valorizados em outros tipos de documentação. Além de propiciar uma nova ferramenta para o estudo da escravidão e sua história. “Houve mesmo uma revolução nas formas de fazer História e nas temáticas que se abriram.” (MARCILIO, 2004, p.8).

Com esse estudo visa-se esboçar um panorama da sociedade da Vila de Santa Maria Madalena das Alagoas do Sul, hoje município de Marechal Deodoro, no período que vai de 1825 a 1830. Com base nos dados coletados no livro de Batismos n° 5 da paróquia da dita cidade, que se encontra no acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió. E a partir desse panorama poder analisar a população da então capital da Província das Alagoas, em seus aspectos de relações sociais, escravidão, contingente populacional, laços de compadrio.

Vila de Santa Maria Madalena da Alagoas do Sul: Situação Histórica e Cotidiano

Antes que se possa traçar algum panorama sobre a Vila de Santa Maria Madalena das Alagoas do Sul, é preciso entender o contexto histórico na qual ela está inserida. Sua formação inicia da sesmaria de Diogo Soares da Cunha, entre 1591 e 1611, mas só veio ser elevada à categoria de vila em 1636. Dirceu Lindoso, em seu livro *Formação de Alagoas Boreal* divide Alagoas em duas partes, uma a qual chama de “Meridionalis” que tinha como polo Penedo, e a outra “Borealis” como polo em Porto Calvo, da qual pertencia a Vila de Santa Maria Madalena das Alagoas do Sul. Contudo dada a sua centralidade entre os dois polos, foi elevada à categoria de capital da

Comarca das Alagoas a partir de 1712, “passando a exercer a função de sede judiciária, religiosa e militar, contando com uma Ouvidoria.” (CARVALHO, 2015, p. 184).

Essa importância só aumenta quando a comarca é desmembrada de Pernambuco, e se torna a Província das Alagoas, em 1817. Em 1823, a vila é elevada à categoria de cidade por D. Pedro I, o que a reafirma como capital da província, posto que ocupa durante todo o corte cronológico deste estudo, que só vem a perder em 1839, quando a capital da Província das Alagoas é transferida para Maceió.

Para o seguinte estudo a fonte documental usada como base é um registro paroquial, um livro de batismo, produzido na paróquia de Nossa Senhora da Conceição, que durante o período a ser estudado fazia parte da Diocese de Olinda. Uma documentação como esta produzida no cotidiano eclesiástico da Igreja, tem muito a revelar sobre a população desta localidade. Para poder esboçar aqui esse panorama, foram analisados 1142 registros de batismos, referentes ao período compreendido entre 1825 a 1830. Onde muitos elementos da sociedade local puderam ser identificados pela forma como esses dados apareceram no livro de batismos, e por meio desses elementos pode-se traçar aqui um painel da população da cidade de Santa Maria Madalena das Alagoas do Sul.

O primeiro dado que chama a atenção ao analisar a documentação é o contingente de escravos presentes na população desta cidade, que chega próximo dos 15%, nos registros de batismos até então catalogados. O que é um número expressivo, ainda mais quando observado que destes escravos eram em sua grande maioria escravos crioulos, que segundo o dicionário de Raphael Bluteau é “o escravo que nasce em casa do senhor” (BLUTEAU apud LARA, 2012, p.76). Este termo é usado amiúde para descrever escravos nascidos em terras brasílicas, e no caso da região em estudo eles representam mais de 92% do contingente total de escravos encontrados nos registros.

O número de escravos restante é representados por escravos vindos da África, que já foram batizados adultos, constando desta forma nos registros de batismos. No período do corte cronológico, que percorre mais de cinco anos, apenas 14 desses foram batizados e registrados no livro de batismos da paróquia desta cidade. Seu registro de batismo tem como principal diferencial dos escravos crioulos não constar o nome de seus pais, pois estes já foram adquiridos adultos por seus senhores. E o que consta na grande maioria dos casos é a etnia à qual este escravo pertence e de onde é a sua origem, entre os encontrados nesse livro de batismos são registrados como gentio da Costa da Mina, da Angola e do Congo. Quanto a esse gentio é importante lembrar que ele nem sempre representava a região do qual era natural o escravo, mas sim a região do porto africano ao qual ele foi embarcado rumo ao Brasil.

Outro fator que chama a atenção no tocante a estes escravos adultos é de que, na maioria dos registros deste tipo, a pessoa que o apadrinhava era

um outro escravo, de mesmo, ou de outro proprietário, o que dá a entender que possivelmente pertencia ao mesmo círculo de relações sociais e econômicas. Com isso, por meio do laço espiritual que se formava com o batismo, o escravo adulto tinha uma rede de relações sociais que era escolhida pelo seu próprio senhor, com ou sem interesses nas relações as quais estava submetido o seu escravo. Quanto a questão do gênero a maior parte destes escravos adulto pertencia ao sexo masculino.

Quanto ao que se refere aos laços de compadrio de escravos, eram bem escassos nesses registros, constando padrinhos escravos apenas em menos de 4% dos casos. E nos momentos em que surgiram, foram para apadrinhar outros escravos, e mesmo entre estes ainda eram minoria, aproximadamente 13% dos registros de batismos de escravos contem padrinhos em mesma condição. Entre os batizados escravos há uma frequência de que os laços de compadrio sejam com livres, em alguns casos até mesmo parentes dos proprietários. O que leva a indagar o quanto de liberdade os escravos tinham para escolher quem seriam os padrinhos de seu filho. E se tinham essa liberdade, qual seria o objetivo dos mesmos, ao escolher laços de compadrio com pessoas livres?

Outro número que chama bastante atenção é o número de registros de mães solteiras que ultrapassa 20% do total de registros. Isso sem levar em conta uma quantidade de assentos nos quais não constam o nome do pai, nem o estado civil da mãe, que podem ou não ser mães solteiras. “Diferente do comportamento familiar europeu, o Brasil teria se caracterizado pela bastardia” (FARIA, 2011, p. 242). Essa bastardia é constatada também em Santa Maria Madalena das Alagoas do Sul pelos registros de batismos.

Sendo esta, uma sociedade católica, onde o sacramento do matrimônio é bastante importante, o que seria responsável por essa grande quantidade de filhos ilegítimos¹⁴¹? Possíveis explicações seriam: o fato de as despesas de um casamento oficial na Igreja Católica ser de certa forma alta, o que levaria pessoas das camadas mais baixas da população a não realizar este sacramento, unindo-se em uniões não oficiais, vivendo no que a Igreja vem a chamar de concubinato; relações proibidas ou de adultério que para evitar que fossem identificadas como tal, eram mascaradas como concubinato; ou mesmo casos em que a mãe podia ser abandonada pelo pai, seja por que esse não podia manter um vínculo matrimonial com ela, ou por não querer esse tipo de laço.

Esses números de mães solteiras eram ainda mais expressivos na população escrava. Entre os registros de batismos de escravos mais de 75% eram filhos de mães solteiras. Mesmo que houvesse a presença da família escrava, a maioria dos registros de escravos vinha de filhos ilegítimos, sem contar que aqui também aparecem muitos registros sem identificação do pai,

¹⁴¹ Filho ilegítimo é o termo utilizado nos registros batismais para identificar crianças que não nasceram de uniões legítimas, ou seja, de uniões não legalizadas pela Igreja Católica.

e sem informação quanto à mãe ser ou não solteira. Esse número continua alto mesmo se comparado à população total, dentre todas as mães solteiras catalogas no livro de batismo, mais da metade delas eram escravas.

Nem todos os vigários, que eram responsáveis pelos assentos nos livros de batismos, preocupavam-se em constatar a cor dos párvolos, ou de seus pais. Dentre os três vigários que foram até o presente momento encontrados no livro de batismo utilizado como fonte para este estudo, apenas um deles tinha essa preocupação em registrar a cor dos pais. E analisando os assentos feitos por este vigário, Antonio Xavier Garcia de Almeida, pode-se observar que, dentre as mães solteiras que não pertencem à população escrava a maioria eram classificadas por ele como pardas. Que geralmente era um termo utilizado para identificar uma camada da população mestiça, porém livre, muito embora também existem registros de pardos escravos. Quanto a esse tipo de classificação de cor, “a escolha dos termos utilizados para designar uma pessoa dependia do jogo de forças entre os envolvidos, da situação e do contexto: revestia-se de um caráter político”. (LARA, 2012, p.76).

Enquanto a presença de escravos é bem expressiva, e facilmente notada por meio dos registros de batismos, a presença indígena faz o caminho inverso, aparecendo apenas seis assentos durante todo o corte cronológico sendo que na maioria dos casos encontrados eram filhos de mães solteiras, ou sem o nome do pai no registro de batismo, apenas um deles tinha o nome do pai sendo que o pai não era indígena.

Outro aspecto que é possível observar por este registro é quanto a distribuição das pessoas pela região e as relações sociais que estas tinham com moradores que vivia em outras vilas e freguesias. Pois com frequência os vigários indicavam as localidades às quais pertenciam os pais e padrinhos constantes nos registros. Podendo assim perceber quais as principais capelas, e onde se concentravam as parcelas da população. Como exemplo, pode-se observar que a maioria dos registros que não foram de batismos realizados na própria vila, são realizados nas capelas dos engenhos, que existiam em grande quantidade nessa localidade. O que mostra que os engenhos além de importantes economicamente, também eram centros populacionais.

Como capital da Província das Alagoas, esta cidade tinha uma grande importância política, militar, religiosa e jurídica. A parte militar pode ser vista nos registros batismais de forma bem evidente, pelo alto número de pais e padrinhos que possuíam patentes militares. O apadrinhamento por militares consta em mais de 10% dos assentos durante o corte cronológico. Contudo a maioria destes que apareciam nos registros tinham altas patentes, o que indicava certo grau de prestígio naquela sociedade.

Esse *status* social pode ser visto também com outras pessoas que formavam um tipo de elite, que mesmo que não seja uma elite política e

econômica, era uma “elite” de apadrinhamentos, pois membros dessas camadas sociais figuravam em muitos registros de batismos. Como demonstra Martha Daisson Hameister:

A alta concentração de compadrios em um número reduzido de pessoas se faça necessariamente por escolhas daqueles que emitem o convite a esses compadres e padrinhos recorrentes nos registros batismais, gerando assim, mais ou menos voluntariamente, uma “elite” de padrinhos que se confundiria com a formação da elite da localidade propriamente dita. (HAMEISTER, 2012, p. 107).

Essa elite é também existente em Santa Maria Madalena das Alagoas, e alguns casos puderam ser identificados na fonte utilizada para este estudo. Um bom exemplo é o caso do Capitão Mor Alexandre Jozé de Mello, que num período de menos de seis anos apareceu em doze registros, e sua mulher Dona Ana Barboza de Araújo, apareceu em sete. Demonstrado que entre as pessoas daquela localidade eles eram frequentemente escolhidos para laços de compadrio, dado a esses uma vasta rede de relações sociais. Outro notável exemplo é Dona Adriana Maria de Pontes, que nesse mesmo período consta em quinze registros.

Os dois casos demonstrados acima mostram que pessoas com certo título que concedesse prestígio social tinha mais chances de serem convidados a laços de compadrio. Para as mulheres esse título era o de Dona, que a enquadrava como alguém pertencente a uma elite social e econômica, que indicava que era de família tradicional da alta sociedade, ou que era casada com um homem de muito prestígio social. E mesmo entre as outras Donas, essas duas acima citadas ainda se destacam.

Já no caso dos militares, esse prestígio era concedido apenas a patentes mais altas como Capitães, Comandantes, Sargentos, Tenentes, Coronéis, Alferes. Patentes mais baixas não costumam ter esse mesmo prestígio, tanto que poucas vezes ela apareceu nos registros de batismos. O que não é possível identificar é se essas patentes mais baixas não costumam ser mencionadas por poucos portadores destas obtinham laços de compadrio, ou se porque por não serem altas patentes não eram mencionadas pelo vigário que realizava o assento.

Entretanto, esse prestígio social não era compartilhado por todos os membros dessas elites, uma prova disso é que mesmo sendo um importante ponto jurídico da Província das Alagoas, os membros da justiça não figuravam com frequência os registros encontrados já que em um período de quase seis anos apenas um membro da justiça como padrinho, foi identificado, o Doutor Ouvidor Rodrigo de Souza Silva Pontes. Essa ausência de outros membros da justiça em laços de compadrio causa um estranhamento no momento da análise, e é preciso ser investigada mais a fundo, com o auxílio de outras fontes que verifiquem se a presença continua

tão escassa em outros períodos para além do corte cronológico aqui estabelecido.

Considerações Finais

Estes elementos da sociedade de Santa Maria Madalena das Alagoas do Sul demonstram um panorama do que pode ser analisado desta população ao observar os livros de batismos referentes a esta localidade. E também demonstram o quão vasta é a gama de possibilidades de pesquisa por meio do uso das fontes paroquiais. Por meio destes apontamentos iniciais já se pode perceber detalhes importantes da população, como o contingente populacional e quais grupos étnicos eram mais marcantes na região. Dados importantes sobre a escravidão como uma estimativa da quantidade de escravos, os principais proprietários e os laços de compadrio contraídos por esses escravos. Também podem ser vislumbradas.

Entretanto, algumas questões ficam abertas a possíveis estudos seja por que a quantidade de fontes para este estudo ainda é pequena ou porque as informações importantes, muitas vezes, foram, suprimidas ou esquecidas pois “algumas normas eram cumpridas com bastante rigor e outras tantas ignoradas ou relevadas, de acordo com a conveniência, a convivência e com o juízo do clérigo.” (HAMEISTER, 2012, p.110). Exemplos disso é quanto a grande ausência de militares de baixa patente; o número expressivo de registro sem o nome do pai, mas que também não declara se a mãe era ou não solteira; e a baixa quantidade de oficiais da justiça mesmo sendo a capital e importante centro jurídico.

No entanto, os dados aqui demonstrados ainda estão em momento inicial de análise e o panorama apresentando ainda é raso. Contudo, com o avançar dos estudos e a análise de novas fontes, e o apoio de novas referências, esse estudo tende a se aprofundar ainda mais e o panorama a ser ainda mais ampliado.

Referências

Livro de Batismo número 5 da paróquia de Santa Maria Madalena das Alagoas do Sul, atual Marechal Deodoro. Acervo do Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió.

BASSANEZI, Maria Sílvia. *Registros Paroquiais e Cíveis*. In: PINSKY, Carla. LUCA, Tânia de. (Organizadoras). *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

CARVALHO, Cícero Péricles de. *Formação Histórica de Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2015.

FARIA, Sheila de Castro. *História da Família e Demografia Histórica*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion. VAINFAS, Ronaldo. (Organizadores). *Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FERREIRA FILHO, Aurelino José. OLIVEIRA FILHO, Pedro Affonso de. *Registros Eclesiásticos e Cartoriais, Fontes e Documentação: Possibilidades, Perspectivas e Desafios para as Pesquisas em Escravidão no Brasil – Triângulo Mineiro – MG*. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH*. Natal, 2013.

GRENIER, Jean-Yves. *A História Quantitativa ainda é Necessária?* In: BOUTIER, Jean. JULIA, Dominique. (Organizadores). *Passados Recompuestos – Campos e Canteiros da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HAMEISTER, Martha Daisson. *O uso dos registros batismais para o estudo de hierarquias sociais no período de vigência da escravidão*. In: XAVIER, Regina Célia Lima. *Escravidão e Liberdade – Temas, Problemas e Perspectivas de Análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

LARA, Sílvia Hunold. *No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América portuguesa setecentista*. In: XAVIER, Regina Célia Lima. *Escravidão e Liberdade – Temas, Problemas e Perspectivas de Análise*. São Paulo: Alameda, 2012.

LINDOSO, Dirceu. *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió: Edições Catavento, 2000.

MARCILIO, Maria Luiza. *Os Registros Paroquiais e a História do Brasil*. In: *Revista Varia História*, 31 de janeiro de 2004.

Um autor é indissociável do seu tempo, ou seja, o lugar social do qual esse indivíduo se insere, é parte indispensável para que se possa compreender a obra produzida pelo mesmo. Partindo desse princípio, a análise literária anda em conjunto com uma análise histórica para delimitar as relações sociais, de poder e intelectuais que proporcionaram a bagagem do autor e sua visão de mundo. Bourdieu afirma que:

É preciso também buscar no objeto construído pela ciência as condições sociais de possibilidade do "sujeito" erudito (por exemplo, a sckhoitf e toda a herança de problemas, de conceitos, de métodos etc., que tornam sua atividade possível) e os limites possíveis de seus atos de objetivação¹⁴².

No caso de Graciliano Ramos é necessário que se faça uma análise da primeira metade do século XX, incluindo, assim, toda a complexidade da república recém-proclamada, principalmente a chamada Era Vargas que interfere diretamente na vida do escritor.

Graciliano inicia aos 12 anos – ultrapassando suas dificuldades iniciais com o mundo da leitura – sua carreira literária com a publicação do conto *O Pequeno Pedinte*, na primeira edição de *O Dilúcio* (fundado por ele e seu primo Cícero de Vasconcelos) em 1904 (MORAIS, 2012). Graciliano continuou durante toda a sua adolescência a publicar contos em colaboração com diversas revistas e jornais alagoanos.

Após servir ao exército, tentou, em 1914, a carreira jornalística, indo morar no Rio de Janeiro conseguiu empregos em alguns jornais da capital fluminense – foi de foga a revisor – sem deixar de escrever seus artigos, crônicas e contos publicados principalmente no *Jornal de Alagoas*. Infelizmente um surto de peste bubônica em Alagoas que matou quatro de seus familiares e deixou sua família em dificuldades o fez deixar a carreira de jornalista e voltar para Palmeira dos Índios.

Apesar de todas as tarefas que tinha Graciliano, agora pai de família e dono da *Loja Sincera* (loja que seu pai o passara em meados de 1917), a literatura estava sempre presente em seu dia a dia, seja como colaborador do jornal *O índio* ou escrevendo contos e os primeiros rascunhos do que viriam ser seus livros famosos.

¹⁴² BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 236.

Já em 1927 Graciliano é indicado à corrida eleitoral pelo cargo de prefeito de Palmeiras dos Índios, entretanto não pretendia aceitar a indicação apesar dos vários pedidos dos amigos que aceitasse tal função,

Quando tudo parecia perdido, Graciliano voltou atrás. Os adversários do partido Conservador espalharam pela cidade que ele estava fugindo das urnas com medo de fracassar como prefeito e pôr a perder seu prestígio. O sangue lhe subiu à cabeça e, repentinamente mudou de opinião¹⁴³.

Mesmo sem campanhas, nem promessas Graciliano foi eleito prefeito da cidade e iniciou uma série de mudanças que surpreenderam e por muitas vezes desagradaram a população, como a proibição de criações soltas pela rua, cobrou os impostos atrasados e cortou as isenções fiscais dos grandes comerciantes e proprietários de terras.

Foi por causa dos seus relatórios como prefeito de Palmeira dos Índios que Graciliano chamou atenção do Governador de Alagoas e foi nomeado diretor da Imprensa Oficial do Estado.

A julgar pelo estilo de escrita adotado nas cartas e nos despachos administrativos da prefeitura, as experiências vividas por Graciliano tanto na imprensa quanto no comércio, costeando a esfera político-institucional, serviram para aguçar o seu olhar crítico, as suas disposições de cronista realista, ao mesmo tempo em que alimentavam o seu sonho de retornar ao jornalismo¹⁴⁴.

Em Maceió, integrou um grupo de pessoas que mais tarde viriam a ser referências em diversas áreas da intelectualidade brasileira. Entre eles estavam: Aurélio Buarque de Holanda, Rachel de Queiroz, Jorge de Lima, José Lins do Rego, Tomás Santa Rosa. Esse grupo de amigos fez com que Ramos tivesse contato com pessoas que participavam dos ciclos literários cariocas,

[...] os ciclos literários da capital souberam de Graciliano através do pintor e desenhista Santa Rosa, que abandonara o emprego no Banco do Brasil de Maceió e se mudara para o Rio de Janeiro disposto a viver de sua arte [...]¹⁴⁵.

É necessário aqui falar de sua prisão em 1936: “oficialmente” Graciliano foi preso por ser suspeito de ter participado do levante conhecido como Intentona Comunista no ano anterior, todavia ele fez parte da leva de pessoas presas por não serem apoiadores do governo de Vargas.

¹⁴³ MORAES, Dênis de. *O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. São Paulo: Boitempo, 2012.

¹⁴⁴ FERREIRA, Cosme Rogério. *Habitus, campo e mercado editorial: a construção do prestígio da obra de Graciliano Ramos*. Maceió: EDUFAL, 2015.

¹⁴⁵ MORAES, Dênis de. *O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. São Paulo: Boitempo, 2012.

*Ou seja, é evidente que Graciliano não foi preso por ser um militante comunista, mas por ser um intelectual perturbador do Status quo*¹⁴⁶.

Ficou preso de março de 1936 a janeiro de 1937 sem existir qualquer inquérito ou processo instaurado contra ele.

*O interrogatório, as testemunhas, as formalidades comuns em processos não apareciam. Nem uma palavra de acusação. Permaneceríamos talvez assim*¹⁴⁷.

Graças à sua boa relação com os intelectuais de Maceió, sua prisão não ficou esquecida. Foram essas amizades que o ajudaram a publicar ainda em cárcere e fizeram campanha para tirá-lo da cadeia.

*O lançamento no novo livro de Graciliano Ramos e sua premiação deixou alguns membros do governo numa perfeita saia justa. Como seria possível manter preso um autor publicado e comentando por jornais e revistas?*¹⁴⁸

Depois de solto, já morando permanentemente no Rio de Janeiro, Graciliano encontra o lugar para manter as relações intelectuais que havia deixado em Maceió, é a livraria José Olympio que apesar da enorme repressão do Estado Novo mantinha-se como um lugar seguro.

*[...], as investigações em torno da livraria, continuavam a ser feitas de longe. Talvez, o que permitiu certa “liberdade”, às edições de José Olympio e aos frequentadores da livraria, era o grau de aproximação de José Olympio com Lourival Fontes e a sua declarada simpatia a Getúlio Vargas*¹⁴⁹.

A José Olympio – que Graciliano frequentou até o fim de sua vida – proporcionou a vários intelectuais o convívio necessário: novos e mais experientes romancistas trocavam dicas, encontros eram realizados o que permitiu a realização de encontros favorecendo a troca de dicas entre mais novos e os mais experientes que culminavam numa pluralidade de ideias. Para Graciliano era um lugar de inspiração para romances, início de novas amizades e contatos profissionais.

Graciliano fez parte de uma corrente literária que é conhecida como Geração de 1930. Essa corrente tem seu marco inicial com a publicação de O

¹⁴⁶ FERREIRA, Cosme Rogério. *Habitus, campo e mercado editorial: a construção do prestígio da obra de Graciliano Ramos*. Maceió: EDUFAL, 2015.

¹⁴⁷ RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere*. Vol I. – 40ª ed.; - Rio, São Paulo: Record, 2014.

¹⁴⁸ PALAMARTCHUCK, Ana Paula. *Novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928 – 1948)*. Maceió: EDUFAL, 2014.

¹⁴⁹ Idem.

Quinze de Rachel de Queiroz e dela também fazem parte José Lins do Rêgo, Jorge Amado, José Américo de Almeida entre outros. O romance regionalista é o romance no sentido de mostrar o real nordestino, no sentido social. Escrever sobre o cotidiano dos mais simples, uma crítica à sociedade, fazer uma literatura mais pura, objetiva e verdadeira.

Graciliano Ramos, em sua singularidade, acrescentará ao regionalismo o estilo requintado, a expressividade da linguagem, o vigor crítico do realismo e a densidade psicológica¹⁵⁰.

Os escritores da geração de 1930 eram funcionários de vários órgãos governamentais, no Brasil da época era quase impossível se viver, exclusivamente, do dinheiro conseguido pelos direitos autorais de suas obras, se fazia necessário o complemento da renda por meio de cargos públicos. Prova disso é a contribuição de Graciliano Ramos durante quatro anos (1941 à 1944) na Revista Cultura Política que estava vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), dentre suas tarefas na revista estava a de revisor de textos e cronista sobre os costumes do nordeste brasileiro.

Sobre essas crônicas podemos ressaltar as críticas – em forma de sarcasmos e ironias – que o autor de *Vidas Secas* faz quando retrata as dificuldades sociais que retratam tão bem o sertão e as cidades do interior nordestino.

É através de Luiz Carlos Prestes que Ramos se filia ao Partido Comunista Brasileiro em agosto de 1945.

A militância comunista exibiu a adesão de Graciliano como troféu; tratava-se de um escritor consagrado que reforçaria o prestígio do partido no meio intelectual¹⁵¹.

Já dentro do partido defende que a intelectualidade e produção literária sirvam como uma forma de conscientizar as pessoas do que acontece ao redor delas, no Brasil, no mundo. Mas também ressalta que a literatura não deve nunca perder a sua autenticidade e sua liberdade transformando-se em mero objeto de manobra para as ideologias.

Graciliano não disfarçava o desprezo pela literatura apologetica [...] Não aceitava constrangimentos ao trabalho autoral, nem tolerava que escritores e artistas se reduzissem a meros porta-vozes de grupos de pressão. Queria

¹⁵⁰ MORAES, Dênis de. *O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. São Paulo: Boitempo, 2012

¹⁵¹ MORAES, Dênis de. *O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. São Paulo: Boitempo, 2012

*proteger as palavras ameaçadas pelo apetite devorador dos preceitos ideológicos*¹⁵².

Com o acirramento do confronto entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União Das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no final da década de 1940 e o definitivo alinhamento do Governo Dutra (1946 – 1951), que é caracterizado pelo retrocesso democrático e por uma repressão ativa e acirrada, inicia uma política de “caça” aos comunistas. Em maio de 1947 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) revoga o registro de partido do PCB e no início de 1948 suspende também os mandatos de todos os filiados ao Partido Comunista Brasileiro.

Em contrapartida, existe também a luta de diversos grupos para a manutenção da liberdade constitucional e contra o retrocesso que essas proibições causariam. Como por exemplo:

*Outra manifestação importante de resistência será a criação da Liga de Intelectuais Anti-Facistas, A LIAF, em junho de 1947, que em seu manifesto inaugural esclarece ser uma organização de ‘artistas, cientistas, escritores, jornalistas e representantes dos profissionais liberais, sem distinção partidária, filosófica ou religiosa’ cujo principal objetivo seria a luta pela paz, pela democracia, contra o fascismo, feito através ‘de todos os recursos de divulgação por lei permitidos’. Os intelectuais da LIAF, dentre os quais se destacam os nomes de Graciliano Ramos e Jorge Amado*¹⁵³

chamam a população, ou o termo usado por eles “os verdadeiros democratas brasileiros” para que se unam contra o retrocesso que culminaria na reinstalação do regime nazifascista

Suas ideias, suas percepções não eram caladas nem pelos próprios camaradas de partido. Seus últimos dois livros escritos e publicados postumamente foram duramente combatidos pelos membros do PCB por conter críticas ao modo de governo da URSS (Em seu livro *Viagem*, o escritor critica o realismo socialista e alguns outros aspectos da vida soviética, vistos por ele durante uma viagem à Rússia) e aos próprios militantes brasileiros (fez restrições ao levante comunista de novembro de 1935 em *Memórias do cárcere*). Por tudo isso, podemos afirmar que Graciliano não foi um militante “comum”.

¹⁵² MORAES, Dênis de. Graciliano, literatura e engajamento. 2006

¹⁵³ BARBOSA, Júlia Monnerat. A militância política e produção literária no Brasil (dos anos 30 aos anos 50): As trajetórias de Graciliano Ramos e Jorge Amado e o PCB. Pág. 285. Niterói, 2010

Referências

BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MORAES, Dênis de. *O Velho Graça: uma biografia de Graciliano Ramos*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MORAES, Dênis de. *Graciliano, literatura e engajamento*. 2006.

FERREIRA, Cosme Rogério. *Habitus, campo e mercado editorial: a construção do prestígio da obra de Graciliano Ramos*. Maceió: EDUFAL, 2015.

PALAMARTCHUCK, Ana Paula. *Novos bárbaros: escritores e comunismo no Brasil (1928 – 1948)*. Maceió: EDUFAL, 2014.

BARBOSA, Júlia Monnerat. *A militância política e produção literária no Brasil (dos anos 30 aos anos 50): As trajetórias de Graciliano Ramos e Jorge Amado e o PCB*. Niterói, 2010.

EM DEFESA DA IGREJA DE PEDRO? CONTROVÉRSIAS DOGMÁTICAS E POLÍTICAS NA IGREJA (SÉCULO VIII)

*Luanna Klíscia de Amorim Mendes*¹⁵⁴

Introdução

A questão que motiva este trabalho é a reflexão sobre o processo de constituição da igreja cristã hispânica na Alta Idade Média no século VIII, tendo como eixo da nossa análise a querela Adocionista que envolveu três importantes homens da igreja desta região: Elipando¹⁵⁵, arcebispo de Toledo; Felix¹⁵⁶, bispo de Urgel; e o Beato¹⁵⁷ de Liébana, monge¹⁵⁸ do Reino de Astúrias no norte da Península.

Nosso trabalho parte do seguinte problema: o que foi heresia na Alta Idade Média no século VIII. Os estudos recentes têm destacado duas questões importantes sobre esse assunto: primeiramente verifica-se o poder, a versatilidade e a autonomia do conceito de heresia, e sua capacidade de estimular, se desenvolver e se adaptar a uma admirável variedade de usos; em segundo lugar, os mecanismos particularmente complexos pelos quais a igreja, na cristandade medieval, se edificou, conferindo aos seus adversários identidade e consistência.

Existem diversos tipos de apropriação da palavra heresia no decorrer da história, e a utilizada em nosso trabalho, é a heresia como uma construção de discurso da igreja, entre dois grupos defensores de Nicéia, e pretendemos refletir sobre o debate herético que fora recorrente na Alta Idade média,

¹⁵⁴ *Universidade Federal de Alagoas. Orientadora: Profa. Dr^a. Raquel de Fátima Parmegiani*

¹⁵⁵ Elipando, Arcebispo de Toledo no século VIII, e foi o principal defensor do Adocionismo na Hispania, suas teses foram condenadas no concílio de Ratisbona (Regensburg) em 792 e no concílio de Frankfurt em 794, até seu falecimento continuou a defender sua doutrina sem fazer nenhuma retração. SANZ, Maria Adelaida Andrés. et.al. CODONER, Carmen (coord.). *La hispania visigótica y mozarabe: das épocas em su literatura*. 1^aed. Salamanca: Ediciones universidad de salamanca, 2010. p. 252 - 257

¹⁵⁶ Felix, bispo de Urgel no final do século VIII, foi o maior seguidor, apoiador e transmissor do Adocionismo, nas províncias Tarraconense (atual Tarragona comunidade autônoma da Catalunha) e nos Pirineus, foi forçado a retratasse no Concílio de Ratisbona (792) e depois em Roma, posteriormente teve sua doutrina refutada por Alcuíno em 798. *Ibidem*, p. 259- 268

¹⁵⁷ Beato de Liébana ou São Beato, teólogo e monge de forte personalidade, pouco se sabe de sua vida, passou parte dela no Mosteiro de São Martinho de Turieno, e alguns anos entre a monarquia de Oviedo, com o rei Silo e sua esposa Adosinda, filha do rei Alfonso I, entre seus escritos estão Comentário ao Apocalipse “*Commentarium in Apocalypsin*” que foi muito difundido durante a Alta Idade Média, e o Apologético também conhecido como Carta de Eterio y Beato de Liébana a Elipando, por meio desta carta, Beato rebateu as idéias Adocionistas de Elipando. *Ibidem*, p.229 - 235

¹⁵⁸ Beato é monge, mas o mesmo é citado em várias cartas como Abade (No século VIII dava a designação de abade a quem comandava) por Alcuíno de Iorque e Presbítero por Álvaro de Córdoba. *Ibidem*, p.229

período em que as heterodoxias estimularam a uma fermentação intelectual e social.

Conceito de Heresia

Tendo em vista que no dicionário da língua portuguesa moderna, heresia significa: blasfêmia, divergência em ponto de fé ou de doutrina religiosa, a heresia consistiria, portanto negação ou dúvida pertinaz, de alguma verdade que se deve crer com fé divina. O conceito de heresia aparece cedo nos textos dos eclesiásticos que estivera ligado a negação ou recusa voluntária de uma ou mais afirmações de fé defendida nos primeiros concílios ecumênicos.

Na antiguidade uma “*hairesis*” era comumente usada pelos gregos para indicar uma escolha de uma escola, como exemplo as escolas filosóficas ou seitas do judaísmo; que designar aquele que se afastava da doutrina da tradição rabínica e, neste sentido, foi empregado pelos judeus pejorativamente para designar os cristãos. Assim os cristãos a princípio foram considerados “heréticos” pelos judeus no sentido de “aqueles que haviam se desviado”.¹⁵⁹

Na sua origem a palavra grega *hairesis* que aparece desde os primeiros traços literários do cristianismo nascente, nas cartas do apóstolo Paulo¹⁶⁰, carrega o significado literal de “escolha”, ou seja, são interpretações e práticas religiosas contrárias aquelas oficialmente adotadas pela Igreja Católica¹⁶¹. Dubois afirma que uma *hairesis* também significa “eleger” (isto remete ao grupo de pessoas que aderem aos princípios de uma mesma corrente de pensamento que vão contra a fé cristã) ou “tomar”, que para alguns teólogos é uma metáfora que remete ao gesto que Adão e Eva fizeram ao estender a mão para “pegar” o fruto proibido no antigo testamento e assim iniciando um pensamento discordante em relação a Deus.¹⁶²

Segundo Frangiotti (1995, p6, apud Barros, 2010, p35) para os primeiros Padres da Igreja e seus dignitários posteriores, heresia equivalia, a uma visão discordante, assim, uma palavra grega originalmente poderia significar a “acentuação de um aspecto particular da verdade”, passava no cristianismo primitivo a ter um sentido que a palavra heresia exprimia uma negação da

¹⁵⁹ PARPINELLI, Cristiano; MENDES, Gabriel da Costa. As Heresias Trinitárias E A Prática Eclesial Da Igreja. Revista Eletronica Theologia Ano 2008, Volume 2, Nº. 1. p2

¹⁶⁰ DUBOIS, Jean Daniel. Polemicas, poder e exegese: o exemplo dos gnósticos antigos no mundo grego. In: Inventar a heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da inquisição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009. p.40

¹⁶¹ JUNIOR, Hilário Franco. A Idade Média, nascimento do ocidente. São Paulo: Brasiliense, 2001. P. 200

¹⁶² BARROS, José d'assunção. Heresias: considerações sobre a história de um conceito e sobre as discussões historiográficas em torno das heresias medievais. Revista Fronteiras, Dourados, MS, v. 12, n. 21, p. 33-49, jan./jun. 2010.p.35

verdade original e aceita, ou como pregação de um evangelho diferente daquele que era divulgado pelas verdades apostólicas.¹⁶³

Heresias tornaram-se uma oposição a um pensamento eclesiástico “ortodoxo”, a ortodoxia referisse à ideia de um caminho reto relacionado a um pensamento original, que para o cristianismo é um pensamento que derivaria de Deus, assim como os textos bíblicos e a interpretação que considerada única e correta.

A multiplicidade de heresias no contexto da Alta Idade Média, deve-se ao fato de que o cristianismo, que estava em formação neste período, foi forçado a se definir, isto é, necessitava estabelecer seus limites em relação às outras religiões e, em relação a outras formas de cristianismo, no judaísmo¹⁶⁴, e no monoteísmo mais radical do Islamismo, portanto para o cristianismo antigo, a aplicação da ortodoxia resultava no combate a diversidade. Assim para os cristãos de acordo com Weiss, será herege aquele que rejeita tal doutrina de tal concílio preciso, e posteriormente no futuro será aquele que não reconhece, ou dá a impressão de não reconhecer, uma doutrina fundada sobre a tradição em sua totalidade¹⁶⁵.

Com o desenvolvimento e organização da hierarquia eclesiástica, as heresias, colocaram em ameaça a própria existência da igreja. Ao reunir e conciliar várias tradições religiosas¹⁶⁶, a religião cristã tornou-se mais facilmente assimilável, porém suscetível a diversas interpretações. Estes elementos faziam a força, mas também a fraqueza do cristianismo. Em vista disto, a heresia foi entendida pelos primeiros pais da Igreja como um desvio dogmático que colocava em perigo a unidade de fé num contexto em que a igreja a Ocidente estava marcada por uma forte presença das igrejas nacionais e pela força dos bispos locais.

É certo que os livros do novo testamento, não trazem uma sistematização da doutrina da fé e que esta tarefa ficou a cargo dos chamados Pais da Igreja, escritores cristãos do primeiro século e esse processo não se deu de forma pacífica. As primeiras controvérsias dogmáticas ocorrem já no início do século III e tiveram, principalmente, caráter cristológico. Em resposta a estas divergências teológicas, foram organizados os chamados concílios ecumênicos¹⁶⁷, e logo no primeiro deles – Concílio de Nicéia - ficou defendida a teologia trinitária, na qual Jesus foi entendido como verdadeiro Deus e verdadeiro homem. No entanto, as decisões tomadas nesses concílios não puderam impedir que esta polémica se mantivesse presente nos escritos de diversos autores cristãos. Os defensores da teologia trinitária tiveram que

¹⁶³ Idem

¹⁶⁴ WEISS, Jean Pierre. O método polemico de Agostino no contra Faustum. In: Inventar a heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da inquisição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009. p.15

¹⁶⁵ Ibid. p.16

¹⁶⁶ BROWN, Peter. A Ascensão do cristianismo no ocidente.

¹⁶⁷ Os sete primeiros concílios Ecumênicos são: Primeiro Concílio de Niceia (325), Primeiro Concílio de Constantinopla (381), Primeiro Concílio de Éfeso (431), Concílio de Calcedônia (451), Segundo Concílio de Constantinopla (553), Terceiro Concílio de Constantinopla (680), Segundo Concílio de Niceia (787).

permanecer atento às doutrinas divergentes defendidas por aqueles a quem estes passaram a denominar de falsos doutores.

No final do século II iniciou-se a uma catalogação das heresias, feita por aqueles que fizeram prevalecer seus posicionamentos nos primórdios da formação da igreja cristã tanto no oriente como no ocidente. No século V Santo Agostinho em Sobre heresias e o que Deus quer (*De haeresibus ad Quodvultdeum*), relata que listara cerca de 88 heresias, esta listagem continuará sendo usada e aumentada na Idade Média.

Na antiguidade muitas heresias eram gnósticas, e continham elementos egípcios, gregos, judaicos e cristãos como o Maniqueísmo com ideias de dualidade entre o bem e o mal em concepção universalista essa doutrina teve o jovem Santo Agostinho como seu defensor; outras eram judaizantes¹⁶⁸ mantinham as ideias que se deviam conservar as leis de Moises, como o Ebionismo¹⁶⁹ que pregava que Jesus não aboliu o Tora e que deviam seguir os mandamentos do mesmo, assim como a conservação da circuncisão e da celebração aos sábados.

Contexto Histórico

Na alta Idade média, essa multiplicidade de opiniões sobre o cristianismo deveu-se ao fato de que a mesma esteve, durante este período – séculos IV a X, em construção quanto aos seus dogmas, ritos, organização política etc. A questão Adocionista¹⁷⁰, foco deste estudo, carrega consigo grande parte das querelas cristológicas combatidas pelos sete primeiros concílios ecumênicos. Condenado em 794, no concílio de Frankfurt, esta heresia está ligada a uma tradição cristológica, que desde o início do século II ganhou espaço nas discussões sobre a humanidade e a divindade de Cristo. Podemos destacar autores que foram defensores destas ideias durante toda a Antiguidade Tardia, como por exemplo: São Teodoto de Bizâncio¹⁷¹ e

¹⁶⁸ Que, ou quem judaíza, praticar as cerimônias judaicas. In: Dicionário Online de Portugues.

¹⁶⁹ MACHADO, Alda da Anunciação; NETTO, João Loyola Paixão. *Lexicon - Dicionário Teológico Enciclopédico*. São Paulo: Edições Loyola, 2003. p. 219

¹⁷⁰ LYON, Henry R. Op. Cit. p.201.

¹⁷¹ São Teodoto, ensinava que Jesus certamente era um homem nascido da virgem por vontade do Pai, que viveu de modo semelhante a todos, no batismo foi adotado por Deus, ele não foi Deus até depois de sua ressurreição dos mortos. O Monarquismo foi condenada como heresia em 190 pelo Papa Vítor, e Teodoto foi excomungado, porém seus discípulos continuaram a propagar sua doutrina. COSTA, Paulo Cesar. *Salvatorisdiciplina: Dionisio de Roma e a regula fidei no debate teológico do III século*. Roma: Editrice pontifica universita gregoriana, 2002. p. 47.

Teodoto o Jovem¹⁷², Paulo de Samosata¹⁷³ do século III, Apolinário de Laodiceia¹⁷⁴, Fotino¹⁷⁵ bispo de Sirmio, Bonoso¹⁷⁶ bispo de Sardica.

A fórmula como esta tradição chegou a península no século VII, trazia a ideia de que Jesus, como homem, não teria a menor possibilidade de ser filho de Deus por nascimento, mas somente por adoção, por meio do seu batismo. Seus principais defensores nesta região foram Felix, Bispo de Urgel (sua defesa do Adocionismo levou muitos a denominá-la heresia “Feliciano”) Elipando, o Arcebispo de Toledo e Ascario¹⁷⁷, bispo de Braga.

É preciso destacar, que a querela adopcionista, foi criada, discutida, defendida por doutores da Igreja, conhecedores dos textos bíblicos, como o próprio Beato deixa claro em sua obra: “hereges são todos os filósofos, porque um homem rústico não pode ser chamado de herege”¹⁷⁸. Portanto, a questão do Adocionismo, foco central da documentação que será investigada na nossa pesquisa, se fez presente dentro da Igreja Hispânica no século VIII, mas tratou-se de uma heresia que se construiu dentro das discussões exegéticas, e como nosso Beato afirma, esteve presente entre os homens cultos da Península Ibérica, conhecedores dos textos bíblicos e da tradição exegética.

No ano de 783, quando Elipando tomou posse da sede metropolitana a arquidiocese de Toledo, ele exerceu autoridade sobre toda Hispânia que neste período se encontrava partida entre o domínio muçulmano e cristão, a

¹⁷²Seguidor de Teodoto de Bizâncio, foi o disseminador do monarquismo em Roma no início do século III, foi excomungado por Zeferino, bispo de Roma. Idem. p.47.

¹⁷³Paulo de Samosata, foi bispo de Antioquia de 260 a 272, foi deposto em 269, por um sínodo reunido em Antioquia, mas a sentença entrou em vigor apenas em 272, quando o imperador Aureliano o depôs. No concílio de Nicéia (325) seus discípulos foram excomungados e seu batismo declarado sem valor. Ele afirmava que Cristo era homem e nele habitava a virtude de Deus, e que, portanto, Cristo não era propriamente Deus, e sim um homem que foi adotado pela força superior. Esta foi, sem dúvida, a ideia central que deu nome a heresia. MACHADO, Alda da Anunciação. op. cit., p. 411.

¹⁷⁴Apolinário de Laodiceia, bispo da Síria no século IV, afirmava que Cristo tinha um corpo humano, porém dotado de uma mente puramente divina, não sendo um homem genuíno, muitos sínodos reprovaram suas ideias, porém foi condenado em definitivo em 381, no concílio de Constantinopla, quando foi proclamado a perfeição da humanidade de Cristo. NORELI, Enrico; MORESCHINI, Claudio. História da literatura cristã antiga grega e latina: II do concílio de Nicéia ao início da idade média. Tomo 1. São Paulo: Edições Loyola, 2000. Passim.

¹⁷⁵Fotino, foi o bispo de Sirmio na província romana da Panônia, foi condenado no sínodo de Sirmio de 351, e foi novamente deposto poucos anos depois por Valentiano I, e faleceu no exílio em 375. Ensinava que o *logos* não era uma pessoa, e sim uma vontade divina, que se manifestava em Jesus, e segundo ele, Jesus era um homem porém Deus o adotou como filho, por causa de suas virtudes. Idem, p. 81-82.

¹⁷⁶Bonoso no Concílio de Capua (392) foi condenado por que negava a virgindade de Maria, pelo papa Sirício. Afirmava além de Jesus Maria foi mãe de outros filhos, e não reconhecendo assim sua virgindade perpetua, e assim não podia se afirmar com certeza a divindade de Cristo. REYNOLDS, Brian K. Gateway to Heaven: Doctrine and devotion. Marian Doctrine and devotion image and typology in the patristic and medieval periods. Vol.1 doctrine and devotion. Estados Unidos da América: New City Press, 2012. Passim.

¹⁷⁷Bispo de Braga, é conhecido por seu compromisso com a tese Adocionista, defendendo a humanidade de Jesus e sua natureza divina, Eterio e Beato eram seus principais adversários, foi condenado pelo papa Adriano I. ANZ. Maria Adelaida Andrés. et.al.op.cit., Passim.

¹⁷⁸ECHEGARAY, Joaquin Gonzalez; CAMPO, Alberto Del; e FREEMAN, Leslie G. Beato de Liébana. Obras Completas y complementares I: Comentario al apocalipsis himno “o dei verbum” apologético. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 2004. Apologético, Livro I, 51.

sede da arquidiocese se encontrava no lado muçulmano, mas convivía pacificamente com as demais religiões do livro, a cristã e judaica.

As ideias de Elipando em defesa do Adocionismo não demorou a chegar a região do reino das Astúrias, onde localizava-se o mosteiro de São Martinho de Turieno residência de Beato de Liebana e contou com a oposição de muitos membros da Igreja por lá, tendo o Beato como seu principal opositor. E este, sem dúvida alguma, dedicou sua vida e obra a combater a doutrina Adocionista em terras Asturianas. Sua obra mais importante – *Comentário ao Apocalipse* – embora, não tenha essa questão como problema central, não deixa de mostrar o perigo dos *Falsos profetas*, quem claramente aponta ser os defensores do adocionismo. As obras que mais se destacam na luta do Beato contra Elipando são, no entanto, suas cartas e a obra *Apologético*¹⁷⁹, textos que escreve especificamente para combater as ideias difundidas por Elipando.

Embora Elipando tenha agido sempre de forma devastadora e fulminante contra a moral do Beato, usando do termo “heresia beatiana” para se referir a suas ideias, ele temeu sempre que essa controvérsia saísse das fronteiras das Astúrias, posto que o apoio de Roma e dos Carolíngios em favor do Beato poderia trazer repercussão política e eclesiástica que enfraqueceria politicamente a arquidiocese de Toledo em relação às igrejas que até então lhes era subordinada, podendo aumentar a força política de Roma sobre elas.

Não há dúvidas de que Carlos Magno soube fazer uso destes conflitos internos da Igreja Hispânica. Essa doutrina ameaçava o poderio da Igreja a qual estava aliado. Na qualidade de protetor da mesma, convocou o Concílio de Frankfurt¹⁸⁰ no verão de 794 com o intuito de impedir que a doutrina continuasse a se propagar.

Após esse concílio, Carlos Magno não permitiu que Felix de Urgel regressasse a sua diocese. Elipando, por sua vez, foi condenado como Herege, e apesar disto ele jamais se retratou e continuou a defender o Adocionismo. Em 799 no sínodo em Roma, mais uma vez essa doutrina foi condenada pelo Papa Leon III. É preciso salientar que apesar destas questões ligadas ao Adocionismo, a igreja hispânica nunca rompeu com Roma.

A controvérsia ressurgiu durante os debates escolásticos do século XII. Abelardo e Gilberto de La Porée, afirmavam que, como a natureza de Deus era imutável, sua humanidade só poderia ser externa e acidental e não substancial em sua própria natureza. Essa crença foi condenada em Frankfurt (792-94), Friuli (796), Roma (799) e Aix-la-Chapelle (800), e pelo papa Alexandre III em 18 de fevereiro de 1177, mas o Adocionismo continuou

¹⁷⁹Gênero literário, Apologéticos, refutar uma tese dogmática em questão e os que a defendem, assim como reafirmar aquela que é considerada pelo autor, a verdadeira fé.

¹⁸⁰Concílio de Frankfurt, instalado em 01 de junho de 794, foi solicitado por Elipando e presidido por Carlos Magno, o Adocionismo tornou-se heresia. ECHEGARAY, Joaquin Gonzalez; et, al. Op. cit. p. 459

sendo uma questão fundamental para o debate teológico durante toda a Idade Média

Fica claro pelas ideias até aqui exposta que essa disputa teológica não se limitou ao espaço religioso. Havia nela também um fundo geográfico e político. Elipando foi um arcebispo cristão em uma cidade governada por muçulmanos, suas ideias conseguiram conciliar o cristianismo com as crenças islâmicas, a qual considerava cristo como um profeta. Essa postura teológica conjugou, sem dúvida alguma, com a necessidade do apoio político que o arcebispo de Toledo precisou ter por parte dos muçulmanos para continuar atuando na região dominada por estes, já Felix era um bispo que tinha influencia no reino carolíngio.

O Beato por sua vez, defendeu a independência da Igreja das Astúrias, contou com o apoio do Papa de Roma e do imperador Carlos Magno contra o seu rival Toledano, criando assim, uma vinculação da Igreja do Norte da Hispânica a um projeto de cristandade, que se articulava, antes de tudo, por meio da unidade dos discursos dogmáticos.

Estas questões políticas que envolvem a relação entre a diocese de Toledo, os Reinos Cristãos ao Norte da Península, o Império Carolíngio e o papado romano, nos abre uma janela importante de análise sobre a vivacidade dos conflitos internos da Igreja no que tange ao processo de unificação da ortodoxia cristã e hegemonia do papado romano sobre o que passou a ser chamado de cristandade Ocidental no momento posterior – e isso implicou na definição e controle centralizado de práticas rituais, litúrgicas, sacramentais, interpretações de textos canônicos etc., e conseqüentemente, na refutação de projetos de Igreja divergentes.

Referências

AGNOLIN, Adone. *Jesuítas e Selvagens A negociação da fé no encontro catequético-ritual americano – tupi sec. (XVI-XVII)*. São Paulo: Humanistas Editorial, 2007.

BARROS. José d'assunção. *Heresias: considerações sobre a história de um conceito e sobre as discussões historiográficas em torno das heresias medievais*. Revista Fronteiras, Dourados, MS, v. 12, n. 21, p. 33-49, jan./jun. 2010

Camões Instituto da cooperação da língua Portugal Ministério dos negócios estrangeiros. <http://www.instituto-camoes.pt/temanet/por/domain_6/synset/14518.html> Acesso em 27 de Jul. de 2016.

COSTA, Ana Rita; Et.al. **Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos**. 7º Ed. Maceio: EDUFAL, 2006.

COSTA, Paulo Cesar. **Salvatoris diciplina: Dionisio de Roma e a regula fidei no debate teológico do III século**. Roma: Editrice pontifica universita gregoriana, 2002.

DI BERARDINO, Angelo. **Dicionário patrístico e de antigüidades cristãs**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Dicionario Aurélio Online de Portugues. Disponível em <<http://www.dicionariodoaurelio.com>>. Acesso em: 02 de jun. de 2016.
: **Dicionario Online de Portugues**. Disponível em < <http://www.dicio.com.br/> > Acesso em: 02 de out. de 2015

DUBOIS, Jean Daniel. **Polemicas, poder e exegeze: o exemplo dos gnósticos antigos no mundo grego**. In: **Inventar a heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da inquisição**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

JUNIOR, Hilário Franco. **A Idade Média, nascimento do ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LENZENWEGER, Josef. Et.al. **História da Igreja Católica**. São Paulo: Loyola, 2006 < <http://books.google.com.br/books?id=ci2ldqSmjJYC&> > Acesso em 26 de Jul. de 2016.

LYON, Henry R. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997

MACHADO, Alda da Anunciação; NETTO, João Loyola Paixão. **Lexicon - Dicionário Teologico Enciclopedico**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MONSENHOR CRISTIANI. **Breve história das heresias**. São Paulo, Flamboyant, 1962

Navarro, Juan Bosch. **Para compreender o ecumenismo**. Editora Verbo Divino. 1991<
[http://books.google.com.br/books?id=9CxjDFOrI8AC&pg=PA237&hl=pt-BR &source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com.br/books?id=9CxjDFOrI8AC&pg=PA237&hl=pt-BR&source=gbs_selected_pages&cad=2#v=onepage&q&f=false) > Acesso em 26 de Jul. de 2016.

NORELI, Enrico; MORESCHINI, Claudio. **História da literatura cristã antiga grega e latina: II do concílio de Nicéia ao início da idade média.** Tomo 1. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

PARPINELLI, Cristiano; MENDES, Gabriel da Costa. **As Heresias Trinitárias E A Prática Eclesial Da Igreja.** Revista Eletronica Theologia Ano 2008, Volume 2, Nº. 1. Disponível em: <http://www.fapas.edu.br/theologia/artigos/200821_24.pdf> Acesso em 02 de out. de 2015.

WEISS, Jean Pierre. **O método polemico de Agostino no contra Faustum.** In: **Inventar a heresia? Discursos polêmicos e poderes antes da inquisição.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e pesquisa em administração.** Florianopolis, SC: UAB, 2009.

Apresentação

O período das grandes expedições portuguesas na África Centro Ocidental ficou marcado pela difusão do catolicismo, as relações de poder, e o comércio de escravos como mola percussora da economia entre portugueses e africanos. Havia muitas crenças no Congo, a sociedade acreditava que o oceano era dividido entre o mundo dos mortos e o mundo dos vivos. Após a morte, o homem passava por um processo onde a sua alma ganhava um novo corpo cruzando com as águas do mar. Na transformação do corpo velho pelo novo o indivíduo receberia uma tonalidade de pele branca, assim como também, mudava a língua e o nome.

Os navegantes que traziam objetos desconhecidos apresentavam-se com as características de pele branca, e assemelhavam-se com os espíritos das gerações anteriores. O progresso do catolicismo no Antigo Congo obteve rituais semelhantes ao seu favor no processo introdutório do catolicismo. Para John Thorton, “ambas as concepções religiosas partilhavam a ideia comum de que havia outro mundo que não podia ser visto, e as revelações eram a fonte indispensável pela qual as pessoas poderiam tomar conhecimento desse outro mundo¹⁸²”. Os rituais religiosos dos bacongo¹⁸³ apresentavam algumas características com o catolicismo, e logo foram ressignificadas através das imagens, dos símbolos, do enterro, e do batismo como forma de proteção contra feitiçaria.

As primeiras navegações chegaram por volta de 1483 em Mpinda¹⁸⁴, nas aproximações do sul do Zaire. Foram recebidos pelo senhor do Sônio onde sua província localizava-se no noroeste do reino do Congo. Houve dificuldades para se comunicarem, pois não existia entre os portugueses quem entendesse a língua quicongo, mas através de sinais e gestos foram direcionados a capital do Antigo Congo – Banza Congo terra do

¹⁸¹ Mestrando em História na Universidade Federal de Alagoas, desenvolve pesquisa sobre: o Missionarismo no Congo e no Antigo Ndongo no contexto da União Ibérica 1580 – 1640. Graduado em História pela mesma instituição, com monografia intitulada “As origens dos reinos Mbundu, e o processo de conquistas dos portugueses nos sertões da África Central Ocidental”, orientado pela Prof^a. Dr^a. Flávia Maria de Carvalho.

¹⁸² THORNTON, John K. “A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800”. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. P.313.

¹⁸³ Vamos utilizar a expressão bacongo neste artigo, para descrever a sociedade do Antigo Congo.

¹⁸⁴ Porto do Nsoyo. PARREIRA, Adriano. *Dicionário glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola (séculos XV-XVII)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990. P. 77.

manicongo¹⁸⁵. Ao chegarem a cidade, enviaram mensageiros para falar com o rei, porém foram detidos e não retornaram. Diogo Cão decidiu levar quatro bacongo capturados para Portugal. Antes de viajar acenou através de sinais que voltaria depois de um tempo com os reféns.

Voltou Diogo Cão em 1485 com os capturados em boas condições de saúde, vestidos com trajes europeus e comunicando em português. Mandou os quatro bacongo com presentes relevantes ao manicongo, a intenção era trocar os homens que haviam levado para Portugal pelos portugueses que ficaram em Mbanza Congo. É interessante pensar que a captura dos quatro bacongo tenha sido uma estratégia utilizada pelos portugueses para divulgar algumas características de seu país, além de tê-los como pessoas importantes na relação dialética da interpretação. Entre as características de Portugal que chamaram a atenção dos bacongo estavam os objetos de guerra, a religião e a cultura portuguesa. Quando chegaram ao manicongo os quatro súditos narraram vários acontecimentos que ocorreram em terras portuguesas. Em seus relatos, exaltaram a religião, as máquinas de arremessar pedras, os machados, as primitivas armas de fogo, os animais quadrúpedes, e os enormes barcos portugueses. De acordo com Alberto da Costa e Silva "se os congos pudessem captar tudo aquilo, tornar-se-iam muito mais fortes do que os demais reinos vizinhos e teriam condições de fazer face aos novos desafios que certamente surgiram da presença dos que haviam chegado do oceano¹⁸⁶". As narrativas pronunciadas pelos reféns levaram o manicongo enviar uma embaixada e um dos antigos cativos ao rei D. João II nas embarcações de Diogo Cão.

Em suma, o recorte espacial deste trabalho mostra os desdobramentos políticos e religiosos acontecidos nos reinados de D. João I e D. Afonso I no Congo desde a chegada dos portugueses em 1483 até 1543.

Dividimos essa pesquisa em duas partes:

1º. As tradições dos bacongos e os primeiros conflitos com o catolicismo no reinado de D. João I.

2º. A incorporação católica e política no reino do Congo no reinado de D. Afonso I.

1º parte: As tradições dos bacongo e os primeiros conflitos com o catolicismo no reinado de D. João I.

Preparando-se para o batismo, o manicongo ordenou aos bacongo que ajudassem os portugueses na construção da igreja de pedra e cal. Pretendia batizar-se após o término da construção, porém, com a guerra travada contra os tequês, tios e angicos, o rei foi batizado antes da construção da igreja

¹⁸⁵ Título mais importante do Congo, o mesmo que rei do Kongo. PARREIRA, Adriano. *Dicionário glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola (séculos XV-XVII)*. Op. Cit., p. 87.

¹⁸⁶ SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Biblioteca Nacional, 2002. P. 361.

juntamente com alguns homens importantes da elite do Antigo Congo. Após o sacramento, o manicongo Nzinga a Nkuwa passou a ser chamado de D. João I. Depois de alguns dias foram batizados seu filho Mbemba Nzinga que passou a ser chamado de D. Afonso I, e sua esposa principal Umbemba Anzinga, com o nome de Leonor. “Sempre precedido de Dom ou Dona, tornou-se mais um título entre os muitos que eram acumulados vida afora por aqueles a quem isso era acessível, que então, além de títulos e nomes nativos, passaram a portar os nomes católicos¹⁸⁷”. O título de Dom ou Dona ganhou consistência no governo de D. Afonso I (Mbemba Nzinga, entre 1506 a 1543), quando o catolicismo foi introduzido no Congo sendo responsável por iniciar uma nova etapa na estrutura política, os chefes que adotaram essas mudanças e se converteram ao cristianismo passaram a ser chamados por nomes cristãos.

Muitas discussões já foram feitas sobre a introdução do catolicismo no Congo, mas até os dias atuais existem divergências entre muitos historiadores. A proposta deste trabalho é problematizar as mudanças ocorridas na estrutura política do Congo através do catolicismo. A primeira hipótese estaria ligada ao fato de não ter acontecido uma conversão legítima entre os reis do Antigo Congo, o motivo dos portugueses serem brancos e terem vindo do outro lado do oceano não legitimava um status de sacrossanto. A segunda teoria abordada estaria relacionada ao catolicismo adotado pelas elites e os reis bacongo que não passavam de uma farsa, onde o objetivo central era adquirir a atenção das cortes portuguesas incorporando alguns objetos e rituais do cristianismo nas religiões tradicionais africanas sem abandoná-las fielmente. A terceira tese discutida, retrata que a conversão dos reis seria uma resolução da política interna: como não havia uma administração na religião do Congo pelo rei, a incorporação do cristianismo legitimava a liberdade do beneplácito e do apoio das elites das clãs e dos sacerdotes. O quarto argumento fundamenta-se na tese de não existir nenhum cruzamento entre ambas as religiões, o catolicismo no Congo tinha toda a ornamentação da religião africana.

Apesar do catolicismo no Congo ter sido analisado por várias interpretações como acabamos de citar anteriormente, concordamos com John Thornton quando o mesmo defende que “a conversão do reino do Congo não foi distinta, nas suas grandes linhas, do acolhimento do cristianismo pelos visigodos, lombardos, francos, e outros a quem os romanos chamavam bárbaros¹⁸⁸”. Acreditamos que uma parte foi convertida pelas doutrinas cristãs; e em outros casos prevaleceu a necessidade; e a grande parte da

¹⁸⁷ SOUZA, Marina de Melo e. *Catolicismo e poder no Congo: o papel dos intermediários nativos, séculos XVI a XVII*. Departamento de História – FFLCH – USP. Núcleo de Apoio à Pesquisa Brasil África – PRP – USP. Anos 90, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 51-63, dez. 2014. P.55.

¹⁸⁸ THORNTON, John. “The Development of na African Catholic Church in the Kingdom of the Kongo, 1491-1750”, *The Journal of African History*, v. 25 (1984), n. 2, p. 147-6.

sociedade do Antigo Congo fez uma fusão do cristianismo com suas crenças tradicionais.

Algumas fontes duvidam da conversão do primeiro manicongo (D. João I). O rei foi batizado pelos padres missionários da Companhia de Jesus, mas ao longo do tempo não buscou mudanças que introduzissem o catolicismo na estrutura religiosa e política do seu país. Acredita-se que houve um entusiasmo por parte de D. João I para se converter ao catolicismo, isso porque os quatro súditos que foram capturados por Diogo Cão testemunharam os pontos positivos em sua ida a Portugal. Esses elementos contribuíram para o rei aceitar o catolicismo como sua nova religião. No caso de Mbemba Nzinga (D. Afonso I), documentos como a “*Monumenta Missionária Africana*”¹⁸⁹ apontam sua conversão como fervorosa.

Alguns documentos relatam que D. João I tenha voltado a sua origem tradicional religiosa, e conseqüentemente tenha rejeitado o seu nome católico, retornando ao nome original (Nzinga a Nkuwa). Os motivos estariam relacionados as alianças com as elites bacongo através do casamento, logo, o rei não podia separar das esposas sem ofender as linhagens que faziam parte da elite política do Congo. “Pelo matrimônio, forjara, antes de ser rei alianças que o levaria ao poder, e era graças a elas que nele pertencia. Diante da insistência em que tivesse uma só rainha, viu-se afastado das práticas católicas, ainda que não haja sinais de apostatado¹⁹⁰”. No caso dos filhos, apenas um filho não aceitou a nova religião: Mpanzu a Kitima, o mais cotado para a sucessão real. Foi ao redor dele que foram estabelecidos os adversários pelo trono.

2º parte: A incorporação católica e política no reino do Congo no reinado de D. Afonso I

Com a morte de D. João I (Mbemba Nzinga) em 1506 iniciou-se a disputa entre os candidatos ao cargo de manicongo. Existiam regras para ser candidato, por isso, não bastava ser o filho primogênito do rei para substituí-lo, a lei sucessória era administrada pelas elites do Antigo Congo. A preferência na escolha sucessória era determinada pelo fato da criança ser descendente do rei e ter nascido preferencialmente por uma de suas filhas. Neste caso, porque o casamento com várias mulheres levava o rei a ter vínculos com as distintas linhagens. Os sermões dos padres missionários traziam uma nova concepção sobre o casamento, a oposição à poligamia desmontava toda uma estrutura política linhageira. Outro obstáculo dos

¹⁸⁹ BRÁSIO, Antônio (ed), 1952-1988: *Monumenta Missionária Africana*. África Ocidental, série I, Lisboa, 15 vols.

¹⁹⁰ SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Op. Cit., p. 366,367.

crístãos e dos bacongo seria a noção de primogenitura, para os missionários o novo sucessor deveria ser o filho mais velho do rei. Ao saber da teoria da primogenitura, D. Afonso I fez aliança com os portugueses buscando seu fortalecimento na disputa sucessória.

D. Afonso I não estava legitimado a concorrer a essa vaga, segundo as tradições dos bacongo, sua mãe não fazia parte da linhagem mussiconga¹⁹¹. Destaco o interesse político de D. Afonso I no período em que ele se apressou em ir para a província de Nsundi¹⁹², lá encontrou dois aliados para guerrear contra seu irmão: o mani de Mbata e de Sônio. Seu irmão tinha o apoio da maior parte da elite do Antigo Congo e sustentava um exército muito numeroso. As desvantagens entre o número de soldados de D. Afonso I para seu irmão eram relevante, no entanto, a aliança com os portugueses foram essenciais nesse confronto. A utilização de cavalos e das armas de fogo pelos portugueses assegurou a vitória de D. Afonso I e lhe consagrou rei do Congo. “Tornou-se o rei cristão congolês responsável pelo incremento do comércio de cobre, farta aquisição de mercadorias europeias (distribuídas à elite, em busca de apoio político) e forte desenvolvimento do tráfico escravista¹⁹³”.

Se D. Afonso I alcançou o poder através do catolicismo, nele fortaleceu-se e aumentou significativamente, mostrando que seria o precursor na incorporação do cristianismo no Reino do Congo. “Abriu o país a Portugal, acarretando assim uma considerável reorganização política e econômica, bem como uma assimilação voluntária de elementos do cristianismo que acabou por se implantar ali de forma definitiva¹⁹⁴”. Ao longo de seu reinado mostrou-se desempenhar um papel importante para a difusão do catolicismo e dos conhecimentos técnicos trazidos pelos portugueses, introduzindo com prudência a fim de não desestruturar ou estimular reações incoercíveis. Para prosseguir o seu projeto inicial, solicitou ao rei português que enviasse professores para ensinar o povo bacongo a ler e escrever, sacerdotes para desenvolver o catolicismo, professores de grande saber para ensinar-lhes os demais ofícios, e médicos. De acordo com a *Monumenta Missionária Africana*:

ElRei Dom Emanuel era de sua natural cõdiçam religioso, e em todos seus negócios, há primeira cousa de que sempre tratava, era do serviço de Deos, e doutrina de sua sancta fé, do qual zello movido determinou no anno de M.D.IIIII, mandar homens letrados na sacra Theologia, aho Regno de Congo, com os quaes mandou mestres de ler, e screver. e outros pera là ensinarem ho canto chão da igreja, e musica do canto dorgão, e ahos principaes a que

¹⁹¹ Utilizamos a expressão musiconga para descrever algumas elites da região Central do reino do Congo.

¹⁹² Região do Kongo, que incluía Mbanza Kongo. Tinha fronteira com Mpango, Nsoyo, Mikoko, e Anzinkana. Existiam minas de ferro e de cristal. PARREIRA, Adriano. *Dicionário glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola (séculos XV-XVII)*. Op. Cit., p. 169.

¹⁹³ MOTA, Thiago Henrique. Conversão estratégica: (catolicismo e política na Alta Guiné e no reino do Congo séculos XV - XVII). Dossiê - outubro de 2013. p. 57.

¹⁹⁴ História Geral da África, V: África do século XVI ao XVII / editado por Bethwell Allan Ogot, - / UNESCO, 2010. p. 657.

*encarregou destes negócios, mandou entregar muitos livros de doutrina Christã, vestimentas de brocado, e seda, cruces de prata, cálix turibullos, e outras cousas necessárias pera ho serviço divino, e a todos eles deu ordenados, e embarcaram para suas pessoas, e gasalho, tudo á custa de sua fazenda*¹⁹⁵.

D. Afonso I, enviou jovens do seu reino para estudar na capital de Portugal (Lisboa), esses rapazes foram com a missão de aprender o catolicismo e utilizá-lo para o sacerdócio no Congo. O rei financiou todos esses jovens nessa incursão religiosa, um deles era o seu filho Henrique que foi concedido como padre e posteriormente bispo em 1518. Após sua consagração em Roma, Henrique esteve na direção da igreja do Congo e perdurou nas ações religiosas entre o período 1518 a 1536 quando os portugueses retiraram o poder religioso de seu controle.

Entre as mudanças adotadas no seu projeto de governo, algumas metas foram alcançadas, mais as principais ficaram apenas em seus planos. Conseguiu alterar as vestimentas, introduzindo os tecidos para as elites que se aliançaram aos portugueses, fez mudanças no cerimonial religioso com a incorporação dos crucifixos por alguns chefes bacongos, e mudou o título dos homens importantes de mani, para Dom ou Dona. O que D. Afonso I não conseguiu pôr em prática foi: “a casa de tijolo fora da capital, a ponte de pedra, o arado, o carro de roda, os moinhos de água de vento, o barco com várias velas, o serrote, a broca e todos aqueles implementos que fizeram a Europa¹⁹⁶”. Mesmo sem ter conseguido incorporar todo o arsenal materialista europeu, D. Afonso I conseguiu fazer uma boa administração no Antigo Congo.

Conclusões

Desde os primeiros contatos entre os bacongo e os portugueses, existiram relações de poder, e assim como os portugueses buscavam os seus interesses usando o catolicismo como ferramenta política e religiosa, e o comércio de escravos como principal relação comercial durante os reinados de D. João I e D. Afonso I, os bacongo utilizavam seus métodos para obter suas vantagens através do apoio militar português além da incorporação de produtos como: tecidos, armas de fogo e pólvora que outrora não tinham em seus territórios. A análise feita no governo de D. João I enfatiza as dificuldades enfrentadas pelos portugueses em introduzir o cristianismo no Antigo Congo.

¹⁹⁵ D. Manuel envia ao Congo letrados e religiosos. In: *Monumenta Missionária Africana*. Brásio, Antônio (org), vol. I, (1471-1531). p. 194.

¹⁹⁶ SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Op. Cit., p. 368.

A ação catequética dos padres missionários provocaram conflitos em uma parte da elite do Congo. Embora tenham acontecido muitos batismos e muitas conversões, a maioria dos bacongo introduziram as práticas tradicionais africanas nos rituais cristãos. Em seu reinado, D. Afonso I buscou introduzir o catolicismo, as culturas europeias e regulou o comércio de escravos. Não conseguiu êxito em seu projeto de europeização, mais conseguiu administrar o comércio de escravos.

Referências

BRÁSIO, Antônio (ed), 1952-1988: *Monumenta Missionária Africana. África Ocidental*, série I, Lisboa, 15 vols.

PARREIRA, Adriano. *Dicionário glossográfico e toponímico da documentação sobre Angola (séculos XV-XVII)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

THORNTON, John K. "A África e os africanos na formação do mundo Atlântico, 1400-1800". Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

THORTON, John. "The Development of na African Catholic Church in the Kingdom of the Kongo, 1491-1750", *The Journal of African History*, v. 25 (1984), n. 2.

SOUZA, Marina de Melo e. *Catolicismo e poder no Congo: o papel dos intermediários nativos, séculos XVI a XVII*. Departamento de História – FFLCH – USP. Núcleo de Apoio à Pesquisa Brasil África – PRP – USP. Anos 90, Porto Alegre, v. 21, n. 40.

História Geral da África, V: África do século XVI ao XVII / editado por Bethwell Allan Ogot, - / UNESCO, 2010.

MOTA, Thiago Henrique. *Conversão estratégica: (catolicismo e política na Alta Guiné e no reino do Congo séculos XV – XVII)*. Dossiê – Outubro de 2013.

Introdução

Para entendermos como age a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), temos que compreender primeiro o que é uma Pastoral. A Igreja chama de Pastoral a ação de quem segue Jesus Cristo. Pastoral vem de Pastor. Fazer pastoral é continuar a missão de Jesus, difundir os ensinamentos deixados por ele nos evangelhos. Segundo o Concílio Vaticano II, na constituição pastoral *Gaudium et Spes*¹⁹⁸, “pastoral” consiste em inclinar-se sobre as aspirações e as angústias dos homens para lhes propor, a partir delas, a mensagem cristã. Tendo como foco principal difundir os ensinamentos deixados por Jesus Cristo, as pastorais buscam, através de suas ações, atenderem determinadas situações em realidades específicas, isso envolve o serviço aos necessitados, o diálogo com o mundo, a participação na comunidade, o estudo da fé, a espiritualidade, e outras necessidades que dependem da realidade em questão.

As pastorais surgem num determinado período ou diante de uma necessidade, e por isso podem ter fim. Não significa que não foram eficientes. Podem ter exercido sua missão. O surgimento de novas necessidades pode requerer outros tipos e formas de pastoral.

O presente artigo pretende explicitar quais as ânsias dos jovens que participavam da Pastoral da Juventude do Meio Popular, e como agia essa pastoral para atender as necessidades diante daquela realidade (ou realidades).

O Projeto Libertador

Por meio da análise dos discursos feitos em encontros, e das pautas das reuniões, percebe-se que a Pastoral da Juventude do Meio Popular tem fortes influências da Teologia da Libertação, que rompe com conceitos tradicionais da Igreja institucional introduzindo em sua história ideias de igualdade social e direitos humanos. Começou a ser formulada na segunda metade do século XX, quando os vários setores clericais da América Latina perceberam

¹⁹⁷ Graduanda em História Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Email: luiza_sahara@hotmail.com

¹⁹⁸ "Alegria e Esperança" sobre a Igreja no mundo contemporâneo, é a única constituição pastoral e a 4ª das constituições do Concílio Vaticano II. Trata fundamentalmente das relações entre a Igreja Católica e o mundo onde ela está e atua.

que a classe dominante dos diversos países latino-americanos não deveria ocupar o papel principal em contraponto com a classe pobre e trabalhadora, que representava a maioria da população no continente desde a sua colonização. Assim, surge o ideal de libertação dessas classes empobrecidas. Fatores que contribuíram para o desenvolvimento da Teologia da Libertação foram a situação política, econômica e social da América Latina (nascendo ela nesse contexto), a valorização do marxismo como instrumento de análise social, e as mudanças no âmbito da Igreja Católica, como a experiência da Ação Católica, a realização do Concílio Vaticano II, a segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, Colômbia e o florescimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

Esta igreja libertadora luta pelos oprimidos, pelo desenvolvimento social, pelos direitos humanos, vê a realidade a partir da ótica dos pobres, unindo a fé e a prática pastoral.

O que é a Pastoral da Juventude do Meio Popular?

A PJMP nasceu no Nordeste brasileiro, a partir de um encontro realizado em 09 de julho de 1978¹⁹⁹ reunindo animadores e animadoras de grupos de jovens do meio popular do Recife – PE, remanescentes da JOC (Juventude Operária Católica)²⁰⁰, apesar da desarticulação desta pela Ditadura Militar. O contexto para o seu nascimento foi a realidade dos jovens e o ressurgimento das lutas sociais e políticas que aconteciam no Brasil, e o contexto eclesial da Igreja Latino-Americana e do Regional NE II, que sob a orientação de Dom Hélder Câmara, construía um modelo de organização pastoral no qual o pobre era sujeito histórico de libertação. Do Recife, logo se espalhou por todo o Nordeste e para o país, em 1979 acontecia o primeiro encontro nacional.

Seus objetivos são:

- VER: A vida, a realidade, ver todos os aspectos da vida dos jovens: família, sexo, divertimento, trabalho, escola, namoro, ver de onde vêm seus problemas.
- JULGAR: Compara o que os jovens vivem com a mensagem e a maneira de viver de Jesus Cristo, enriquecer o que eles vivem com a mensagem da Igreja-Povo de Deus e da História dos oprimidos.
- AGIR: Participar das lutas e das organizações do povo, agir com o povo.

¹⁹⁹ Neste período a Igreja Católica assumiu a defesa dos direitos humanos e tornou-se uma voz contra a ditadura e o sistema capitalista, foi um período marcado por grandes movimentos de massa e pelo ressurgimento da sociedade civil, sobretudo das camadas populares.

²⁰⁰ Movimento da Ação Católica de especialização que, anteriormente, era baseada na distinção do sexo e idade, passando a assumir outro padrão, tendo como referencial o espaço de atuação.

- PLANEJAR: Todas as ações têm que ser planejadas, organizadas, repartindo-se as tarefas entre todos.
- AVALIAR: Avaliar suas ações para descobrir suas falhas e tentar superá-las.
- CELEBRAR: Entregar a Jesus Cristo tudo o que vivem, as alegrias, tristezas, derrotas e vitórias, explicando, que os jovens têm um jeito diferente de rezar.
- FESTEJAR: Comemorando suas vitórias, como um Povo Unido.

Pastoral da Juventude do Meio Popular em Alagoas

Em Alagoas, especificamente na Arquidiocese de Maceió, a articulação foi se espalhando inicialmente no bairro do Jacintinho em 1981, com a participação de jovens nos encontros regionais e organização de encontros próprios, articulando jovens das diversas paróquias e cidades da Arquidiocese e do Estado. No estado ela é dividida, na Arquidiocese de Maceió, em seis áreas: Área Maceió (dividida em setor B, C e D), Área Manguaba, Área Norte (dividida em setor A e B), Área Noroeste, Área Mundaú e Vale do Paraíba; contando também com a diocese de Palmeira dos Índios. Em cada cidade, e/ou paróquia, a organização pastoral tem suas especificidades. Contudo, as diretrizes e princípios que norteiam a ação são os mesmos em toda a arquidiocese.

O que a própria PJMP de Alagoas fala sobre sua criação é:

A PJMP surgiu na diocese de Maceió em 1981, quando alguns companheiros tomaram consciência de que não era possível reunir jovens ricos e pobres numa mesma pastoral, pois, viviam realidades diferentes e contrastantes. Os jovens ricos estudavam em escolas particulares, falavam bonito e dominavam a discussão, enquanto os jovens pobres apenas ouviam [...] era preciso ter uma organização própria que levasse em conta a realidade do jovem pobre e lutasse para mudar essa injusta situação de desigualdade e opressão.²⁰¹

Na citação acima conseguimos ver como a PJMP conseguiu fazer essa separação entre jovens ricos e pobres, ela compreendeu, desde o seu nascimento, que uma pastoral de jovens não pode tratá-lo genericamente. Havia uma Pastoral de Juventude, mas genérica, onde os jovens eram tratados por iguais, sem um reconhecimento da sua própria identidade. Neste sentido, se consolidou sendo um espaço onde os jovens empobrecidos tomam consciência da sua realidade e nela atuam para transformá-la.

²⁰¹ BOLETIM DA PJMP, SET/91, Nº 00. Os 10 anos da PJMP na Arquidiocese de Maceió. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, Estante 7, Caixa 64, Pasta 1.

O recorte temporal desta pesquisa se resume ao período do ano de 1991 até 2001, pois dois eventos muito importantes ocorreram nesses dois anos, em 1991 houve a comemoração dos 10 anos da pastoral na Arquidiocese de Maceió, e em 2001 a comemoração dos 20 anos, então o período entre esses dois acontecimentos me pareceu ser interessante.

Um evento muito importante para a PJMP é o Dia Nacional da Juventude, que foi criado em 1986 pelos delegados do 6º Encontro Nacional da Pastoral da Juventude. Tem como objetivo fazer mobilizações de massa com a evangelização libertadora, e discutir os grandes temas que despertam e afligem a juventude. Em 1991 o lema do DNJ foi “Latino-americanos, por que não?”, tendo como objetivo discutir a realidade, a identidade, e a missão dos jovens Latino-Americanos. Nesse ano, a PJMP de Alagoas não participou da comemoração, um dos motivos, segundo os mesmos, foi por não estarem sendo atendidos, há muito tempo, os objetivos do DNJ, por omissão de alguns movimentos em fazer acontecer o que os temas propostos pela Pastoral da Juventude Nacional queriam. Isso é algo a ser observado, que será abordado mais à frente. Mesmo sem realizar nenhum evento de massa, os jovens da área de Maceió discutiram a problemática latino-americana.

Pode haver situações em que a PJMP não obtenha o resultado desejado, como foi o caso da cidade de Ibateguara, por exemplo. Segundo uma das agentes de pastoral da Área Mundaú, Natacha, a PJMP na cidade de Ibateguara não vingou, durando até meados de 2001/2002. Para Natacha, o motivo teria sido o forte teor político da pastoral, tendo os jovens da pequena cidade localizada na Zona da Mata alagoana, não compreendido muito bem “como um grupo de jovens poderia ser tão político” (2min 52seg), como conseguiam estar à frente do MST, levantar a bandeira do PT, pois exatamente nessa época ocorria a campanha presidencial do ex-presidente Lula, e a maioria dos líderes da PJMP era petista ou filiada ao PT. Poucos jovens tinham essa consciência de luta e de classe²⁰², a Igreja era tida apenas como espaço espiritual. Quando questionada sobre esse ser exatamente o papel da PJMP, fazer com que esses jovens tivessem essa consciência política, a mesma respondeu que, infelizmente, a pastoral não conseguiu mudar esse cenário, pela forte presença da Igreja Tradicional no local, e exemplifica como contraponto a PJMP de União dos Palmares, que tinha uma forte presença política, com líderes que eram universitários na Universidade Federal de Alagoas, em cursos de ciências humanas, tinham conhecimentos de teorias marxistas, e comparando novamente com Ibateguara, afirma que na época, quem estava nas universidades eram somente os filhos de fazendeiros.

Em meio as pesquisas feitas no Arquivo da Cúria de Maceió, foi notado que a PJMP de União dos Palmares tem uma importância muito significativa

²⁰² Talvez um dos motivos seja que Ibateguara, por ser um meio rural, tem a questão do coronelismo muito arraigada, principalmente há 14 anos atrás.

no estado, pela presença de eventos que eram organizados na cidade, a mesma sempre sendo citada em relatórios, quando fora pesquisado informações na internet, pôde-se ver que é a única onde se tem blogs a respeito (há muito tempo em desuso, é certo), o que mostra uma maior organização em relação as outras. Essa força política da PJMP de União pode ser tão expressiva por conta da presença de Palmares, onde a militância, a questão quilombola, e a luta sempre foram sinônimos daquele lugar. Sendo esse pensamento confirmado, também, pela tão importante fonte oral, que afirma que os militantes da PJMP “eram muito apaixonados por Zumbi” (17min 28seg), dando o exemplo de uma militante, que grávida, decidiu pôr o nome de sua filha de Dandara.²⁰³

Essas situações onde a PJMP pudesse não obter o resultado desejado, também se dava pela desarticulação das áreas, como exemplo disso, vemos em uma carta de 1992 enviada ao grupo de Colônia Leopoldina, da Área Noroeste, convidando-os para um curso de capacitação, e aconselhando-os a eleger um responsável para participar da comissão diocesana da PJMP, alegando que o mesmo grupo estava demasiado desarticulado. Em seguida, há outra carta enviada aos mesmos, reparando em seu não comparecimento ao evento, mesmo com o convite sendo feito.²⁰⁴

Por defender posicionamentos como o uso de preservativos, ser contra a redução da maioria penal, ter integrantes assumidamente homossexuais, me surgiu o questionamento de como era a relação dessa pastoral com a alta cúpula do clero, que, como todos sabem, ainda é, em sua maioria, altamente conservadora; se conseguiam atuar livremente, sem uma intervenção deste setor mais tradicional da Igreja. A frase com que Natacha me respondeu foi “A PJMP é um grupo de muita luta” (10min 33seg) exatamente por isso as lutas continuavam as mesmas, por haver essa diferença de posicionamentos. Quando havia o diálogo entre a pastoral e a diocese, sempre ocorriam discussões. Muita luta para manter a pastoral não só pela parte financeira, mas manter suas ideologias. Podemos notar isso já no exemplo citado mais acima sobre o DNJ de 1991, onde a PJMP de Alagoas não participou. Em um relatório de encontro do ano 2000²⁰⁵, relata-se que uma das assessoras inicia falando sobre a falta de apoio e sobre a diferença de infraestrutura das outras pastorais e movimentos para com a PJMP.

Sobre os Encontros

²⁰³ A mais representativa liderança feminina de Palmares, Dandara foi uma guerreira negra, esposa de Zumbi dos Palmares. Suicidou-se depois de presa, para não retornar à condição de escrava. (Personalidades Negras - www.palmares.gov.br. Acessado em 24/09/2016)

²⁰⁴ CARTA ENVIADA A PJMP DE COLÔNIA. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, Estante 7, Caixa 67, Pasta 2.

²⁰⁵ RELATÓRIO SOBRE A III ETAPA DE FORMAÇÃO DO PROJETO MISSÃO JOVEM EM MARECHAL DEODORO, 4 a 6 DE AGOSTO DE 2000. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, Estante 7, Caixa 64, Pasta 11.

Os encontros tinham toda uma programação, com oficinas, onde cada pessoa escolhia o tema desejado na hora da inscrição, que variava entre política, espiritualidade, religião, família, movimento LGBT, gênero etc. As oficinas eram sempre iniciadas com dinâmicas para quebrar o gelo e deixar o jovem mais à vontade, havia, também, uma presença musical muito forte, com músicas não religiosas, como Legião Urbana, Elis Regina e Cazuza; para fazer-se entender pelos outros jovens, os militantes também usavam a arte popular, o teatro, a dança, a poesia, tudo reinterpretado e novo, para um público jovem. Existia sempre muita troca de experiências, pois ao fim das oficinas, todos sentavam e contavam suas experiências de vida. Na estrutura dos relatórios de encontros percebe-se muito todo esse processo de como eram realizados. Sempre eram feitos esses relatórios para avaliar os pontos positivos e negativos dos encontros, o que precisava melhorar, era uma avaliação para mudanças em encontros futuros.

Os encontros maiores, como DNJs, encontros diocesanos, e aniversários da PJMP em Alagoas, realizavam-se em sua maioria em Maceió, porém havia também os encontros locais, para que os integrantes pudessem manter a rotina de discussões.

Perfil dos Militantes

Havia vários encontros de militantes, o primeiro à nível diocesano em 1991, onde os jovens se reuniam e discutiam seu papel de militância, o que era ser militante, e como se articulavam esses grupos. No relatório do I Encontro Diocesano de Militantes, quando questionados sobre o que era ser militante, os grupos divididos em três, deram respostas como:

G1: A militância parte de uma boa caminhada, com uma participação consciente; G2: É o compromisso com movimentos populares, o despertar da consciência crítica e de classe, partindo para objetivos concretos, na esquecendo do amadurecimento da fé; G3: São pessoas que militam nos organismos e movimentos populares da sociedade, não esquecendo da sua base (pjmp).²⁰⁶

É interessante ver a própria ideia que eles tinham de si mesmos, a PJMP os fazia refletir sobre o próprio papel.

Sobre o perfil estético desses militantes, com a ajuda dos relatos de acontecimentos internos de Natacha, pôde-se observar que era um perfil muito unânime, não variando por área ou região, como se observava, também, em encontros regionais e nacionais. As jovens usavam sempre saias longas, turbantes, colares; os jovens faziam muito uso de boinas; e tentavam

²⁰⁶ RELATÓRIO DO I ENCONTRO DIOCESANO DE MILITANTES, 1991. Estante 7, Caixa 64, Pasta 2.

passar pela própria imagem que eram contra o capitalismo e a sociedade de consumo, não utilizando marcas famosas como Nike, por exemplo. Segundo, NASCIMENTO²⁰⁷, esses jovens tinham Jesus Cristo como seu principal referencial de “jovem revolucionário”, dele provinham as forças para a luta e pela paixão por um ideal de libertação que estimulavam os jovens na paixão pela caminhada com a PJMP. A mística da PJMP se configurou numa mística militante, mas cristã, pois tinha em Jesus Cristo seu exemplo maior de revolucionário.

Conclusão

Levando-se em consideração esses aspectos, entende-se que a PJMP é uma pastoral de muita luta e vigor, como toda juventude que consciente, não deixa a força da opressão matar sua batalha, e persiste nesse trabalho para que o ocorrido na cidade de Ibataguara, por exemplo, como já mencionado, não se perpetue. Eles precisam ser ouvidos, e precisamos entender que não existe uma homogeneidade dentro da Igreja Católica, não há apenas a Igreja Tradicional e institucionalizada que tão insistentemente é apontada; os movimentos como Ação Católica, a Teologia da Libertação, essa Igreja do povo, vem para quebrar isso, não tendo, esses movimentos de base, infelizmente, tanta visibilidade, porque ainda se faz de uma parcela muito pequena, porém, existente e resistente.

Na Arquidiocese da Maceió, se instalando em 1981, mostra sua proposta aos jovens dos grupos de base das periferias de Maceió e das cidades do interior. A PJMP discutia com os jovens sobre os temas que representavam as angústias e necessidades da juventude na Arquidiocese, nos encontros, congressos e assembleias.

Conclui-se, então que o objetivo primordial da PJMP, além do ideal de libertação, é a inclusão social, acolher e amar a todos, sem distinção, o índio, o pobre, o negro o filho do cortador de cana, o homossexual, tendo Jesus, que amava a todos, como seu referencial, então a PJMP inseria o jovem do meio popular na sua realidade e o ensinava a questioná-la. Aceitar a todos sem distinção de classe, também é um ato político.

Referências

CARTA ENVIADA A PJMP DE COLÔNIA. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, Estante 7, Caixa 67, Pasta 2.

²⁰⁷ NASCIMENTO, Edilson Jean da Silva. Coração, Juventude e Fé: Memória e Mística da Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP na Arquidiocese da Paraíba (1979-1993).

BOLETIM DA PJMP, SET/91, Nº 00. Os 10 anos da PJMP na Arquidiocese de Maceió. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, Estante 7, Caixa 64, Pasta 1.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. O Homo inimicus: Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas. Maceió, Edufal, 2007.

NASCIMENTO, Edielson Jean da Silva. Coração, Juventude e Fé: Memória e Mística da Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP na Arquidiocese da Paraíba (1979-1993). João Pessoa, UFPB, 2009.

NATACHA. Entrevista concedida a Luiza Sahara da Silva Santos. Maceió, 19 set. 2016.

PROJETO FINANCEIRO PJMP – NE II. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, Estante 7, Caixa 64, Pasta 7.

RELATÓRIO DA ASSEMBLEIA PAROQUIAL DA PJMP. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, Estante 7, Caixa 64, Pasta 2.

RELATÓRIO DO I ENCONTRO DIOCESANO DE MILITANTES, 1991. Estante 7, Caixa 64, Pasta 2

RELATÓRIO SOBRE A III ETAPA DE FORMAÇÃO DO PROJETO MISSÃO JOVEM EM MARECHAL DEODORO, 4 a 6 DE AGOSTO DE 2000. Arquivo da Cúria Metropolitana de Maceió, Estante 7, Caixa 64, Pasta 11.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. Teologia da Libertação: Revolução e reação interiorizadas na Igreja. Niterói, UFF, 2006.

PROJETOS EM DISPUTA:
NACIONAL ESTATISMO E LIBERALISMO CONSERVADOR NA
EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA EM ALAGOAS (1947-1964)

*Paulo Vitor Barbosa dos Santos*²⁰⁸

O período convencionalmente chamado de experiência democrática (1946-1964)²⁰⁹ marcou uma época de transformações significativas na sociedade brasileira, encerrando o Estado Novo e iniciando um processo de mudanças profundas, alicerçadas na promulgação da constituição de 1946. O processo de eleitoralização da política com o surgimento de diversos partidos nacionais, o crescimento dos movimentos sindicais e sociais, a emergência de múltiplas formas de organização social, fazem desse recorte temporal, um período de intensas lutas políticas em torno do processo de modernização da sociedade brasileira. Nosso objetivo é entender dois projetos específicos de modernização em Alagoas; o Nacional-Estatista, durante o governo de Muniz Falcão (1956-1961) com bases voltadas ao desenvolvimento e planejamento estatal, inaugurando reformas básicas nas áreas sociais; e o Liberalismo Conservador ensejado nos governos de Arnon de Mello (1951-1956) e Luiz Cavalcante (1961-1966), alicerçado nas tradicionais elites agrárias alagoanas, tendo por interesse conduzir a modernização com bases conservadoras.

O período da experiência democrática em Alagoas tem início com Silvestre Péricles, governador entre os anos de (1947-1951), membro do clã oligárquico dos Góis Monteiro. Sua família ganha projeção nacional através da atuação de seu irmão Pedro Aurélio, ministro da Guerra de Vargas e responsável por debelar a Revolução Constitucionalista de 1932. Seu prestígio fará de seus outros dois irmãos interventores estaduais: Ismar e Edgar. A Revolução de 1930, iniciada por Vargas contra o jogo político das oligarquias locais, em Alagoas, teve paradoxalmente sua edificação na presença constante desse clã.

Silvestre lança-se candidato após dissidência²¹⁰ entre os Góis Monteiro, sua opção revelaria um direcionamento por um Estado intervencionista e mais desembaraçado do mundo oligárquico, afinado com setores mais urbanos, muitos conservadores, descontentes por não participarem do universo político alagoano, incorporando também “as aspirações da baixa classe média (que) o colocam como representante desta e de um movimento

²⁰⁸ Mestrando em História Social (PPGH-UFAL).

²⁰⁹ Para uma visão aprofundada do período ver: DELGADO, Lucilia. FERREIRA, Jorge. *O tempo da experiência democrática*. Volume 3 – O Brasil Republicano. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

²¹⁰ Como rebento dissidente dos Góis Monteiro, Silvestre não apoiaria a preterição de seu nome ao governo durante a vigência do Estado Novo, nem o apoio de seus irmãos Ismar e Edgar a escolha de Osman Loureiro como interventor.

operário tutelado pelo estado”²¹¹. O governo de Silvestre será marcado por inúmeros conflitos políticos, querelas com os poderes legislativo e judiciário, explosões de violências em redutos eleitorais e perseguição ao Partido Comunista, com empastelamento do jornal *A Voz do Povo*. O discurso silvestrista é marcado por intenso anticomunismo:

[...] *Infelizmente, foi bem efêmero o período de harmonia e sossego no nosso campo político. Silvestre não escondia o seu firme propósito de luta sem quartel aos comunistas, e em constantes declarações a respeito do assunto, juntou também os comunistas, os deputados da UDN, que lhe faziam oposição. Anunciou mesmo estar organizando um exército alagoano anti-comunista para o que der e vier*²¹².

A virulência do autoritarismo silvestrista dirigida aos comunistas, udenistas e alguns outros inimigos políticos revela a ambiguidade das ações de seu governo, uma vez que se utiliza da violência clássica das facções oligárquicas como instrumento de combate. Seu ódio aos comunistas e aos udenistas, identificados no seu discurso como “udeno-comunistas”, provinha da aliança realizada entre o PCB e a UDN nas eleições estaduais de 1947, através da candidatura do udenista Rui Palmeira. Inconformado, Péricles guardou um profundo rancor do episódio, dizia “que Alagoas era o único Estado em que as forças vitoriosas do movimento de 30 não ocuparam o poder”²¹³.

Silvestre, militar como seus irmãos, revestia-se à *sui generis* do discurso tenentista, na noção de um governo centralizador forte e na implantação da legislação trabalhista, tutelada pelo Estado. Seu governo, no entanto, não avançaria nas questões sociais, apesar de ter apoio de sua “poeira de ouro”²¹⁴. Sua desastrosa atuação na esfera das relações políticas e institucionais cristalizaram-se como marcas indelévels de um período sangrento, levando seu irmão Ismar a vaticinar “O demônio anda solto em Alagoas: não para, não cansa, enlutando lares, ceifando vidas, traz a família alagoana em constante sobressalto”²¹⁵.

Silvestre não representará, apesar do seu inegável apoio popular, um projeto dirigido ao desenvolvimento de Estado com participação social, seu *modus operandi* marcado pelos constantes confrontos e intolerâncias diversas, afastará paulatinamente seus aliados e eleitores, e suplantará o ideário original do tenentismo nacionalista, baseados na intervenção estatal na

²¹¹ TENÓRIO, Douglas Apratto. *A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão* – 2ª ed. Maceió: Edufal, 2007, p.147.

²¹² LIMA, Mário de Carvalho. *Sururu Apimentado: Apontamento para a história política de Alagoas*. Maceió, EDUFAL, 1979. p.45.

²¹³TENÓRIO, op. cit. p.102.

²¹⁴ Silvestre consagrou a expressão “poeira de ouro” para designar o seu fiel eleitorado pobre.

²¹⁵ LIMA, op. cit, apud *Jornal de Alagoas* -25.02.1950.

economia, eliminação do latifúndio e desenvolvimento das leis trabalhistas²¹⁶.

Apesar de ser considerado “a primeira liderança do trabalhismo alagoano”²¹⁷, sua atuação nas hostes trabalhistas foi limitada. O aprofundamento dessas relações será percebido só com o advento de Muniz Falcão, governador entre 1956 e 1961, representando em nível local o projeto Nacional-Estatista. Este, pernambucano de Araripina, trazido pelos Góis Monteiro em 1942 para assumir o posto de Delegado do Trabalho e aplicar efetivamente a legislação trabalhista em Alagoas. Sua atuação de fiscalizador do trabalho, num estado predominantemente oligárquico será um dos motivos do ódio mortal que a elite conservadora destilará durante toda sua trajetória. Tendo sua imagem ligada ao clã Góis Monteiro, Muniz Falcão herdará todos os ódios dirigidos ao silvestrismo, todavia,

*A diferença entre Muniz e Silvestre é que, apesar de ambos serem personalistas e cultivarem o apoio da massa, o primeiro é mais estruturado, menos dependente das influências locais e com um sentido de futuro mais forte. Sua consciência ideológica em torno do confronto de classes é mais perceptível, mesmo optando em não aprofundar a questão, para não ultrapassar uma linha de fronteira que não é seu território. Ele sabe que a construção de sua carreira pública não dependeu de pessoas ou grupos familiares, mas dele próprio, escolhendo o caminho que lhe pareceu mais correto, segundo sua consciência moral. Nessa trilha, entende, ademais, que é preciso dar respostas objetivas aos problemas surgidos pela modernização, visando ao que era a pedra filosofal da época: o desenvolvimento econômico. Daí sua luta sincera, buscando reformar a estrutura social vigente em Alagoas, que considera atrasada, elitista, oligárquica, ultrapassada.*²¹⁸

Dissuadido, em sua genealogia, das linhas oligárquicas alagoanas – apesar das relações com o dissidente Góis Monteiro – Muniz inaugurará um projeto político, dentro de suas limitações, de planejamento e modernização do Estado. O discurso desenvolvimentista tem fortes ligações com o cenário nacional. No mesmo período, Juscelino Kubitschek anunciava seu plano de metas “50 anos em 5”, com vistas a incentivar a industrialização e dinamizar a economia. Muniz, alinhado à dimensão desenvolvimentista nacional, trará um discurso reformista preocupado com os novos problemas ensejados pelas rápidas mudanças que marcam os anos 1950/1960

O individualismo cego que ainda se observa em certos grupos da sociedade contemporânea, não pode resistir ao impacto das transformações sociais

²¹⁶ PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 1930: As incertezas do regime*. IN: *O Brasil Republicano: O tempo do Nacional Estatismo- do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Orgs.: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008, p.22.

²¹⁷ TENÓRIO, Op cit, p.121.

²¹⁸ TENÓRIO, Op cit, p.197.

*impostas pelo Estado Moderno. Uma nova consciência política se forma em todas as classes e a compreensão desse fenômeno é vital para a sobrevivência do próprio regime. É preciso entender que os bens da sociedade não devem ser apenas privilégios dos poderosos, mas usufruídos por toda comunhão humana.*²¹⁹

Para as elites alagoanas, seu discurso reformista-trabalhista era uma afronta, significava propor alterações alinhadas com o desenvolvimento tutelado pelo Estado. A defesa da participação estatal em causas sociais e trabalhistas era visto com receio e repulsa por colocar como ordem do dia mudanças que pretendiam mexer no secular patrimonialismo no qual a coisa pública sempre foi gerida²²⁰. Mesmo não “ultrapassando a fronteira de seu território” sua atuação será a efetiva experiência do trabalhismo em Alagoas, capaz de agregar tanto usineiros e coronéis do sertão como comunistas, numa frente ampla, com um projeto nitidamente progressista.

*Com uma visão progressista e reformista, próximo do que João Goulart faria entre 1961 e 1964, Muniz Falcão atraiu para perto de si todo o contingente de trabalhistas, socialistas e comunistas alagoanos. Estes últimos em especial, pois seu mandato foi o único momento em que o PCB e seus militantes não foram perseguidos e o jornal A Voz do Povo funcionou normalmente. Muniz Falcão tentou atrair e conseguir apoio de parte da elite. Ou pelo menos neutralizá-la. Em especial, os industriais, entre os quais se destacavam os produtores de açúcar e os têxteis.*²²¹

Estabelecendo o diálogo, defendendo a liberdade de imprensa e principalmente planejando o Estado, Muniz tornou-se a primeira experiência alagoana, e uma das primeiras do país de “planejamento sistemático”, cristalizando no Estado a expressão “modelo de desenvolvimento” através de um plano governamental com definição de objetivos e estratégias de ação²²². Muniz, dessa forma, identificou-se com a proposta Nacional-Estatista, no sentido que, através de sua atuação trabalhista, compôs alianças para um processo de unificação em torno da modernização e do progresso, tendo como tutor e fiscalizador dessas transformações o próprio Estado.

²¹⁹Arquivo Público de Alagoas – Mensagem à Assembleia Legislativa – Governo Muniz Falcão apud SALDANHA, Alberto. *Governadores Alagoanos e os “Tempos de Antes”*. Revista Crítica Histórica, Maceió, Ano I, Nº 1, Junho, 2010. p.69

²²⁰Sobre o assunto ver: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Edição comemorativa 50 anos. 4.ed. São Paulo: Globo, 2008.

²²¹MOURA, Anderson Vieira. *Comunistas e trabalhistas urbanos em Alagoas (1951-1961)*. Dissertação de mestrado – UFPE, 2012. p.73

²²²TENÓRIO, op cit, p.218.

Sua atuação, contudo, será alvo de constantes ataques. No primeiro ano de seu mandato, propôs a Taxa Pró-Economia, Educação e Saúde²²³, taxando a produção de açúcar para realização de melhorias no Estado. Essa medida reformista será um dos motivos que levará seus adversários a iniciarem uma campanha pelo seu *impeachment*. No dia 13 de setembro de 1957, dia da votação do impedimento de Muniz, um violento tiroteio é deflagrado em plena Assembleia Legislativa, exemplo radical do confronto entre os liberais conservadores e o bloco trabalhista. Afastado do governo, Muniz só retornaria em 24 de janeiro de 1958. Alguns anos depois em 1965, Muniz Falcão elege-se novamente governador, porém é mais uma vez preterido em face da não homologação do seu nome pela Assembleia Legislativa.

Se o bloco Nacional-Estatista tem sua atuação em Alagoas através da figura trabalhista de Muniz, é importante destacar que não é do esteio do PTB que trabalhistas terão sua maior representação, mas do Partido Social Trabalhista (PST)²²⁴, agremiação que será a base para a posterior estruturação do PTB em Alagoas.²²⁵ O papel do PST, entretanto, seria após a saída de Muniz em 1954 substituído pela atuação do Partido Social Progressista (PSP)²²⁶. Em 1962, a bancada pessepista contava com 7 deputados estaduais²²⁷, adquirindo expressão e se consolidando como bloco nacional trabalhista em detrimento da liderança nacional do PTB e da própria Frente Democrática Trabalhista alagoana, composta pelo PSD-PTB-PRP.

Do lado liberal-conservador, Arnon Afonso de Farias de Mello, governador entre os anos de 1951 e 1956 pela UDN, pertencente à classe oligárquica do açúcar, chegou ao governo com um discurso modernizador e pacificador, utilizando como contraponto a administração caótica de Silvestre Péricles. Seu discurso visava criar “um clima de tranquilidade, indispensável à recuperação do Estado após a fase de terríveis agitações e arbitrariedades que vencera” seu intuito era combater “a ligação entre a noção de governo e violência característica do governo anterior”²²⁸. Apesar de sua retórica apontar para a “paz”, manteve como no governo anterior, ostensiva perseguição aos comunistas, utilizando da mesma truculência no empastelamento do jornal *A Voz do povo*. Denunciavam os comunistas

²²³Lei 2.013, de 22/10/1956, tinha o intuito de “fomentar as atividades econômicas e promover o desenvolvimento dos serviços de educação em saúde pública do Estado”. (Art.1º) Cf. TENÓRIO, p.254.

²²⁴ Existiu entre os anos de 1946 e 1965, criado por dissidentes do antigo PTB, De pequena expressão, em Alagoas elegeu Silvestre Péricles senador em 1958, foi extinto pelo AI-2.

²²⁵ TENÓRIO, op cit, p.121-122.

²²⁶ Fundado em São Paulo por Ademar de Barros, em junho de 1946. Criado a partir do Partido Republicano Progressista, presidido pelo mesmo Ademar, foi o resultado de uma fusão que além do PRP juntou o Partido Agrário Nacional (PAN) e o Partido Popular Sindicalista (PPS), instinto pelo AI-2 em 1965.

²²⁷ SÁ JÚNIOR, Heider Lisboa de. *A Justiça Eleitoral em Alagoas*. Maceió: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, 2008, p.199.

²²⁸MELLO, Arnon de. *Uma Experiência de Governo*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1958 Apud op. cit. SALDANHA, 2010, p.61.

*Arnon não pode continuar! É uma afronta ao povo que ele quis mergulhar numa ditadura militar fascista. Fora com esse golpista salteador de jornais. [...] Avante com a Voz do Povo! Tudo pela renúncia do golpista Arnon! Exijamos a punição dos golpistas assaltadores de jornais democratas e populares!*²²⁹

Arnon representava o discurso do falso liberalismo udenista, compromissado muito mais com a ofensiva conservadora na manutenção das velhas estruturas sociais de dominação do que com uma mentalidade progressista e não autoritária. Seu governo coincide na esfera federal com a volta de Vargas ao poder, período em que a radicalização e os intentos golpistas udenistas afloram na política nacional.

*A UDN alagoana tinha a mesma concepção do diretório nacional: o partido das elites, dos bacharéis, com a presença de alguns jornalistas e parte das Forças Armadas. A postura decisiva contra os trabalhadores e contra seus opositores trabalhistas e comunistas seria um traço marcante de sua atuação. Mas a UDN alagoana era principalmente o partido das elites agrárias, ligadas ao açúcar e descendentes dos senhores de engenho, com os bacharéis e jornalistas filiados ao partido forjando uma faceta liberal e moderna dentro desta UDN fortemente agrária e conservadora.*²³⁰

Surgido no seio das elites agrárias, Arnon personificou o projeto liberal-conservador, ao mesmo tempo que desenvolveu projetos como a integração dos municípios através de investimentos rodoviários, criação da Companhia de desenvolvimento de Alagoas (CODEAL), criação do Banco do Estado de Alagoas (PRODUBAN) possibilitando um significativo avanço nas questões de desenvolvimento do estado – diga-se de passagem, uma modernização conservadora²³¹ – não abre mão da utilização da repressão às causas sociais e dos interesses da classe que representa.

Prestigiei o trabalhador sem pretender destruir o patrão, pois no bom entendimento entre o trabalho e o capital está, dentro do nosso regime, o interesse de ambos [...] As classes produtoras sempre mereceram de mim todo o acatamento. Não cuidei apenas de fazer o bem, mas procurei sempre evitar e neutralizar o mal, prevenindo acontecimentos e reduzindo ou fazendo

²²⁹ O Assalto A Voz do Povo e a renúncia de Arnon”. A Voz do Povo. Maceió: 11 de dez. de 1955. Ano X, número 13, p. 1.

²³⁰ COSTA, Rodrigo José da. *O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964)*. (Dissertação de mestrado – Recife: UFPE, 2013. p.44.

²³¹ O conceito “Modernização Conservadora” é trabalhado por Barrington Moore (1975), para analisar as revoluções burguesas que aconteceram na Alemanha e no Japão na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais. Neste sentido, o eixo central do processo desencadeado pela modernização conservadora é entender como o pacto político tecido entre as elites dominantes condicionou o desenvolvimento capitalista nestes países, conduzindo-os para regimes políticos autocráticos e totalitários.

*desaparecer consequências deles que não se ajustassem à tranquilidade dos alagoanos.*²³²

Seu discurso pela “paz” “renovação” “liberdade e progresso” é na verdade a defesa de uma alternativa de desenvolvimento do estado que não estivesse atrelada à participação social, conduzida pelas velhas elites agrárias, agora revestidas de facetas modernizantes. Os grupos liberais conservadores que surgem pós 1945, grande parte oriundo das antigas estruturas agrárias, tentavam a todo custo se manterem como os condutores dos processos de transformação social e econômico emergentes. Essa meta entraria em choque com qualquer projeto que visasse propor novos caminhos no desenvolvimento nacional, principalmente aqueles que possuíam estreita relação com a abertura para participação política de trabalhadores, ampliando o escopo democrático fora do universo demagógico discursivo.

Desse modo, para Arnon, manter a “tranquilidade” e a ordem, é nada mais do que conservar o predomínio das antigas teias de poder, alicerçadas tão firmemente na configuração de um Estado autoritário e oligárquico. Muitos membros de seu partido, a UDN, serão os primeiros a identificarem-se com o golpe civil-militar de 1964, alguns ocupando cargos importantes até o fim da ditadura²³³

Luiz de Souza Cavalcante, o “Major Luiz”, eleito pela coligação (UDN-PL), 1961-1966, será o último governador antes da instauração da ditadura militar, e dará continuação ao projeto liberal-conservador de Arnon. Sua eleição após a gestão de Muniz Falcão foi concretizada devido ao racha que marcou as eleições em 1960 no lado nacional trabalhista, que no pleito apresentou três candidaturas independentes, Abrahão de Fidélis Moura (PSP), Silvestre Péricles (PDC) e Ari Pitombo (PTB-PSD)²³⁴. A volta da UDN ao poder estadual representou nas áreas sociais um intenso retrocesso na política de conciliação desenvolvida por Muniz Falcão.

*Luiz Cavalcante, à medida que representava um bloco composto por liberais conservadores, oligarquias ligadas ao setor agrário e um segmento militar igualmente conservador, promoveu uma política que ainda que retoricamente se dirigisse “as classes trabalhadoras”, excluía a estas últimas, de forma que as mobilizações empreendidas pelos trabalhadores, organizados em sindicatos ou não, eram muitas vezes tachadas de subversão, ou de comunização.*²³⁵

²³² SALDANHA, Op, cit, p.64.

²³³ É o caso dos deputados, Afrânio Lages, Oséas Cardoso, Siloé Tavares, Areski Freitas, Antônio Gomes de Barros, Manoel Sampaio Luz, Jorge Duarte Quintela Cavalcante, Luiz de Souza Cavalcante, entre outros, são exemplos de udenistas que viriam a integrar a ARENA.

²³⁴ SÁ JUNIOR, Op, cit, p. 195-196.

²³⁵ COSTA, Op. cit pp. 64-65.

Apesar da sua ótica repressiva no campo trabalhista, Cavalcante, assim como seu antecessor udenista, procurou elaborar um projeto de modernização do estado. Em 1962, lança o Plano Trienal com o intuito de racionalizar a administração pública “procurava transformar Alagoas num Estado com projeção nacional no que se refere à gestão de alguns setores, como: Educação, Saúde, Segurança e Assistência Social”²³⁶. Ainda segundo Costa:

*Os grandes objetivos a serem alcançados com a execução do plano estavam divididos em: melhoria das condições do homem, incluindo saneamento, saúde pública, habitação, serviço social, educação e cultura, recreação, justiça e segurança. No campo da Infraestrutura foram contempladas a implementação de energia elétrica e rodovias, além da expansão agrícola e industrial, tendo como metas específicas o desenvolvimento agrícola, o desenvolvimento industrial e o Banco da Produção*²³⁷

Essas medidas, aliadas à intensa repressão aos movimentos sociais, objetivavam manter o controle de uma sociedade que anos antes experimentara no Governo de Muniz significativo avanço e incentivo ao desenvolvimento de Alagoas, com base no diálogo com as classes baixa e média. O alargamento das obras nas diversas áreas que compunham o Estado visava um modelo de desenvolvimento excludente, que tutelava as transformações de cima para baixo. No campo rural, o desenvolvimento proposto aliava-se a uma concepção de constante controle e repressão, frequentemente denunciados:

*Mais das vezes (sic) temos denunciado as arbitrariedades e as inomináveis violências de que tem sido vítimas os trabalhadores rurais em nosso Estado. Para o governo do sr. Luiz Cavalcanti, a organização dos trabalhadores de campo em sindicatos é crime inafiançável, para cuja execução, a sua política está sempre atenta, para juntamente com os vigias e capangas dos usineiros e latifundiários prender e espancar camponeses [...] Este é o governo de paz, cujas reivindicações dos camponeses, operários e estudantes é pura e simplesmente um caso de polícia*²³⁸.

A mínima organização dos trabalhadores do campo para o bloco liberal conservador poderia ser o embrião que germinaria na defesa da Reforma Agrária, espectro tão ameaçador para as classes produtoras ligadas à monocultura da cana-de-açúcar. Além do mais, o vizinho estado

²³⁶ Ibidem, p.61

²³⁷ Ibidem, p.61

²³⁸ Sindicalização Rural em Alagoas é caso de Polícia: A Voz do Povo. Maceió. 20 de out. 1963. ANO XVII, Nº 39. p.1

pernambucano na década de 1960 despontava com a politização rural através das Ligas Camponesas²³⁹. A questão do campo, desta forma, era um ponto delicadíssimo na condução da modernização do Estado.

Luiz Cavalcante e Arnon de Mello, ambos relacionados aos estratos agrários, incentivaram o progresso econômico, fornecendo as mínimas estruturas para um desenvolvimento controlado, mas sempre com a eterna vigilância de não permitir a quebra do equilíbrio da sociedade patronal que representavam. O modo autoritário com que os liberais conservadores conduziram as transformações no Estado e os movimentos sociais será um dos fatores importantes na identificação e adesão quase imediata ao golpe de 1964, assim como no protagonismo que esse bloco exercerá na condução da ditadura militar em Alagoas. Para o bloco nacional-trabalhista e para os setores progressistas, a consolidação dos conservadores no poder desencadeou um processo de declínio e recuo da politização e das lutas sociais.

Dessa forma, procuramos compreender de que maneira através do governo de Muniz Falcão forma-se as primeiras noções de uma gestão desembaraçada dos interesses meramente provincianos e alinhada com um projeto de desenvolvimento nacional. O bloco progressista formado em torno da liderança de Muniz, foi capaz de agregar comunistas, trabalhistas, classes populares em contraponto ao bloco liberal conservador, preocupado na manutenção de seu *status quo*. Desse antagonismo, destaca-se as diferentes propostas de modernização defendidas: uma voltada para o reformismo e planejamento do Estado com base popular, outra gerida para o desenvolvimento de base conservadora, aliado às velhas estruturas de poder oligárquico. O advento dos anos 60 com o acirramento político no cenário nacional e com a instauração da ditadura militar evidenciou a manutenção de antigas rivalidades desses blocos que marcaram o período da experiência democrática em Alagoas.

Referências

COSTA, Rodrigo José da. **O golpe civil-militar em Alagoas: o governo Luiz Cavalcante e as lutas sociais (1961-1964)**. (Dissertação de mestrado – Recife: UFPE, 2013).

LIMA, Mário de Carvalho. **Sururu Apimentado: Apontamento para a história política de Alagoas**. Maceió, EDUFAL, 1979.

²³⁹As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964.

MOURA, Anderson Vieira. **Comunistas e trabalhistas urbanos em Alagoas (1951-1961)**. Dissertação de mestrado – UFPE, 2012.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos 1930: As incertezas do regime. IN: **O Brasil Republicano: O tempo do Nacional Estatismo- do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Orgs: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

SÁ JÚNIOR, Heider Lisboa de. **A Justiça Eleitoral em Alagoas**. Maceió: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, 2008.

SALDANHA, Alberto. **Governadores Alagoanos e os “Tempos de Antes”**. *Revista Crítica Histórica*, Maceió, Ano I, Nº 1, Junho, 2010.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A tragédia do populismo: o impeachment de Muniz Falcão** – 2ª ed. Maceió: Edufal, 2007.

O Assalto A Voz do Povo e a renúncia de Arnon. *A Voz do Povo*. Maceió: 11 de dez. de 1955. Ano X, número 13.

Sindicalização Rural em Alagoas é caso de Polícia: *A Voz do Povo*. Maceió. 20 de out. 1963. ANO XVII, Nº 39.

Introdução

A mediação da geografia ao trabalho do historiador é sem dúvida crucial ao desenvolvimento dos trabalhos na área de história, afinal toda a pesquisa sobre uma dada realidade precisa ser situada minimamente em um determinado tempo e espaço. Essas amplas possibilidades de análises do uso da geografia não cabem ser feita nos limites deste trabalho, assim, pretende-se focar em um ponto em específico: apontar as contribuições da geografia (crítica) para entender o espaço como uma forma de garantir a acumulação e reprodução do capital de modo a auxiliar as pesquisas em história que estudam os processos de urbanização e suas implicações.

Destarte, achamos necessário antes de adentrar neste debate trazer uma discussão historiográfica, mesmo que curta, a respeito dessa interdisciplinaridade entre as duas ciências a modo de nos situarmos teoricamente, para em seguida apontar algumas interpretações recentes que a geografia traz dos fenômenos de urbanização contemporâneos possibilitando ao historiador uma visão mais concreta da realidade, abrindo várias possibilidades de interpretar os processos históricos. Desta forma, o presente artigo também apresenta reflexões sobre o campo da chamada "história do tempo presente".

Este estudo foi motivado a partir das indagações advindas de uma pesquisa monográfica do autor (ainda em curso) sobre o histórico da urbanização do açude do DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - (atualmente chamado de Lago da Perucaba) da cidade de Arapiraca, Agreste de Alagoas, localizada a aproximadamente 130km da capital Maceió, que levantaram a necessidade de dialogar com a geografia.

A interdisciplinaridade entre história e geografia: uma necessidade aos estudos do tempo presente

Dentre as várias contribuições que os Annales trouxeram a historiografia, sem dúvidas a mais significativa delas foi a "interdisciplinaridade", onde o centro dessa união entre disciplinas de campos diversos não se dava pela adoção de um método em particular pelo

²⁴⁰ Graduando do 8º período do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL - Campus Arapiraca.

historiador, mas pelo objeto em comum que interligam as ciências humanas: o homem em seu meio social (REIS, 2000).

As ligações com a geografia são algo marcante principalmente à Segunda Geração dos Annales, isto é, com Fernand Braudel e a perspectiva da longa duração. Nela encontramos uma ideia já presente nos predecessores de Braudel (mas por ele aprofundada), a concepção de que o homem não detém o controle da História, outrossim, seu fazer histórico é limitado pelas imposições de um determinado meio geográfico (além de social, cultural, econômico, etc.) (Idem). "A geografia lhe permite valorizar a longa duração, minorar o peso do homem como ator da história ao substituí-lo por um sujeito espacial" (DOSSE, 1994, p. 136).

Assim, temos o "espaço" como o principal mediador nesta relação entre história e geografia (BARROS, 2010). Os primeiros contatos entre as duas ciências se dão com as ideias de Vidal de La Blache que inovavam o campo da geografia humana ao pôr o ser humano também como interventor no espaço geográfico, mesmo sem tirar a centralidade deste.

As primeiras aplicações das concepções espaciais derivadas da escola geográfica de Vidal de La Blache apareceriam nas novas obras historiográficas que enfrentaram o desafio de estudar as macro-espacialidades. Lucien Febvre já havia se valido francamente da concepção espacial de La Blache para começar a pensar as relações entre o meio físico e a sociedade, e o resultado desta reflexão foi concretizado na obra A Terra e a Evolução Humana (1922). Contudo, é Fernando Braudel o primeiro a aplicar estas noções a um objeto historiográfico mais específico e de maior magnitude. (Idem, p. 73).

Se nos Annales temos o homem como um agente na história, mas que de forma alguma detém o seu controle, em Marx temos a máxima: "Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado" (MARX, 2008, p. 19).

A historiografia marxista também nos traz importantes contribuições para entender o espaço como fundamental à interpretação das relações materiais, afinal, como aplicar o método materialista sem situar-se em um determinado espaço geográfico? Em uma de suas reflexões Hobsbawn já nos coloca que "O importante é que a história consiste da interação de entidades sociais diversamente estruturadas (e geograficamente distribuídas), que mutuamente se remodelam" (2013, p. 242); não podemos entender um determinado meio como isolado da conjuntura em que está inserido, mas como parte integrante das relações materiais (já tecendo aqui uma crítica a campos da microhistória que relativizam essa situação), ainda mais quando o tempo trabalhado é o marcado pelo estágio superior do capitalismo, cujos

imperativos se dão a nível global. Além disso, nas próprias obras de Marx é possível enxergar uma percepção de espaço nas diversas análises da sociedade que o mesmo realiza: "Essa percepção do espaço, por sua vez, está indissolúvelmente ligada ao social e ao histórico. Um determinado espaço é uma forma de manifestação de determinadas relações sociais inscritas numa região, território, etc." (VIANA, 2013, n.p.).

O estudo do tempo presente não é um campo fácil de análise. Hobsbawm (2013) bem nos coloca alguns dos problemas que o historiador do presente tem de encarar, uns semelhantes ao de profissionais dedicados a períodos mais antigos, como as marcas deixadas pela experiência de vida que assinalam o trabalho de todo o historiador - afinal há um fundo de verdade na afirmação: "toda a história é história contemporânea disfarçada" (idem, p. 315) - mas também outros que impactam com mais intensidade este tempo de análise, isto é, as constantes transformações sociais que podem alterar a percepção do passado pelo historiador e as limitações das visões de sua época, o que não acontece com os objetos de estudo mais afastados no tempo que dão ao profissional da história a vantagem da chamada "retrovisão". Além disso, o historiador ainda tem de encarar as dificuldades advindas da grande disponibilidade de fontes a seu uso, o que exige um conhecimento ainda maior sobre o passado de modo evitar superficialidade nas análises (MOTTA, 2012).

Assim, mais que o conhecimento sobre o passado e de outras produções historiográficas sobre o tema estudado, o historiador também precisa fundamentar muito bem uma teoria sobre o presente, como nos aponta Burke: "Sem combinar a História com a teoria, é provável que não se consiga entender nem o passado nem o presente" (2012, p. 38).

Entender o que é o espaço é um ponto de partida para as análises que se seguem. Sendo assim, valendo-se das contribuições de Milton Santos a esse entendimento, temos o espaço como o meio da materialidade e da ação humana que se modificam mutuamente no tempo (SANTOS, 2013), é um híbrido de sistemas de objetos (forças produtivas) e sistemas de ações (relações materiais de produção) (SANTOS, 2014). O espaço só é passível de compreensão relacionado com o Mundo (natureza), mas este não se explica por si só:

É a História que dá significado à sociedade humana. A natureza é um dado permanente, que se modifica à medida que avançamos no seu conhecimento. A História é hoje de cada atualidade, que nos fornece os conceitos da mesma forma que, natural ou artificial, a natureza nos dá as categorias.
(SANTOS, 2013, p. 86).

Outro conceito importante que ainda podemos trazer de Santos é do espaço globalizado formando por "horizontalidades" e "verticalidades". Pelo primeiro conceito temos o substrato da vida material em um determinado espaço, o conjunto das relações entre indivíduos, instituições e etc., que são

diretamente ligadas àquela especificidade local; já as verticalidades são as relações impostas de fora pelas forças econômicas dominantes que interferem num determinado espaço, implicando mudanças e também resistências. O espaço global é hoje formado por o conjunto de ambas.

A tendência atual é no sentido de uma união vertical dos lugares. Créditos internacionais são postos à disposição dos países e das regiões mais pobres, para permitir que as redes se estabeleçam a serviço do grande capital.

Nessa união vertical, os vetores da modernização são entrópicos. Eles trazem desordem aos subespaços em que se instalam e a ordem que criam é em seu próprio benefício. E a união vertical - seria melhor falar de unificação - está sempre sendo posta em jogo e não sobrevive senão à custa de normas rígidas.

Mas os lugares também podem refortalecer-se horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo. (SANTOS, 2014, p. 287-288).

A partir destes conceitos podemos compreender as interferências das forças econômicas externas nas dinâmicas de determinados lugares.

Os historiadores que em seu trabalho se defrontem com o fenômeno urbano não podem ignorar essas questões, afinal a explosão urbana, principalmente do terceiro mundo, a partir da segunda metade do século XX - fato bem exposto por Davis (2006) - impõe uma necessidade de interpretar esses processos gerais e suas implicações locais - levantando novamente a hipótese de que um espaço não pode ser concebido de forma isolada. É preciso atentar, inclusive, que existe uma disputa de visões desses acontecimentos dentro do próprio campo da geografia (SILVEIRA, 2008), isso só acentua a necessidade de aprofundamento do pesquisador.

Se o método comparativo, fruto da interação com as ciências sociais (BURKE, 2012), é demasiadamente importante para a historiografia, compreender as diferentes formas de urbanização como a do terceiro mundo em relação à Europa e EUA é crucial a boa fundamentação teórica do historiador que perpassa por essas questões.

O historiador não pode deixar de levar em conta que na contemporaneidade, o capital se apropria (ou expropria) do espaço como forma de se reproduzir, assim, este é mais uma mercadoria dentro do sistema:

A produção da metrópole como negócio se situa nesse contexto, dando novo conteúdo à urbanização contemporânea, na qual o espaço aparece como condição necessária ao processo de reprodução do capital, isto é, o capital só pode se realizar através da estratégia que torna o espaço um momento produtivo. [...] Trata-se, aqui, do capital concretizando-se na produção específica do espaço sob a forma de empreendimento imobiliário (seja para escritórios ou para habitação). (CARLOS, 2015, p. 44).

A partir dessas colocações podemos ainda buscar as relações entre o poder econômico e Estado (através da legislação, preterimento dos investimentos públicos para determinados projetos e áreas em detrimento de outras, financiamento de campanhas políticas por empresas ou empresários, entre outros exemplos), já que sem este a sobrevivência do capitalismo não é possível.

Considerações finais

O uso da geografia como ciência auxiliar ao trabalho do historiador não é algo novo à historiografia, de fato, há praticamente um século que a aproximação entre essas duas ciências foi consolidada pelo movimento dos Annales. Também vimos que a historiografia marxista é outra forma de escrever História onde a interdisciplinaridade é marcante.

Nas sociedades de classe, como é a capitalista, o processo de urbanização também ganha um viés classista, mas não que este seja o único (HARVEY, 2005), afinal relações culturais, de gênero, entre outras, também se desenvolvem. Contudo, o presente artigo é mais voltado às necessidades de uma interpretação do urbano enquanto campo a ser estudado pela ótica da luta de classes.

Entender as novas formas como a sociedade lida com o espaço é algo necessário para orientar as pesquisas em diversas áreas da história onde seja necessário lidar com um determinado meio geográfico. É nesse sentido que o presente trabalho almejou contribuir.

Ainda nesse sentido, ao falarmos em escrever sobre a própria época, sem uma mediação da geografia, mais especificamente das contribuições do campo da geografia crítica, o historiador pode encontrar muitas dificuldades em interpretar a realidade, já que, como discutido, o tempo presente tem especificidades próprias que exigem uma boa fundamentação teórica.

Referências

BARROS, José D'Assunção. Geografia e história: uma interdisciplinaridade mediada pelo Espaço. *Geografia (Londrina)*, Londrina, v. 19, nº 3, p. 67-84, 2010.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. 2ª ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A tragédia urbana. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Orgs.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2015. Vol. 2 (Metageografia), pp. 33-63.

DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1994.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacentes).

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. 2ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 21-36.

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SANTOS, Milton. *A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2014. Vol. 1. (Coleção Milton Santos).

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2013. Vol. II. (Coleção Milton Santos).

SILVEIRA, María Laura. Metrôpoles do terceiro mundo: da história ao método, do método a história. In: SILVA, Catia Antônia da; CAMPOS, Andreino. *Metrôpoles em mutação: Dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008, pp. 17-35.

VIANA, Nildo. Espaço e sociedade a partir da contribuição de Karl Marx. In: *Territorial - Caderno Eletrônico de Textos*, Vol.3, nº 4, 10 de março de 2013. Disponível em: <http://www.cadernoterritorial.com/news/espa%C3%A7o-e-sociedade-a-partir-da-contribui%C3%A7%C3%A3o-de-karl-marx-nildo-viana/> Acesso em 24/09/2016.

A partir de 1959 militantes marxistas, a maioria jovens, articularam-se para organizar o embrião de um partido político revolucionário. Num evento que passaria a ser reconhecido como o seu primeiro congresso, em 1961, foi fundada a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-POLOP), que ficou mais conhecida como POLOP ou simplesmente PO. O início de sua trajetória foi marcado por críticas severas ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que eram forças hegemônicas no campo da esquerda e que tinham grande influência nas decisões políticas da classe trabalhadora brasileira.

O presente texto fará uma breve discussão sobre a interpretação da PO acerca do golpe e a ditadura militar no Brasil deflagrada em abril de 1964. O primeiro documento que apresenta uma análise mais extensa sobre a ditadura militar foi o *Classe e Estado, Democracia e Ditadura*. Escrito por Eric Sachs em 1967, por ocasião das discussões em torno da elaboração de um Programa Socialista para o Brasil e do seu IV congresso. O texto circulou entre militantes da esquerda revolucionária como documento interno da POLOP. Os debates ocorridos na fase preparatória do congresso intensificaram a luta interna que culminaria no primeiro racha da organização em seu congresso. Trataremos dessa questão em outro momento.

Para definir o que seria uma democracia Sachs retoma as discussões de Lênin, que ressalta que democracia é uma forma de Estado. A concepção de Estado tomada na forma clássica do marxismo, isto é, enquanto instrumento de dominação de classe. A república democrática parlamentar seria a forma mais adaptada ao domínio da burguesia por dois motivos. Em primeiro lugar, a burguesia manda, em virtude do seu poder econômico, representantes para o parlamento, os quais defendem os seus interesses imediatos na legislação. O exercício do poder pelo parlamento significa, portanto, o exercício direto do poder pela burguesia. “A democracia parlamentar burguesa significa, portanto, a ditadura direta da burguesia, que não precisa de intermediários para governar”²⁴². Em segundo lugar, o sistema democrático e suas regras permitem que a ditadura não apareça abertamente, mas sim de um modo velado. “As eleições, os debates parlamentares, etc., escondem do grande público o caráter de classe do Estado. Diminuem os pontos de atrito criados pela ditadura da classe dominante. Permitem mudanças de governo sem

²⁴¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Alagoas

²⁴² SACHS, Eric. *Classe e Estado, Ditadura e Democracia*. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª Ed, Salvador, Centro de Estudos Victor Meyer, 2010, p. 74.

arriscar o sistema de governo”²⁴³. As regras do jogo parlamentar ainda oferecem outros recursos à classe dominante. A divisão do órgão legislativo em duas câmaras (Câmara e Senado) e a costumeira divisão em três poderes Executivo, Legislativo e Judiciário “asseguram o funcionamento da ditadura velada, mas direta, da burguesia na república democrática”²⁴⁴.

Sachs ainda lembra que a recuperação dessa caracterização de democracia, que foi formulada no século XIX pelos clássicos do marxismo, foi abandonada pelos reformistas que passaram a lutar dentro dos limites do Estado democrático burguês, almejando o caminho pacífico da revolução. Os leninistas, revolucionários, desmascaravam a democracia como ditadura de classe, embora reconhecessem que a liberdade de organização e ação, maior nos regimes democráticos do que nos regimes fechados, não poderia ser esquecido. Quando a democracia não serve mais aos seus fins imediatos, a máquina estatal, o exército, a polícia, a burocracia, permitem a ela “abandonar as aparências e escolher o caminho da ditadura militar”²⁴⁵

Sachs descreve três formas de ditadura abertas e indiretas da burguesia. A primeira é forma apresentada pelo o autor é o bonapartismo, estudado por Marx no livro “*O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*”. Ameaçadas pelos efeitos devastadores da crise econômica e política que não podiam mais controlar, as facções da classe dominante francesa entregam o poder a Luís Bonaparte em troca de repressão aberta contra as massas populares. Sendo assim, a classe dominante sacrificava seus partidos e representantes parlamentares, privando-os dos instrumentos imediatos do poder. Neste sentido, o bonapartismo “entrou na história como ditadura aberta, mas indireta, da burguesia, num momento em que o proletariado, apesar de assustar e intimidar a classe dominante, ainda não representava uma ameaça real à existência da sociedade”²⁴⁶. Porém, todo regime tem sua base de classe de sustentação e serve a uma classe. No caso bonapartista, tínhamos com sua base de sustentação o campesinato conservador juntamente com a Sociedade 10 de Dezembro. O bonapartismo serviu à cúpula das classes dominante, ou seja, à grande burguesia industrial e aos latifundiários aburguesados. A segunda forma apresentada por Sachs é o fascismo. Seria a continuação da experiência bonapartista, mas em condições históricas mudadas. A ditadura fascista surge como reação ao movimento sindical da classe operária. Sua base de sustentação é a pequena burguesia, ameaçada em sua existência material, trilha o caminho à direita. São os pequenos burgueses que fornecem

as milícias fascistas, que procuram conquistar a praça pública e eliminar os adversários pelo terror. É igualmente a pequena burguesia que fornece a

²⁴³ Id., *ibid.*

²⁴⁴ Id., *ibid.*, p. 75.

²⁴⁵ Id., *ibid.*, p. 76.

²⁴⁶ Id., *ibid.*, p. 77.

Quando o radicalismo pequeno-burguês se torna um incômodo para a ditadura fascista já estabelecida, provoca choques internos e alas mais extremistas são suprimidas com o mesmo terror que foi usado contra a esquerda, lembra Sachs. Assim como no bonapartismo a ditadura fascista também priva a burguesia dos instrumentos diretos do governo, isto é, partidos, parlamento, etc. Entretanto, diferente do período estudado por Marx, o regime fascista governa para os expoentes do capital financeiro e dos grandes monopólios do imperialismo. “Não é por acaso que o fascismo surge numa época em que as contradições interimperialistas foram mais agudas”²⁴⁷.

Por fim, o autor caracteriza as ditaduras militares, que representam o recurso imediato das classes dominantes, pois regimes como o bonapartismo e o fascismo apresentam certo nível de complexidade, isto é, demandam tempo e condições apropriadas para o seu amadurecimento. Mais frequentes na América Latina, as ditaduras militares a longo prazo não correspondem “aos anseios da burguesia”²⁴⁸, pois ditaduras prolongadas seriam mais efetivas em sociedades dominadas pelas velhas oligarquias do campo. Em países industrializados ou em processo de industrialização ditaduras prolongadas seriam menos prováveis, pois em sociedades capitalistas modernas haviam problemas demais “para uma ditadura militar, com seu imobilismo, conservadorismo e seu código de continências”²⁴⁹. Embora o crescente militarismo fosse uma realidade das sociedades capitalistas, a burguesia prefere as forças armadas como uma “reserva estratégica governamental”²⁵⁰.

As formas de ditadura aberta da burguesia diferem entre si. O bonapartismo, o fascismo e a ditadura militar dependem do grau de desenvolvimento da sociedade burguesa, das relações de classe próprias de cada país. Na realidade, os diferentes sistemas não se apresentam em formas puras, “mas tomam emprestado mutuamente seus métodos de governo”. Engels, salienta o teórico da POLOP, já havia falado em traços bonapartistas do governo Bismark. Falar em movimento fascista espanhol, por exemplo, deve-se mais “à conjuntura internacional na qual surgiu do que ao seu conteúdo de classe”²⁵¹. O movimento fascista espanhol denominado Falange tem um papel totalmente secundário no regime de Franco, que tem como base as forças conservadoras de seu país. Sachs alerta que mesmo as

²⁴⁷ SACHS, Eric. *Classe e Estado, Ditadura e Democracia*. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª Ed., Salvador, Centro de Estudos Victor Meyer, 2010, p. 78

²⁴⁸ Id., *ibid.*, p.79

²⁴⁹ Id., *ibid.*

²⁵⁰ Id., *ibid.*

²⁵¹ Id., *ibid.*

ditaduras militares latino-americanas, não podem mais se satisfazer com o tradicional paternalismo com o qual tentaram fundamentar a sua legitimidade no passado e “procuram armas ideológicas mais agressivas, tomadas de empréstimo a sistemas mais dinâmicos”²⁵². Entretanto, apesar das diferenças existentes nas diversas formas de ditadura aberta, existe um traço comum entre elas: trata-se de ditaduras abertas, mas indiretas da burguesia. Nesse sentido, a burguesia, seja por imaturidade ou senilidade, entrega seus negócios do Estado a um “governo forte”, em que o executivo se apresenta com aparente independência para conservar as condições essenciais do modo de produção capitalista contra as ações dos operários, principalmente.

O Brasil, num espaço de tempo relativamente curto, experimentou quase todas as formas de governos burgueses produzidas em escala internacional. Superada a tradição dos governos oligárquicos com a revolução de 1930, o caminho estava aberto para a burguesia exercer seu poder político. A brecha criada pela revolução, porém, não pôde ser aproveitada pelas forças burguesas, pois encontravam-se ainda pouco desenvolvidas. Temerosas com os rumos da revolução, após alguns anos de indefinição, entregaram o poder a Getúlio Vargas. A ditadura de Vargas representa a fase bonapartista da burguesia brasileira. Servindo aos interesses da burguesia e do latifúndio, Vargas selou uma aliança em que as forças burguesas aumentavam a todo momento seu peso, em virtude da maximização do seu papel na economia nacional. Vargas serviu diretamente à burguesia brasileira, “iniciando a fase de industrialização de cima para baixo, dando-lhe tempo e meios de aburguesamento, de adaptação às novas circunstâncias econômicas”²⁵³. A experiência bonapartista do governo Vargas tinha uma característica diferente dos casos de bonapartismo clássico. Ele não tinha como base de apoio o campesinato de pequenos proprietários, que não existiam no país. Sua base, criada por ele e utilizada como meio de pressão, foi o proletariado de origem camponesa. Muito jovem e inexperiente, esse proletariado ainda não tinha consciência do seu papel político e social, “conquistado pelo Estado mediante uma legislação trabalhista e isolado pelo terror da influência revolucionária”²⁵⁴. Vale lembrar que mesmo anos depois, na década de 1960, a POLOP lutava contra a herança Vargas que assombrava os trabalhadores e sindicatos através da tutela exercida pelo Ministério do Trabalho. Vargas também contou por muito tempo com o apoio da classe média, que só se tornou uma força de oposição ao final da guerra, “quando a grande burguesia brasileira, agora

²⁵² Id., *ibid.*

²⁵³ SACHS, Eric. *Classe e Estado, Ditadura e Democracia*. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª Ed., Salvador, Centro de Estudos Victor Meyer, 2010, p. 80.

²⁵⁴ Id., *ibid.*

mais autoconfiante, exigia formas mais diretas de exercício de poder”²⁵⁵. Sem o apoio das forças armadas, Vargas não poderia ter exercido o poder e foi justamente o Exército, junto com as classes dominantes, que causaram a sua deposição, que se deu sem a participação da população.

Surgiu também no Brasil tendências fascistas, Sachs não falava apenas das características conjunturais tomadas de empréstimo temporariamente pelo Estado Novo, mas sim do movimento integralista e as tentativas do Clube da Lanterna. Em ambos os casos as tendências não chegaram a se materializar, principalmente, por falta de amadurecimento das contradições de classe no país, mas também por falta de apoio da pequena-burguesia, que não se encontrava em total desespero a ponto de unir-se a um movimento de extrema-direita.

Não foi por acaso que nossa classe dominante não escolheu o parlamentarismo puro e optou pelas tradições presidencialistas em 1945, quando se deu a redemocratização no país e a elaboração da Constituição no ano seguinte. Para o militante comunista, os motivos da escolha não eram somente de origem histórica e em consideração ao caráter federativo da República. O fato era que a burguesia não se sentia forte o bastante para essa experiência. Ela não governava sozinha, embora tivesse conquistado a hegemonia na coligação das classes dominantes. A burguesia precisava do apoio do latifúndio em qualquer casa representativa constituída à base de votos. O latifúndio era dono, por meio do voto de cabresto, de boa parte do eleitorado brasileiro. Segundo Sachs, essa influência do campo era mais sentida nas eleições locais que em pleitos nacionais, pois a burguesia conseguia se organizar nacionalmente mais facilmente que os latifundiários. Nesse cenário o presidencialismo se tornava mais uma arma da burguesia para firmar posição entre seus aliados no campo. Além disso, a evolução dos Estados Unidos, exemplo histórico, já havia demonstrado que o presidencialismo se adaptava perfeitamente às necessidades de um capitalismo monopolista.

Quando da posse de João Goulart tentou-se o parlamentarismo para limitar os tradicionais poderes do executivo, o governo ficou paralisado com o jogo de interesses contrários e imediatos das diversas frações da classe dominante, mas a tentativa foi abandonada sem encontrar forte resistência. O que distinguia a nossa democracia dos padrões históricos europeus era o papel dos grandes proprietários de terra, argumentava o teórico da POLOP. “Em 1930, a burguesia não fez nenhuma tentativa de levar a revolução ao campo, para mudar as relações de propriedade. Traiu sua revolução, deixando-a pela metade”²⁵⁶. O caminho escolhido pela burguesia para solucionar o problema agrário no país, isto é, o da penetração do capitalismo

²⁵⁵ Id., *ibid.*, p.81

²⁵⁶ SACHS, Eric. *Classe e Estado, Ditadura e Democracia*. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª Ed., Salvador, Centro de Estudos Victor Meyer, 2010, p. 82.

no latifúndio, lento e doloroso para as massas rurais, prolongava sua dependência do campo. Sendo assim, a democracia no Brasil, na fase do pós-guerra até a ditadura militar, era uma ditadura velada, “mas direta da coligação das classes dominantes, na qual a burguesia governava em aliança com o latifúndio”²⁵⁷.

Essa ditadura da aliança das classes dominantes se tornou aberta com o golpe militar. Burguesia e latifúndio saudaram a ação repressiva das forças armadas, quando “seus privilégios e a ordem pareciam ameaçados”²⁵⁸. Entretanto, a atitude subjetiva das duas classes variava. Enquanto a ditadura militar não representava maiores problemas para o latifúndio, que desejava ver garantido o estado das coisas, os problemas da burguesia eram mais complexos. Embora aceitasse a retirada dos seus instrumentos por intermédio dos quais havia exercido o governo direto e sacrificasse os seus representantes – Jango, Juscelino, Jânio e etc – um executivo que governava à base de “coronéis dos IPMs não resolvia seus problemas”²⁵⁹. A burguesia necessitava de um “governo forte” frente às manifestações das massas, mas para produzir e comercializar num cenário de “normalidade” e “tranquilidade” que “não fossem perturbados pelas decisões arbitrárias de militares em postos executivos na vida econômica e política”. Para Sachs, este ideal ainda representava o governo Dutra, que nos anos agitados do pós-guerra tinha assegurado a “paz social” e a “ordem” ao país.

Na prática o governo de Castelo Branco não havia conseguido reproduzir o equilíbrio de forças dos anos anteriores. Isto era resultado das mudanças sociais e políticas ocorridas que tornavam mais difícil o apaziguamento dos interesses contraditórios das classes dominantes no Brasil. Segundo o teórico da POLOP, a falta de apoio popular vedava qualquer saída bonapartista, que poderia ajudar a superar, mesmo que provisoriamente, a divisão surgida no campo do golpe. A ditadura, pois, não conseguiu encontrar um denominador comum para satisfazer o desejo das frações da classe dominante. O seu sustentáculo maior era o “medo de voltar à agitação e convulsão do fim do governo Goulart”²⁶⁰.

Apesar disso o governo de Castelo Branco, produto de um golpe militar, conseguiu uma liberdade de ação qualitativamente maior em relação às aspirações imediatas das frações da classe dominante do que qualquer outro governo desde o Estado Novo. Com a inoperância dos órgãos representativos do Congresso, somente a cúpula da classe dominante, isto é, as grandes indústrias e os monopólios, tinham acesso permanente às reuniões

²⁵⁷ Id., *ibid.*

²⁵⁸ Id., *ibid.*

²⁵⁹ Id., *ibid.*, p. 83.

²⁶⁰ SACHS, Eric. *Classe e Estado, Ditadura e Democracia*. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª Ed., Salvador, Centro de Estudos Victor Meyer, 2010, p. 83

governamentais e estavam em condições reais de influir nas suas decisões. Entre outras coisas,

*a ditadura militar livrou a burguesia da dependência política imediata do latifúndio, cujos os votos não pesam na legislação. É essa liberdade de ação do Executivo que permite a ele seguir uma política a longo prazo de consolidação da sociedade exploradora em bases modernas, isto é, uma política de concentração de capitais, de racionalização da indústria e do fortalecimento dos monopólios, que está ligada ao nome de Roberto Campos*²⁶¹.

Era esse processo, segundo Sachs, que criava o choque de interesses no seio da própria burguesia. A burguesia não se voltava contra o sistema implantado pelo golpe, tampouco contra a ditadura em si, mas sim contra a política econômica diária, que não levava totalmente em conta as necessidades imediatas da classe. A burguesia aceitava o fato consumado da ditadura aberta e indireta, mas desejava vê-la exercida de modo “mais flexível frente às suas necessidades econômicas e financeiras imediatas.

Nas condições concretas em que se encontrava o país – o processo de centralização de capitais que fortalecia os grupos monopolistas mais fortes – favoreciam forçosamente o capital imperialista. Isso fazia com que nas análises políticas e econômicas o governo militar tivesse sido caracterizado apenas como “pró-imperialista”. A POLOP chamava a atenção para o caráter de classe do Estado brasileiro. As suas bases se encontravam no país e a política nacional, no limite, era feita aqui. Mesmo quando “as decisões políticas e econômicas estão sendo tomadas no exterior, elas só se realizam quando aceitas e endossadas por autoridades nacionais”. O governo e o Estado são expoentes das classes existentes no país, na realidade são instrumentos e sustentáculos da nossa classe dominante. A influência do imperialismo no país devia-se “unicamente às atitudes da nossa burguesia, que lhe abriu as portas, que diariamente clama pela vinda de capitais estrangeiros e que está associada ao imperialismo mundial, especialmente ao norte-americano”²⁶². Não havia outro meio do imperialismo influir na política interna do país, isto refletia a atitude da classe dominante brasileira e do seu Estado.

Nesse breve texto apresentamos algumas das questões que julgamos centrais na interpretação proposta pela organização na luta contra a ditadura militar no Brasil. Assim como outras organizações de esquerda no país, a POLOP sofreu sua primeira cisão em 1967. Quase metade de seus militantes romperam com a organização por entender que o caminho para a

²⁶¹ Id., Ibid.

²⁶² SACHS, Eric. *Classe e Estado, Ditadura e Democracia*. In: MIRANDA, Orlando e FALCÓN, Pery (orgs.). *POLOP: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*. 2ª Ed., Salvador, Centro de Estudos Victor Meyer, 2010, p. 84

destruição da ditadura seria através da luta armada, isto é, do foco guerrilheiro.

QUE HORAS ELA VOLTA? E O LULISMO (2003-2011)
A FONTE AUDIOVISUAL COMO MEIO DO OBSERVAR A
SOCIEDADE

*Roseane Monteiro Virginio*²⁶³
*José Fabio Cassiano dos Santos*²⁶⁴

Com o advento da Escola dos *Annales* (1929) as considerações acerca das fontes historiográficas foram ampliadas, possibilitando a utilização de materiais como entrevistas, músicas, cinema, fotografias, dentre outras, como substrato do *métier* historiográfico. Soma-se a esta perspectiva o processo de interdisciplinaridade, ou seja, a utilização de outras disciplinas que incorporam e modificam o aprofundamento analítico da História. Novas fontes, abordagens e métodos foram desenvolvidos a partir dessa abertura, gerando uma nova forma de escrever e conceber a História, ampliando a capacidade de compreensão da realidade em suas áreas mais diversas. Nesse sentido, Marc Ferro é um dos principais nomes no estudo do cinema como fonte histórica, contribuindo para o entendimento do papel da história no cinema, do cinema na história, assim como, para a análise de filmes.

O cinema tem uma força arrebatadora de mobilizar um país em debates; obrigando-nos rever as nossas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais; e a questioná-las diante da exposição visual de um conjunto de significados que advém de sua criação. Após tantos anos de cinema, não ficamos imunes à sua capacidade de nos surpreender, assim como, conta-se que os irmãos Lumière ao exibir pela primeira vez a película *A chegada do trem na estação* (1895) causou um grande espanto aos expectadores que temeram ao imaginar que o trem poderia sair da tela.

Marc Ferro (2010) aponta o cinema como um agente da História desde sua origem, sendo utilizado desde seus primórdios para propagandear governos, instituições e líderes. Os filmes carregam, portanto, uma ideologia implícita ou explícita daquele que o produz. Desta maneira, o cinema é apropriado por governos a fim de disseminar os seus interesses, assim como, de maneira autônoma por seus realizadores, colocando-se como uma contra-análise da sociedade, ou seja, utilizando-se de imagens para dar a visão dos vencidos.

Observa-se que um filme pode ser um intermediário que nos auxilia na visualização dos acontecimentos da sociedade brasileira. *Que Horas Ela Volta?* (2015) de Anna Muylaert, é um filme que se enquadra nessa perspectiva, trazendo à tona uma realidade tão conhecida e ao mesmo tempo ignorada

²⁶³ Estudante do Programa de Pós-Graduação da UFAL e bolsista Fapeal/Capes. E-mail: rose_historia@hotmail.com

²⁶⁴ Bacharel em História e estudante de Licenciatura em História da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: f-cass@hotmail.com.

das empregadas domésticas. Assim, podemos perceber as transformações ocorridas no campo social alcançadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) durante os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e de Dilma Rousseff (2012-2016).

O ponto de partida desse artigo é perceber que as conquistas trabalhistas obtidas nos governos de Getúlio Vargas tanto na década de 1930 quanto dos anos de 1950 sofreram uma regressão drástica no período de governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) representado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), pois, houve o enfraquecimento do movimento sindical e a imposição de uma nova forma das relações trabalhistas.

Esse afastamento das questões sociais e trabalhistas culminou na derrota nas urnas durante as eleições de 2002, onde Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), venceu o candidato do PSDB Geraldo Alckmin no segundo turno. No entanto, sua vitória se deu após uma mudança drástica em sua imagem, abandonando os discursos raivosos oriundos do passado sindicalista e ativista contra a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), e indo além, deixando para trás grande parte de ideais mais radicais que norteou toda a história política do PT.

A enorme desigualdade social ampliada com o neoliberalismo implantado no Brasil a partir da década de 1990, tornou-se um objetivo a ser vencido por Lula. A premissa em que se acreditava que para a modificação do Brasil era necessária uma mudança drástica foi abandonada. Objetivou-se a manutenção da ordem, investindo em tornar o Estado mais forte para que assim fosse diminuída a desigualdade brasileira. Portanto, a mistura de elementos de direita e esquerda norteou a política no governo Lula.

André Singer em *Raízes sociais e ideológicas do lulismo* (2012) apropria-se de dados estatísticos para demonstrar como houve um “movimento profundo” que levou a reeleição de Lula em 2006, caracterizado pelos votos dos pobres e a diminuição da parcela dos votos dos ricos e de pessoas com maior escolaridade; fato novo na história política de Lula que anteriormente tinha apoio não nas bases populares, mas nos meios mais intelectuais e “esclarecidos” da sociedade nacional.

No ano de 2002 em que Lula foi eleito presidente, não havia uma clara distinção do apoio político, mas seu eleitorado era essencialmente heterogêneo. Sabe-se que os trabalhadores tinham uma resistência em votar em Lula, principalmente pela capacidade da direita em argumentar a favor da tão desejada “estabilidade financeira”; e ao mesmo tempo a propaganda anti-comunista amplamente associada a imagem de Lula. Faz-se necessário recapitular a eleição de 1989 em que Fernando Collor saiu vitorioso sobre Lula, explorando o possível “comunismo” de seu adversário como ferramenta de angariar votos. Lula era desta maneira visto como representante do “perigo vermelho”. Em 1986 os eleitores de Luiz Inácio Lula da Silva eram

caracteristicamente pessoas de poder econômico elevado, ao contrário de Collor que teve grande adesão das classes com até dois salários mínimos.

André Singer (2012) demonstra que a imagem de Lula ligada à sua atuação no sindicalismo, nos movimentos sociais grevistas do ABC paulista foi mais um fator de hostilidade dos eleitores de baixa renda, que não viam com bons olhos os movimentos grevistas. Os trabalhadores entendiam “a direita como o que é ‘direito’ ou como sinônimo de governo”, a esquerda sendo o ‘errado’ e a oposição” (SINGER, 2012, p.59). A direita assim, tinha a capacidade de atrair para si os votos e sempre vencer Lula, apostando no discurso da estabilidade e da ordem.

Na reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2006, a perda do eleitorado da classe média após os escândalos de corrupção não foi sentida devido aos votos das classes mais pobres, que até então nunca haviam votado em Lula. Tal movimento se deve pela peculiaridade na maneira de governar de Lula, criando oportunidades para os mais necessitados a partir de programas sociais, da queda do desemprego, e do aumento da capacidade de compra dessa população até então excluída de qualquer possibilidade de usufruir de uma realidade menos dura.

A sensação do poder de compra das pessoas de renda média e baixa pareceu aumentar significativamente, sobretudo para a população do Norte e do Nordeste do país, principais beneficiárias do Programa Bolsa Família, que visava retirar as famílias da pobreza extrema.

Podemos analisar que o Programa bolsa Família, o aumento real do salário mínimo, a redução da miséria, o aumento na formalização do trabalho, a expansão do financiamento/ou crédito popular, o controle dos preços, o aumento de compra e a estabilidade financeira garantiu a Lula uma posição invejável para qualquer estadista. Singer (2012) assinala que Lula encontrou nos desempregados, nos empregados domésticos e trabalhadores assalariados, um novo eleitorado, que conseguiu enxergar a possibilidade de melhoria das condições materiais, pois uma massa destituída de direitos e renegada durante toda a história brasileira, ganha enfim, uma oportunidade de sentir-se representada por um dos seus. O lulismo aglutinou estratégias de governo que até então eram tidas como incompatíveis, inclusive à própria história do PT, mas ao mesmo tempo que buscou manter a estabilidade, passou a utilizar os benefícios alcançados a favor dos desfavorecidos socialmente e de grupos excluídos até então.

O governo de Dilma Rousseff (2011-2016) continuou com as transformações sociais utilizando os programas voltados para a ampliação no campo da educação – como PROUNI, PRONATEC, FIES, Ciência Sem Fronteiras e aumento de estudantes negros nas Universidades Federais – no ramo da habitação e trouxe consigo o *boom* da compra e financiamento da casa própria (Minha Casa Minha Vida e Minha Casa Melhor) e na área da saúde com os Mais Médicos. Contudo, o país não tinha sentido a crise

financeira de 2008 que veio reverberar no final do primeiro mandato de Rousseff. Com a recessão econômica e os escândalos de corrupção envolvendo boa parte dos partidos políticos e dos empresários, formou-se a base para derrocada de Dilma Rousseff no processo de impeachment que culminou na cassação de seu mandato em agosto de 2016.

Neste sentido, vislumbramos as mudanças ocorridas no Brasil por intermédio do filme *Que Horas Ela Volta?* De Anna Muylaert, por isso percebemos que “o filme, imagem ou não da realidade, documento ou ficção, intriga autêntica ou pura invenção, é História” (FERRO, 2010, p.32).

Anna Muylaert – cineasta brasileira – foi diretora e roteirista de filmes como *Que Horas Ela Volta?* (2015) *Mãe Só Há Uma* (2016), *Adeus à Linguagem* (2015), *Além de Tudo Me Deixou Mudo o Violão* (2013), *Chamada a Cobrar* (2012), *Preamar* (2012), *É Proibido Fumar* (2009), *Durval Discos* (2002) e foi roteirista de *Xingu* (2012) e *Irmã Dulce* (2013).

Que Horas Ela Volta? É um filme que conta a história de Val – interpretada por Regina Casé – uma empregada doméstica nascida em Pernambuco e que partiu de sua terra natal, indo trabalhar em São Paulo para dar melhores condições de vida para sua filha Jéssica – interpretada por Camila Márdila – que fica em Pernambuco. Val mora na casa de seus patrões cuidando da família e sendo babá de Fabinho. A personagem de Regina Casé tem como vestimentas, camisa larga, calças folgadas e leves, óculos de grau, avental, chinelo e o cabelo sempre preso; transparecendo a ideia de que ela está confortável e adaptada ao ambiente; entretanto, Val mora no trabalho fato que dificulta o processo de reconhecimento como uma funcionária explorada constantemente, implicando na dualidade entre pertencer a família e/ou ser funcionária da família.

Passados alguns anos Jéssica irá prestar vestibular em São Paulo para a Faculdade de Arquitetura da USP e chega de surpresa à casa onde sua mãe trabalha, sendo aparentemente “bem recebida”, mas se inicia um processo desgastante após Jéssica andar livremente na “área destinada aos patrões”. A chegada de Jéssica é reveladora e cria uma divisão na narrativa, expondo o que estava oculto.

Que horas ela volta? têm como inspiração a relação da diretora e roteirista Anna Muylaert com as babás de sua infância, dos seus filhos e com a obra *Casa Grande e Senzala* de Gilberto Freyre (1900-1987) publicada em 1933²⁶⁵. Este livro formula aspectos da formação do país através dos principais troncos étnicos, o Europeu, o Africano e o Indígena que deu alicerce para se investigar identidade brasileira, a miscigenação, a religiosidade e a sexualidade. A obra *Casa Grande e Senzala* ressalta o domínio do homem branco e patriarca sobre as mulheres, os filhos e os escravos.

²⁶⁵ Anna Muylaert em um debate sobre o filme *Mãe Só Há Uma* (2016) em Maceió no Cine Arte Pajuçara (27/07/2016) afirma que a construção do filme *Que Horas Ela Volta* teve a leitura de *Casa Grande e Senzala* (1933) de Gilberto Freyre.

No filme podemos vislumbrar na fala de Carlos, interpretado por Lourenço Mutarelli, o patriarca, branco e intelectual conversando com a Jéssica, filha de Val, onde em um determinado momento ela pergunta se a mulher Bárbara, interpretada por Karina Teles, sustenta a família. Ele responde que herdou uma herança do pai que trabalhou muito e fechou sua fala afirmando que “todo mundo dança, mas é ele quem escolhe a música”.

Contudo, respeitando o contexto e o espaço, Anna Muylaert adapta essas questões para a contemporaneidade, pois, toca em pontos polêmicos da sociedade brasileira como a falsa inclusão dos empregados domésticos na família em que trabalha. Desta maneira, a frase “Ela já é da família”, tão utilizada no cotidiano brasileiro, ganha um peso ao ser demonstrado que essa integração patrão/empregado é coberta de aparências. Neste sentido, o processo de exploração de Val é maquiado pela amabilidade e “cordialidade” de seus patrões. O que o filme traz à tona é uma fenda entre patrão e empregado; dois mundos completamente distintos convivendo em um mesmo ambiente.

Dessa maneira, o filme é ambientado em uma casa de um condomínio luxuoso em São Paulo, criando uma analogia com a Casa Grande, em que há espaços e fazeres na residência onde se tem um limite, uma linha imaginária impregnada no subconsciente de Val, intransponível. O filme é composto por planos médios, americanos, primeiros planos, e planos gerais em sua maioria fixos. Utilizou-se a iluminação mais natural possível, com cenas internas e alguns externas (piscina) para construir uma narrativa que busca a aproximação com a realidade.

A perspectiva de Muylaert sobre a “Senzala” contemporânea é configurada no quarto dos fundos que fica no subsolo da residência, o local é apertado, sem circulação de ar e com mosquitos; sendo a cozinha o único espaço que Val pode transitar/trabalhar e se sentir à “vontade”. O filme exhibe toda essa contradição das divisões de classes que no Brasil são veladas; mentalidade ainda presa nesse processo de longa duração em que construtoras continuam projetando quartos de empregadas como uma herança material da senzala.

Jéssica é um elemento de transformação de sua mãe, causando desconforto a ela por se apropriar dos mesmos objetos, alimentos e espaços de seus patrões; além de alimentar os mesmos sonhos de Fabinho – o acesso ao ensino superior. Ela exemplifica as novas mudanças no Brasil, de uma geração que teve o acesso e que pode ocupar, por exemplo: vagas nas Universidades Federais. Podemos constatar a partir de uma pesquisa da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), a conclusão de que “cerca de 43% dos estudantes das universidades federais são das classes C, D e E” (CIEGLINSKI, 2011) graças a expansão das universidades e a política de assistência estudantil. Traz à tona na película a fala da personagem Bárbara: “parece que o país está mudando mesmo”.

Observamos que no mesmo ano do lançamento do filme *Que Horas Ela Volta?* (2015) foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff a Lei complementar nº 150, de 01 de julho de 2015, que regula o trabalho doméstico. Os benefícios para os trabalhadores domésticos como: jornada diária de 8 horas, Férias, FGTS, adicional noturno, indenização em caso de demissão sem justificção, foi amplamente questionado por aqueles que se utilizavam dos serviços prestados dessa categoria. A negação desses benefícios demonstra a incapacidade de parte da sociedade em perceber o processo de exploração a que vivem esses trabalhadores. Atualmente esses trabalhadores têm a oportunidade de comprar uma casa, ter acesso ao ensino superior, de ser reconhecido como trabalhadores assalariados e possuir objetos e bens materiais. Essas pessoas se sentiram representadas com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff. Consequentemente, ganhou evidência o contraste na sociedade brasileira: da classe médias e elite que negam direitos das classes subalternas que passam a usufruir dos bens de consumo, dos direitos trabalhistas e sociais.

Considerações Finais

Que Horas Ela Volta? emancipa-se de uma visão ideológica em que o papel do empregado no cinema é apenas retratado como um pano de fundo para os sonhos aristocráticos. Nele, rompe-se com a ordem do lugar do rico/ lugar do pobre, pois Jéssica é a representação dos conflitos existentes na sociedade atual, tanto no sentido do empoderamento feminino, assim como das camadas menos abastadas da sociedade, que até então, não tinham a possibilidade de desfrutar de alguns direitos sociais, mas que com os governos de Lula e Dilma Rousseff foram ampliadas as oportunidades e o acesso a programas sociais que beneficiassem os mais necessitados.

O filme *Que Horas Ela Volta* está entre aqueles que:

Manifestam uma independência diante das correntes ideológicas dominantes, criando e propondo uma visão de mundo inédita, própria de cada um deles, o que vigorosamente suscita uma tomada de consciência, de tal forma que as instituições ideológicas instauradas (partidos políticos, igrejas, etc.) entram em disputa e rejeitam tais obras, como se apenas essas instituições tivessem o direito de se expressar em nome de Deus, da nação ou do proletariado, e como se apenas elas dispusessem de outra legitimidade além daquela que elas próprias se outorgaram. (FERRO, 2010, p. 16)

Nesse sentido, o filme de Anna Muylaert pode ser utilizado como uma fonte histórica, pois demonstra os conflitos de uma época e ao mesmo tempo exhibe uma contra-análise da sociedade quando nos traz uma visão alternativa.

Referências

BARROS, José D'Assunção; NÓVOA, Jorge (orgs.). *Cinema-História: teoria e representações sociais no cinema*. 3. ed. Rio de Janeiro, 2012.

BRASIL. Lei complementar nº150, de 01 de julho de 2015. Lei que dispõe sobre contrato de trabalho doméstico. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm> Acesso em 20 de ago. 2016.

CIEGLINSKI, Amanda. Mais de 40% dos alunos das universidades federais são das classes C, D e E. Agência Brasil. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-08-03/mais-de-40-dos-alunos-das-universidades-federais-sao-das-classes-c-d-e-e>> Acesso em 21. set. 2016.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo: Global, 2001.

HAMA, Lia. Ana Furacão. *Revista Trip*. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://revistatrip.uol.com.br/tpm/anna-muylaert-e-um-furacao>> Acesso em 20. ago. 2016.

KORNIS, Mônica de Almeida. Marc Ferro (1924-). In: PARADA, Maurício (org.). *Os historiadores: clássicos da história*, vol. 3: de Ricoeur a Chartier. Petrópolis: Vozes: PUC-Rio, 2014. p. 141-154.

MORAES, Camila. Não há Oscar que pague sentir que seu filme muda a vida de pessoas. *El País Brasil*. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/09/17/cultura/1442523298_404392.htm> Acesso em 20. set. 2016.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 3. ed. São Paulo: Contexto. 2011. p. 235-289.

SINGER, André Vitor. *Os sentidos do Lulismo: a reforma gradual e o pacto conservador*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

QUE HORAS Ela Volta. Direção e Roteiro: Anna Muylaert. Produção: Fabiano Gullane; Caio Gullane; Debora Ivanovr e Anna Muylaert. Intépretes: Regina Casé; Camila Márdila; Michel Joelsas; Karine Teles; Lourenço

Mutarelli; e outros. Edição: Karen Harley. Brasil: Pandora Filmes, 2015: DVD (114min). Son. Color.

258

Um protesto em torno do transporte público

As manifestações de junho de 2013 rapidamente se transformaram em um fato histórico de interesse imediato. Enquanto nas primeiras manifestações ocorridas na cidade de São Paulo, a questão econômica ganhou relevância entre a multidão, em razão do aumento no valor da tarifa do transporte público; nas cidades alagoanas, em Maceió e em Delmiro Gouveia, outras dimensões foram acrescentadas às demandas dos manifestantes. Enquanto em São Paulo, desde o dia 06 de junho de 2013, as ruas eram agitadas por passeatas pela redução no valor da tarifa, em Maceió, o governador e o prefeito ainda estavam discutindo junto com a Associação dos Transportadores de Passageiros do Estado de Alagoas (TRANSPAL) o aumento tarifário do transporte público (MACENA, 2013). E, na cidade de Delmiro Gouveia, não existia sequer sistema de transporte público semelhante ao de Maceió (NASCIMENTO, 2016).

Na capital alagoana, o aumento de R\$ 0,55 (cinquenta e cinco centavos) na tarifa, que estava previsto para acontecer no mês de junho, ainda não havia sido efetivado, e, na cidade Delmiro Gouveia, o que havia era uma mobilidade urbana privada, precária e não regular (GOMES, 2015). Em ambas as cidades, esse era um dos primeiros pontos que chamava atenção em relação às manifestações ocorridas em outros estados.

Para Lopes, militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), “quando estourou o aumento das passagens e tudo isso, o pessoal de São Paulo, já me ligou e tal, falou sobre a possibilidade de marcar uma coisa aqui, uma mobilização” (LOPES, 2015). Na interpretação desse militante, o motivo impulsionador para o início dos protestos em Maceió foi inspirado nos protestos contra o aumento na tarifa do transporte público em São Paulo e, por consequência, na expectativa de que o apoio àquele protesto colaborasse na mobilização contra a efetivação do aumento da tarifa do transporte público em Maceió.

Na cidade Delmiro Gouveia, ao contrário de Maceió, o transporte público se tornou um tema presente em vários cartazes erguidos pelas multidões por outro motivo. Na referida cidade sertaneja, a mobilidade urbana em junho de 2013 ainda estava sob a responsabilidade dos motoristas dos táxis e mototáxis, ou de algumas cooperativas, organizadas por

²⁶⁶ Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: sari_gomes@hotmail.com.

motoristas, que realizavam a mobilidade intermunicipal ou interestadual no Sertão (GOMES, 2015). Não havia transporte público funcionando em Delmiro Gouveia, com tarifa e horário regulares, embora houvesse pontos de ônibus espalhados por esta cidade (KUBRUSLY, 2008).

Na cidade a ausência de um sistema de transporte público urbano regular, aparentemente refletia um tipo de “omissão” dos governos municipal e estadual com relação à mobilidade urbana no Sertão alagoano. E, a esse respeito, dois ex-motoristas, moradores da cidade Água Branca, situada a 19 Km de Delmiro Gouveia, comentaram que o poder público não criou nenhum projeto de lei sobre a questão da mobilidade urbana para o Alto Sertão (GOMES, 2015). Mas os referidos ex-motoristas não comentaram os motivos para essa omissão do poder público, e, esse silêncio, por um lado, revela uma apatia do governo sobre a política de transporte; e, por outro, o atendimento de interesses de grupos e/ou pessoas que se beneficiam da ausência efetiva da referida política.

Em Delmiro Gouveia, não foi, portanto, o aumento no valor da tarifa do transporte coletivo que causou a revolta da multidão, porque na cidade ainda se planejava a regularização do sistema de transporte público. O sentido da luta em torno do transporte variou de um estado a outro e de uma cidade a outra. A esse respeito, um militante comentou que as manifestações em Delmiro chegaram quase como uma brincadeira, pois a multidão nas ruas passou a ideia de que estava tudo bem, porque elas estavam rindo ou indo com seus cartazes, levando temas variados, como o “Fora Feliciano”, contra a ‘PEC 37’ (SILVA, 2014).

Para Almeida, militante do Coletivo Anarquista Zumbi dos Palmares (CAZP), o que melhor caracteriza o sentido inicial das manifestações de junho, no Litoral ou no Sertão alagoano, é a comoção social com a truculência policial que impulsionou os manifestantes a demonstrarem solidariedade com as manifestações em torno do transporte coletivo iniciadas em São Paulo (ALMEIDA, 2015). Mas as manifestações de junho, nas duas cidades alagoanas, possuem, para o militante, um sentido diferente em função dos seus próprios problemas históricos.

Como ressaltou o historiador Rudé, em seus estudos sobre a multidão, os desequilíbrios econômicos não são os únicos capazes de gerar revolta popular (RUDÉ, 1964). Outros sentimentos também podem ser decisivos para a ocupação de praças, avenidas e ruas. Nesses casos, tudo dependerá de como as questões estruturais ou conjunturais afetam o imaginário e o cotidiano da multidão, sobretudo daquelas pessoas que não possuem rendimentos ou têm baixos salários.

Uma manifestação multicêntrica

As vozes foram polissêmicas porque nelas cabia tudo. Não houve tema ou problema que lhes tenha passado despercebido. Foram assim porque os

problemas sociais são enormes e porque o movimento que as embalou não aceitava hierarquias, comandos ou planejamento (NOGUEIRA, 2013, p.71).

Os protestos de junho catalisaram, para além da questão da mobilização urbana, inúmeras pautas: segurança, saúde, educação, ética, entre outras. Para Nogueira, na epígrafe acima, isso ocorreu porque o acúmulo de demandas sociais ao longo do tempo provoca insurgências suscetíveis às quebras de hierarquia, de comando e de planejamento.

Nesta linha de argumentação, Maricato avaliou que as cidades dependem de políticas de “transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança” para garantirem o bem-estar de seus moradores (MARICATO, 2013, p.20). Ela ainda destacou que a inexistência ou a péssima qualidade dessas políticas pode se tornar motivo para inquietação nas ruas. Essa discussão estimulou alguns pesquisadores como a arquiteta Ermínia Maricato e o geógrafo David Harvey, a avaliarem, desse modo, que é difícil compreender o fenômeno de junho sem entender a crise urbana brasileira (HARVEY, 2013).

Em Maceió e em Delmiro Gouveia, a desigualdade socioespacial e a disparidade na prestação de serviços sociais públicos incitaram a multidão a ir às ruas, ocasionando euforia e a expansão das manifestações de junho (LOPES, 2015). Nessas duas cidades a questão da saúde, educação, lazer, entre outras, foram temas de reivindicação tão importantes quanto o tema do transporte público desde o início dos primeiros protestos.

Essas questões, entretanto, foram apresentadas de diferentes formas e revelaram um conjunto de interesses políticos que ficaram evidentes devido à atuação de grupos políticos distintos. Desta forma, observa-se que o fenômeno das manifestações de junho foi marcado por diferentes interesses, pois, em São Paulo, no Rio de Janeiro, na Bahia ou em Alagoas, ocorreu aquilo que Rudé chamou de “fundição das ideologias” (RUDÉ, 1980, p.13-36). Essa fundição se refere ao processo no qual se cruzam ideologias voltadas à estruturação de determinada noção de Estado frente às ideologias comprometidas com a transformação da realidade formuladas a partir de outros horizontes.

Um exemplo da noção de “fundição de ideologias”, tal como propõe Rudé, pode ser observado em uma fotografia registrada durante as manifestações de junho na cidade Delmiro Gouveia. Nela é possível perceber algumas reivindicações propostas nos protestos e como elas envolveram temáticas que vão de questões éticas, próprias do campo político, às demandas cotidianas relativas ao funcionamento da sociedade.

Na foto, de autoria de José Vieira da Cruz, pesquisador da UFAL/Campus do Sertão, há cartazes contendo frases que enumeram tanto situações vivenciadas cotidianamente na cidade Delmiro Gouveia, quanto temas sociais que ganharam destaque no furor das manifestações

deflagradas em junho, entre elas: corrupção, violência, Proposta de Emenda Constitucional (PEC-37), saúde, entre outros.²⁶⁷

Na foto, apenas dois cartazes se referem aos problemas específicos da Delmiro Gouveia. O cartaz da direita, com o tema da saúde pública, e o último cartaz, com o tema da violência, fazem alusão aos casos de agressão e assassinato que ainda não haviam recebido atenção da justiça (SANTOS, 2016). Neste caso, o cartaz com o tema da violência provavelmente não estava se referindo à repressão policial deflagrada contra os manifestantes de junho nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, mas a um pedido de justiça contra os casos de violência não solucionados e punidos na cidade sertaneja

Outro cartaz se refere à Proposta de Emenda Constitucional (PEC-37), que caiu na voz da multidão em junho de 2013²⁶⁸. A PEC-37, para os manifestantes que reproduziram nas redes sociais e nas ruas notícias publicadas na grande mídia, não foi percebida de forma positiva, por isso a chamaram de “PEC do político ladrão”.

Em outra foto registrada durante as manifestações de junho na cidade Delmiro Gouveia, o emaranhado de reivindicações expostas nos cartazes é erguido por estudantes do ensino médio da Escola Estadual Luís Augusto Azevedo de Menezes. Dentre as informações contidas nos cartazes, apenas duas questões estão relacionadas ao poder público local nesta cidade sertaneja. Elas se referem à atuação dos vereadores e o salário pago a eles.²⁶⁹ Os cartazes criticando a atuação dos representantes do parlamento municipal, entretanto, não pareciam representar nenhuma surpresa, visto que o prefeito e a vice-prefeita de Delmiro Gouveia foram acusados de abuso de poder político e econômico durante as eleições de 2012, e em junho de 2013 ainda estavam afastados temporariamente de seus cargos (LUCENA, 2013). E, quando eles foram afastados, quem assumiu a prefeitura foi o vereador Valdo Sandes, filiado ao Partido da Mobilização Nacional (PMN) e presidente da Câmara dos Vereadores.

²⁶⁷ Manifestantes segurando cartazes durante as manifestações de junho de 2013 com os temas da “PEC-37-Ladrão: o sonho do político”; “Violência é o que vivo diariamente” entre outros, cidade de Delmiro Gouveia/Alagoas. Acervo: GEPHISC \Centro de Documentação, Cultura e Imagem do Sertão.

²⁶⁸A Proposta de Emenda Constitucional (PEC-37) acrescenta um parágrafo a respeito da segurança pública no Artigo 144, da Constituição de 1988. Ela determina que a apuração das infrações penais é responsabilidade das polícias federal e civis dos Estados e do Distrito Federal. Essa proposta se tornou tema polêmico no início do ano de 2013, pois a grande mídia subtraiu a questão constitucional da mesma, ou seja, criou argumentos para confundir a sociedade sobre os seus objetivos. A grande mídia abordou o tema da PEC-37 usando argumentos sobre o Artigo 129, da Constituição de 1988, que trata das atribuições do Ministério Público (MP). A esse respeito, ver o artigo “A Mídia e a PEC 37: investigação criminal na ordem do dia” de Rafael Branco Lessa.

²⁶⁹Manifestantes segurando cartazes durante as manifestações de junho de 2013 com os temas “+ Saúde; +Educação; - Corrupção”; “Da Copa eu abro mão: quero mais saúde e educação”; “Prefeito Valdo”, entre outros, na cidade de Delmiro Gouveia/Alagoas. Acervo: GEPHISC \Centro de Documentação, Cultura e Imagem do Sertão.

Além desse escândalo político envolvendo o prefeito Luiz Carlos Costa e a vice-prefeita Eliziane Ferreira Costa Lima, os moradores da cidade sertaneja, em junho de 2013, pareciam ainda estar na expectativa de retomar a disputa pela prefeitura. Essa disputa iniciada durante o processo eleitoral de 2012, entre o candidato do Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB), Luiz Carlos Costa, popularmente conhecido por Lula Cabeleira, e o candidato do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Eraldo Joaquim Cordeiro, conhecido popularmente por Padre Eraldo, ainda causava polarizações entre os moradores de Delmiro Gouveia.

Na capital alagoana, entretanto, os temas estampados nos cartazes inter-relacionam problemas sociais inerentes à cidade de Maceió, com *slogans* criados durante junho de 2013. Em uma fotografia de autoria de Beto Macário, publicada no site UOL, pode-se observar a multiplicidades de focos das manifestações de junho. A multidão na imagem estava na principal avenida de Maceió, Av. Fernandes Lima, localizada no bairro Farol. A multidão estava movimentando-se em direção ao Centro de Estudos e Pesquisas Aplicado (CEPA), também conhecido como ponto de encontro dos manifestantes, ou deslocando-se para o centro e para o bairro do Jaraguá, locais onde ocorreram outras passeatas durante junho de 2013 (LOPES, 2015).²⁷⁰

Na fotografia, os manifestantes estavam segurando um cartaz estampando o valor que seria cobrado na tarifa do transporte público em Maceió, com a ajuda do bordão “Não é só por R\$ 55 centavos”. O curioso no cartaz contendo “Não é só por 55 centavos” é que, no período de junho de 2013, o governador do estado de Alagoas e o prefeito de Maceió ainda não haviam confirmado aumento no valor da tarifa do transporte público, como fizera o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (RODRIGUES, 2013).

Desse modo, percebe-se que a cobertura jornalística da grande mídia e o uso do ambiente virtual também influenciaram o uso de alguns *slogans* e palavras de ordem dos manifestantes. A exemplo de cartazes com frases: “Desculpe o transtorno, estamos mudando o Brasil”, também identificados nas manifestações de junho ocorridas nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Os diferentes temas expostos nos cartazes de protestos ocorridos em Maceió e em Delmiro Gouveia demonstraram o processo de fundição de ideologias e também a formação de um típico fenômeno de massa aberta ou seja, uma manifestação capaz de reunir a multidão em torno de muitas reivindicações (CANETTI, 1995, p.14). Isso parece ter ocorrido, em parte,

²⁷⁰Manifestantes segurando cartazes durante as manifestações de junho de 2013 contra o aumento de R\$ 0,55 centavos na tarifa do transporte público; contra o pagamento pela tarifa do transporte público; pedindo desculpa pelo transtorno que estavam causando, entre outros, na cidade de Maceió/Alagoas. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/album/2013/06/18/manifestantes-contam-em-cartazes-quais-sao-suas-reivindicacoes.htm>>. Acessado em 30/09/2015.

porque a grande mídia aproveitou e aprofundou o sentimento de insatisfação com as desigualdades socioeconômicas, fomentadas pelo péssimo funcionamento dos setores sociais públicos administrados pelo Estado.

Considerações finais

Este artigo foi construído a partir de uma pequena parte da dissertação intitulada “Do Litoral ao Sertão: as Manifestações de Junho de 2013 em Alagoas”. Não foi objetivo deste trabalho, como também não poderia ser devido ao seu limitado espaço, aprofundar a discussão a respeito das peculiaridades do fenômeno de junho em Alagoas.

As ideias apresentadas neste artigo não representam construções definitivas, pois, como pensou Lacouture, “a história imediata tal como a percebemos não pára de se mexer, recusando um verdadeiro enquadramento, bem como uma acomodação satisfatória”. (1990, p.216). As manifestações de junho de 2013 configuram-se como um fenômeno que ainda tem sido objeto de muitas contrariedades dentro e fora da academia, e, a história desse acontecimento está sendo escrita por partes. Entretanto, pensamos que a cobertura da grande mídia, o uso das redes sociais, a atuação dos diferentes grupos políticos e os problemas locais de cada cidade, transformaram as manifestações de junho em Maceió e em Delmiro Gouveia, em um fenômeno multicêntrico. Isso se tornou perceptível nas pautas de reivindicação, nos cartazes e nas narrativas dos diferentes sujeitos entrevistados para este trabalho.

Referências

CANETTI, Elias. A Massa. In: **Massa e Poder**. Tradução Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: In: MARICATO, Ermínia; et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

KUBRUSLY, Maurício. “Só falta o principal”. In: **Globo.com**, 25/06/2008. Disponível em: <<http://gl.globo.com/fantastico/quadros/me-leva-brasil/platb/tag/delmiro-gouveia/>>. Acessado em 20/06/2015.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, pp. 2016-240.

LUCENA, David. “TRE Mantém Lula Cabeleira afastado da prefeitura de Delmiro Gouveia”. In: *Gazetaweb Notícias*, publicado em 22/04/2013. <<http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia-old.php?c=338993&e=2>>. Acessado em 13/12/2013.

MACENA, Lelo. “Decisão sobre passagem é adiada”. In: *Gazetaweb*. Edição do dia 13 de junho de 2013. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=275477>>. Acessado em 12/12/2015.

MARICATO, Ermínia. “É a questão urbana, estúpido!”. In: MARICATO, Ermínia; et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

NOGUEIRA, Marcos Aurélio. *As ruas e a democracia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

RODRIGUES, Marcos. “Estudantes vão às ruas em protesto”. In: *Jornal Gazeta de Alagoas*. Edição do dia 14/06/2013. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=275477>>. Acessado em 20/10/2015.

RUDÉ, George. *A Multidão na História: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra 1730-1848*. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, RJ, 1964.

Fontes orais

ALMEIDA, João Carlos de. Entrevistado por Sara Angélica Bezerra Gomes em 14/09/2015. In: Acervo do GEPHISC\ Centro de Documentação, cultura e imagem do Sertão. Delmiro Gouveia - Alagoas.

FREIRE, José Flávio de Araújo. Entrevistado por Sara Angélica Bezerra Gomes em 28/08/2015. In: Acervo do GEPHISC\ Centro de Documentação, Cultura e Imagem do Sertão. Delmiro Gouveia/Alagoas.

GOMES, José Raimundo. Entrevistado por Sara Angélica Bezerra Gomes em 31/03/2015. In: Acervo do GEPHISC\ Centro de Documentação, Cultura e Imagem do Sertão. Delmiro Gouveia/Alagoas.

LOPES, Wibsson Ribeiro. Entrevistado por Sara Angélica Bezerra Gomes em 26/04/2015. In: Acervo do GEPHISC\ Centro de Documentação, cultura e imagem do Sertão. Delmiro Gouveia-Alagoas.

NASCIMENTO, Edvaldo Francisco do. Entrevistado por Sara Angélica Bezerra Gomes em 19/01/ 2016. In: Acervo do GEPHISC\Centro de Documentação, cultura e imagem do Sertão. Delmiro Gouvia/Alagoas.

SANTOS, José Ferreira dos. Entrevistado por Sara Angélica Bezerra Gomes em 16/02/2016. In: Acervo do GEPHISC\Centro de Documentação, cultura e imagem do Sertão. Delmiro Gouveia-Alagoas.

SILVA, Uedson José da. Entrevistado por José Vieira da Cruz em 14/ 11/ 2014. In: Acervo do GEPHISC\Centro de Documentação, cultura e imagem do Sertão. Delmiro Gouveia-Alagoas.

ARQUIDIOCESE DE MACEIÓ: “EFERVESCÊNCIA NA BASE” (1957-1971)

Wellington da Silva Medeiros²⁷¹

Introdução

As relações entre a Igreja Católica e a elite política em Alagoas, sempre foram estreitas. Entretanto, no final da década de 1950 e nos anos 1960, ocorreu um redirecionamento na ação religiosa da Igreja Católica em Alagoas, principalmente em setores próximos a “base”, ou seja, ligados aos movimentos leigos. Movimentos como a Juventude Operária Católica (JOC), Movimento de Educação de Base (MEB), Serviço de Orientação Religiosa em Alagoas (SORAL)²⁷² – que foi responsável por um processo de sindicalização rural na área territorial da Arquidiocese de Maceió –, e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)²⁷³ se desenvolveram neste período.

Embora a eclesiologia desses movimentos não seja semelhante, paulatinamente foi se desenvolvendo na Arquidiocese de Maceió²⁷⁴ uma nova concepção de Igreja, culminando com a eclesiologia das CEBs. Contrapondo-se à concepção hegemônica, tradicional e hierárquica, em determinados setores dessa instituição passou-se a conceber a Igreja como “Povo de Deus”. Em certa medida impulsionados pela nova conjuntura eclesiástica – com a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965) – e sociopolítica dos anos 1960.

Entretanto, as transformações processadas no catolicismo alagoano não foram mero reflexo da conjuntura internacional e/ou nacional, mas, também, resultado de especificidades locais. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo compreender as transformações ocorridas na Igreja Católica de Alagoas, articulando a conjuntura nacional e internacional com as especificidades locais.

Para tanto, o presente trabalho divide-se em dois momentos. A princípio, aborda-se a conjuntura eclesiástica nacional, relacionando-a com o *aggiornamento* processado na Igreja Católica pelo Concílio Vaticano II. Para

²⁷¹ Mestrando em História Social – PPGH/UFAL

²⁷² Organização congênere ao Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE).

²⁷³ Devido à grande possibilidade de configurações que uma comunidade de base pode assumir, alguns autores preferem defini-las a partir de três indicadores: (a) existência de celebração semanal regular centrada na Bíblia; (b) organização de tipo participativo; e, (c) alguma prática social e política. Ver: LESBAUPIN, Ivo. *Comunidades de Base e Mobilização Social*. Praia Vermelha-Estudos de Política e Teoria Social. Nº 12. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSS, 2005, p. 123.

²⁷⁴ A Arquidiocese de Maceió está “circunscrita ao leste de Alagoas, com uma superfície de aproximadamente 10.400 km², compreendendo grande parte dos municípios da Zona da Mata e do Litoral alagoanos” (MEDEIROS, 2007, p. 52).

em seguida, discutir as transformações processadas na Arquidiocese de Maceió.

Conjuntura Eclesiástica Nacional

Os anos de 1960 representam um período de profundas transformações na estrutura eclesial brasileira. Em 1966 foi lançado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) o Plano Pastoral de Conjunto (PPC). Elaborado durante a VII Assembleia Geral Extraordinária do episcopado brasileiro, em Roma, durante os três meses da última sessão do Concílio Vaticano II. Seu objetivo principal era adequar a Igreja do Brasil a eclesiologia deste concílio. Entre os anos de 1966 e 1974 as Comunidades Eclesiais de Base apareceram como prioridade nos Planos Pastorais da CNBB. Foi um dos fatores que marcaram as mudanças processadas no seio do catolicismo brasileiro. Segundo o Plano Pastoral de Conjunto, em 1964 a estrutura de base da Igreja, isto é, a paróquia²⁷⁵, não passava de uma estrutura predominantemente jurídica e administrativa, onde a maioria dos fiéis não se sentiam membros “vivos”, responsáveis e integrantes da Igreja, frequentando apenas por tradição.

Nesse contexto, os bispos do Brasil apontaram a necessidade de uma descentralização da paróquia fomentando dentro do território paroquial as CEBs. Nelas, os cristãos não seriam “pessoas anônimas que apenas buscam um serviço ou cumprem uma obrigação [como outrora], mas sintam-se acolhidas e responsáveis, e delas façam parte integrante, em comunhão de vida com Cristo e com todos os seus irmãos”²⁷⁶. Esta perspectiva comunitária de Igreja já havia aparecido três anos antes, no Plano de Emergência, elaborado em 1962.

Na XIV Assembleia Geral da CNBB, ocorrida em Itaipava, São Paulo, em 1974, as Comunidades Eclesiais de Base foram tidas como essenciais para o progresso da ação pastoral e da vivência cristã e definidas como de importância prioritária. Segundo Faustino Teixeira, as referidas comunidades nasceram na confluência de dois fatos importantes: (a) a difícil conjuntura política da década de 1960, após o golpe militar de 1964, e, (b) a rica fermentação popular que marcou este período. A repressão durante o Regime Militar (1964-1985), que atingiu de maneira violenta os movimentos populares, contribuiu “para acelerar o processo de formação das CEBs. Elas se tornaram um dos poucos espaços de organização popular ainda possíveis naquele momento”²⁷⁷. Soma-se a este contexto político a convocação do

²⁷⁵ “Divisão territorial duma diocese sobre a qual tem jurisdição um pároco” (FERREIRA, 2001, p. 516).

²⁷⁶ CNBB. Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970). 2ª ed. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/>. Acesso em: 20 de setembro de 2012.

²⁷⁷ SECRETARIADO DO 7º ENCONTRO. Os Encontros Intereclesiais de CEBs: de Vitória a Duque de Caxias. São Paulo: Loyola, 1989, p. 08.

Concílio Vaticano II, através do qual a Igreja Católica procurava se reconhecer como “Povo de Deus”, valorizando o leigo como membro ativo da Igreja e buscando sua inserção no mundo moderno. Tratava-se de um ambiente religioso favorável ao seu surgimento.

Tais comunidades tiveram tanto motivações religiosas, quanto sociais em sua origem. Autores relatam que algumas comunidades começaram a se reunir para rezar, para refletir sobre a Bíblia ou em razão de uma pastoral específica. Enquanto outras nasceram a partir de grupos que começaram a se reunir para discutir problemas do povoado e do bairro, para reivindicar direitos como o transporte, a moradia, a saúde, para lutar pela posse da terra ou mesmo para resistir alguma perseguição.

CEBs na Arquidiocese de Maceió

As primeiras “experiências” dessas comunidades que se tem registro na Igreja local foram descritas pelo Padre Delfino Barbosa Neto, em sua monografia *Comunidade Eclesial de Base*. O autor remonta a sua experiência na comunidade de Rio Novo ao ano de 1967, bairro Fernão Velho, em Maceió, e, a Matriz de Camaragibe ao ano de 1971. O desenvolvimento das CEBs em Alagoas esteve atrelado a um redirecionamento da prática religiosa local.

Segundo o Pe. Delfino Neto, antes da formação da Comunidade Eclesial de Base, atuaram em Rio Novo a JOC e o MEB. Já em Matriz de Camaragibe, o SORAL antecedeu a formação da CEB nesta paróquia. Portanto, o desenvolvimento dessas comunidades na Arquidiocese de Maceió se enquadraria em um processo histórico mais amplo que se remonta ao início da década de 1960.

Neste período, vivia-se uma crise na Igreja Católica, expressa principalmente pela falta de padres, “crise da paróquia”²⁷⁸. De acordo com o documento *Os Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus na Paróquia de Jaraguá*, a partir de 1946 decresce o número de sacerdotes na Arquidiocese de Maceió²⁷⁹, justificando a instalação da Congregação dos Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus na paróquia Nossa Senhora Mãe do Povo, no bairro do Jaraguá. O mesmo documento informa ainda, que diminuiria o número de alunos no Seminário, “com a saída de vários deles, já adiantados nos estudos”²⁸⁰. Portanto, “na perspectiva de dificuldades para o futuro”,

²⁷⁸ SOARES, Prado Célio. *CEB's: A Construção de uma Nova Maneira de Ser Igreja – O nascimento e organização das Comunidades Eclesiais de Base em Volta Redonda (1967-1979)*. 237 f. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras p. 42.

²⁷⁹ Arquidiocese de Maceió. *Os Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus na Paróquia de Jaraguá*. Arquidiocese de Maceió. *Transcrição do Livro de Tombo, nº 8*, pp. 91-92. ACMM. Paróquia N. Sr.ª Mãe do Povo - Jaraguá, Armário 3, Caixa 18, Pasta 18: Jaraguá.

²⁸⁰ *Ibidem*.

Dom Ranulpho da Silva Farias entregou a administração da paróquia do Jaraguá a Congregação de Religiosos.

A atitude de Dom Ranulpho Farias não foi uma prática isolada, em cinco paróquias pesquisadas, quatro haviam sido entregues a congregações ou ordens religiosas²⁸¹. Dom Adelmo Machado Cavalcante deu continuidade à prática de seu antecessor. Em 24 de agosto de 1964, o jornal arquidiocesano, *O Semeador*, noticiou a posse de religiosos franciscanos na Paróquia de Nossa Senhora do Bom Parto e na capela dos Martírios. Segundo o jornal, a presença da Ordem dos Frades Menores, em Maceió, seria de grande utilidade para a vida cristã, devido “*a grande população*” e “*a escassez de padres regulares no Brasil*”²⁸².

Enquanto decrescia o número de padres na Igreja local – tendência nacional durante os anos 1950 e 1960 – a sociedade alagoana vivenciou um processo de desruralização/urbanização, acompanhado por um crescimento populacional. Segundo dados apresentados pelo historiador Fernando Medeiros, “entre 1940 e o final da década de 1950 houve um crescimento populacional da ordem de 33,16% e apenas no período 1950-1960 este crescimento foi de 16,27%”²⁸³.

Dessa forma, com o reduzido número de padres, e o aumento demográfico da população apontava a necessidade de renovação da estrutura paroquial na Igreja do Brasil, que acabou por valorizar timidamente o leigo nos trabalhos pastorais²⁸⁴. Embora, a Igreja local buscasse resolver a carência de sacerdotes com o estabelecimento de contratos com congregações religiosas, como visto anteriormente, podem-se destacar alguns movimentos pioneiros que esboçavam um protagonismo dos leigos na questão religiosa.

Na Arquidiocese de Maceió destaca-se a fundação da Juventude Operária Católica, em 1955, no Bom Parto, bairro operário de Maceió. E, no início da década de 1960, surgiu o Serviço de Orientação Religiosa em Alagoas, bem como o Movimento de Educação de Base. Para Medeiros, “muitos dos integrantes dessas organizações, leigos, mas também alguns padres e religiosos/as, constituíram ao longo dos anos 1960-1970, uma ‘esquerda católica’ em Alagoas”²⁸⁵.

O referido autor esclarece que ao tratar da “esquerda católica”, compreende o termo “esquerda” aproximando-se da definição utilizada por Marcelo Ridenti, isto é, como “uma força política, no interior da Igreja,

²⁸¹ Paróquias: N. Sr.^a Mãe do Povo (Jaraguá - Maceió); Utinga (Município de Rio Largo); N. Sr.^a do Bom Parto (Bom Parto - Maceió); Matriz de Camaragibe (Município de Matriz de Camaragibe).

²⁸² Arquidiocese de Maceió. *O Semeador*. Maceió. 24 de agosto de 1964. ACMM. Armário 3, Caixa 18, Pasta 4 - Bom Parto.

²⁸³ MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. *O homo inimicus: Igreja Católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 89.

²⁸⁴ SOARES, Prado Célio. *CEB's: A Construção de uma Nova Maneira de Ser Igreja – O nascimento e organização das Comunidades Eclesiais de Base em Volta Redonda (1967-1979)*. 237 f. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, p. 42.

²⁸⁵ MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. *Igreja, esquerda católica e anticomunismo nos anos 1960/70 em Alagoas*. In: XXV Simpósio Nacional De História – ANPUH, Fortaleza, 2009, p. 02.

crítica da ordem política estabelecida, identificada com a luta dos trabalhadores pela transformação social”²⁸⁶.

Sabe-se que a Igreja católica não é um bloco homogêneo. Pelo contrário, nota-se a existência de uma pluralidade de posições e de tendências no interior desta instituição, ainda que, em determinado momento, uma ou outra seja dominante²⁸⁷. Isto porque, nenhuma religião opera no vácuo. Sem reduzir a religião a um produto dos conflitos sociais, o que significaria despojá-la de toda a sua especificidade, e autonomia²⁸⁸, não se pode negar “a profunda influência que exerce a estrutura social (...) sobre o campo religioso”²⁸⁹.

Sendo assim, toda religião situada numa sociedade de classes atua não só no seio de uma sociedade, mas primeiramente, “no meio de classes sociais com diversos graus de poder, relações de dominação entre eles e interesses objetivamente contrapostos”²⁹⁰, características estruturantes dessa sociedade.

Embora o campo religioso, seja impossível de satisfazer os interesses de todas as categorias de clérigos, assim como os interesses de cada parcela de leigos, “fará com que a produção religiosa se oriente para uma satisfação *parcial e desigual* de tais interesses”²⁹¹, com o intuito de evitar a fragmentação do mesmo. Dessa forma, a Igreja pode se mostrar reacionária, conservadora, ao nível das estruturas, do discurso tal como ele se articula no plano político, e, ao mesmo tempo podem aparecer componentes que não condizem, de maneira alguma, a uma política reacionária e de conformismo²⁹².

Fernando Medeiros, utilizando o conceito de *estrutura de sentimento* cunhado por Raymond Williams, esclarece que durante os anos 1960 e 1970 na Igreja local:

*Afastando-se das posições conservadoras e reacionárias de grupos e de segmentos da hierarquia da Igreja, foi se constituindo uma esquerda católica que, se distanciando de estruturas de sentimento presentes no contexto da instituição, passou a comungar com outros segmentos da esquerda no Brasil, bem como com intelectuais, de uma nova estrutura de sentimento, com vistas a produzir transformações sociais e romper com a lógica dominante da sociedade capitalista*²⁹³.

²⁸⁶ *Ibidem*.

²⁸⁷ *Ibidem*, p. 03.

²⁸⁸ Otto Maduro defende que o “efeito tendencial das estruturas, lutas e transformações sociais sobre as práticas e os discursos religiosos é um efeito mediato (mediado pelo campo religioso enquanto tal) e variável (dependente da situação interna do campo religioso)”, o que o mesmo denomina de autonomia relativa do campo religioso (MADURO, 1983, pp. 121-122).

²⁸⁹ MADURO, Otto. *Religião e Luta de Classes*: Quadro teórico para a análise de suas inter-relações na América Latina. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 69.

²⁹⁰ *Ibidem*, pp. 81-82, grifo no original.

²⁹¹ *Ibidem*, p. 131, grifo no original.

²⁹² GUATTARI, F. & ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1996, p. 133.

²⁹³ MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. Igreja, esquerda católica e anticomunismo nos anos 1960/70 em Alagoas. In: XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH, Fortaleza, 2009, p. 04.

As relações entre a Igreja local e a elite política em Alagoas sempre foram estreitas. Jeane Alves e Álvaro Queiroz destacam diversos personagens da elite alagoana com quem Dom Adelmo Machado manteve relações de poder, durante seu episcopado (1963-1976), e até mesmo antes, quando arcebispo-coadjutor (1955-1963)²⁹⁴. Entretanto, a “esquerda católica” pode ter visto nas conclusões do Concílio Vaticano II, bem como no esforço da CNBB pela adequação a eclesiologia do mesmo, conforme exposto no PPC, como uma legitimação de suas ações, que agora negava o assistencialismo, característico da primeira geração da Ação Católica²⁹⁵ em Alagoas.

As décadas de 1950 e 1960 são caracterizadas pelos governos alagoanos que apoiaram a modernização, de acordo com a tendência nacional. Voltando-se principalmente para a modernização do parque sucroalcooleiro no estado, expandiu-se a zona açucareira, agravando os problemas sociais devido à incorporação das terras de tabuleiros localizadas a oeste, e ao sul do estado. Até então as áreas dos tabuleiros eram consideradas impróprias para o cultivo da cana, portanto, eram concedidas aos moradores, pequenos proprietários ou posseiros, para que desenvolvessem pequenos plantios de subsistência. Entretanto, com a expansão do cultivo estes moradores foram gradativamente expulsos da terra, agravando “o espetáculo da pobreza”²⁹⁶ em Alagoas. O que aparentemente foi percebido pela Igreja, levando-a a uma redefinição de sua ação social.

Por fim, é notório, que tanto na zona urbana quanto na zona rural as CEBs parecem ter surgido onde já havia uma estrutura menos clericalizada e mais voltada às questões sociais. Em Matriz de Camaragibe, zona rural, identifica-se a presença do SORAL, congregação de religiosas claretianas - vindas de Londrina/Paraná - e um pároco propenso à atuação do laicato. Já em Fernão Velho, zona urbana, identifica-se a presença da JOC - que desempenhou uma atuação “para o meio específico, o mundo do trabalho, incidindo sobre a estrutura da produção”²⁹⁷ -, o MEB e clérigo, também, inclinado a trabalhar em conjunto com o leigo.

A primeira CEB se desenvolveu em Fernão Velho, conforme visto anteriormente. Provavelmente, porque bairros operários, mais expostos às transformações, e, consequências da política-econômica dos anos 1960,

²⁹⁴ Sobre a relação entre Igreja e política em Alagoas ver: ALVES, Maria Jeane dos Santos. *Mulheres contra o arbítrio: as missionárias de Jesus Crucificado e a Escola de Serviço Social Padre Anchieta em Maceió em tempos AI5*. 96 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, pp. 31-34.

²⁹⁵ Para Medeiros, as décadas de 1940/1950 corresponderam “a uma primeira geração da Ação Católica na Arquidiocese, dirigida e inspirada por clérigos advindos de uma vivência eclesial e de uma produção intelectual grandemente influenciada por pensamentos de base autoritária, como o integralismo, namorado por alguns padres da década de 1930” (2007, p. 87).

²⁹⁶ MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. *O homo inimicus: Igreja Católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 2007, p. 89, grifo no original.

²⁹⁷ *Ibidem*, p. 79.

estariam mais propensos ao desenvolvimento de uma consciência de classe, e ao surgimento de CEBs. Desenvolvendo assim, atividades sócio transformadoras.

Considerações Finais

As CEBs, principalmente, mas a JOC, o SORAL e o MEB, também, demonstravam uma *cultura política*²⁹⁸ próxima ao que se definiu por esquerda católica. A JOC e o MEB promoveram diversas ações sociais concretas, em Fernão Velho, “ao ponto de conseguir dos poderes públicos: luz, ponte, parada de trem, ônibus, escola, etc.”²⁹⁹ É importante mencionar a presença de um Conselho da Comunidade, provavelmente com o intuito de dar continuidade as lutas e conquistas realizadas por esta comunidade.

Entre os anos de 1967 e 1971 formou-se um grupo, o qual tinha como objetivo refletir sobre os problemas da comunidade. Com reuniões frequentes, estabelecido como norma o diálogo, onde todos pudessem manifestar suas ideias, seus projetos e programas de ação. Momento no qual buscavam relacionar o Evangelho com a realidade concreta.

Portanto, a “oxigenação” de agentes de pastoral devido à instalação de congregações e ordens religiosas vindas de fora do estado, que compartilhavam do *aggiornamento* processado pelo Concílio Vaticano II, e o redirecionamento da ação social religiosa com o agravamento dos problemas socioeconômicos, parece ter contribuído para a formação de uma esquerda católica, “afastando-se das posições conservadoras e reacionárias de grupos e de segmentos da hierarquia da Igreja”³⁰⁰.

Referências

Fontes Documentais

²⁹⁸ Segundo Peter Burke, esse termo pode ser definido como “o conhecimento, as ideias e os sentimentos políticos vigentes em determinado lugar e época”. Entretanto, este autor ressalta que o conceito de cultura política no sentido acima “tem sido às vezes criticado por implicitamente normativo e até etnocêntrico, e é verdade que alguns cientistas políticos julgaram as culturas políticas segundo sua proximidade dos valores democráticos ocidentais”. Para fugir desse tipo de pressuposto, tal conceito pode ser definido de forma mais abrangente, “como um ‘conjunto de discursos e práticas’ acerca dos fins e meios políticos” (BURKE, 2012, p. 123).

²⁹⁹ BARBOSA NETO, Delfino. *Monografia: comunidade eclesial de base*. Maceió: Imprensa Universitária, 1977, p. 26.

³⁰⁰ MEDEIROS, *loc. cit.*

Arquidiocese de Maceió. Os Sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus na Paróquia de Jaraguá. *In*: Arquidiocese de Maceió. **Transcrição do Livro de Tombo, nº 8**, pp. 91-92. ACMM. Paróquia N. Sr.ª Mãe do Povo - Jaraguá, Armário 3, Caixa 18, Pasta 18: Jaraguá.

Arquidiocese de Maceió. **O Semeador**. Maceió. 24 de agosto de 1964. ACMM. Armário 3, Caixa 18, Pasta 4 - Bom Parto.

CNBB. **Plano Pastoral de Conjunto (1966-1970)**. 2º ed. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.cnbb.org.br/>. Acesso em: 20 de setembro de 2012.

Bibliografia

ALVES, Maria Jeane dos Santos. **Mulheres contra o arbítrio: as missionárias de Jesus Crucificado e a Escola de Serviço Social Padre Anchieta em Maceió em tempos AI5**. 96 f. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife.

BARBOSA NETO, Delfino. **Monografia: comunidade eclesial de base**. Maceió: Imprensa Universitária, 1977.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. 3 ed. São Paulo: Unesp, 2012.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4ª ed. Petrópolis, Vozes, 1996.

LESBAUPIN, Ivo. **Comunidades de Base e Mobilização Social**. Praia Vermelha-Estudos de Política e Teoria Social. Nº 12. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGSS, 2005.

MADURO, Otto. **Religião e Luta de Classes: Quadro teórico para a análise de suas inter-relações na América Latina**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **O homo inimicus: Igreja Católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2007.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. Igreja, esquerda católica e anticomunismo nos anos 1960/70 em Alagoas. *In*: **XXV Simpósio Nacional de História – ANPUH**, Fortaleza, 2009.

SECRETARIADO DO 7º ENCONTRO. Os Encontros Intereclesiais de CEBs: de Vitória a Duque de Caxias. São Paulo: Loyola, 1989.

SOARES, Prado Célio. CEB's: A Construção de uma Nova Maneira de Ser Igreja – O nascimento e organização das Comunidades Eclesiais de Base em Volta Redonda (1967-1979). 237 f. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras.